

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
ICH - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PPGH - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“nosotros que somos dueño[s] de esta America”:

Juan Calfucurá, liderança mapuche e atuação indígena no processo de formação do Estado Nacional argentino (c. 1835-1873).

Luiza Rocha de Oliveira

Juiz de Fora

2026

Luiza Rocha de Oliveira

“nosotros que somos dueño[s] de esta America”:

Juan Calfucurá, liderança mapuche e atuação indígena no processo de formação do Estado Nacional argentino (c. 1835-1873).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Política, Cultura e Trabalho.

Orientadora: Hevelly Ferreira Acruche

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Luiza Rocha de .

“nosotros que somos dueño[s] de esta America”: Juan Calfucurá, liderança mapuche e atuação indígena no processo de formação do Estado Nacional argentino (c. 1835-1873). / Luiza Rocha de Oliveira.

-- 2026.

243 f.

Orientadora: Hevelly Ferreira Acruche

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

1. Agência Indígena. 2. Juan Calfucurá . 3. Estado Argentino. I. Ferreira Acruche, Hevelly , orient. II. Título.

Luiza Rocha de Oliveira

“nosotros que somos dueño[s] de esta America”:

Juan Calfucurá, liderança mapuche e atuação indígena no processo de formação do Estado Nacional argentino (c. 1835-1873).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 30 de março de 2026

BANCA EXAMINADORA

Hevelly Ferreira Acruche

Titulação Nome e Sobrenome - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Marcus Leonardo Bomfim Martins

Titulação Nome e Sobrenome
Universidade Federal de Juiz de Fora

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack

Titulação Nome e Sobrenome
UERJ

Para Nizete, minha vó, fonte de amor e de sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre foi ao meu ver um gesto sublime, significando o reconhecimento do outro enquanto parte de algo que me tocou, que me afetou. O desejo de retribuir esse afeto sempre fez parte de quem eu sou. Início agradecendo à Deus, um Deus que não está ligado a nenhuma religião, mas sim em uma espiritualidade de muita Fé, que venho tendo ao longo da vida. Como diz Gilberto Gil, “Andar com Fé eu vou, que a fé não costuma faia”. A fé está num pedaço de pão e também está nessa dissertação. Sou grata a essa Fé que me trouxe até aqui!

Agradeço a minha família, a minha mãe, dona Tânia, que sempre acreditou em mim. Agradeço à minha irmã Laura, que sempre está disposta a me escutar e a acolher. Agradeço ao meu padrasto Orlando (Bibita), por ser um grande pai.

Agradeço aos meus avós. A dona Nizete, que muito me ensinou sobre amor e responsabilidade. Agradeço a dona Zilda, que também foi uma grande avó. Ô sorte de ter podido aprender com vocês. Em que altura vocês moram agora? Um dia nos encontraremos! Agradeço também aos meus avós paternos, mesmo não tendo muito convívio, eu sinto vocês. Obrigada!

Agradeço ao meu grande amor, meu companheiro nessa jornada louca que é a vida. Obrigada Diego, por todo colo, incentivo e amor! Até nos momentos mais difíceis que nos atingiram durante essa jornada da dissertação, você foi a primeira pessoa a não me deixar desistir. Obrigada! Te amo! Te agradeço também por ter me ensinado a gostar de pets. Agradeço por termos convivido com o Thor, um doce de cachorro. Agradeço por termos parado o carro em uma avenida perigosa e resgatado a Oliveira. Cachorrinha que se tornou minha companheira nessa jornada da escrita da dissertação, que por vezes se faz solitária. Tê-la me pedindo carinho, com toda certeza fez esse processo ser mais leve.

Aos amigos, agradeço por todo o amor, incentivo, acolhida e generosidade. À Arthur e Rafaela que tanto me inspiraram e me incentivaram. À Monique, Lucas, Giovana, Artur, Gardênia, Geovana, Clarisse, que desde o Ensino Médio vem acompanhando o meu amor pela História. Aos amigos, Gabriel e Juliana, que tanto acolhem os meus surtos e também me dão colo. Ao Beto, que me ajudou no processo de escrita do projeto de dissertação, sou grata ao nosso encontro, nada marcado, em uma noite de inverno juiz-forano. À Vinicius, companheiro de mestrado, que sempre se faz generoso nas trocas que temos. Agradeço Lorena e Hélio por me salvarem, sempre que preciso. Obrigada!

Ainda em agradecimento aos amigos, agradeço ao GEPACEH (Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História), pela oportunidade do encontro e pela oportunidade de fazer grandes amigos. À Bia e Hiago, que tenho contato mais longo via grupo e também através das disciplinas da graduação, obrigada pela escuta, pelas trocas, pelos trabalhos conjuntos. Aos que chegaram depois, como Fábio, obrigada por fazer dessa jornada mais leve. Enfim, aos antigos e novos amigos *gepacistas* (como diria os *gepababys*), obrigada por todo afeto e trocas que tanto me inspiram e motivam.

Ao falar do GEPACEH, não tem como não falar de seu fundador, Marcus Leonardo Bomfim Martins, que desde 2020 vem me acolhendo. Obrigada por ter me ensinado a fazer uma boa Ata, incumbência que me ajudou aprender escrever bem. Agradeço também ao Marcus, amigo, que extrapola o muro da academia. Obrigada por toda palavra de incentivo! E não menos importante, também agradeço por ter feito parte da minha banca de qualificação. Toda “pulga atrás da orelha” me possibilitou ter mais perguntas do que respostas.

Agradeço à minha orientadora, Hevelly Ferreira Acruche, que desde da última sexta-feira antes da pandemia, eu já sabia que iria me orientar. Lembro-me desse dia, e da minha empolgação. Hevelly tinha acabado de chegar à UFJF, fui da sua primeira turma. Eu que já tinha o desejo de estudar as histórias das populações indígenas, me encontro com a primeira professora do departamento que também tinha o mesmo interesse. Obrigada pela acolhida desde então. Por acreditar em mim para atuar nas suas primeiras Iniciações Científicas da Universidade. E por ter me acolhido no Mestrado. Obrigada por não medir esforços. Obrigada por ter trazido a fonte que tenho trabalhado, da Argentina. Obrigada por acolher os meus surtos, e as minhas lágrimas. Obrigada por cada incentivo e cada conselho. Obrigada por tanto!

Agradeço a professora e historiadora Alessandra Seixlack, pelo aceite de fazer parte da minha banca. Todas as contribuições, sugestões e críticas, mudaram o rumo desta dissertação. Obrigada.

Agradeço também aos meus professores do ensino médio, que muito me inspiraram e incentivaram na escolha da profissão. À Elaine e a Marcelo Adriano, obrigada! Lembro-me de uma frase que o professor Marcelo sempre usava no final de seus textos: “a luta continua”. É meu caro professor, A LUTA CONTINUA!!!

Taiñ pu fütakeche feypikey: "akulu ta winka fillke zugu mew ta gankaupay. Genkaupay mapu mew, kimünmu kütu genkawpay, kisu egün müten tañi kimün jali". Fey anta az mogen? Kúme zugu anta küpalkey feichi rakizuam? Kom kimnieiñ tañi felenoafel ta zugu. Feley, amupe may tvfachi chillka taiñ kvme kimuwal ka tañi epuñpüle falintuwal.

Dicen nuestros abuelos y abuelas: “Cuando llegaron los winkas, quisieron adueñarse de todo. De nuestras tierras, hasta de nuestro conocimiento quisieron adueñarse. En adelante solo su conocimiento fue válido”. ¿Es esta una buena forma de vivir? ¿Traerá acaso dicho pensamiento buena y sana convivencia? Hemos visto y estamos viendo que no.

Nossos avós dizem: “Quando os Winkas chegaram, queriam tomar conta de tudo. Queriam tomar conta das nossas terras, até mesmo do nosso conhecimento. Daí em diante, só o conhecimento deles era válido.” Será que essa é uma boa maneira de viver? Será que esse pensamento trará uma coexistência boa e saudável? Vimos, e estamos vendo, que não. (Marimán Quemenado, 2006, tradução nossa)

RESUMO

Esta dissertação analisa as relações entre povos indígenas e *criollos* no processo de organização política da Nação Argentina ao longo do século XIX, tomando como eixo central a atuação política do cacique mapuche Juan Calfucurá. O objetivo do trabalho é compreender as estratégias políticas e discursivas mobilizadas por Calfucurá em suas interações com diferentes autoridades civis, militares e religiosas, bem como os limites e as transformações da negociação indígena no contexto de consolidação do Estado nacional. A pesquisa fundamenta-se em um acervo empírico composto por diferentes tipos de fontes, com destaque para a correspondência de Calfucurá. Foram analisadas 127 cartas enviadas pelo cacique a membros da elite *criolla*, governadores, comandantes de fronteira e outras autoridades, reunidas no volume *Juan Calfucurá: Correspondencia 1854–1873*, organizado por Omar Lobos (2015), que inclui também cartas de resposta e documentos correlatos. Além disso, o trabalho examina escritos centrais da chamada “geração de 1837”, especialmente *Facundo: Civilização e Barbárie* (1845), de Domingo Faustino Sarmiento, e *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852), de Juan Bautista Alberdi. A dissertação insere-se no campo pós-fundacional e dialoga com a Teoria do Discurso, a partir das contribuições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que concebem o social como marcado pela precariedade, pela contingência e pela indeterminação. Nessa perspectiva, a formação do Estado nacional e a hegemonização de uma identidade nacional argentina são compreendidas como processos discursivos, atravessados por disputas e antagonismos. O “Outro” indígena emerge, nesse quadro, como elemento antagônico que impede o fechamento pleno do discurso de uma nação homogênea e branca. A análise da correspondência permite observar as negociações, demandas, alianças, ameaças e impasses enfrentados por Calfucurá ao longo de sua atuação política sob os governos de Juan Manuel de Rosas, Justo José de Urquiza, Bartolomé Mitre e Domingo Faustino Sarmiento. Em diálogo com os escritos de Alberdi e Sarmiento, o trabalho demonstra a construção de um imaginário civilizatório excludente e o apagamento dos povos indígenas da narrativa nacional. Desse modo, a dissertação aposta na trajetória e no legado político de Juan Calfucurá como força antagônica que tensiona e desestabiliza o discurso da Argentina branca, revelando os limites e as contradições do projeto estatal Oitocentista.

Palavras-chave: Juan Calfucurá; Agência indígena; Fronteira; Identidade nacional; Estado Argentino.

RESUMEN

Esta tesis analiza las relaciones entre pueblos indígenas y criollos en el proceso de organización política de la Nación Argentina a lo largo del siglo XIX, centrándose en las acciones políticas del cacique mapuche Juan Calfucurá. El objetivo del trabajo es comprender las estrategias políticas y discursivas que Calfucurá movilizó en sus interacciones con diferentes autoridades civiles, militares y religiosas, así como los límites y las transformaciones de las negociaciones indígenas en el contexto de la consolidación del Estado nacional. La investigación se basa en una recopilación empírica compuesta por diferentes tipos de fuentes, con énfasis en la correspondencia de Calfucurá. Se analizaron 127 cartas enviadas por el cacique a miembros de la élite criolla, gobernadores, comandantes de frontera y otras autoridades, compiladas en el volumen *Juan Calfucurá: Correspondencia 1854-1873*, organizado por Omar Lobos (2015), que también incluye cartas de respuesta y documentos relacionados. Además, el trabajo examina los escritos centrales de la generación de 1837, especialmente *Facundo: Civilización y Barbarie* (1845), de Domingo Faustino Sarmiento, y *Bases y Puntos de Partida para la Organización Política de la República Argentina* (1852), de Juan Bautista Alberdi. La tesis se inserta en el campo posfundacional y aborda la Teoría del Discurso, apoyándose en las contribuciones de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, quienes conciben lo social como marcado por la precariedad, la contingencia y la indeterminación. Desde esta perspectiva, la formación del Estado-nación y la hegemonía de una identidad nacional argentina se entienden como procesos discursivos, permeados por disputas y antagonismos. El "Otro" indígena emerge, en este marco, como un elemento antagónico que impide la datación plena del discurso de una nación india y blanca. El análisis de la correspondencia nos permite observar las negociaciones, demandas, alianzas, compromisos e impasses que enfrentó Calfucurá a lo largo de su carrera política bajo los gobiernos de Juan Manuel de Rosas, Justo José de Urquiza, Bartolomé Mitre y Domingo Faustino Sarmiento. En diálogo con los escritos de Alberdi y Sarmiento, la obra demuestra la construcción de un imaginario civilizatorio que excluye y extingue a los pueblos indígenas de la narrativa nacional. Así, el discurso se centra en la trayectoria y el legado apolítico de Juan Calfucurá como una fuerza antagónica que desafía y desestabiliza el discurso de la Argentina blanca, revelando los límites y contradicciones del proyecto de Estado del siglo XIX.

Palabras clave: Juan Calfucurá; Agencia indígena; Frontera; Identidad nacional; Estado argentino.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Mapa do Wallmapu segundo a cartografia mapuche.....	30
Mapa 2 - Wallmapu - País Mapuche.....	31
Mapa 3 - A localização geográfica dos principais grupos mapuche no Chile do século XIX.....	37
Mapa 4 - Antigo mapa com os limites Araucânia, da Patagônia e do Pampa.....	37
Mapa 5 - Região Pampeana durante a guerra de Fronteiras (segunda metade do século XIX).....	41
Mapa 6 - Avanços e retrocessos da linha fronteiriça entre 1833 e 1855.....	72
Figura 1: Selo diplomático da Confederação de Salinas Grandes.....	74
Mapa 7 - Argentina por divisões políticas.....	75
Mapa 8 - Triângulo estratégico de Calfucurá, Salinas Grandes, Carhué e Choele Choel.....	164

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 - Juan Calfucurá e o <i>Wallmapu</i>.....	28
1.1 <i>Gulu Mapu</i>	32
1.3 Chegada de Calfucurá a <i>Puel Mapu</i>	44
1.3.1 O Negócio pacífico de Índios.....	50
1.3.2 Aliança com Rosas e o começo da Confederação de Salinas Grandes.....	55
Capítulo 2 - Calfucurá e a rearticulação do poder político após 1852.....	63
2.1 O fim do Negócio Pacífico de Índios e o deslocamento das condições políticas.....	63
2.2 As cartas como práticas discursivas de negociação.....	66
2.3 Calfucurá entre Urquiza e Mitre: alianças, antagonismos e estratégias.....	69
2.4 A imprensa bonaerense e a produção do antagonismo indígena.....	76
2.5 Buenos Aires em busca de Tratados.....	78
2.6 Violência, negociações e linguagem política na fronteira.....	81
2.7 Alcances e limites da Confederação de Salinas Grandes.....	88
2.8 Calfucurá e Urquiza: alianças políticas e os limites da ofensiva contra Buenos Aires....	105
Capítulo 3 - Calfucurá e a fronteira após a unificação nacional (1862-1872).....	133
3.1 A unificação Estatal e a nova conjuntura da fronteira.....	133
3.2 Cartas, periódicos e guerra: a fronteira durante a Guerra do Paraguai.....	147
3.3 Diplomacia indígena, controle interno e gestão de reputação.....	154
3.4 De Mitre a Sarmiento: inflexões no discurso e nos limites da negociação.....	165
Capítulo 4 - Da negociação à conquista: Calfucurá e a militarização da fronteira sul. 181	
4.1 A redefinição da fronteira sul como espaço estratégico do Estado.....	181
4.2 O endurecimento do discurso civilizatório.....	187
4.3 A Batalha de San Carlos e a deslegitimação de Calfucurá.....	196
4.4 Escrita indígena sob cerco: cartas, pedidos e resistência limitada.....	202
4.5 Do cacique negociador ao inimigo interno: os limites da política indígena.....	214
Conclusão.....	223
Referências Bibliográficas.....	226
Anexos.....	232
Anexo 1 - Cartas trocadas entre diferentes pessoas da elite criolla, governadores, comandantes de fronteiras, entre outros.....	232
Anexo 2 - Cartas enviadas por Calfucurá.....	236
Anexo 3 - Cartas enviadas à Calfucurá.....	239
Anexo 4 - Região Pampeana durante a guerra de Fronteiras (segunda metade do século XIX).....	241

Glossário

Boleadoras - um tipo de arma de arremesso, usada tanto para capturar animais, como também no campo de batalha.

Cimarrón - equinos e bovinos que viviam livres nos pampas.

Criollos - descendentes de espanhóis nascidos na América.

Gulu Mapu - território mapuche situado onde hoje é o atual Estado do Chile.

Kojagtun - instância de resolução de conflitos, inserida na jurisprudência indígena.

Lenguaraz - pessoa que compreendia tanto a língua dos indígenas quanto do *criollo*.

Longko - chefe/cacique mapuche.

Malón - invasões indígenas às unidades pecuaristas *criollas*.

Mapudungun/mapuzugun - língua mapuche.

Puel Mapu - território mapuche onde hoje é o atual Estado argentino.

Quilango - um manto de peles cozidas muito usado entre alguns povos indígenas da Argentina.

Raciones - diferentes bens de consumo, como o gado.

Tolderias - um conjunto de toldos de indígenas.

Wallmapu - país mapuche.

Werken - mensageiros.

Winca - Winka, Wingaka, Huinca, ou Wigka significa o espanhol, estrangeiro

Introdução

A formação do Estado Nacional argentino, ao longo do século XIX, foi historicamente narrada a partir de uma perspectiva que privilegiou os projetos políticos das elites *criollas*, apresentando a consolidação do Estado como um processo linear, necessário e civilizatório. Nesse tipo de narrativa, os povos indígenas foram representados como obstáculos ao progresso ou como sujeitos passivos diante da expansão territorial e institucional do Estado. Tal abordagem contribuiu para a construção de uma interpretação hegemônica do passado, na qual a presença indígena foi progressivamente silenciada ou reduzida a um papel marginal no processo de organização política nacional.

No entanto, a partir da década de 1970 ocorreu uma renovação historiográfica que acompanhou os diversos campos do nosso conhecimento sobre a História. Como desdobramento, surgiu uma Nova História Indígena, campo de pesquisa que vai dialogar diretamente com a Antropologia, sendo o conceito de *etnogênese* orientadora para a compreensão da reelaboração de práticas, de relações culturais, políticas, econômicas e sociais realizadas pelos grupos indígenas (Boccarda, 2007). Ou seja, a partir de novas perguntas às fontes, os indígenas vêm sendo enxergados como sujeitos que, perante o contato com o branco, criaram (e criam) movimentos próprios de respostas a variadas situações de relações e conflitos. (Almeida, 2012) (Mandrini; Ortelli, 2003).

Nesse sentido, esta dissertação compreende que o processo de formação do Estado Nacional argentino, ao longo dos Oitocentos, esteve profundamente marcada por disputas territoriais e políticas envolvendo diferentes populações indígenas que habitavam as regiões pampeanas e patagônicas. Longe de constituírem sujeitos passivos diante do avanço estatal, esses grupos mobilizaram estratégias diversas, como militares, comerciais e discursivas para garantir a manutenção de seus territórios, formas de organização e redes de poder.

Nesse contexto, a trajetória do cacique mapuche Juan Calfucurá ocupa lugar central nesta dissertação. Estabelecido a partir da década de 1830 na região de Salinas Grandes, Calfucurá construiu uma ampla rede de alianças indígenas e crioulas, atuando de maneira decisiva nas dinâmicas políticas da fronteira sul do território argentino. Sua liderança articulou práticas de negociação, o uso estratégico da guerra e a circulação de bens e informações, permitindo-lhe intervir ativamente nos conflitos entre a Província de Buenos Aires e a Confederação Argentina, sobretudo nos períodos de governo de Juan Manuel de Rosas, Justo José de Urquiza e Bartolomé Mitre.

A presente dissertação parte da seguinte problemática: como Juan Calfucurá mobilizou práticas políticas e discursivas para afirmar sua autoridade e garantir a autonomia indígena no contexto da formação do Estado Nacional argentino entre 1835 e 1873? Dessa forma, o objeto deste trabalho é dar enfoque na atuação política e discursiva de Juan Calfucurá no processo de formação e consolidação do Estado Nacional argentino. Parte-se da compreensão de que o cacique não pode ser concebido como um sujeito isolado ou neutro, mas como um agente histórico situado, cujas práticas, valores e discursos são atravessados pelas experiências e relações que o constituem. Nesse sentido, dialoga-se com o conceito de historicidade, entendido como aquilo que impede a concepção do sujeito como uma “folha em branco”, uma vez que ele é marcado por inscrições e vivências que o configuram historicamente (Maia, 2015, p. 16). A pesquisa busca compreender de que maneira as ações do cacique e sua correspondência revelam disputas em torno da soberania territorial, da autoridade política e da própria definição da identidade nacional no século XIX. Ao analisar a agência indígena nesse processo, o estudo procura tensionar as narrativas historiográficas hegemônicas que naturalizaram o apagamento dos povos originários, evidenciando o caráter conflitivo e não linear da construção estatal.

O título da dissertação, *“nosotros que somos dueño[s] de esta América”*, retoma uma afirmação atribuída a Calfucurá em sua correspondência, funcionando como chave interpretativa da pesquisa. A expressão sintetiza uma concepção indígena de territorialidade e soberania que se contrapõe à narrativa hegemônica do Estado nacional, demonstrando que a construção da Argentina ocorreu em meio a disputas de projetos políticos distintos e concorrentes. Assim, ao analisar a atuação de Calfucurá, este trabalho busca deslocar o olhar da historiografia centrada exclusivamente no Estado, evidenciando o protagonismo indígena nos processos de formação nacional.

Neste trabalho, o conceito de resistência não é compreendido como simples reação ao avanço do Estado ou como oposição homogênea e permanente à sociedade *criolla*. Ao contrário, entende-se a resistência indígena como um conjunto de práticas políticas estratégicas, situadas historicamente, que envolvem negociação, adaptação, conflito armado, diplomacia e circulação de bens e pessoas. Inspirada em abordagens que enfatizam a agência indígena e a multiplicidade de formas de exercício do poder, esta pesquisa compreende a resistência como parte constitutiva das relações políticas de fronteira, nas quais os caciques atuavam como mediadores, líderes militares e agentes diplomáticos (Almeida, 2012). Assim, a atuação de Juan Calfucurá é analisada não como resistência passiva, mas como uma forma ativa de intervenção nos processos de formação do Estado Nacional argentino, demonstrando

a coexistência de projetos políticos indígenas e estatais em permanente disputa ao longo do século XIX.

Nesse sentido, a noção de fronteira adotada neste trabalho afasta-se de interpretações que a concebem como um espaço homogêneo, estático ou pacificado. A fronteira é compreendida como um lugar polissêmico, caracterizado por sua extensão, permeabilidade e instabilidade, produzido pelas práticas cotidianas, pela competição jurisdicional e pelas interações inter e transfronteiriças. Trata-se, portanto, de um espaço marcado por interseções culturais, religiosas, econômicas e linguísticas, no qual distintos grupos sociais disputam sentidos, recursos e formas de autoridade (Movellán; García, 2016). Essa leitura distancia-se da concepção clássica formulada por Frederick Jackson Turner (1893), para quem a fronteira representaria um espaço de expansão pacífica e linear da civilização. Ao contrário, entende-se a fronteira como um campo de conflitos, negociações e alianças instáveis, no qual múltiplos interesses se entrecruzam e se redefinem continuamente, sobretudo nas relações entre sociedades indígenas e agentes estatais.

Além disso, a fronteira também é aqui concebida como um espaço produtivo, no qual emergem novas formas de sociabilidade, identidades e práticas políticas. Nessa perspectiva, dialoga-se com a noção de hibridismo cultural proposta por Homi Bhabha (1998), entendendo a fronteira como um lugar de criação e rearticulação, e não apenas de confronto ou assimilação. Assim, é nesse espaço fronteiriço que se tornam possíveis as estratégias indígenas de resistência, negociação e adaptação, como aquelas mobilizadas por Juan Calfucurá no contexto da formação do Estado Nacional argentino.

Consta que Juan Calfucurá migrou de Llaima, região chilena, para os pampas argentinos na década de 1830. O momento de chegada de Calfucurá à Argentina foi marcado por relativos avanços de Buenos Aires à chamada fronteira sul, conhecida como “terra de índio”, além das Campanhas do Deserto encabeçadas por Juan Manuel de Rosas (1793-1877), à época governador de Buenos Aires. Em meio a esse contexto, em 1835, Calfucurá fez uma aliança com Rosas para poder se assentar na região de Salinas Grandes, uma importante área econômica para as elites *criollas*. Devido ao sal encontrado em Salinas Grandes, ele conseguiu se manter nessa região através da política denominada *Negócio Pacífico de Índios*, criada por Rosas logo no início do seu governo. Essa política regulava as relações entre o governo e alguns grupos indígenas; consistindo no fornecimento das *raciones* (diferentes bens de consumo, como o gado), e em troca os grupos indígenas se comprometeram a não realizar os *malones* (invasões às estâncias *criollas* situadas na fronteira pampeana). Foi nesse

momento que Calfucurá conseguiu se estabelecer em Salinas Grandes e se consolidar como um importante cacique dessa região (Passetti, 2012).

Com a implementação da ditadura rosista, vários grupos de resistência ao governo surgiram, dentre eles a chamada “Geração de 37”, um movimento com a intenção de transformar culturalmente a Argentina, buscando construir uma identidade nacional. Dentre os intelectuais estavam Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, entre outros. Além disso, durante o governo de Rosas conflitos civis entre Unitários e Federais se delinearam no país, e Rosas foi derrubado em 1852, levando assim a uma cisão política na Argentina. Naquele momento o cacique Juan Calfucurá emergiu como um protagonista, sabendo jogar com as rivalidades entre a Província de Buenos Aires, comandada por Bartolomé Mitre (1852-1861) e a Confederação Argentina, comandada por Justo José Urquiza (1852-1861), o que lhe permitiu manter relações próximas com os dois grupos em disputa e pôr em prática seus projetos políticos e econômicos (Passetti, 2010).

Entre as décadas de 1850 a 1870 muitas batalhas e Tratados de Paz entre indígenas e *criollos* aconteceram na Argentina e, na maioria deles, Juan Calfucurá teve algum envolvimento. Dentre as várias batalhas ocorridas, destaco a Batalha de Pavón realizada em 17 de setembro de 1871, pois nela Mitre e Urquiza se enfrentaram. Mitre venceu a Batalha e a Província de Buenos Aires foi reincorporada à República Argentina. Bartolomé Mitre ficou então como presidente interino, se tornando mais tarde o primeiro presidente de uma República argentina unificada. Sucedendo Mitre, Domingo Faustino Sarmiento se torna o novo presidente.

Durante o governo de Sarmiento ocorreu a Batalha de San Carlos, uma expressão da insatisfação dos indígenas frente aos tratados de paz firmados até o momento com Buenos Aires. Juan Calfucurá reuniu 3500 lanceiros e invadiu as localidades de 25 de Mayo, 9 de Julio e Bragado, pertencentes a Buenos Aires. Mesmo não saindo vitorioso, Calfucurá conseguiu capturar 150.000 cabeças de gado, além de espalhar um grande pânico sobre os brancos. Dessa forma, essa batalha foi “quijá a mais importante expressão da fragmentação das alianças indígenas e do início da decadência do poderio de Juan Calfucurá nos Pampas.” (Seixlack, 2018, p.117). Dois anos depois, em 1873, Juan Calfucurá morreu de velhice.

O contexto apresentado se faz necessário pelo recorte temporal escolhido para a dissertação que aqui se apresenta. O recorte se inicia no ano de 1835 com a aliança entre Calfucurá e Rosas e termina no ano de 1873 com a morte do cacique mapuche. Dentro da conjuntura aqui exposta ainda é preciso ressaltar que Calfucurá ficou nos pampas argentinos

por quatro décadas, guerreando e negociando com quatro diferentes governos: os de Rosas, Urquiza, Mitre e Sarmiento.

Ao refletirmos sobre a historiografia das Américas, nota-se como boa parte dela descrevia os nativos da América como vítimas passivas de uma política assimilacionista dos colonizadores. A leitura de Frederick Jackson Turner acerca da fronteira, lida por ele como um espaço onde existiam trocas pacíficas e sem conflitos, silenciou múltiplas culturas e múltiplos interesses. Dessa forma, me distancio de uma leitura turneriana de fronteira e me aproximo de uma leitura que pensa a fronteira enquanto um lugar polissêmico (Movellán; Garcia, 2016), ou seja, como espaços extensos, dotados de uma permeabilidade derivada das práticas cotidianas, da competição jurisdicional e das interações inter/transfronteiriças, para além de ser também espaços de interseção cultural, religiosa, econômica e linguística. Assim, a fronteira nem sempre é desenhada e construída por comandos desde cima, ou seja, desde o Estado.

Desta forma, ao refletirmos sobre a uma narrativa de “índios passivos”, veremos que existe uma série de relações de poder que resultam pensar o indígena enquanto um indivíduo que ficou paralisado vendo sua cultura ser destruída pelos colonizadores. O historiador Mathew Restall (2006), ao adentrar nesse debate, discorre sobre três estereótipos relacionados aos indígenas. Primeiro seria pensá-los enquanto um povo sem cultura; segundo pensá-los enquanto índios bons, ideia do nativo como ‘tábulas rasas’; concepções estas que justificavam para os europeus a ideia de civilizar os índios. Por fim, a resistência frente a ideia de civilização dos europeus levou a construção do terceiro estereótipo, a do índio perverso, o que veio a justificar os tratamentos agressivos contra os mesmos. Assim, o capítulo *Os índios estão se acabando. O mito da desolação nativa*, do livro *Sete mitos da conquista espanhola* de Restall (2006), busca opor-se à ideia de que os indígenas foram passivos frente à colonização.

Ainda são poucos os trabalhos acerca do tema no Brasil. Listo algumas pesquisas: *Indígenas e criollos. Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)* do historiador Gabriel Passetti (2012); *Entre a Araucanía Maldita e o Deserto Indômito. Debates oitocentistas da Araucanía no Chile e a Conquista do Deserto na Argentina* da historiadora Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack(2018); *Conquistar o deserto: resistência indígena e violência na fronteira do Pampa e da Patagônia (1850-1885)* da historiadora Ana Carolina Gutierrez Pompeu (2018). As três pesquisas são relevantes por tratarem sobre como se deu as relações entre indígenas e *criollos*, tanto na Argentina como no

Chile durante o século XIX. Contudo, os mesmos não focam as suas análises em Calfucurá e em suas cartas, que são as principais fontes desta dissertação.

Além disso, no Brasil, o trabalho recente do historiador José Alves de Freitas Neto, *Percorrendo o vazio: Intelectuais e a construção da Argentina no século XIX*, lançado em 2021, busca tensionar a dicotomia “civilização e/ou barbárie” utilizando a noção de “vazio”. O autor, então, trabalha com as obras de um dos integrantes da Geração de 1837, Esteban Echeverría (1805-1851), além de analisar a revista *La Moda* (1837-1838) e questionar o discurso acerca do “vazio”. Trata-se de uma pesquisa potente para os objetivos da dissertação, pois o período estudado por Freitas Neto compreende os governos de Juan Manuel de Rosas, conjuntura que também abordarei. Contudo, minha pesquisa se diferencia tanto em termos das fontes a serem trabalhadas quanto dos intelectuais da Geração de 1837 que serão discutidos no decorrer da dissertação.

Já na Argentina temos o trabalho de Tulio Halperin Donghi, considerado um dos mais importantes historiadores da América Latina. *Una Nación para el Desierto Argentino*, publicado em 1982, trata da proposta de uma nação para o deserto argentino levando em conta os escritos da Geração de 1837. Halperin Donghi analisa os trabalhos de Juan Bautista Alberdi, de Domingo Faustino Sarmiento, de Félix Frías, de Esteban Echeverría, entre outros intelectuais dessa Geração. Contudo, assim como Freitas Neto, o historiador argentino não busca analisar de que forma os grupos indígenas agiram nos contextos estudados.

Para a historiadora argentina Silva Mabel Ratto, professora da Universidade de Quilmes, há na historiografia um longo problema, onde existem dois caminhos paralelos. Uma via que fala da história “nacional”, da formação *criolla*; e outra, que discute a história indígena. Caminhos estes que seguem separados e que irão se entrecruzar apenas quando os Estados avançam sobre territórios ocupados por indígenas, vistos como um obstáculo para a civilização e o progresso. Dessa forma, a história indígena acaba por ser na maioria das vezes apresentada de modo desintegrada da história da construção do Estado Nacional argentino, quando tanto *criollos* como indígenas participaram da luta por organização política da nação. Silva Ratto (2021) ainda chama a atenção para o fato de que “a figura de Calfucurá ainda espera o reconhecimento de seu papel em nossa história”¹.

Dessa forma, dentro de uma historiografia que ainda se faz desatualizada pensando em trabalhos tanto do Brasil como da Argentina, principalmente de pesquisas que

¹ Ver notícia sobre a restituição dos restos mortais de Calfucurá. Disponível em: <https://laciudadrevista.com/despues-de-141-anos-volvera-a-su-tierra-el-cacique-calfucura/>. Acesso em: outubro de 2025.

reconheçam o conhecimento indígena e dialogue e aprenda com ele. Estudar a trajetória de um cacique mapuche dentro de um contexto histórico de construção do Estado Nacional é de suma importância para compreender como os povos indígenas se fazem sujeitos ativos de sua própria história. Ademais, analisar que os indígenas “não se acabaram” (Restall. 2006) quase quatro séculos após o início da colonização espanhola, bem como continuaram agindo a partir dos seus próprios interesses, é importante para o reconhecimento do papel desses grupos e da agência de Juan Calfucurá.

Esses tipos de investigações vão de encontro às minhas motivações pessoais para a escrita desta dissertação, que se fazem pertinentes desde minha inserção como bolsista no projeto NEABI (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas) ainda no Ensino Médio no Instituto Federal Fluminense. Durante pesquisas e estudos nesse núcleo, a temática de História Indígena me despertou curiosidade. Ao chegar na Universidade essa curiosidade começa a tomar um esboço mais específico, primeiro pensando a questão da escravidão indígena com o projeto da professora Hebe Mattos, intitulado “Passados Sensíveis: memória da escravização ilegal indígena e africana em comunidades remanescentes de quilombo da Zona da Mata mineira”, realizado no ano de 2019.

Além disso, ao longo da graduação também me envolvi com outros projetos de Iniciação Científica no âmbito do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES), especificamente em três: “Índios como sujeitos de direito internacional: os parlamentos de índios na Argentina e no Chile no século XVIII” no ano de 2020, “Povos indígenas e os Estados Nacionais: os casos chileno e argentino (1810-1870)” no ano de 2021 e “Populações nativas e as negociações com os estados nacionais chileno e argentino (1810-1870)” no ano de 2022, sob orientação da professora Hevelly Acruche, hoje minha orientadora de mestrado. Foi a partir do meu envolvimento com os dois últimos projetos que tive contato com a história do cacique Juan Calfucurá, o qual vem despertando muito interesse.

Para responder a inquietação principal da dissertação, listada acima, foi organizado um acervo empírico com diferentes tipos de fontes, entre elas cartas, tratados, escritos da “geração de 37”, e periódicos. Os compilados de cartas mapuches são indispensáveis para a nossa pesquisa. Destaco que o mais importante compilado foi produzido pelo pesquisador da Universidade de Buenos Aires, Omar Lobos, intitulado *Juan Calfucurá, Correspondência 1854-1873*. Esse trabalho, publicado no ano de 2015, é resultado de quase duas décadas de pesquisa do organizador, em que ele conseguiu mapear 127 cartas mandadas por Calfucurá a

diferentes pessoas da elite *criolla*, governadores, comandantes de fronteiras, entre outros. A importância do trabalho de Lobos para a pesquisa de dissertação aqui é digna de nota, visto que além das cartas de Calfucurá, o compilador também trouxe para o livro outras cartas, por exemplo de respostas à Calfucurá, e fragmentos documentais que fazem conexão com as cartas principais. Assim, compreendendo as cartas não apenas como registros documentais, mas como práticas discursivas que produzem sentidos, será possível analisar como Calfucurá negocia posições de poder e constrói verdades situadas.

Outro tipo de fonte importante para a pesquisa será a biografia de Calfucurá, publicado por Álvaro Yunque, intitulado *Calfucurá La conquista de las Pampas*. A obra de Yunque se encaixa no que Guillermo David chama de um período de revisão do passado em uma chave política (Yunque, 2008, p.12).

Para refletirmos acerca da “geração de 37”, são analisados os escritos de Domingo Faustino Sarmiento e de Juan Bautista Alberdi. Do Sarmiento, debruçarmos sobre a obra *Facundo: Civilização e Barbárie* de 1845, e do Alberdi *Bases e Pontos de partida para a organização política da República Argentina*, de 1852. Pretendemos compreender como esses livros podem ter ajudado na criação de um imaginário de nação argentina branca e no apagamento dos indígenas da história nacional.

Essa dissertação se inscreve no campo pós-estruturalista, mais especificamente, no pós-fundacionismo. Buscando valer-se das contribuições de sua abordagem discursiva, que considera a precariedade, a contingência e a indeterminação como dimensões ontológicas do social. Ou seja, o social é percebido com base na lógica do discurso, nos auxiliando a pensar e a radicalizar leituras de mundo que se queiram essencialistas. No entanto, não buscamos ignorar os fundamentos, mas criticar a ideia de essência última que possa vir a definir, por exemplo, a identidade nacional argentina.

Assim, partimos da Teoria do Discurso pensado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para compreendermos o social. Ernesto Laclau nasceu na Argentina na década de 1930, cursou História da Universidade de Buenos Aires, onde participou do movimento estudantil denominado *Frente de Acción Universitária*, que mais tarde, em 1963, iria se confluir com o *Partido Socialista de la Izquierda Nacional* (Laclau, 2014). Na década de 1960, Laclau rompeu com o Partido por discordar do programa ideológico. Inicia sua carreira como docente na *Universidad Nacional de Tucumán*, mas é demitido na ditadura Juan Carlos Onganía. No ano de 1969 ele consegue uma bolsa de estudos e vai estudar na Universidade de Oxford na Inglaterra. Lá, ele participa do movimento intelectual conhecido como *New Left*

(Nova Esquerda), que tinha como propósito problematizar as interpretações políticas das obras de Karl Marx. No início dos anos 1970 torna-se professor da Universidade de Essex. (Silva, 2014) Ernesto Laclau ganha notoriedade em 1985 quando lança junto com Chantal Mouffe *Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia*, que propõe uma revisão ao pensamento marxista, criticando o essencialismo identitário, ao determinismo econômico e a visão mecanicista dos arranjos sociais (Silva, 2014).

Por seu turno, Chantal Mouffe nasceu na Bélgica no ano de 1943, se formou em Filosofia, tendo estudado nas universidades de Lovaina, Paris e Essex. Nas décadas de 1980 e 1990 dirigiu programas de Teoria Política na *College International de Philosophie de Paris*. Foi professora em diferentes Universidades da Europa, da América do Norte e da América Latina, e atua hoje como professora do departamento de Ciências Políticas da Universidade de Westminster em Londres (Arrigorria, 2023). Em síntese, Laclau e Mouffe são os principais responsáveis pelo desenvolvimento e difusão da Teoria do Discurso, na qual se propõe que

Por discurso não entendemos algo essencialmente restrito às áreas da fala e da escrita, como temos declarado várias vezes, mas sim um conjunto de elementos no qual as relações exercem uma força constitutiva. Isto significa que estes elementos não são preexistentes ao complexo relacional, mas que se constituem por meio dele. (Laclau, 2005, p. 92)

Dessa forma, para além de uma dimensão de discurso que abarca a área da fala e da escrita, o mesmo também se faz presente nas ações e comportamentos. Desse modo, o discurso é entendido enquanto prática, uma vez que qualquer ação realizada pelos sujeitos, identidades, grupos sociais são significativas, pois a todo momento essas práticas irão disputar sentidos no campo do político, espaço que engloba as ações dos indivíduos para que faça sentido a sua existência no social à medida que a vida se faz contingente. (Mendonça; Rodrigues, 2014).

Ou seja, a ideia que defina, por exemplo, a identidade nacional argentina será a todo momento precária e contingente, estando sempre em disputa. Sendo assim, “não existe um sentido previamente fixado, passível de identificar as coisas e sujeitos desse mundo” (Gabriel, 2013, p. 5). Dessa forma, os conceitos e sentidos debatidos ao longo da dissertação serão fechamentos contingentes e precários, uma vez que compreendemos que os fechamentos e disputas empreendidas no contexto de construção do Estado Nacional Argentino para a hegemonização de uma identidade nacional, se deram a partir de uma discursividade.

Assim, a leitura dominante que silenciou o papel das populações indígenas no processo de organização política nacional e os colocou à margem de uma identidade nacional, não constitui uma representação neutra ou definitiva do passado. Ela resulta de escolhas narrativas específicas, ancoradas em determinados projetos políticos e intelectuais, que produziram uma verdade histórica amplamente aceita, mas não isenta de disputas (Mouffe, 2015). Partindo dessa constatação, esta pesquisa adota a compreensão de que o conhecimento histórico não se funda na descoberta de uma verdade objetiva e universal, mas na produção de verdades narrativas historicamente situadas. A verdade, nesse sentido, é entendida como um efeito discursivo, contingente e precário, resultante de disputas de sentido em contextos específicos de poder.

Para compreendermos as disputas discursivas em torno do significante “identidade argentina”, iremos nos basear no que Laclau e Mouffe nomeiam de *prática articulatória*.

chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória chamaremos de discurso. (Laclau, Mouffe, 1985, p.105)

Assim, Laclau e Mouffe (2004) entendem que todo discurso hegemônico é um particular que se hegemonizou tornando-se assim universal. Deste modo,

existe a possibilidade que uma diferença, sem deixar de ser particular, assuma a representação de uma totalidade incomensurável. Dessa maneira, seu corpo está dividido entre a particularidade que ela ainda é e a significação mais universal da qual ela é portadora. Esta operação pela qual uma particularidade assume uma significação universal incomensurável consigo mesma é o que denominamos de hegemonia. (Laclau, 2005, p.95)

Como defendido por Laclau (1993), o conceito de *hegemonia* surge

a fim de dar conta do caráter político das relações sociais numa arena teórica que assistiria ao colapso da concepção marxista clássica de “classe dominante” - a qual era concebida como efeito necessário e imanente de uma estrutura plenamente constitutiva. As articulações hegemônicas foram pensadas desde o início como construções contingentes, precárias e pragmáticas. (Burity, 2013, p.14)

Voltando ao discurso, veremos que a sua produção, será o resultado final da prática articulatória que é complexificada pelos processos de *cadeia de equivalência* e *cadeia da diferença*. Para a lógica de *cadeia de equivalência* o que está em jogo é quais elemento discursivos pode ser unido em torno, por exemplo da identidade argentina, para que ele (o discurso) tenha força o suficiente para se tornar hegemônico. Para pensarmos na lógica da *cadeia da diferença*, temos que levar em conta que um discurso só é formado em relação a presença de um *Outro*, sendo então a presença desse *Outro* importante para manter o discurso estável. Ou seja, a ideia de uma *identidade argentina* para essa dissertação, mesmo que

precária e contingencialmente, é relevante porque podemos refletir em como ela vem se hegemonizado e como gostaríamos que ela fosse pensada.

Para Laclau (2011) e Mouffe (2015) o resultado dessa prática articulatória é a criação de um *exterior constitutivo*, ou seja uma *identidade antagônica* capaz de criar um discurso de diferenciação. Ou seja, só é possível dizer *o que é* uma identidade argentina, ou o que queremos que seja denominado como tal, a partir de uma relação que nos aponte *o que não é* considerado essa identidade, ou o que não queremos que seja denominado enquanto tal. Dessa forma, uma identidade só pode ser considerada como tal em relação ao diferente, ao seu *exterior constitutivo*, ou seja, em relação a um *Outro*. A criação de uma identidade implica o estabelecimento de uma diferença, e que ao longo da dissertação veremos como essa diferença será formada em relação aos povos indígenas e os *criollos*. Apostamos então, que é a existência desse *Outro*, o antagônico, que impede que um determinado discurso se torne absoluto para todo o sempre. Nesta dissertação, apostamos na atuação e no legado político do cacique Juan Calfucurá, como esta força antagônica, que impossibilita que o discurso de uma Argentina branca se cristalice.

Dessa forma, hegemonia

está relacionado à construção de um campo discursivo que pretende atuar como elemento de convergência de sentido entre diferentes possibilidades significativas, capazes de agregar em seu interior diferentes demandas, pontos de vistas e atitudes”. (Mouffe, 2015, p. 10)

Somado a essa noção de hegemonia pensada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que significa articulação contingente, as categorias de *político* e *política* trabalhados por Mouffe (2015), se fazem importantes para pensarmos nas disputas em torno da constituição da identidade nacional argentina. Por *política*, Mouffe entende como um conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada. Ou seja, a política organizará a coexistência humana nos contextos de conflitos produzido pelo *político*. Já o *político*, será o espaço ontológico da disputa, do conflito, do antagonismo e da criação precária de sentidos; Na política se terá o fechamento provisório e precário feito no âmbito do conflito, ou seja, do político. Dizendo de outro modo, o *político* será o lugar do embate, do conflito e das negociações para que na *política* haja um consenso, um fechamento sempre precário e provisório, feito a partir das negociações feitas no campo do *político*.

Em suma, olhar para a atuação política e discursiva de Juan Calfucurá no processo de formação e consolidação do Estado Nacional argentino, através da análise de suas cartas, sob

lente pós-fundacional² e da Teoria do Discurso me afastam de leituras essencialistas, evolucionistas, ou que veem os indígenas como atores passivos. Me levam assim a compreender que o Estado Nacional como um processo histórico conflituoso, marcado por negociações, exclusões e disputas de sentido, particularmente visíveis na fronteira sul argentina durante a segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo, compreendemos a identidade nacional argentina como uma construção histórica precária e disputada, e não como um dado natural. Ademais, a fronteira será pensada enquanto um espaço relacional e político. Assim, a atuação de Calfucurá não é analisada à margem da história nacional, mas como parte constitutiva dela.

Para além disso, a teoria também me ajuda a compreender que toda narrativa histórica é resultado de um fechamento provisório de sentidos, marcado pela contingência, pela precariedade e pelas disputas hegemônicas no campo do discurso (Laclau, 2005; Mouffe, 2015). Dessa forma, aquilo que se apresenta como “verdade” deve ser entendido como um efeito discursivo, produzido em contextos específicos de poder (Bonfim, 2024, p.39), no qual determinadas interpretações se tornam dominantes em detrimento de outras.

Assim, olhar as fontes desta dissertação a partir dessa ótica, não é entendê-las enquanto um espelho transparente do passado, mas como uma produção discursiva, atravessada por relações de poder, interesses, silenciamentos e estratégias políticas. A fonte é compreendida como uma prática social que produz sentidos e participa ativamente das disputas pela hegemonia, não sendo portadora de uma verdade objetiva em si mesma (Laclau, 2005; Mouffe, 2015). Deste modo, as cartas, os tratados, os periódicos são analisados não apenas pelo conteúdo factual, mas pelo que dizem, pelo que ocultam e pelos significados que buscam fixar em determinado contexto social.

As correspondências de Juan Calfucurá são interpretadas como instrumentos de ação política e negociação, por meio das quais o cacique constrói demandas, alianças e antagonismos. Isto é, nessa perspectiva a fonte deixa de ser uma evidência neutra do passado e passa a ser entendida como espaço privilegiado de disputas discursivas e produção de verdades discursivas. Assim, cada carta de Calfucurá atua no âmbito do *político* (Mouffe, 2015), na medida em que procura tornar inteligível e aceitável uma determinada versão da realidade da fronteira, da guerra ou da paz, em disputa com outras narrativas produzidas pelo

² As discussões e pesquisas em torno da lente pós-fundacional e da Teoria do Discurso vêm me mobilizando desde de 2020, a partir de minha inserção no GEPACEH (Grupo de Estudos Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História)

Estado e por seus representantes. As cartas inscrevem Calfucurá como um interlocutor frente ao Estado, que recusa a narrativa de passividade dentro de um discurso hegemônico.

É por meio da leitura desta teoria que algumas indagações para esta dissertação surgiram: Como a correspondência de Juan Calfucurá demonstra as estratégias políticas e discursivas indígenas no processo de formação do Estado Nacional argentino? Como Calfucurá constrói narrativas sobre fronteira, conflito e negociações em suas cartas? De que maneira essas narrativas variam conforme os interlocutores e o contexto político? Quais tensões essas narrativas revelam em relação aos projetos estatais e organização territorial?

A partir da Teoria, também estabeleço um diálogo com o *Kimün* histórico mapuche, compreendendo que essa ação fortalece o entendimento do objeto de análise como um campo de disputa interétnica, política e epistemológica, que me permitem ler a ação de Calfucurá não apenas por uma lógica política branca, mas também indígena. Meu desejo por esse diálogo origina-se a partir da indagação do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, muito conhecido por seus estudos em etnologia indígena³. Viveiros de Castro (2015, p.227) nos inquieta “O que acontece quando se leva a sério o pensamento nativo?” Não tenho uma resposta assertiva neste momento para essa pergunta, mas respondê-la vai ao encontro da construção desta dissertação.

O *kimün* é a sabedoria e conhecimento mapuche. Eles são oriundos dos ensinamentos dos antepassados, e é reconstruído de maneira permanente pelos sujeitos a partir do conhecimento e da prática dos mecanismos e axiomas da cultura (Vargas, 2017, p.327). Diante disso, eu reformulo a indagação de Viveiros de Castro: O que acontece, se nesta pesquisa, onde penso a agência do cacique Juan Calfucurá, eu leve a sério o *Kimün*? O que muda na minha análise? O antropólogo Guillaume Boccara nos chama a atenção para o fato de que

Memórias subalternas estão ressurgindo e, com esse ressurgimento, grande parte do edifício antropológico-historiográfico parece estar abalada em seus alicerces. As historicidades, construções e usos do passado, bem como as memórias, estão definitivamente colocadas, goste-se ou não, no centro da reflexão nas ciências sociais atuais. A escrita de histórias e etnografias indígenas não pode mais ser feita sem considerar histórias, memórias e epistemologias alternativas. Trata-se de estabelecer o que alguns chamaram de “diálogo colaborativo” (Boccara, 2013, p. 4)

³ Campo das Ciências Sociais que estuda as relações sociais das comunidades indígena. Focando suas análises em buscar compreender as cosmologias indígenas, sua forma de se relacionar entre os seus e entre os seus e a comunidade branca em busca de direitos.

Desta forma, busco ao longo da dissertação não apenas ouvir o que os próprios intelectuais indígenas⁴, (mais especificamente, os mapuche) tem a dizer, mas a pensar e a aprender com eles em um diálogo colaborativo, como defendido por Boccara. A intelectualidade indígena “caracteriza-se como um grupo que quase sempre possui, concomitantemente, o saber tradicional e ancestral associado ao denominado conhecimento ocidental, definido como científico”. (Seixlack; Castro, 2021, p. 167)

Ainda com contribuições dos historiadores Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack e Fernando Luiz Vale Castro nos faz pensar sobre a importância do intelectual indígena.

Ao lançar luz sobre a permanência das estruturas coloniais de dominação, os setores indígenas das sociedades americanas relativizam os verdadeiros alcances obtidos pelas independências e pelo processo de formação dos Estados nacionais no continente. Nesse contexto, torna-se central a figura do intelectual indígena, indivíduo formado na educação superior que atua no sentido de questionar os discursos de poder legitimadores da dialética “colonizador-colonizado”. (Seixlack; Castro, 2021, p. 168)

Diante disso, o diálogo colaborativo aqui proposto é com autores mapuche que fazem parte de um coletivo chamado *Comunidad de Historia Mapuche* (CHM). Ela foi construída nos anos 2000 na cidade de Temuco, localizada no sul do Chile, constituída juridicamente como *Centro de Estudios e Investigaciones Mapuche* (CEIM). A CHM se considera um coletivo heterogêneo, seus integrantes são oriundos de diferentes histórias e espaços territoriais, que tem por objetivo a luta em prol do desmantelamento do colonialismo, da opressão, do racismo e também pela reconstrução do *Wallmapu*⁵. (Seixlack; Castro, 2021). Portanto, como defendido pelo historiador Sebastião Vargas, o que se vê é a criação de uma discursividade própria, é a chegada do *outro*, o indígena que fala sobre si mesmo desde sua diferença. (Vargas, 2017).

Um dos livros mais emblemáticos e importantes da *Comunidad de Historia Mapuche* (CHM) e que venho ouvindo e aprendendo com os seus autores é *... Escucha winka...! Cuatro ensayos sobre de historia nacional mapuche y un epílogo sobre el futuro*, escrito a várias mãos, pelos intelectuais mapuche Pablo Marimán Quemenado, Sergio Caniuqueo Huircapán, José Millalén Paillal e Rodrigo Levil Chicahual e lançado em 2006. Para os autores

⁴ Para a historiadora chilena Claudia Zapata, intelectuais indígenas são “sujetos culturalmente complejos, que se constituyen en la intersección con la sociedad mayor, donde detentan una posición subordinada” (Zapata Silva, 2013, p. 414).

⁵ País Mapuche.

A história Mapuche significa revisitar nosso passado através de nossa própria epistemologia e construir um novo conhecimento baseado em nossa cultura. Este texto é uma das possibilidades existentes, não a única. Uma história envolve analisar como o conhecimento é construído a partir de uma perspectiva Mapuche, estabelecendo pontos de convergência e antagonismo com outras formas de conhecimento, estudando a construção de conceitos e sua operacionalização, além de examinar a relação entre a língua (Mapuzungun) e a construção do conhecimento. [...] “Escute, winka...!” é um grito dos colonizados para outros colonizados e, ao mesmo tempo, para o colonizador, com o objetivo de reescrever a história para incluir uma de suas vozes menos ouvidas. Em termos interétnicos, significa aprofundar-se em uma avaliação da dominação por meio da cooptação, da violência coercitiva e simbólica. Revisitar a perspectiva winka é significativo porque estabelece como nos comportamos e como vislumbramos o futuro para decidir que tipo de sociedade queremos construir. Nesse sentido, o winka (não-mapuche) deixa de ser o Estado-nação, estendendo a responsabilidade aos indivíduos (sociedade civil), com a expectativa de que possam expressar coletivamente seus sentimentos e propostas políticas. O Estado sob o domínio do winka deve passar por uma transformação que reflita os tipos de sociedades e pessoas que desejamos ver se desenvolver no futuro. Nós, mapuches, temos o desafio de continuar apresentando propostas para nos libertarmos do colonialismo winka, fortalecendo-nos como sociedade e abrindo espaços para alcançar um novo entendimento baseado em princípios éticos de respeito e tolerância, bem como justiça e reparação pelo que nos é devido (Marimán Quemenado, 2006, 9-10, tradução nossa)⁶

Ou seja, o *winka* é o *criollo*. “Operando uma definição político-histórica (e não cultural/essencialista) tanto da chilenidade quanto da indianidade, o grito mapuche diz ao *winka* que sua identidade histórica está intimamente ligada à ordem material simbólica dominante, da qual, queira ou não, ele continua tirando proveito.” (Vargas, 2017, p. 329). Além disso, como chama a atenção Alessandra Seixlack e Fernando Luiz Castro, o título *¡... Escucha winka...!* cita outra obra emblemática para se pensar uma crítica ao colonialismo interno, que é a obra de Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que no ano de 1966, foi traduzida pela editora catalã Nova Terra com o título *¡... Escucha, blanco...!*. Para esses intelectuais da CHM, as referências principais para os seus trabalhos são Frantz Fanon e

⁶ Do original: Historia Mapuche significa retomar nuestro pasado bajo nuestra propia epistemología y construir nuevos conocimientos a partir de nuestra cultura. Este texto es una de las posibilidades existentes, no la exclusiva. Una Historia involucra analizar cómo se construye conocimiento desde lo mapuche, establecer los puntos de convergencia y de antagonismos con otras formas de conocimiento, estudiar la construcción de conceptos y la operacionalización de éstos, al mismo tiempo que se hace la relación lengua (mapuzungun) y construcción de conocimiento. [...] *¡... Escucha, winka ...!* es un grito de colonizados hacia otros colonizados, y al mismo tiempo, al colonizador, con el fin de volver a escribir la Historia para situar en ella a una de sus voces menos escuchadas. En términos interétnicos, es adentrarnos a evaluar la dominación, vía coaptación, violencia coercitiva y simbólica. La revisión de lo winka tiene un sentido al establecer cómo nos hemos conducido y planteamos el futuro para decidir qué tipo de sociedad queremos formar. En este sentido, lo winka deja de ser el Estado Nación para extender la responsabilidad a los individuos (la sociedad civil), esperando que de manera colectiva puedan expresar sus sentimientos y propuestas políticas. El Estado bajo lo winka debe sufrir una transformación que dé cuenta de los tipos de sociedades y personas que queremos que se desarrollen a futuro. Nosotros los mapuche tenemos el desafío de seguir levantando propuestas para liberarnos del colonialismo winka, reforzándonos como sociedad y abriendo espacios para lograr un nuevo entendimiento basado en aspectos éticos de respeto y tolerancia, así como con justicia y reparo de lo que se nos adeuda. (Marimán Quemenado, 2006, 9-10)

Aimé Césaire, se distanciando então dos estudos pós-coloniais e decoloniais e se aproximando do pensamento anticolonial (Seixlack; Castro, 2021). Os próximos intelectuais com quem iremos dialogar também se aproximam dos estudos anticoloniais para pensar a sua história.

Outro livro muito representativo da luta e construção do conhecimento da CHM é *Ta ñ fijke xipa rakizuameluwün*⁷. *Historia, colonialismo y resistencia desde el País Mapuche*, lançado no ano de 2012. A obra também é escrita há várias mãos, com contribuições de diversos intelectuais mapuche, como a antropóloga Jimena Pichinao Huenchuleo, o historiador Pablo Marimán Quemenado e o antropólogo Héctor Nahuelpan Moreno. O livro “reúne resultados de pesquisas sobre o racismo, a dominação, o extrativismo, a migração e a resistência do povo mapuche, faz uma reflexão sobre o colonialismo no *Wallmapu* nos séculos XIX e XX.” (Seixlack; Castro, 2021, p.174)

Dessa forma,

No âmbito dos estudos históricos, a “soberania epistemológica” exigida pelos mapuche questiona a neutralidade das “historiografias oficiais” chilenas e latino-americanas, denunciando as posições políticas encobertas pela escolha das temáticas, problemas, modelos teóricos, metodologias, linguagens, imagens, formas de argumentação e o policiamento das fronteiras entre domínios do saber. Ao propor uma “soberania epistemológica”, os mapuche apenas estão exercitando epistemologia no seu âmago: estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências visando determinar o valor e o alcance delas. Ao refletir sobre a “geopolítica do conhecimento” e sobre os diferentes modos de relacionamento dos “cientistas” com os contextos institucionais (academia, sistema educacional e agências indigenistas), com seus pares, o Estado, as entidades financiadoras, os interesses econômicos ou o interesse público, os intelectuais mapuche (parte relevante dos integrantes da CHM são professores de História em escolas das periferias urbanas de grandes cidades como Santiago ou Temuco e em comunidades rurais do sul do Chile) propõem um debate crítico sobre as condições do ensino de História e do trabalho do historiador em suas múltiplas dimensões, especificidades e instâncias (Vargas, 2017, p.331-332)

Em síntese, esses são alguns dos intelectuais com quem venho aprendendo ao longo do percurso da pesquisa. Nesse sentido, a partir do arcabouço teórico pós-fundacional, “que legitima e autoriza o investimento na produção de novos sentidos para significantes que explicam a ordem social” (Martins, 2019, p. 37), aposto em outros sentidos possíveis para se pensar e enxergar os povos indígenas dentro da sociedade argentina.

Como discutido anteriormente, no processo de constituição de uma hegemonia, é a presença do *Outro*, enquanto elemento antagônico, que impede o fechamento completo de um discurso. Nesse sentido, toda formação hegemônica é necessariamente incompleta, uma vez

⁷ Tradução nossa: “nossas diferentes formas de nos pensarmos”.

que determinados elementos permanecem excluídos da cadeia de equivalência em um dado contexto histórico, ainda que possam vir a ser incorporados em momentos posteriores. Investindo nessa perspectiva para pensar o caso argentino, se a identidade nacional, em determinado período, não reconhece os povos indígenas como parte constitutiva dessa identidade, isso não significa uma exclusão definitiva, mas sim contingente e historicamente situada. Tal compreensão fundamenta-se na ideia de que as identidades não são fixas ou essencializadas, mas submetidas a uma “historicização radical”, estando permanentemente em processo de construção, deslocamento e transformação (Hall, 2014, p. 108).

A partir da Teoria do Discurso, a tensão entre o universal hegemonizado e as particularidades que o contestam, me permite compreender esses dois elementos não apenas como polos antagônicos, mas como elementos constitutivos do próprio jogo político. Dessa forma, não se trata de transformar o universal em vilão e o particular como o elemento de resolução do conflito, ou vice e versa. O que mais nos motiva é ver a relação de tensão entre ambos os lados na busca por significação da identidade argentina.

Neste sentido, a dimensão agonística se faz importante para a disputa que esta dissertação aposta. Vemos:

Enquanto o antagonismo é uma relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não possuem nenhum ponto em comum, o agonismo é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são “adversários”, não inimigos. Isso quer dizer que, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando um mesmo espaço simbólico dentro do qual tem lugar o conflito. (Mouffe, 2015, p.19)

Apostamos, então, no elemento agonístico⁸ como chave analítica para pensar um debate no qual os povos indígenas sejam compreendidos como atores legítimos no campo político, não como inimigos a serem eliminados, mas como adversários no interior de uma disputa democrática (Mouffe, 2015). Trata-se de um tipo de relação que não predominou no contexto histórico aqui analisado, e que lamentavelmente, não se estabelece na Argentina contemporânea. Dessa forma, reconhecer a agência política de Juan Calfucurá ao longo de sua trajetória de resistência em meio a uma conjuntura que projetava a sua eliminação, física e simbólica, implica questionar e tensionar uma estrutura de poder que historicamente excluiu, e ainda exclui, as populações indígenas como parte não integrante deste Estado nacional.

⁸ Investir nos agonistas não supõe a eliminação dos antagonismos (Mouffe, 2015).

Cabe esclarecer, antes de apresentar a estrutura da dissertação, que este trabalho não se propõe a elaborar uma biografia de Juan Calfucurá, nem a reconstruir de forma linear e exaustiva sua trajetória individual. Tal empreendimento, além de esbarrar em limites documentais evidentes, exigiria um tipo de abordagem distinta daquela aqui abordada. O foco desta pesquisa não está na totalidade da vida do cacique, mas na análise de sua atuação política tal como ela emerge em contextos específicos de negociação, conflito e produção discursiva ao longo do processo de consolidação do Estado nacional argentino.

As cartas de Calfucurá são tratadas, portanto, não como registros transparentes de uma experiência individual, mas como intervenções políticas situadas, produzidas em relações assimétricas de poder e voltadas a interlocutores diversos. A análise não segue uma cronologia contínua da vida do cacique, mas acompanha momentos de inflexão nos quais a fronteira, o discurso estatal e as possibilidades de negociação se reconfiguram. Trata-se assim, de uma abordagem analítica e temática, que privilegia os usos políticos da correspondência e suas transformações, em detrimento de uma narrativa biográfica linear.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, a discussão se dá em torno do mundo mapuche, sobretudo da passagem do final do século XVIII para o início do século XIX. Analisa-se a chegada de Calfucurá aos pampas, a sua aliança com Juan Manuel de Rosas, através da política *Negócio Pacífico de Índios*. Além também de discutir o uso da correspondência indígena como fonte histórica, enfatizando suas condições de produção, circulação e os limites de sua interpretação

O segundo capítulo analisa a atuação política de Juan Calfucurá enquanto liderança indígena e mediador da fronteira, destacando suas estratégias de negociação, alianças e conflitos com autoridades provinciais e nacionais após 1852. Por meio do exame de sua correspondência e de fontes oficiais, o capítulo demonstra como Calfucurá se insere no espaço fronteiriço como ator indispensável à manutenção de acordos e à estabilidade regional durante a fase de negociação.

O terceiro capítulo contextualiza o processo de unificação do Estado nacional argentino após 1862, com ênfase nas disputas em torno da fronteira sul. Analisa-se como as cartas de Calfucurá, foram usadas pelo cacique como forma estratégica de neutralidade indígena durante a conjuntura da Guerra do Paraguai (1864-1870). Além disso, pretende-se examinar os contextos de inflexão do governo Mitre para o governo Sarmiento, com a

construção dos discursos de civilização e barbárie e seus impactos sobre a representação dos povos indígenas no projeto nacional.

O quarto e último capítulo investiga o processo de militarização da fronteira sul e a progressiva conversão desse espaço de mediação em território de conquista, sobretudo a partir do final da década de 1870. Analisa-se a transformação das representações sobre Calfucurá, de aliado político a inimigo interno, bem como os limites da negociação indígena diante do endurecimento do discurso civilizatório, da centralização estatal e da intensificação da violência, culminando na exclusão dos povos indígenas do projeto nacional argentino.

Capítulo 1 - Juan Calfucurá e o *Wallmapu*

“nosotros que somos dueño de esta America no es justo que nos dejen sin Campo”
(Carta de Calfucurá a Martín de Gainza, 30 de janeiro de 1873, Lobos, 2015, p.518-519, grifo nosso)

O trecho da carta acima constitui a penúltima correspondência enviada por Juan Calfucurá, conforme a compilação realizada por Omar Lobos, publicada no seu livro “*Juan Calfucurá. Correspondencia 1854-1873*” (2015). Nela o cacique mapuche dirige-se ao então ministro da Guerra, Martín de Gainza, para afirmar a legitimidade dos povos indígenas como “donos da América”, evocando uma concepção de territorialidade fundada em direitos ancestrais. Ao longo da correspondência, o cacique demonstra sua preocupação diante aos avanços *criollos*⁹ sobre as terras indígenas, processo que a partir do final da década de 1870 se intensificaria com as Campanhas do Deserto durante o governo do general Julio Argentino Roca.

Embora venha a falecer apenas cinco meses após o envio da carta, o cacique já havia testemunhado, ao longo de sua trajetória, os efeitos concretos dessa expansão sobre os territórios indígenas. Nesse sentido, ao argumentar com Gainza que a América era de “*nosotros*”, Calfucurá mobiliza a noção de uma comunidade mapuche articulada em torno de uma resistência ancestral. Trata-se de uma concepção política e territorial que remonta ao período colonial, e que se expressa na defesa contínua da autonomia e da territorialidade indígena (Huenchuleo, 2012).

Juan Calfucurá nasceu aproximadamente em 1790, no oeste dos Andes, na região de Llaima, perto do Vulcão Llaima, provavelmente do grupo *Huilliche* ou *Pehuenche*¹⁰ do povo mapuche. A região de Llaima faz parte de um território maior nomeado pelos mapuche como *Gulu Mapu*, sendo este o território mapuche situado ao lado de onde hoje é o atual Estado do Chile. No ano de 1830, Calfucurá migra para a região pampeana do outro lado da cordilheira dos Andes, nomeado pelo povo mapuche como *Puel Mapu*, onde hoje é a atual Argentina. Esses dois territórios, o *Puel Mapu* e o *Gulu Mapu*, fazem parte do *Wallmapu*, que na língua mapuche, *mapudungun* significa país mapuche. Este território se liga à cosmovisão mapuche, de sentido de pertencimento e de identidade coletiva ancestral. (Seixlack, 2022).

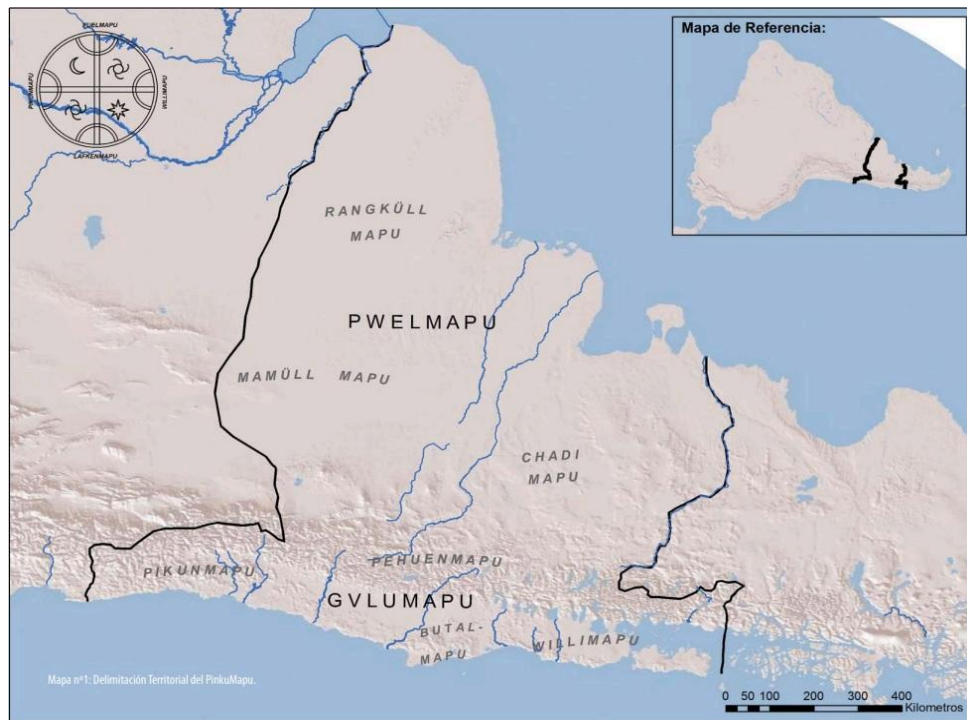
O território *Wallmapu* se localiza entre os oceanos Pacífico e Atlântico, passando pelas áreas do Rio Mapocho pelo norte até o arquipélago de Chiloé ao sul do lado chileno e

⁹ Descendentes de espanhóis nascidos na América.

¹⁰ Para conhecer mais sobre Juan Calfucurá e os debates em torno dos indígenas na Argentina, ver: <https://pueblosoriginarios.com/biografias/calfucura.html>. Acesso em: julho de 2023.

desde Buenos Aires até a Patagônia do lado argentino. Ou seja, “ao unir a porção de território Mapuche no Chile com a descrita para a Argentina, os Mapuche dominaram um dos mais extensos territórios indígenas da América.” (Mariman, 2012, p.40)¹¹.

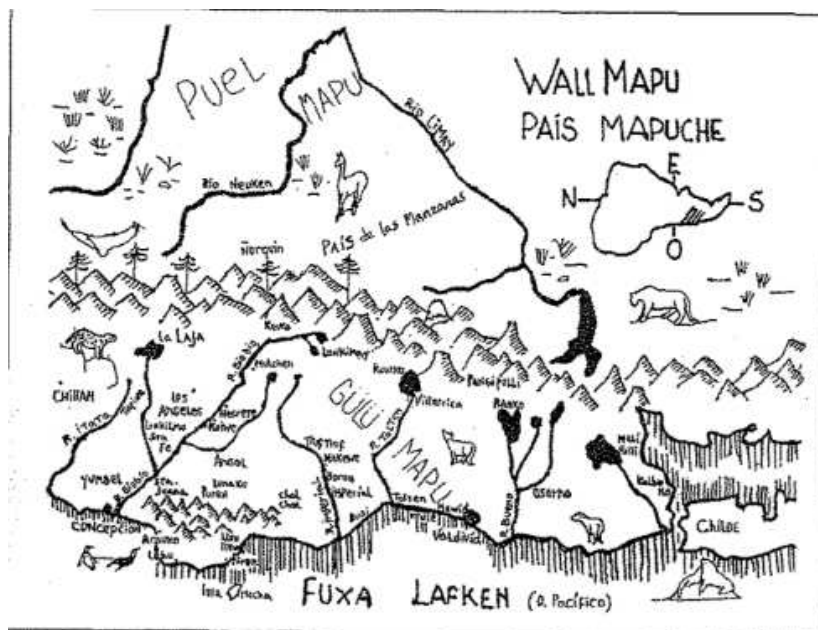
Mapa 1 - Mapa do Wallmapu segundo a cartografia mapuche.



Fonte: Melin, Miguel; Mansilla, Pablo; Royo, Manuela. MAPU CHILLKANTUKUN ZUGU: Descolonizando el Mapa del Wallmapu, Construyendo Cartografía Cultural en Territorio Mapuche. Tempuco: Pu Lof Ediciones, 2017. Disponível em <<https://www.oidp.net/docs/repo/doc558.pdf>> Acesso em: junho de 2025.

¹¹ Tradução nossa do original: “juntando la porción de territorio *mapuche* en Chile a la descrita para a Argentina, los *mapuche* dominaron uno de los territorios indígenas más extensos en América.” (Mariman, 2012, p.40).

Mapa 2 - Wallmapu - País Mapuche.



Fonte: Marimán Quemano, Pablo; Caniqueo Huicapan, Sergio; Chicahual, Rodrigo Levil; Millalén, José. ¡Escucha, winka! 1ª ed. Santiago LOM Ediciones, 2006.

Em mapudungun/mapuzugun, *mapuche* significa : *mapu* = terra e *che* = gente, ou seja, gente da terra. Essa é uma tradução muito popularizada na antropologia e na historiografia, porém tal leitura limita a relação do “*che*” (gente, ser humano) só à terra. Para o mapuche Hector Nahuelpan Moreno, historiador e antropólogo, tal tradução de *Mapuche* como gente da terra desconsidera o vínculo do “*che*” com outros espaços imateriais e materiais, como o mar, por exemplo. (Moreno, 2012, p.128).

Seguindo essa lógica, podemos notar que o próprio significado da língua *mapudungun* irá representar: *mapu* = terra e *dungun* = idioma, língua; ou seja língua da terra, existindo assim dentro da língua e da história desse povo uma forte ligação com a natureza.

É por isso que se diz que Mapuzugun é a fala da terra, a voz que emerge da terra. É o verbo, a vibração da matéria, a palavra que responde aos sons do ambiente, do meio e do entorno, o sentimento mais íntimo e instintivo do ser humano que capta a impressão e a compreensão de seu habitat, que os animais sentem e ouvem, mas não conseguem responder. Mapuzugun é a onomatopeia do som essencial que emerge da natureza e que o espírito humano pode captar. Esse som, essa onomatopeia, só é produzido quando a terra está em harmonia com o ar, com a água e com o fogo. (Huaiquinao, 2016, p. 21-22).¹²

¹² Tradução nossa do original: “Por eso se dice que el mapuzugun es el habla de la tierra, la voz que emerge de la tierra, es el verbo, es la vibración de la materia, la palabra que responde a los sonidos del ambiente, del medio y del entorno, del sentimiento más íntimo e instintivo del ser humano que recoge la impresión y comprensión de su hábitat, que los animales bien sienten y escuchan, pero no pueden responder. El mapuzugun es la onomatopeya misma del sonido esencial que emerge de la naturaleza y que puede captar el espíritu humano. Ese sonido, esa onomatopeya, que se produce solamente cuando la tierra entra en concordancia con el aire, con el agua, y el fuego”. (Huaiquinao, 2016, p. 21-22)

Assim, não apenas a questão da terra, como também a da natureza, compõem a base fundamental dessa cultura, cenário de conflitos desde a época colonial até os dias de hoje. Esse entendimento permite compreender a carta de Juan Calfucurá utilizada como epígrafe no início deste capítulo. Ao afirmar que ele e seus companheiros são os “donos desta América”, o cacique não apenas reivindica a posse de um território, mas mobiliza uma concepção específica de pertencimento, na qual terra, natureza e cultura constituem um mesmo horizonte de sentido. Tal afirmação deve ser lida no contexto das invasões aos territórios indígenas e da expansão do Estado Nacional argentino, como uma tomada de posição política frente a esse processo.

Devemos levar em conta o modo como as cartas são tratadas nesta dissertação, compreendidas como práticas discursivas que produzem sentidos e intervêm nas relações de poder. Ao se afirmar como “dono da América”, Calfucurá participa ativamente da construção de uma verdade narrativa que se contrapõe à verdade hegemonzada pelo Estado Nacional, disputando os significados de soberania, território e legitimidade política.

1.1 *Gulu Mapu*

Nas documentações analisadas nesta dissertação, nenhuma nos dá pistas sobre a trajetória de Juan Calfucurá em *Gulu Mapu*. No entanto, se faz necessário olhar para este território para buscar compreender as condições e motivações que levaram o cacique a atravessar a Cordilheira dos Andes e estabelecer-se no espaço pampeano.

De uma forma geral, todo o território *Gulu Mapu* e *Puel Mapu* passaram desde o período colonial por diversos conflitos de âmbito territorial. No entanto, foi a partir de meados do século XIX que *Wallmapu* “se tornou alvo de projetos expansionistas sistematizados, que visavam à supressão das chamadas “fronteiras internas” e sua incorporação à órbita do poder público, civilizando seus habitantes ou extinguindo-os se necessário.” (Seixlack, 2022, p.115).

Assim, desde o período colonial, os colonizadores enfrentaram uma contínua resistência indígena, levando assim, a Coroa espanhola a pensar e a repensar estratégias distintas para lidar com os diferentes povos indígenas que encontraram. Antes pautado no extermínio, esta relação passou a ganhar uma dimensão de pacificação a partir do século XVII, dirigida pelos jesuítas à indivíduos e grupos em busca de civilizá-los (Boccará, 1999). Assim, surgem os *parlamentos*, inseridos nessa nova ótica de pacificação.

Segundo Jimena Pichinao Huenchuleo (2012), historiadora mapuche chilena, os parlamentos eram a principal instituição fronteiriça Mapuche-hispânica durante o período colonial. Eles funcionavam como um instrumento de negociação entre a nação mapuche e a coroa espanhola, mediando o conjunto de relações entre ambas partes envolvidas.

Se reconhecermos a história política e militar espanhola em suas relações com outros impérios europeus, os “Tratados” destacam-se como a principal fonte de negociação. Da mesma forma, no caso Mapuche, o *Kojagtun* é considerado uma instância adequada de resolução de conflitos, inserida na jurisprudência indígena. A categoria de parlamento deve ser entendida em um sentido híbrido, visto que, para ambas as partes, resultou em uma categoria intermediária, mediadora entre partes culturalmente diferentes.(Huenchuleo, 2012, p.31)¹³

Dessa forma, os espanhóis projetaram no Novo Mundo relações de “Tratados”, para fazer negociações, o mesmo que faziam na Europa com diferentes impérios, mas não supunham que aqui já havia uma jurisdição própria de resolução de conflitos autóctones, o *Kojagtun*. Para o antropólogo chileno José Manuel Zavala (2008, p. 160), como os espanhóis não conseguiram vencer alguns grupos indígenas na base da força, caíram na armadilha deles, de uma forma de negociação própria, que eles já faziam, mas que passa a ser designado como Parlamento e prevê a proteção dos mesmos.

Para os espanhóis, *os parlamentos* eram uma ideia estratégica pois geraria índios amigos¹⁴, e estabeleceria assim a paz interna, em um mundo de fronteira, onde o ir e vir de pessoas era rotineiro. Por meio desses *espacos de fronteiras*, categoria pensada pela antropóloga argentina Lidia Nacuzzi, ocorriam situações diversas de interação, mestiçagem e conflitos (Pompeu, Seixlack, 2018, p.9). Diante desse cenário, “a coroa espanhola precisava manter constantes negociações com os índios tanto para evitar sequestros de bens e de pessoas quanto para reaver aqueles que precisavam ajustar contas com a justiça colonial.” (Acruche, 2019, p.110). Já na visão indígena, os Parlamentos tinham um aspecto ritualístico; passando pela comunicação que se dava na língua e discurso Mapuche somados ao

¹³ Tradução nossa do original: “Si se reconoce el historial político militar consigo las españoles en su vinculación con otros imperios europeos, sobresalen los “Tratados” como principal fuente de negociación. Análogamente, para el caso Mapuche, se asume el *Kojagtun* como una instancia propia de resolución de conflictos inscrita en la jurisprudencia indígena. Se debería entender la categoría parlamento en un sentido híbrido, ya que, para ambas partes trajo como consecuencia una categoría intermedia, la cual media entre partes culturalmente diferentes.” (Huenchuleo, 2012, p.31)

¹⁴ A noção de índio amigo, índio aliado e índio inimigo, foram categorias usadas pelos colonizadores como forma de administrar e controlar o mundo indígena. (Boccaro, 2005 [2001]), (Viveiros de Castro, 1993). “Por “índios amigos”, entendem-se aqueles que habitavam as proximidades dos povoamentos dos “espacos de fronteira” (ou que habitavam esses povoamentos), e cumpriam funções dentro do exército e na defesa da fronteira contra outros índios, em troca do pagamento sistemático de rações (ou víveres, pagos em forma de produtos ou animais).”(Pompeu, 2018, p.63)

mecanismo político da lógica de doação. Existiam assim, nesses parlamentos, uma diversidade de trocas de presentes, entre eles bebidas, roupas e comida.

Da perspectiva da lei Mapuche, a autonomia territorial é estipulada e reconhecida por meio dos regulares Parlamentos (Huenchuleo 2012, p.27), podendo assim ser citado dois principais parlamentos; o de Quilín, ocorrido no século XVII, e o de Negrete, no século XVIII. O Parlamento de Quilín ocorreu no ano de 1641.

Lá, foi estabelecido um tratado de paz entre a coroa espanhola e o povo mapuche, reconhecendo a independência e a liberdade absolutas dos indígenas e isentando-os da escravidão, em troca de permitirem o internamento de missionários cristãos em seu território, libertarem os prisioneiros de guerra e concordarem em não se aliar a outros estrangeiros. (Huenchuleo, 2012, p.31)¹⁵

Assim, nota-se como ambos os lados validaram seus interesses neste parlamento. Se, de uma lado, a coroa espanhola recuperou alguns prisioneiros de guerra, fez acordo com os povos indígenas, conseguindo a permissão para atuação missionária cristã em território indígena. De outro lado, as *Paces de Quilín*, como ficou conhecido o tratado feito entre eles, também foi responsável por estabelecer o rio Bío Bío como linha de fronteira e limite da ocupação espanhola, além de reconhecer os nativos como interlocutores políticos. (Seixlack, 2022, p.117)

Já o parlamento de Negrete ocorreu no ano de 1793, e a coroa espanhola tinha o objetivo central de controlar os problemas de desarmonia entre os povos que viviam ali. Assim,

a governabilidade indígena estava deteriorada devido “al incremento de la insubordinación de los peones, y la creciente ola de violencia interpersonal que afectó esos distritos”. Além disso, o comércio com aqueles povos era importante aos espanhóis e, para que o mesmo ocorresse em bom termo, era necessário o restabelecimento de relações pacíficas na região. Dito isso, se por um lado cabia aos índios se organizar para viver livremente ao sul do Bío Bío, cabia aos espanhóis assegurar a paz entre os mapuches para manter a estabilidade de seu próprio governo e o desenvolvimento de suas atividades econômicas. (Acruche, 2019, p.114)

Dessa forma, o papel dos *Parlamentos* era de regular as relações hispano-Mapuche nas esferas política territorial, econômica e religiosa. De modo geral, os Parlamentos são descritos, principalmente dentro de uma historiografia mais clássica, como espaços de bebedeiras, permeado de um imaginário racista e colonial. Tal visão, no entanto, é contraposta pelos próprios mapuches na atualidade (Huenchuleo, 2012, p.35)

¹⁵ Tradução nossa do original: “Allí se logra establecer un tratado de paz entre la corona española y el pueblo mapuche, reconociéndose absoluta independencia y libertad a los indígenas, y eximiéndose de la esclavitud, a cambio de que estos permitan la internación de misioneros cristianos en su territorio, liberen a los cautivos de guerra y comprometan a no aliarse con otros extranjeros”. (Huenchuleo, 2012, p.31)

É importante aqui ressaltar que segundo Guillaume Boccara, se pensar em uma etnia *mapuche* só é possível no e/pelo contato com os espanhóis, como estratégia de defesa, num processo de etnogênese (Boccara, 1999). Assim, uma etnia *mapuche* será definida de forma mais concreta ao longo do século XIX. O conceito de *etnogênese* foi pensado como um processo de emergência de um novo grupo com a chegada dos europeus ao Novo Mundo, que anda junto com o processo de *etnificação*, ou seja, de construção identitária de um grupo através do tempo e uma reformulação de comportamentos, de comunicação e de novos espaços. (Boccara, 2002, p.57). Como defendido pela historiadora Alessandra Seixlack, a formação dessa nova nação indígena, a *mapuche*,

resultou em mudanças nas práticas econômicas nativas – como a centralidade adquirida pela criação do gado não autóctone e pela prática dos *malones*¹⁶ – e na estrutura sociopolítica e territorial *reche* – como a concentração do poder e a estratificação social.” Além disso, “os caciques *reche*¹⁷ foram transformados em novos tipos de chefatura, que assentavam o seu poder não mais na guerra, mas sim no acúmulo do capital econômico, político e informacional. (Seixlack, 2022, p.117).

Somado a essa explicação, o historiador *mapuche* José Alejandro Mariman Quemanado, irá dizer que a cultura não é algo fixo, mas algo mutável e dialético, estando sempre em constante mudança. Dessa forma,

como as culturas não existem no vácuo, isoladas umas das outras, as mudanças respondem tanto a imperativos internos quanto aos contextos em que os grupos humanos interagem (os *Mapuche* interagiram com os Wincas, hispano-europeus, chilenos, argentinos e outros grupos). Em outras palavras, as mudanças ocorrem por vontade, influência ou coerção. No caso dos *Mapuche*, tendo sido derrotados militarmente e sistematicamente submetidos à colonização a partir do século XIX, as mudanças ocorreram sob condições estritas de dominação e rejeição. (Marimán Quemenado, 2012, p.94)¹⁸

Assim, “a cultura *mapuche*, antes de ser uma manifestação de fidelidade aos tempos históricos, é um arcaísmo artificial que expressa um ponto de vista estratégico, em termos de libertação dos colonizados: o terceiro espaço.” (Bhabha 1988 apud Marimán Quemenado, 2012 p.94). Ao olharmos para os sujeitos indígenas a partir das lentes da teoria pós-fundacional veremos, então, que eles não serão tomados como portadores de uma

¹⁶ Os *malones* eram invasões às instâncias pecuaristas, não visavam apenas o roubo de gado. Tinha por objetivos também o rapto de mulheres e crianças, ou apenas o manejo dos do pânico sobre os brancos. (Seixlack, 2018, p. 90)

¹⁷ O cacique *mapuche* era conhecido como *longko*.

¹⁸ Tradução nossa: “como las culturas no existen en un vacío aislados unas de otras, los cambios obedecen tanto a imperativos internos como a los contextos en que grupos humanos interactúan (los *mapuche* han interactuado con *ingkas*, hispano-europeos, chilenos, argentinos y otros grupos). En otras palabras, los cambios se dan por voluntad, influencia o por coerción. En el caso de los *mapuche*, por haber sido ellos derrotados militarmente y sometidos sistemáticamente a la colonización a partir del siglo XIX, los cambios les han sobrevenido bajo estrictas condiciones de dominación y reniego.” Quemenado, 2012, p.94)

identidade fixa, mas como resultado de práticas discursivas que os constituem em posições políticas contingentes.

Em *Gulu Mapu*, existia no começo do século XIX uma diversidade de grupos indígenas. Entre eles: os *abajinos*, *arribanos*, *pehuenches*, *huilliches* e *costinos*¹⁹. Dentre esses, destacam-se os grupos *arribanos* e *pehuenches*, que mantinham diálogo com os *criollos*. Da mesma forma, o grupo *pehuenche*, “adotaram desde meados do século XVII o cavalo e o gado introduzidos pelos espanhóis, convertendo-se em pastores nômades.” (Seixlack, 2018, p.15).

Esses grupos interagiam e negociavam com os diferentes grupos indígenas que existiam do outro lado da Cordilheira dos Andes. Sobre tal relacionamento, a antropóloga argentina Martha Bechis deu o nome de complexo fronteiro Arauco-Pampeano-Patagônico (Bechis, 2010). Veja abaixo no Mapa 3 a distribuição dos principais grupos mapuche no Chile do século XIX e no Mapa 4 a distribuição geográfica da Araucanía, Pampa e Patagônia.

Como mencionado acima, a inserção do gado e do cavalo pelos grupos indígenas levou a uma nova forma de interação social entre eles próprios, e entre eles e os *criollos*. A partir do século XVIII, o gado que antes era selvagem passa a se tornar escasso, passando assim a serem criados de maneira cercada pelos *criollos* em suas fazendas. Tal atitude *criolla* acarretou em uma série de conflitos com os indígenas, que buscavam esses animais por meio de ataques e *malones*. Os circuitos comerciais se davam então nesse complexo fronteiro apontado por Bechis, começa com os *malones*, ou seja, o roubo de gado nas fazendas pampeanas, e acabava do outro lado dos Andes. Assim, os indígenas atuavam como intermediários no abastecimento de animais para os mercados chilenos. (Pompeu, 2018 p.60-61).

¹⁹ Os nomes listados são advindos do mundo colonial.

Passando para o século XIX, observamos o avanço da “ordem liberal”, com o seu caráter mais excludente da nação Mapuche. Com a construção do Estado Nação, se terá a adoção de apenas um molde cultural, jurídico, linguístico, moral e religioso: a dos *criollos*, detentores do poder republicano (Marimán Quemenado, 2012, p.72), demonstrando como “a tendência predominante no pensamento liberal se caracteriza por uma abordagem racionalista e individualista que impede o reconhecimento da natureza das identidades coletivas”. (Mouffe, 2015 p.9)

Com as guerras de independência no Chile (1817-1818), conhecida na historiografia como “Guerra até a morte”, os *criollos* chilenos iniciaram um avanço rápido e sistemático sobre os territórios indígenas. Na década de 1820 o Chile teria duas Constituições, a de 1823 e 1828, que definiria quem poderia ser considerado cidadão naquela nação, deixando de fora as populações mapuches que não se encaixavam dentro da moralidade cristã. (Marimán Quemenado, p.73). Pensando a partir da Teoria do discurso, veremos com Ernesto Laclau que a construção dessa identidade, em busca do que poderia ser considerado cidadão chileno ou não, se baseou “no ato de excluir e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois pólos resultantes” (Laclau, 1990, p.33). Ou seja, entre indígenas e *criollos*.

No final do ano de 1824 para 1825, a sociedade de fronteira no Chile passava por uma grande crise de fome, ocasionada pelas constantes guerras de independência. (Marimán Quemenado, p.76-77). Essa conjuntura de fome, guerras, invasões aos territórios autóctones, impulsionou, “crescentes levadas migratórias indígenas a atravessar os Andes para ocupar a face leste da cordilheira e os pampas, até então com uma densidade demográfica baixa, apesar dos deslocamentos migratórios ocorridos desde o século anterior.” (Passetti, 2012, p.68). Assim, “ao mesclarem-se aos antigos habitantes *pehuenches*, profundos conhecedores dos caminhos da Cordilheira dos Andes, os mapuche penetraram definitivamente nos Pampas.” (Seixlack, 2018, p.16). Foi nessa leva migratória que Juan Calfucurá chegou aos Pampas na década de 1830. Não se trata, portanto, de identificar uma motivação individual que explique de forma linear a travessia dos Andes por Juan Calfucurá, mas de situar esse deslocamento em um contexto histórico marcado por crises e conflitos territoriais, que produziu as condições de possibilidade para tal movimento.

1.2 Puel Mapu

Os *Puelches* (mapuche dos Pampas e da Patagônia) estavam em paz com o Império Espanhol, desde que este não invadisse seus territórios. Os atos que geraram

conflitos se deviam à captura de gado selvagem que crescia livremente nos pampas úmidos e que gerava todo tipo de atividades de captura, deslocamento, encurralamento e subsequente troca dentro da sociedade Mapuche e com os “portos” comerciais que mantinham com a colônia no Chile (Nacimiento, Antuco, Los Angeles). Enquanto as fronteiras do Vice-Reino da Prata não se estendiam ao sul dos rios Cuarto e Salado, a coexistência pacífica era uma realidade que só foi alterada por eventos como a invasão inglesa de Buenos Aires em 1806 e 1807, uma questão que levou os defensores a formarem uma aliança de longo prazo com aqueles que pudessem ajudá-los a evitar a sucumbir a outro império. (Marimán Queménado, 2012, p.68)²⁰

O trecho acima retoma uma temática já abordada anteriormente, relativa ao roubo de gado realizado pelos *puelche/pehuentes* nos pampas e a sua comercialização do outro lado da Cordilheira. No entanto, o que merece especial atenção é a formação de alianças entre *criollos* e povos indígenas na defesa do território do Vice Reinado do Prata contra a invasão inglesa. É importante frisar, como o fragmento evidencia, que essas articulações ocorreram em um contexto no qual os limites territoriais do Vice Reinado do Prata se estendiam até o Rio Cuarto e o Rio Salado²¹, revelando a fluidez das fronteiras e a centralidade da participação indígena na defesa desses espaços.

Voltando à questão das alianças estabelecidas diante das invasões inglesas, observa-se que “os Mapuche (identificados como Pampas e Araucanos) foram chamados para fazer parte dos exércitos crioulos que enfrentaram os “colorados” da Inglaterra.” (Marimán Queménado, 2012, p.69). Nesse contexto, entre 1808 e 1811, os Mapuche passaram a ser concebidos como participantes ocasionais do projeto de construção republicana, sendo incorporado a uma ideia de nação que naquele momento reconhecia a existência de distinções culturais entre seus diferentes componentes (Marimán Queménado, 2012, p.69). Situação esta que passa a mudar a partir da década de 1820, com a expansão territorial de Buenos Aires para as terras indígenas, e desloca os povos originários da condição de aliados para a de obstáculo ao avanço estatal.

Assim, a partir da década de 1820, o Estado que hoje conhecemos como Argentina foi marcado por uma série de violências na fronteira sul (conhecida como “terra de índio”), e pelas disputas entre o que viriam a ser os partidos Federal e Unitário. Em 1829, Juan Manuel

²⁰ Tradução nossa do original: “Los *puelche* (Mapuche de las Pampas y la Patagonia) estuvieron en paz con el imperio español mientras éste no se internó en sus territorios, los actos que generaron conflictos estuvieron dados por la captura del ganado cimarrón que crecía a su anchas en las pampas húmedas y que generaron todo tipo de actividades de captura, desplazamiento, acorralamiento y posterior intercambio al interior de la sociedad Mapuche y con los “puertos” de comercio que estos mantenían con la colonia en Chile (Nacimiento, Antuco, Los Angeles). Mientras los límites del virreinato de la Plata no se extendieron al sur del río cuarto y salado, la coexistencia pacífica fue una realidad que sólo se vio alterada por hechos como los de la invasión inglesa a Buenos Aires en los años 1806 y 1807, cuestión que provocó por parte de los defensores la más dilatada alianza con quienes podían ayudarlos a no sucumbir bajo otro imperio”. (Marimán Queménado, 2012, p.68)

²¹ Podem ser visualizados no Mapa 5, abaixo.

de Rosas²² foi eleito governador de Buenos Aires, ficando no poder até 1832. Em 1831, ele uniu os estados-províncias da atual Argentina entre si, através de pactos interprovinciais, formando assim a Confederação da Argentina (1831-1861). Rosas tem uma curta saída do poder entre os anos de 1833 e 1834, mas retorna no ano seguinte, instaurando a ditadura do Partido Federal. Nesse contexto, como defendido pela historiadora Heloisa Jochims Reichel (2006), os grupos indígenas também participavam dessa realidade histórica, com suas reivindicações e aspirações, assumindo assim, ora uma postura de inimizade, ora de aliança, conforme as circunstâncias e seus interesses específicos (Seixlack, 2018, p.86).

Havia nessa região uma diversidade de povos indígenas. Nos pampas, região de fronteira mais próxima a Buenos Aires, existiam os grupos da família Catriel, os *ranqueles* e os *salineiros*, sendo esses dois últimos os mais prestigiados durante esta dissertação. Os *ranqueles* eram divididos em duas linhagens à época, as de Mariano Rosas e Manuel Baigorria. Os *salineiros*²³ eram liderados pela dinastia dos Curá, com Juan Calfucurá e Manuel Namuncurá. Por fim, na região da Patagônia existiam os *manzaneros*, liderados por Valentin Sayhueque. Esses grupos interagiam por meio dos “espaços de fronteiras” (Nacuzzi, 2010), categoria que amplia a ideia de fronteira e considera a região de fortes, povoados *criollos*, fazendas e *tolderías* indígenas.

A “terra de índio” ou “fronteira interna”²⁴, se estendia ao sul das atuais províncias de Mendoza, San Luis, Córdoba, Santa Fé e Buenos Aires (ver Mapa 5), limite este que separava a sociedade *criolla* das indígenas, sendo ele caracterizado

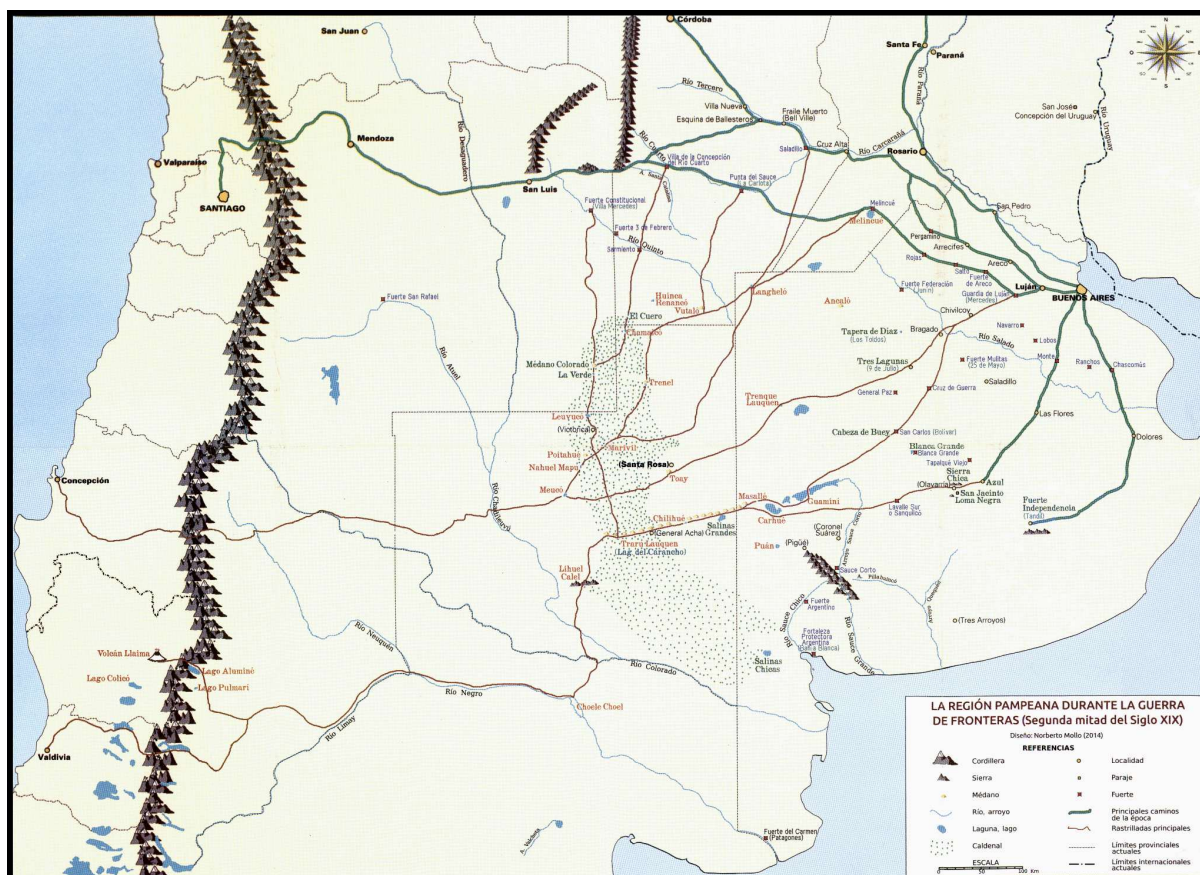
pela circulação de ideias, pessoas, objetos, recursos e tecnologias; eram definidos e atravessados por múltiplas relações interétnicas - entre grupos indígenas e entre eles e os grupos *hispanocriollos*, sujeitavam-se a lógicas de negociação, alianças, intercâmbios e conflitos. (Seixlack, 2018, p.84)

²² Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rosas y López de Osornio, nasceu em 30 de março de 1793, em Buenos Aires. Em uma sociedade portenha, como defendido por Halperin Donghi (1972), menos renovada do que sua economia. Era assim, uma sociedade com brechas ligeiramente abertas para a ascensão social, mas que, no entanto, não abandonava os valores patriarcais e de propriedade. (Fradkin; Gelman, 2015, p. 29-30). Sua família tinha um certo prestígio social em Buenos Aires. Com 15 anos, Rosas se alista no Exército, sendo hoje reconhecido na historiografia como um grande militar da história argentina.

²³ Designados como *salineiros* por viverem na região de Salinas Grandes.

²⁴ “Apesar do nome, essa fronteira não era representada por uma “linha” de demarcação – na maior parte das décadas entre os séculos XVII e XIX. Era uma fronteira vagamente definida por escassos fortes ou por referências naturais como os rios pampeanos.” (Pompeu, 2018, p.25)

Mapa 5 - Região Pampeana durante a guerra de Fronteiras (segunda metade do século XIX).



Desenho: Norberto Mollo, 2014.

Nessas relações estabelecidas entre os governos e povos indígenas, que existiam desde o período colonial, havia uma multiplicidade de interesses, expresso nas diversas formas de trocas, negociações e conflito entre essas distintas culturas. Assim,

as pretensões de ampliação dos domínios coloniais somadas às tentativas de aumentar a segurança dos povoadamentos e das estâncias de criação de animais levaram o governo colonial a construir fortificações e estabelecer milícias armadas, a partir do século XVIII. (Pompeu, 2018, p.16)

Era através dessas fortificações, especialmente dos *fortes* que se realizavam os intercâmbios entre os *criollos* e os índios amigos. Se estabeleciam nessas zonas fronteiriças, vínculos políticos, diplomáticos, entrega de produtos pelos comerciantes, e entrega das *raciones* (bens e alimentos). Nesses espaços também se davam as discussões sobre as políticas implementadas, onde os tratados eram assinados, além de serem locais de reivindicações de mudanças nas legislações. (Reichel, 2006) (Pompeu, 2018).

Segundo Jorge Pavez Ojeda, compilador das “*Carta Mapuches*” (2008), uma forma de regular as relações entre o mundo indígena, que vivia em uma cultura tradicionalmente

oral, e a dos *criollos*, onde existia a escrita, se deu a partir das *secretarias mapuche*. Assim o chefe indígena (*longko*) ou caciques, escreviam e recebiam cartas de autoridades *criollas*. O processo se dava nas *tolderias*²⁵, com a presença de *lenguaraces* e escrivães. “Os *lenguaraces* e escrivães adquiriram um papel central no processo de escritura, leitura, transcrição e tradução de documentos impressos no espaço político mapuche”. (Pompeu, Seixlack, 2017, p.4)

No que diz respeito às cartas atribuídas a Juan Calfucurá, Omar Lobos esclarece que o cacique ditava o conteúdo das correspondências a um escrevente. Na maioria dos casos a tarefa do escrevente devia ser coadjuvada pela atuação do *lenguaraz*, indivíduo que bilingue, responsável por traduzir a fala do cacique da língua indígenas para o espanhol *criollo*. Assim, o percurso da escrita envolvia três instâncias: Calfucurá ditava, o *lenguaraz* traduzia oralmente e o escrevente registrava o texto final (Lobos, 2015, p.13). Nesse sentido, o processo de produção dessas cartas evidencia que elas não podem ser lidas como registros diretos e transparentes da voz do cacique, uma vez que a mediação linguística e escrita abre espaço para possíveis deslocamentos de sentido, interferências interpretativas e enviesamentos por parte do *lenguaraz* quanto do escrevente.

Calfucurá teve quatro escreventes. A partir de 1855, o jovem cativo Elías Valdés, depois o francês Luís Foret, Manuel Acosta e, por fim, seu sobrinho Bernardo Namuncurá. Todos os três primeiros foram coadjuvados pela presença de um *lenguaraz*. Sobre o *lenguaraces*, Lobos (2015) não nos dá maiores informações. No entanto, apenas Bernardo Namuncurá tenha feito a dupla função de ouvir o que Calfucurá dizia e escrever, isso por ele ser mapuche.

Em meio a esse contexto de composições das cartas

é importante frisar que o conteúdo resultante do processo de transcrição-tradução e sua recepção em meios *criollos* foram rigorosamente controlados pelos indígenas. Diante do interesse em conhecer o grau de concordância entre aquilo enunciado no documentos (o escrito) e o que estes efetivamente buscaram comunicar (a intenção do remetente), realizavam-se repetidas leituras dos documentos em voz alta na presença de indivíduos alfabetizados, muitas vezes infiltrados nas *tolderias*. (Pompeu, Seixlack, 2017, p.5)

Nesse sentido, se faz mais uma vez importante demarcar como as cartas são compreendidas nesta dissertação. Uma vez que essa pesquisa se ancora em um referencial teórico pós-fundacional e na Teoria do Discurso, as cartas não são lidas enquanto uma revelação objetiva de um passado, onde seria possível encontrar uma verdade factual

²⁵ Um conjunto de toldos de indígenas.

previamente existente, mas sim como objetos analíticos. As correspondências constrói sentidos sobre os acontecimentos, atribui responsabilidades e busca fixar determinadas interpretações em um contexto político específico. Dessa forma, a verdade que emerge das cartas não corresponde à verificação objetiva dos fatos, mas sim em disputas de sentidos para a construção de uma verdade histórica. Sendo assim, a verdade histórica é sempre contingente e atravessada por relações de poder. Assim, as cartas são compreendidas como práticas discursivas que produzem verdades narrativas e intervêm no campo do político (Mouffe, 2015).

Retomando à discussão sobre a inserção do gado nos Pampas, veremos como esse processo foi importante para a reconfiguração das relações interétnicas na região. A partir do que a historiografia convencionou chamar de “araucanização dos pampas”, conceito criado pela Escola de Viena para designar a expansão dos grupos mapuche para o lado oriental da Cordilheira dos Andes, o gado começou a ser usado em uma rede de comércio trans cordilheira. Assim, os animais eram transportados pelas *rastrilladas* (caminhos que conectavam regiões e povos através dos pampas), para serem comercializados nas zonas fronteiriças com a Araucanía. O termo “araucanos”²⁶, deriva então a partir do nome da região chilena Araucanía e foi utilizado de forma genérica para designar os povos que habitavam essa região (Mandrini, 2005).

A chamada “araucanização” se constituiu como um processo complexo de circulação, apropriação e ressignificação de elementos culturais mapuche, impulsionado pelo comércio e pelas práticas de intercâmbio. Como destaca Ana Carolina Pompeu, tratou-se de uma dinâmica relacional na qual “ambas as sociedades foram modificadas pelo contato e pelas estratégias de relacionamento que surgiram ao longo das décadas.” (Pompeu, 2018, p.17). Dessa forma, ao longo do século XIX, o cenário político e social mapuche, manteve em ambos os lados da Cordilheira, interesses comuns e diferenciados nas suas relações com os

²⁶ Atualmente os próprios povos indígenas preferem o termo “mapuche”, embora araucano e mapuche sejam sinônimos. É inadequado referir-se a esses povos como mapuche antes do século XVIII, pois como defendido por Guillermo Boccara “a identificação étnica mapuche surge como um produto da confrontação bélica, com a negociação com os *Wingka*, os não mapuches.” (Boccara, 2007, p.71)

*Winca*²⁷, revelando a flexibilidade e a agência indígena na condução dessas interações. (Marimán Quemenado, 2006, p.64)

É nesse contexto, de intensificação de conexões trans cordilheiras e de reconfiguração das estratégias indígenas, que Juan Calfucurá chegou aos pampas. Sua chegada em *Puel Mapu* não deve ser compreendida como um deslocamento excepcional, mas como parte de um movimento mais amplo de mobilidade, negociação e reorganização do poder indígena, possibilitado por essas redes políticas, econômicas e culturais.

1.3 Chegada de Calfucurá a *Puel Mapu*

Em 1835 ocorreu um acontecimento importante: um jovem chefe araucano apareceu nos pampas. Ele chega num trem de guerra. Ele cruzou os Andes como um conquistador. É chamado de Calfucurá –“Pedra Azul”–. Ele mostra desde o primeiro dia que é um guerreiro ousado e um diplomata astuto. Ela se instala permanentemente no centro dos pampas. Fica mais forte. Ele é temido e admirado por seu próprio povo e também por seus inimigos. (Yunque, 2008, p.301, grifo nosso).²⁸

A grafia do nome Calfucurá, apresenta variações na documentação histórica, sendo encontradas formas como *Calbucurá* e *Kallfükura*, o que remete tanto às diferenças linguísticas quanto ao processo de tradução e registro realizados pelos *criollos*. Em mapudungun, *Kallfükura* significa *Piedra Azul* (pedra azul), nome atribuído pelo seu próprio grupo em razão do hábito do cacique portar, desde jovem, uma pedra azul considerada dotada de propriedade mágicas e temida por outros grupos indígenas inimigos (Bernand, 2016, p.261).

Já o nome cristão “Juan”, insere-se em uma prática recorrente no contexto rioplatense do século XIX, em que muitos caciques, frequentemente mestiços e bilíngues, adotavam nomes espanhóis em conjunto com as suas designações originais, seja em função de batismo,

²⁷ Winka, Wingaka, Huinca, ou Wigka significa o espanhol, estrangeiro. “Um termo que identifica e constrói o “outro”, o espanhol, o estrangeiro, como um ser individual e coletivo diferente. Por extensão, seu uso reafirma a autoafirmação coletiva dos “Mapuche”. Atualmente, o termo “Wigka” refere-se aos chilenos em geral, distinguindo-o do conceito *ka xipa che*, usado para identificar e se referir a pessoas de outras latitudes, ou seja, outros povos. O uso deste termo, “Wigka”, remonta a décadas após a invasão espanhola.” (Millalén, 2012, p.235). Dessa forma, Winka, “significa o “estrangeiro, o “não mapuche” podendo assumir conotações pejorativas de “mentirosos”, “saqueador” e ladrão. Winka não seria unicamente os representantes do Estado-nação opressor, mas também todos os indivíduos que participam da reprodução da lógica colonial.” (Vargas, 2017, p. 329)

²⁸ Tradução nossa do original: “En 1835 ocurre un hecho importante: Aparece en las pampas un joven cacique araucano. Llega en tren de guerra. Ha cruzado los Andes como conquistador. Se llama Calfucurá –“Piedra Azul”–; demuestra desde el primer día que es tan osado guerrero como astuto diplomático. Se instala definitivamente en el centro de las pampas. Se fortalece. Es temido y admirado por los suyos y por sus enemigos”. (Yunque, 2008, p.301)

alianças políticas ou estratégias de mediação com a sociedade *criolla*. (Pompeu, 2018, p.21). Nesse sentido, Omar Lobos ainda chama a atenção para a possibilidade de Calfucurá ter assumido o nome “Juan” em referência a Juan Manuel de Rosas, prática comum entre os indígenas quando expressavam estima por determinados líderes cristãos ou estabeleciam vínculos políticos mais estreitos (Lobos, 2015, p.98). A multiplicidade de nomes e grafias, longe de constituir um detalhe secundário, revela as tensões identitárias, culturais e políticas que atravessaram a trajetória de Juan Calfucurá, situado entre mundos indígenas e *criollos*.

Como mencionado acima, Calfucurá migra para *Puel Mapu* (os pampas argentinos) por volta da década de 1830. A primeira menção de Calfucurá em território argentino que Omar Lobos encontrou é baseada em uma nota do dia 6 de junho de 1831, escrita em Suace Chico, situada a cinco léguas ao norte de Bahía Blanca, onde havia chegado mensageiros dos caciques araucanos, junto com outros de Toriano, como Curiqueo de parte de Calfucurá, Unpañanco de Chinquilla, entre outros.²⁹ Assim, os mensageiros (*werken*)³⁰, coletavam informações, transmitiam e apresentava aos *longko*, “atravessando cadeias de montanhas, rios e vastas planícies, eles percorriam a geografia diversificada de *Wallmapu*, trazendo e levando novas informações para compartilhar, sem as quais era impossível deliberar ou decidir” (Marimán Quemenado, 2006, p.75). Os jornais portenhos entravam nessa gama de informações que esses mensageiros levavam para os caciques.

Ainda no ano de 1831, Calfucurá fez seu primeiro assentamento em Salinas Grandes³¹, segundo carta do comandante militar de Bahía Blanca, escrita para o comandante de Patagones:

Depois que os araucanos receberam uma lição do Sr. Comissário Especial Coronel D. Gervasio Rosas em Tapalqué, os caciques Calfucurá, Cumio e Bichacurá com outros dependentes de Toriano foram se posicionar na antiga grande mina de sal (no centro das pampas). (Lobos, 2015, p.25)³²

No entanto, para o seu assento decisivo em Salinas Grandes em 1835, Calfucurá fez uma aliança com Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, para enfrentar os índios *boroganos* (ou varoganos) que ocupavam Carhué, região das Salinas Grandes. Neste acordo, Calfucurá se comprometeu a submeter os *boroganos* e a assentar-se na região como único líder; em troca, Rosas lhe garantia a entrega periódica de *raciones* (bens e alimentos),

²⁹ Do original: “6 de junio de 1831. En el Sauce Chico, cinco leguas al norte de Bahía Blanca, se presentan chasques delegados de los caciques araucanos, junto con otros de Toriano: Curiqueo de parte de Calfucurá, Unpañanco de Chunquilla, etc. [...]” (Lobos, 2015, p.23).

³⁰ Ou chasques.

³¹ Área econômica importante para as elites *criollas*, devido ao sal encontrado nela.

³² Tradução nossa do original: “Luego de que los araucanos recibieran una lección del señor Comisario Especial Coronel D. Gervasio Rosas en Tapalqué, los caciques Calvucurá, Cumio y Bichacurá con otros dependientes de Toriano fueron a posicionarse en la antigua gran mina de sal (en el centro de la pampa)”. (Lobos, 2015, pág. 25)

desde que Calfucurá e seu povo lidassem de forma pacífica com o governo de Buenos Aires. (Seixlack, 2018, p.89).

A partir de sua política, intitulada *Negócio Pacífico de Índios*, Rosas elaborou um sistema de relações pacíficas entre o governo de Buenos Aires e alguns grupos indígenas, o que possibilitou uma relativa paz na fronteira (Ratto, 2003). Tal sistema regulava as relações entre o governo e os indígenas, ao mesmo tempo em que Rosas buscava expandir seus territórios ao sul de Buenos Aires. Tal política consistia no fornecimento das *raciones* (diferentes bens de consumo, como o gado), e em troca os grupos indígenas se comprometeram a não realizar os *malones* (invasões às estâncias na fronteira pampeana). O *Negócio Pacífico de Índios* teve inspiração nos parlamentos indígenas, uma prática do período colonial onde os indígenas, ao negociarem com os espanhóis, recebiam em troca presentes e comida. Essa política contribuiu para a emergência de grandes cacicados indígenas, como a Confederação de Salinas Grandes de Juan Calfucurá.

O *Negócio Pacífico de Índios*, com as entregas das *raciones*, facilitou o comércio feito pelos indígenas através da Cordilheira dos Andes, “o que gerava um comércio não apenas dependente da violência dos *malones*, mas sim, dos acordos de paz com os *criollos*” (Ratto, 2015, p.27). Esse pagamento de bens e alimentos foi primordial para o fortalecimento de Calfucurá em Salinas Grandes, trazendo vantagens em relação a outros grupos indígenas e caciques. Calfucurá e seus índios tornaram-se importantes na configuração política do Pampa argentino, garantindo o vínculo desses indígenas e seu território com o reconhecimento dos *criollos* por meio dos tratados e o fortalecimento interétnico pelo controle de uma região fundamental para os fluxos comerciais (Jong, 2009).

Desse modo, a aliança realizada entre Rosas e Calfucurá nos auxilia a compreender que “as fronteiras da América ibérica não foram simplesmente criadas a partir de tratados e guerras, mas pelas atividades desenvolvidas pelas pessoas que por ali transitavam, especialmente nos tempos de paz” (Herzog, 2015 apud Acruche, 2020, p.115). Assim, é possível percebermos o papel ativo que Calfucurá teve nas negociações com Rosas, mas também ressaltar como a política implementada pelo governador proporcionou uma relativa paz na fronteira.

Em relação às cartas, Omar Lobos não encontrou correspondências de Calfucurá anteriores a 1854. Essa ausência não deve ser compreendida apenas como uma lacuna empírica, mas também como um efeito das relações de poder que estruturam os regimes de legitimidade da escrita do século XIX. A possibilidade de que, durante o governo de Juan Manuel de Rosas, tenha havido uma relativa paz na fronteira não se traduz necessariamente

em registros escritos, sobretudo quando se considera que os acordos políticos indígenas se fundamentam, em grande medida, na oralidade e no reconhecimento mútuo entre as partes. Nesse sentido, conforme sugere Lobos (2015), uma primeira hipótese aponta para a centralidade da prática ancestral da negociação oral, “mirando aos olhos”, como forma legítima de pactuação política no mundo indígena, prática esta que não se ajustava às exigências do arquivo estatal. Já uma segunda hipótese se dá em relação às condições de produção do discurso escrito, uma vez que Calfucurá não redigia as suas cartas, mas ditava o seu conteúdo a escreventes e linguarazes, o que tornava a escrita um recurso contingente, situado e atravessado por mediações.

À luz da Teoria do Discurso, essa ausência de registros pode ser lida como parte do processo hegemônico que privilegiou determinadas formas de enunciação, especialmente a escrita estatal, em detrimento de outras, como a oralidade indígena, produzindo silêncios e exclusões no campo do que foi reconhecido como documento histórico. Assim, o não registro das negociações anteriores a 1854 não indica ausência de ação política indígena, mas revela os limites do discurso hegemônico na incorporação das práticas políticas mapuche, reforçando a necessidade de tensionar o arquivo e de compreender a agência de Calfucurá para além das formas tradicionais de documentação.

Contudo, a inexistência de correspondências enviadas por Calfucurá durante o governo de Rosas não implica a ausência de sua atuação política nesse período. Ao contrário, como demonstra o compilador Omar Lobos, ao longo do livro aparecem diversas notas oficiais e cartas trocadas entre autoridades *criollas*, nas quais o cacique é recorrentemente mencionado. São a partir desses vestígios indiretos, produzidos a partir do olhar e dos interesses do Estado, que permitem acompanhar, ainda que de forma fragmentada, a trajetória do cacique antes de 1854. Um exemplo significativo é uma carta de fevereiro de 1849, escrita por Manuel Zañartú, deputado da República de Concepción (Chile), enviada ao Ministro del Interior de Chile. Nela, Zañartú relata a informação transmitida por um comerciante que passava pelo território indígena, segundo a qual grupos *huilliches* que habitam o cordão da Cordilheira estariam se preparando para passar para o território argentino, a convite do então cacique Calfucurá. Esse tipo de registro, ainda que mediado por múltiplas vozes e interesses, demonstra a centralidade política do cacique na circulação de pessoas e alianças interétnicas, bem como sua capacidade de articulação trans cordilheira, reforçando a leitura de que sua agência política antecede e extrapola os limites do arquivo epistolar. Há ainda nesta carta, uma outra mensagem:

que Calfucurá mantinha relações amistosas com o governo de Buenos Aires e que de repente se rebelou contra o referido governo, abandonando as terras que ocupava, atacando várias fazendas e levando muitas famílias cristãs. (AGN - S. X - 27-7-6). (Lobos, 2015, p. 57)³³

Essa leitura, produzida a partir da documentação estatal, tende a enquadrar a atuação do cacique sob a chave da ruptura e da traição, apagando os elementos de negociação que atravessam essas relações. Contudo, ao deslocar o olhar para a agência indígena, é possível compreender os *malones*, não apenas como atos de violência, mas como mecanismo de poder e estratégias políticas mobilizadas no interior das disputas fronteiriças. Como apontado por Pompeu (2018, p.20), “longe de agentes passivos, os índios participaram dos processos de construção da fronteira e das áreas ocupadas ou não pelos *criollos*, por meio dos tratados e de outros mecanismos de poder, como os malones”. Então, mesmo durante os períodos frequentemente caracterizados pela historiografia como de “paz rosista”, coexistiam momentos de tempos turbulentos. Nesse sentido, a atuação de Calfucurá frente ao governo de Juan Manuel de Rosas pode ser interpretada à partir da Teoria do Discurso como uma prática anti-hegemônica³⁴, na medida em que desafiava os limites da ordem estabelecida. Conforme argumenta Chantal Mouffe “toda ordem hegemônica é passível de ser desafiada por práticas anti-hegemônicas, isto é, práticas que tentarão desarticular a ordem existente para instalar outra forma de hegemonia.” (Mouffe, 2015 p.17). Dessa maneira, a atuação de Calfucurá frente ao governo de Rosas, ao alternar entre alianças, negociações e confrontos armado, não apenas reagia às imposições do poder *criollo*, mas disputava ativamente os sentidos da soberania, da autoridade e do controle territorial, tensionando a hegemonia rosista nas fronteiras do sul.

Havia nos pampas no início do século XIX, um grande número de migrantes araucanos, que precisavam sobreviver, no entanto, a região pampeana não se encontrava próspera neste período. A partir de 1829, Buenos Aires enfrentou uma grande seca, afetando diretamente a produção pecuária da região, que se estendeu até o ano de 1832. Esse contexto de seca é bem mencionado por uma carta que Rosas envia em setembro de 1832 ao senhor Pedro Ortiz, dizendo:

³³ Tradução nossa do original: “que Calbucurá mantenía relaciones amistosas con el gobierno de Buenos Aires y que repentinamente se rebeló contra dicho gobierno, abandonando las tierras que ocupaba, atacando varias estancias y tomando por asalto muchas familias cristianas.”. (Lobos, 2015, pág. 57). Ver carta na íntegra no Anexo 1.

³⁴ Ser anti-hegemônico nada tem a ver com ser contra uma hegemonia.

Conto entre as tribos indígenas auxiliares para a expedição que aos poucos vai sendo preparada, pois não pode ser feita de outra forma devido ao esgotamento do tesouro e à escassez de cavalos que a seca nos deixou. Entre eles, acabam de se destacar os valentes Boroganos, que depois de terem apoiado Pincheira³⁵, durante muitos anos, eu os separei dele e os atraí por meio de um trabalho prolongado e penoso, e recentemente contribuíram para punir com a morte aqueles que sempre mais fizeram na fronteira da República e do Estado chileno: o cacique Toriano e seus aliados. (Lobos, 2015, p.27, grifo nosso)³⁶

Na carta, a expedição citada por Rosas é a Campanha do Deserto que ele empreendeu a partir de 1833. Ele cita também o grupo indígena borogano³⁷, o qual Calfucurá irá submeter mais tarde, que mata o cacique Toriano, importante cacique do grupo *pehuate*, com quem Calfucurá chega nos pampas³⁸.

Com essa situação de seca, uma questão que fica é: como os grupos indígenas que estão chegando à Argentina irão sobreviver? Assim, entra em cena a questão do roubo de gado ou os tratados de paz com as elites *criollas* que poderiam oferecer a esses grupos algum tipo alimentação. Deste modo,

esses conflitos, que passaram a sobrepujar as relações pacíficas, já vinham se fazendo sentir desde o século anterior, quando a diminuição dos rebanhos de gado *cimarrón*³⁹ e o aumento da demanda de couro e de carne salgada levavam índios e brancos a disputar as terras da campanha ao sul da província. (Reichel, 2006, p.299-300)

Diante desse cenário, observa-se uma intensificação dos conflitos na região pampeana, marcada pela recorrência de *malones* e pelo agravamento das tensões entre *criollos* e povos indígenas. Esse quadro de instabilidade impulsionou a formulação de políticas de negociação e contenção dos conflitos por parte das autoridades *criollas*, que passaram a buscar interlocutores capazes de mediar as relações com as populações indígenas. Nesse processo, a organização política indígena nos Pampas passou a ser articulada, aos olhos do Estado, por meio da figura do cacique principal, responsável por conduzir as

³⁵ Juan Antonio Pincheira, fazia parte dos irmãos Pincheira, um grupo de guerrilheiros chilenos que lutou na Guerra até a morte do lado dos realistas. Findada a guerra, eles se especializaram em roubos de gado e firmaram uma aliança com os boroganos. Além disso, também fizeram alianças com os *Pehuenche*, atuando no comércio dos dois lados da Cordilheira. (Marimán Quemenedo, 2012, p.78)

³⁶ Tradução nossa do original: “cuento entre las tribus indígenas auxiliares para la expedición que se va preparando gradualmente ya que no puede ser de otro modo por la exhaustividad del tesoro y la escasez de caballos en que nos ha dejado la seca. Entre aquellas acaban de distinguirse los bravos Boroganos que después de haber sostenido a Pincheira por muchos años los separé de él, y los atraje a fuerza de prolongados y penosos trabajos, y han contribuido últimamente a castigar de muerte a los que más han hecho siempre en la frontera de la República y estado chileno: el cacique Toriano y sus aliados.” (Lobos, 2015, p.27)

³⁷ Os indígenas boroganos (ou voroganos) eram provenientes da região de Boróia na Araucanía chilena. Seu cacique principal, Rondeau, havia se aliado à milícia Realista na Guerra de independência no Chile. Ao chegarem no pampa argentino, eles se aliam aos unitários, questão que deixava Rosas receoso.

³⁸ Calfucurá era submetido ao cacique Toriano quando chegou aos pampas argentinos. Como se comprova na carta enviada pelo comandante militar de Bahía Blanca, onde ele relata que “el cacique Calfucura, dependiente de Toriano...”. (Lobos, 2015, p.24).

³⁹ Equinos e bovinos que viviam livres nos pampas.

negociações e estabelecer acordos com os representantes *criollos*. É nesse contexto que Juan Calfucurá se insere em *Puel Mapu*, consolidando-se como liderança política e estabelecendo relações de negociação com a elite *criolla*, sobretudo no âmbito da política do chamado Negócio Pacífico de Índios, que será analisada no próximo item.

1.3.1 O Negócio pacífico de Índios

O *Negócio Pacífico* com os índios, como dito acima, foi criado em 1829 por Juan Manuel Rosas. O governador de Buenos Aires buscava uma relação de paz com os “índios amigos” na fronteira, oferecendo presentes e alimentos. Foi inspirado pela política burbônica do rei Carlos III, em que através da entrega regular de presentes e agasalhos aos indígenas, o monarca buscava criar laços de dependência e lealdade entre os mesmos. (Reichel, 2006). Consistia no fornecimento das *raciones* (diferentes bens de consumo, como o gado) para alguns índios amigos, e em troca esses grupos indígenas se comprometeram a não realizar os *malones*. Essa política possibilitou uma relativa paz na fronteira durante o seu governo (Ratto, 2003), enquanto Rosas colocava em prática a expansão do território de Buenos Aires sobre as terras indígenas.

Em 1833⁴⁰, Rosas inicia as Campanhas do Deserto, com o objetivo de atacar os araucanos recém chegados e os índios *ranqueles*, além de pretensão de alcançar a ilha de Choele Choel⁴¹ no Rio Negro. Rosas descreve em carta no dia 17 de agosto de 1833, enviada ao Comandante General de armas Elías Galván, seus feitos:

Nesse ataque, muitos índios foram mortos, embora o número não possa ser determinado, porque as tropas passaram todo o dia 16 e 17 perseguindo-os dispersos pelas montanhas e pastagens, reunindo prisioneiros de ambos os sexos e cativos cristãos, cuja situação era lamentável e não podiam ser vistos sem ficarem irritados. Muitas pessoas permanecem escondidas, e é sensato dizer que se elas não se apresentarem, perecerão de necessidade, porque não terão nenhum tipo de recurso. Assim, General, esta numerosa tribo de chilenos, de tão grande renome entre os índios, pelos males que nos causaram, está hoje reduzida a pouco mais de cem homens dispersos a cavalo, a maioria deles sem armas e sem família, pois já são mais de quatrocentos desses povos no meu acampamento. (Lobos, 2015, p.30-31, grifo nosso)⁴²

⁴⁰ Vale lembrar que Rosas não era governador de Buenos Aires nesse momento, estando ele como responsável da Comissão Pacificadora de Índios.

⁴¹ Olhar Mapa 5. Essa era uma região importante para o comércio e para a defesa indígena. “Suas passagens ofereciam uma parada segura para o gado enviado desde Buenos Aires até o Chile, e sua posição estratégica permitia o controle do transporte fluvial naquele que é o mais importante rio da região.” (Passetti, 2012, p.74).

⁴² Tradução nossa do original: “En esta correría se han muerto bastantes indios, sin que pueda determinar el número, poruqe todo el día 16 y 17 se empléo la tropa en perseguir en dispersión por dentro de los montes y pajonales, en reunir personas prisioneras de ambos os sexos, y las cautivas cristianas cuya situación era lastimosa, y no se podían mirar sin irritarse. Muchas personas quedan escondidas, y es sensible decir que si no se presentan van a perecer de necesidad porque no les queda recurso de ninguna clase.

As ações empreendidas pelo governo de Juan Manuel de Rosas terminaram em 25 de maio de 1834, com “o saldo de 3.200 indígenas mortos, 1.200 presos e 1.000 cativos resgatados”. (Passetti, 2012, p. 74). Contudo, esses números não significam a submissão dos povos indígenas. Ao contrário, os grupos nativos reagiram de forma ativa, aprisionando também numerosos cristãos, o que evidencia que a perda de seus territórios não foi aceita passivamente (Reichel, 2006, p.305). Isso confirma que os indígenas não atuaram como sujeitos inertes diante da ofensiva estatal, mas responderam às hostilidades por meio de práticas políticas e militares próprias, como os *malones*. Desse modo, suas ações podem ser compreendidas como formas de contestação à ordem hegemônica vigente, colocando em disputa o controle territorial, a autoridade política e os sentidos atribuídos à fronteira.

Nessa conjuntura, os indígenas *ranqueles* voltaram a ocupar o lugar de principais inimigos no imaginário e na prática política do governo de Buenos Aires. A construção dessa alteridade não era casual, e a existência de um adversário interno mostrava-se fundamental para sustentar e legitimar o discurso dicotômico de civilização *versus* barbárie. Como observa Gabriel Passetti, a manutenção de vultuosos investimentos militares exigia a produção de uma figura inimiga “cuja índole fosse bárbara, com interesses escusos e ataques surpreendentes e sanguinárias” (Passetti, 2012, p.75)

Essa lógica pode ser observada em uma carta enviada por Juan Manuel de Rosas a Tomás Guido, então senador argentino, datada de 20 de setembro de 1834. Nela, Rosas relata notícias sobre conflitos envolvendo grupos araucanos, *ranqueles* e boroganos, destacando a violência atribuída aos primeiros e o impacto dessas ações sobre a segurança da fronteira. O tom do documento evidencia a representação dos *ranqueles* como uma ameaça persistente à ordem republicana, ao mesmo tempo em que aponta para a instrumentalização dessas informações como justificativa para ações mais duras por parte do Estado. Segundo Rosas:

as declarações araucanas unidas aos *ranqueles* surpreendendo os caciques boroganos mataram os primeiros caciques destes que são Rondeau e Melín, [...] Se esta notícia for verdadeira nos termos expressos, ou algo semelhante, deve ser considerada de grande importância para toda a República, porque já fornece um caminho suave para acabar ou afugentar para sempre os *Ranqueles* e outros inimigos que permaneceram protegidos pela paz com o governo chileno. (Lobos, 2015, p.38, grifo nosso)⁴³

Así, señor general, esta numerosa tribu de chilenos de tanto crédito entra indiadas, por los males que nos han causado, se ve hoy reducida a poco más de cien hombres dispersos en el caballo montado, sin armas la mayor parte, y sin familia, pues ya se cuentan en mi campo más de cuatrocientas personas de estas.”(Lobos, 2015, p.30-31).

⁴³ Tradução nossa do original: “Todo esto les fue dicho por Dn. Vicente (González), llegado la noticia siguiente que U. ha visto. Que los enunciados araucanos unidos a los ranqueles sorprendiendo a los caciques boroganos han muerto a los primeros jefes de estos que son Rondeau y Melín, han hecho gran mortandad cautivándoles sus

O trecho demonstra como a narrativa oficial produzia os *ranqueles* como um inimigo a ser eliminado ou expulso, naturalizando a violência estatal como resposta necessária à barbárie atribuída aos indígenas. Dessa forma, o discurso não apenas descreve a realidade da fronteira, mas a constrói politicamente, reforçando uma ordem hegemônica que se legitima pela exclusão e pela negação da agência indígena.

Em outra carta de Rosas, desta vez enviada ao cacique borogano Cañuquir, em 14 de novembro de 1834, torna-se ainda mais evidente a forma como o então encarregado da Comissão Pacificadora de Índios administrava as relações interétnicas a partir de uma lógica instrumental. Na carta, Rosas afirma que, diante da derrota de Yanquetruz, não seria mais conveniente prestar auxílio aos *ranqueles*, mas “persegui-los até a morte”, responsabilizando-os pelos crimes cometidos e conclamando os boroganos a vingarem o assassinato dos caciques Rondeau e Melin (Lobos, 2015, p.41)⁴⁴.

Rosas, ao colocar a culpa da morte do cacique principal dos boroganos, o Rondeau, como responsabilidade dos *ranqueles*, reforça uma estratégia de fragmentação e hierarquização das alianças indígenas, mobilizando antigos antagonismos intertribais. Nessa lógica, os boroganos são momentaneamente incorporados como aliados legítimos, enquanto os *ranqueles* são construídos como o inimigo interno a ser eliminado. A carta também revela o caráter ambíguo da política rosista ao tratar das tentativas de negociação indígena. Rosas reconhece que os índios enviados por Cachul, possivelmente a mando de Calfucurá, buscavam implorar pela paz, mas afirma que os manteria sob custódia, impedindo a sua circulação. Assim, mesmo quando a diplomacia indígena se fazia presente, ela era reabsorvida por uma lógica de coerção e controle.

Dessa forma, a atuação de Rosas evidencia uma política de alianças contingentes, orientada não pela integração dos povos indígenas, mas por sua utilização estratégica no combate a adversários específicos. A fronteira, nesse contexto, configurava-se como um espaço de permanente disputa, no qual a paz e a guerra eram mobilizadas conforme os interesses da ordem hegemônica em consolidação.

familias y llevándoles con vida que es Caniullán, venía llegando al Fuerte Mayo con solo sus mujeres y diecisiete indios de pelea. [...] Si esta noticia es cierta en los términos expresados, o cosa parecida, a modo de ver debe considerarse de grande importancia para toda a la República, porque elle facilita ya un camino sin tropiezo para acabar o escamentar para siempre a los ranqueles y demás enemigos que han quedado al abrigo de las paces con el gobierno chileno.” (Lobos, 2015, p. 38). Ver carta na íntegra no Anexo 1.

⁴⁴ Olhar a carta original e na íntegra no Anexo 1.

A partir de 1835, com a consolidação da chamada Ditadura do Partido Federal, Juan Manuel de Rosas manteve os *ranqueles* como o principal inimigo interno de seu governo. Essa representação aparece reiteradamente na documentação oficial. Em 28 de agosto de 1839, há um registro em que Rosas felicita o comandante de Bahía Blanca por ter “perseguido e apunhalado uma forte divisão de índios chilenos e *ranqueles* que haviam invadido aquele ponto.” (Lobos, 2015, p 47)⁴⁵, evidenciando a centralidade da violência como instrumento de controle da fronteira.

Nesse contexto, as comunicações que envolvem Juan Calfucurá assumem um papel relevante. Em um informe de 14 de abril de 1843, Pedro Rosas, sobrinho de Juan Manuel de Rosas, comunica ao ajudante de campo Corvalán que:

às 7 da manhã acabava de chegar um mensageiro enviado pelo cacique Calfucurá para avisar que os caciques ranqueles e boroganos estavam se preparando para invadir a fronteira, mas que ele não sabia a direção do ponto para onde estavam indo. (Lobos, 2015, 51)⁴⁶

Esse tipo de aviso permite observar como Calfucurá se inseria ativamente no jogo político da fronteira, atuando como mediador de informações estratégicas. Ao enfatizar a ameaça *ranquel*, o cacique contribuiu para reforçar um imaginário já consolidado no interior do governo rosista, que intensificava esses grupos como bárbaros a serem combatidos. Ao mesmo tempo, essa prática lhe possibilitava afirmar sua posição como aliado confiável e interlocutor privilegiado diante das autoridades *criollas*. Ao longo da dissertação, veremos que o recurso à intriga, à circulação seletiva de informações e à manipulação das percepções do poder estatal constituiu uma estratégia recorrente de Calfucurá para ampliar sua margem de manobra política e fortalecer sua liderança no espaço fronteiriço.

Voltando a política *Negócio Pacífico*, Heloísa Reichel identifica três etapas em sua implementação. A primeira desenvolvida logo no início, caracterizou-se por pela manutenção de relações amistosas com as chamadas “tribos amigas”, por meio da distribuição de presentes e do reconhecimento da autoridade de seus caciques. A segunda etapa consistiu na instalação desses grupos indígenas ao longo da zona fronteiriça, com o objetivo de que atuassem como barreira de contenção frente aos ataques dos povos considerados inimigos.

⁴⁵ Tradução nossa do original: “Hay una felicitación de Rosas al Cte. de Bahía Blanca por haber perseguido y acuchilado una fuerte división de indios chilenos y ranqueles que habían invadido aquel punto.” (Lobos, 2015, p.47)

⁴⁶ Tradução nossa do original: “a las 7 de la mañana acaba de llegar un chasque mandado pr el Cacique Calfucurá avisar que los caciques ranqueles y borogas se estaban preparando para invadir la frontera, pero que ignoraba la direccí’n del punto adonde se dirigian.” (Lobos, 2015, 51)

Já, a terceira fase foi marcada pela integração de vários grupos indígenas ao exército nacional. (Reichel, 2006, p. 306). Dessa forma, a aliança estabelecida entre Rosas e Calfucurá insere-se sobretudo nas duas primeiras etapas dessa política. Uma vez que o acordo firmado previa, entre outros pontos, que Calfucurá atuasse na submissão dos indígenas boroganos, reforçando o papel do cacique como mediador e agente de controle na fronteira sul.

Como observa Passetti,

quando Rosas assumiu de novo o governo portenho, em 1835, foi de grande valia o apoio conquistado do novo controlador das Salinas, que proporciona uma força política e econômica sem igual para os demais indígenas. Para Rosas e Calfucurá, ambos recém-chegados a seus domínios, interessava a paz recíproca para o fortalecimento de seus regimes e o crescimento do comércio de gado e de sal. (Passetti, 2012, p. 74)

Essa leitura permite complexificar e compreensão da política *Negócio Pacífico de Índios*. Como ressalta Alessandra Seixlack, seria equivocado interpretá-la como simples expressão de fragilidade indígena ou de uma submissão plena aos interesses hispano *criollos*. Ao contrário, essa política envolveu negociações assimétricas, nas quais os caciques indígenas, longe de serem agentes passivos, atuaram estrategicamente para preservar espaços de autonomia, redefinir alianças e fortalecer suas próprias posições de poder (Seixlack, 2018, p. 90).

O segundo ponto destacado por Seixlack aprofunda ainda mais essa leitura ao demonstrar que a política implementada por Rosas implicou, de fato, o reconhecimento dos povos indígenas como interlocutores políticos legítimos e como atores relevantes na dinâmica provincial, dando continuidade a uma tradição colonial baseada em acordos. Tal política expressava, a aceitação das territorialidades indígenas e da circulação de pessoas e bens que essas territorialidades possibilitaram. No interior da lógica indígena, a exigência das *rationes* fundamentava-se em dois critérios centrais: o da governabilidade, entendido como contrapartida pela manutenção da disciplina militar e política sobre os demais grupos da comunidade; e o da autonomia, concebido como uma forma de pagamento pelo arrendamento das terras ocupadas pelo Estado (Seixlack, 2018, p.91).

Tal questão pode ser observada em um comunicado enviado por Pedro Rosas, oficial cuja trajetória militar se desenvolveu na fronteira indígena, a Antonino Reyes, ajudante militar do governador. Na carta, Pedro Rosas comunica que “o cacique Calfucurá também diz que não precisa agradecer a eles pelas *rationes* e pelos presentes que lhe são entregues todo

mês, pois são pagamentos de aluguel pelas terras ocupadas.” (Lobos, 2015, p.58)⁴⁷. Essa enunciação evidencia uma disputa de sentidos em torno do significado das *raciones*, que deixam de ser interpretadas como concessões ou dádivas do governo e passam a ser significadas como compensação pela ocupação dos territórios indígenas. Ao mobilizar esse enquadramento, Calfucurá constrói uma verdade narrativa que se contrapõe à interpretação hegemônica pelo Estado, recusando a lógica da gratidão e da subordinação e reescrevendo sua posição como sujeito político que reivindica legitimidade territorial.

Ou seja, na aliança entre Rosas e Calfucurá, ambos tinham os seus interesses e objetivos. Ao passo que Rosas,

sob a ordem política centralizada e estatal comandada [...] consolidou suas fronteiras com as sociedades indígenas que possuía no ocidente e na ocupação de territórios disputados pelo estado de Buenos Aires; desenvolveu sua economia apoiada pela expansão do governo e do comércio exterior; e afirmou sua hegemonia política sobre as outras províncias. (Sabato, 2013, p.18)⁴⁸

A atuação de Juan Calfucurá pode ser compreendida como a produção de uma narrativa que reivindica a legitimidade das *raciones* e projeta a organização de uma Confederação Indígena na fronteira sul do Estado argentino. Essa constituição discursiva, conforme sugere Carmen Bernand (2016), se relaciona à experiência da Confederação Argentina, vigente até 1852. Nesse sentido, mais do que expressar uma intenção individual, a reivindicação de Calfucurá insere-se em um campo de possibilidades políticas em disputa.

1.3.2 Aliança com Rosas e o começo da Confederação de Salinas Grandes

Antes de estabelecer definitivamente seu assentamento em Salinas Grandes, em 1835, Juan Calfucurá precisou consolidar seu domínio sobre a região, o que envolveu a submissão dos indígenas boroganos que ocupavam Carhué, região estratégica vinculado a Salinas. Esse processo pode ser acompanhado por meio da correspondência produzida no contexto dos acontecimentos. Em carta datada do dia 15 de setembro de 1834, o cacique borogano Millalicán informa ao Martiniano Rodríguez, comandante militar de Bahía Blanca, aliado

⁴⁷ Tradução nossa do original: “dice también el cacique Calfucurá que la ración y regalos que se le hacen todos los meses no tiene que agradecerlo, pues que es pago de arrendamientos por sus tierras ocupadas.” (Lobos, 2015, p.58)

⁴⁸ Tradução nossa do original: “bajo la ordem política centralizado e estavel comandada por Juan Manuel de Rosa; consolidou suas fronteiras com a sociedades indígenas que fazia no oeste e no sul ocupação territoriais disputados pelo estado bonaerense; desenrolló sua economia apoyada na expansão de gado y o comércio exterior; e afirmou sua hegemonia política sobre as demias provincias.” (Sabato, 2013, p.18)

próximo de Rosas e participante das Campanhas do Deserto, sobre a morte dos principais líderes boroganos, Rondeau e Melín.

No relato, Millalicán descreve um ataque inesperado e violento ocorrido ao amanhecer, enfatizando a surpresa, o caos e a impossibilidade de reação organizada. Em meio à narrativa, aparecem os nomes de Calfucurá e de outros caciques, sugerindo sua participação direta no episódio, ainda que sem uma explicitação clara das responsabilidades pela morte de Rondeau (Lobos, 2015, p.32).⁴⁹

Vale lembrar que a figura de Rondeau representava uma certa desconfiança por parte de Rosas. Durante a Guerra de Independência do Chile, o cacique havia se aliado à militância Realista, e depois, já nos pampas, aproximou-se dos Unitários, grupos considerados inimigos políticos do regime federal. (Poggi, 1997, p.472). Nesse sentido, sua eliminação não apenas reorganizou as hierarquias indígenas locais, como também atendia os interesses políticos do governo rosista na fronteira.

Na carta, embora Millalicán mencione Calfucurá, o faz sem atribuir-lhe protagonismo direto na morte de Rondeau e de seus índios. No entanto, no dia seguinte, dia 16 de setembro de 1834, Martiniano Rodriguez envia uma carta a Rosas, relatando uma informação transmitida por Calfucurá: “que os boroganos foram completamente desarmados, quebraram suas lanças curtas e defeituosas, assim como sabres, facões e facas, etc., mas não destruíram os toldos.” (Lobos, 2015, p.34)⁵⁰. Esse detalhe é significativo, pois evidencia que a ação de Calfucurá não se limitou à eliminação de uma liderança rival, mas envolveu uma estratégia de controle político e territorial. Ao desarmar os boroganos sem destruir seus toldos, o cacique impunha sua autoridade ao mesmo tempo em que preservava a estrutura social do grupo submetido, incorporando-o a uma nova ordem de poder. Tal movimento revela a atuação de Calfucurá como um agente político capaz de articular violência, negociação e reorganização territorial, inserindo-se de maneira decisiva no complexo jogo de forças que marcava a fronteira pampeana naquele momento.

Salinas Grandes ocupava uma posição estratégica fundamental na dinâmica econômica e política na fronteira pampeana. A região concentrava importantes jazidas de sal, elemento imprescindível para a conservação de carnes, por exemplo. Além disso, esta era uma região que “controlava a via mais importante do circuito ganadero, denominada

⁴⁹ Olhar a carta original e na íntegra no Anexo 1.

⁵⁰ Tradução nossa do original: “Que los boroganos fueron desarmados completamente quebrándoles las lanzas cortas y defectuosas y utilizándose de las largas, como asimismo sables, facones y cuchillos etc. pero no destruyeron los toldos”. (Lobos, 2015, p.34).

“*rastrilladas de los chilenos*”.” (Seixlack, 2018, p.15). O domínio desse espaço significa, portanto, o controle simultâneo de recursos naturais primordiais e das rotas de circulação que articulavam os pampas ao mercado trans cordilheiras.

A partir da aliança com Rosas, Calfucurá passou a administrar as Salinas Grandes, assumindo o controle do comércio de sal com Buenos Aires e das grandes rotas comerciais de gado que conectavam o território indígena com o Chile. Essa posição lhe garantiu não apenas vantagens econômicas, como também centralidade política, reforçada pela entrega periódica das *raciones*. por parte do governo. Como destaca Carmen Bernand,

até a queda de Rosas em 1852, Calfucurá recebia regularmente gado e rações. Seu grupo era bastante próspero e recebia 2.000 cabeças por mês. Graças a esses bens, que foram em parte redistribuídos, Calfucurá gozava de grande prestígio e podia contar com uma extensa rede de aliados em diferentes tribos, que chegava até o Chile. Ele teve que manter o patrocínio intertribal, o que envolveu ataques e outras incursões. (Bernand, 2016, p.260)⁵¹

A materialidade dessa aliança, pode ser observada em um comunicado de 27 de fevereiro de 1844, no qual se registra que Pedro Rosas, a mando de Rosas “entregou 500 éguas e 500 vacas a um capitão de Calfucurá e Namuncurá por ordem de Rosas”. (Lobos 2015, p.52)⁵². Dessa forma, o pagamento de bens e alimentos, faz parte de um acordo político que fortaleceu a posição de Calfucurá em Salinas Grandes, garantindo ao cacique superioridade econômica e trazendo vantagens em relação a outros grupos indígenas.

O cacique constrói uma ampla rede de relacionamentos, com diferentes grupos indígenas, entre eles, os *ranqueles*, *tehuelches*, *pehuenches*, “índios amigos”, *arribanos* e *huiliches*. Esse relacionamento pode ser visto em um comunicado de 11 de agosto de 1847, em que:

Pedro Rosas relata que os caciques Lemunao e Chicagual chegaram aos acampamentos do cacique Calfucurá, vindos de Colicó, jurisdição do Chile, com mais de 800 índios lanças, e os caciques Mariguan, Quelapí e Ancafu chegaram aos acampamentos dos caciques Pichún e Painé, vindos de Loncomay, com cerca de mil índios lanças “todos para fazer seus negócios com os tecidos que trazem”. (Lobos, 2015, p.55)⁵³

⁵¹ Tradução nossa do original: “Hasta la caída de Rosas en 1852, Calfucurá recibió con regularidad ganado y raciones. Su grupo era bastante próspero y recibía 2.000 cabezas por mes. Gracias a esos bienes, que eran en parte redistribuidos, Calfucurá gozaba de gran prestigio y podía disponer de una red extensa de aliados en distintas tribus, que llegaba hasta Chile. Debía mantener el clientelismo intertribal, lo cual implicaba malones y otras incursiones”. (Bernand, 2016, p.260)

⁵² Tradução nossa do original: “ha entregado 500 yeguas y 500 vacas a un capitanejo de Calfucurá Y Namuncurá por orden de Rosas.” (Lobos, 2015, p.52).

⁵³ Tradução nossa do original: “Pedro Rosas da cuenta de haber llegado a las tolderías del Cacique Calfucurá, proveniente de Colicó jurisdicción de Chile, los caciques Lemunao y Chicagual con más de 800 indios de lanza, y a las tolderías de los caciques Pichún y Painé los caciques Mariguan, Quelapí y Ancafu, provenientes del Loncomay como con mil indios de lanza “todos a hacer su negocio con los tejidos que traen”. (Lobos, 2015, p.55)

Essa articulação de Calfucurá com diferentes grupos indígenas, somado ao “número significativo de alianças matrimoniais que ele possuiu, já que possui trinta e duas esposas. [...] trata-se de uma poligamia que supera a dos “capitanejos” e que constitui uma das bases do seu poder.” (Bernand, 2016, p.261)⁵⁴, contribuiu para a ampliação de sua rede de relações políticas. Essas alianças não devem ser entendidas como uma explicação automática de seu fortalecimento, mas como práticas sociais e políticas que ajudaram a sustentar sua posição de liderança à frente da Confederação de Salinas Grandes.

Como já mencionado, o compilador Omar Lobos não localizou cartas escritas por Calfucurá anteriores a 1854. Ainda assim, para o período que se estende da consolidação da aliança entre Calfucurá e Rosas até 1854, o autor reúne diversos comunicados trocados entre os comandantes de fronteiras. Esses registros, embora produzidos no interior da burocracia do Estado, permitem rastrear os vestígios da atuação política do líder de Salinas Grandes e compreender as dinâmicas de negociação estabelecidas na fronteira.

Entre esses comunicados, encontram-se solicitações de diferentes tipos de bens, como armas e objetos de uso cotidiano, que demonstram a inserção de Calfucurá e seu grupo em redes de troca reguladas pela política de alianças. Um exemplo disso aparece no pedido em que “os caciques Calfucurá e Namuncurá mandam pedir ao senhor por favor, faça-lhes a graça de enviar-lhes dois terços que eles precisam para caçar. (Lobos, 2015, p.50)⁵⁵. Indicando não apenas a dependência de determinados artefatos, mas também normalizando esses pedidos no âmbito das relações com o governo provincial.

Essas demandas tornam-se ainda mais explícitas quando relacionadas à restituição de cativas, prática recorrente nas negociações fronteiriças. Em um dos comunicados, menciona que:

O chefe Calfucurá recebeu um poncho inglês, um chapéu, um par de botas fortes, e pela cativa Maria Rincón, mandou pedir vinte e seis cavalos para ele e seu irmão Namuncurá, e algumas outras ninharias. Se Vossa Excelência tiver a gentileza de fornecer cinquenta cabeças de gado e cinquenta éguas, eu ficaria extremamente grato, pois é isso que mais lhes interessa. (Lobos, 2015, p.51)⁵⁶

⁵⁴ Tradução nossa do original: “La riqueza de Calfucurá se traduce por el número importante de alianzas matrimoniales que contrae, puesto que dispone de treinta y dos mujeres. En este caso se trata de una poliginia que sobrepasa la de los “capitanejos” y que constituye una de las bases de su poder.” (Bernand, 2016, p. 261)

⁵⁵ Tradução nossa do original: “Los caciques Calfucurá Y Namuncurá mandan pedir a S.E. les haga la gracia de mandarles dos tercerolas que necesitan para cazar”. (Lobos, 2015, p.50)

⁵⁶ Tradução nossa do original: “Al cacique Calfucurá se le mandó un poncho inglés, sombrero, un par de botas fuertes que por la cautiva Maria Rincón mandó pedir, vientiséis caballos para él y su hermando Namuncurá, y algunas otras frioleras más. Si S. E. tiene a bien con cincuenta cabezas ganado vacuno y cincuenta yeguas quedaría sumamente agradecido, pues esto es lo que a ellos interesa más”.(Lobos, 2015, p.51)

Esses registros revelam que as trocas não se davam de forma unilateral ou assistencialista, mas integravam um sistema de barganha política no qual Calfucurá atuava como interlocutor legítimo, negociando recursos estratégicos e reafirmando sua autoridade sobre o território e sobre seu grupo. Assim, mesmo na ausência de correspondência direta do cacique, os comunicados oficiais permitem compreender a centralidade de sua agência nas relações de poder que estruturavam a fronteira sul durante o período rosista.

Retomando a carta de 30 de abril de 1849, emerge nela outra questão a ser abordada, a insatisfação de Calfucurá com o governo de Rosas. Na correspondência, é informado que o cacique aguardava a reunião de indígenas provenientes das províncias e do Chile para quem, uma vez reunidos, realizaria uma grande invasão, contando inclusive com o apoio da maioria de índios de Tapalqué. Tal iniciativa se dava motivada, segundo a carta, pela insatisfação de Calfucurá com a condução política do governo rosista (Lobos, 2015, p.58)⁵⁷.

A manifestação do descontentamento de Calfucurá em relação ao governo de Juan Manuel de Rosas, pode ser compreendida no contexto da crise política enfrentada pelo governo rosista entre os anos de 1837 e 1842. Período marcado por instabilidade interna, conflitos armados e crescente centralização do poder. Ainda que a carta seja posterior a esse período, suas repercussões demonstram como as tensões acumuladas ao longo da década de 1840, impactaram as alianças estabelecidas na fronteira, especialmente aquelas mantidas com os chamados “índios amigos”. A intensificação do autoritarismo rosista contribui para reconfigurar essas relações, tornando mais frágeis os acordos baseados na negociação e no equilíbrio de interesses.

Um dos efeitos desse processo foi a incorporação de indígenas aliados ao exército organizado por Rosas durante a fase do chamado “terror”, quando o governador passou a exercer plenamente a soma do poder público. Como observa Heloisa Reichel (2006, p.308–309), essa estratégia teve um duplo impacto: por um lado, ampliou o contingente militar e fortaleceu a política conservadora e protecionista do regime; por outro, acirrou as divisões políticas, deslocando para a oposição aqueles que rejeitavam a ditadura e alimentando uma retórica que associava o indígena à barbárie. Essa representação encontrou expressão emblemática na obra *Facundo ou Civilización y barbarie*, escrita por Domingo Faustino Sarmiento durante seu exílio, na qual o nativo aparece como um enclave à civilização.

⁵⁷ Ver carta na íntegra no Anexo 1

Ao integrar grupos indígenas ao exército, Rosas cruzava uma linha muito tênue aos olhos das elites brancas portenhas, ao mesmo tempo que aprofundava a repressão política. A apreensão de bens, de suspeitos de ligação com o partido unitário ou com os seus aliados demonstra esse movimento. Nesse contexto, o agravamento da crise “levou a uma verdadeira depuração do federalismo portenho, afetando em particular os setores de origem elitista, e significou a disciplina política de suas classes proprietárias.” (Fradkin; Gelman, 2015, p.301)⁵⁸. Desse modo, a insatisfação expressa por Calfucurá na carta de 1849 não pode ser lida como um gesto isolado, mas como parte de um cenário mais amplo de disputas, no qual as alianças fronteiriças eram constantemente tensionadas pelas transformações do poder central e pelas redefinições do projeto político rosista.

A ditadura rosista também foi marcada por uma intensa violência política urbana, conhecido o *Terror*, que desempenhou papel decisivo na consolidação do regime. Essa política repressiva foi operada pela “Mazorca”, uma organização semi oficial que emergiu no interior da Sociedade de Restauração Popular, criada no final de 1833. Enquanto essa Sociedade era composta por membros da elite econômica e política de Buenos Aires alinhados a Rosas, a Mazorca passou a atuar de forma relativamente autônoma, tornando-se um instrumento central da escalada da violência política. (Fradkin; Gelman, 2015, p. 301–302).

Nessa conjuntura de intolerância e repressão, o governo de Rosas enfrentou grande resistência, principalmente por parte de setores vinculados à tradição liberal. Intelectuais da chamada “Geração de 37”, passam a interpretar o governador de Buenos Aires como “uma anomalia que o sistema político não previa, e quase como um acidente histórico.” (Freitas Neto, 2021, p.77). Ao mesmo tempo, o regime contou com defensores ativos, como o intelectual italiano Pedro de Angelis, que por meio do jornal, *El Lucero*, constituiu uma defesa sistemática do rosismo, exaltando a figura do *caudilho* e buscando atribuir-lhe uma suposta “identidade liberal”, bem como legitimar o Partido Federal (Freitas Neto, 2021, p.77-78).

A crescente instabilidade política culminou na derrota de Juan Manuel de Rosas na Batalha de Monte Caseros, em 3 fevereiro de 1852, comandada pelo general Justo José Urquiza, então governador da província de Entre Ríos. Embora Urquiza tivesse sido aliado de

⁵⁸ Tradução nossa do original: “derivó en una auténtica depuración del federalismo porteño, afectando en particular a los sectores de origen elitista, y supuesto el disciplinamiento político de sus clases propietarias”. (Fradkin; Gelman, 2015, p.301)

Rosas na sustentação do regime, o rompimento entre ambos ocorreu em razão da insistência de Rosista em monopolizar o comércio exterior por meio do controle do porto e da aduana de Buenos Aires. Após a vitória, Urquiza obteve êxito inicial na articulação de um projeto de união das províncias da Confederação. No entanto, ainda em 1852, a Província de Buenos Aires, sob influência de Bartolomé Mitre e Valentin Alsina se declara Estado Livre, aprofundando novamente a fragmentação política argentina (Seixlack, 2018, p.92). Assim, o Estado Argentino passou a ser dividido entre a Confederação Argentina, com sede em Paraná⁵⁹ e sob o comando de Justo José de Urquiza, e a Província de Buenos Aires, dirigida por Bartolomé Mitre.

É nesse cenário de reconfiguração do poder estatal que se consolida a Confederação de Salinas Grandes, ao comando de Calfucurá. Construída no âmbito da política *Negócio Pacífico de Índios* durante o governo de Rosas, essa articulação indígena fortaleceu progressivamente sua posição na região. Esse processo esteve associado às estratégias políticas mobilizadas por Calfucurá em suas relações com o governo rosista, por meio das quais reivindicou reconhecimento, garantias territoriais e autonomia, ao mesmo tempo em que ampliou suas alianças e sua influência nos contextos pampeano e araucano (Pompeu, 2018)

Retomando a questão que orienta este capítulo, como compreender o deslocamento de Juan Calfucurá de *Gulu Mapu* para *Puel Mapu*, reitero mais uma vez, que não se trata de identificar motivações individuais plenamente acessíveis, mas de situar esse movimento no interior de um conjunto de condições políticas e históricas que tornaram tal deslocamento possível. A conjuntura política de *Gulu Mapu* nas primeiras décadas do século XIX foi marcada por guerras, invasões aos territórios indígenas e pela intensificação da violência estatal, no âmbito do que ficou conhecido como Guerra até a Morte ou Guerras de Independência do Chile. Esse cenário produziu profundas instabilidades para os povos indígenas, reconfigurando suas formas de ocupação e circulação territorial.

Além disso, a existência de redes de comunicação e circulação entre os povos de *Gulu Mapu* e *Puel Mapu*, integrados a um território mais amplo identificado como *Wallmapu*, ampliava as possibilidades de deslocamento e reorganização política. Dessa forma, a hipótese aqui formulada não busca explicar a travessia dos Andes como resultado de uma decisão

⁵⁹ “Em 11 de setembro de 1852 se produz uma revolução portenha contra Urquiza, que se retira da cidade de Buenos Aires e instala seu governo no Paraná, Entre Ríos. A partir desse episódio, a Província de Buenos Aires ficará segregada da Confederação como um estado autônomo até que seja derrotado na Batalha de Cepeda em 1859 (Lobos, 2015, p. 67)

individual isolada, mas como um movimento situado em um contexto marcado por conflitos, intercâmbios e rearranjos territoriais indígenas.

Se as condições que possibilitam Calfucurá migrar para os pampas em *Puel Mapu*, o que dispomos são pressuposições. Para entender a sua permanência e consolidação neste território, se tornam mais inteligíveis quando analisadas pelo ponto de vista das articulações políticas estabelecidas na fronteira pampeana. Nesse sentido, a aliança construída com o governo de Juan Manuel de Rosas, a política das *raciones* e as estratégias discursivas mobilizadas por Calfucurá na reivindicação de legitimidade territorial configuraram elementos centrais para a sustentação de sua posição política naquele espaço.

Assim sendo, a análise dessas estratégias, compreendidas como práticas discursivas que produzem sentidos e posições de sujeito, permite avançar para a questão que orienta o próximo capítulo, de que maneira Juan Calfucurá rearticulou suas alianças e sua atuação política após a queda de Rosas, no contexto dos governos de Justo José de Urquiza e Bartolomé Mitre. É a partir dessa perspectiva que o capítulo seguinte examina a correspondência do cacique como espaço privilegiado de disputa política e produção de verdades narrativas.

Capítulo 2 - Calfucurá e a rearticulação do poder político após 1852

Em meio a esses conflitos entre unitários e federalistas que se delinearam após a queda de Rosas, Juan Calfucurá emergiu como o grande protagonista. Soube jogar com as rivalidades entre Buenos Aires e a Confederação, o que lhe permitiu manter relações próximas com os dois grupos em disputa e pôr em prática seus projetos políticos e econômicos. (Seixlack, 2018, p.93)

A partir da epígrafe, e tomando os devidos cuidados com juízos de valores, esse capítulo analisa as formas pelas quais, no interior das disputas políticas da fronteira, se constituíram as relações de Juan Calfucurá com diferentes grupos em conflito. Assim, como também investigar os processos discursivos e políticos que possibilitaram a consolidação de Salinas Grandes.

2.1 O fim do Negócio Pacífico de Índios e o deslocamento das condições políticas

A queda do governo Rosista em 1852, produziu um deslocamento significativo nas condições políticas que estruturam as relações entre o Estado e as lideranças indígenas na fronteira. A instabilidade, resultante da disputa entre unitários e federalistas, não apenas reconfigurou o campo político *criollo*, mas também abriu espaço para que os grupos indígenas reposicionassem sua atuação nesse contexto de incerteza. Diante desse cenário, se intensificaram os *malones* atribuídos a Calfucurá e os grupos vinculados à Confederação de Salinas Grandes, conforme indicam os informes militares produzidos nos meses após à queda de Rosas.

Os informes de abril e março de 1852, dizem que há “notícias sobre preparativos de invasão em Azul pelos índios de Salinas”. (Lobos, 2015, p.60). Em outra notícia, de 08 de abril de 1852, se tem um comunicado bem emblemático do jogo político feito por Calfucurá. Nela o comandante Manuel Leiva⁶⁰, envia uma carta de Bahía Blanca ao Inspetor comandante de armas⁶¹, dizendo de um acontecimento do dia 04 do mesmo mês:

o chefe rebelde Calfucurá com todo o seu bando de índios selvagens invadiu este ponto na madrugada do dia 6 deste mês, tendo acabado de roubar todos os bens, gado, cavalos e ovelhas que restavam dentro e fora do pasto desta cidade [...] No mesmo dia, 6, o pérfido chefe Calfucurá enviou um índio amigo do parlamento (que eles capturaram) ameaçando ter proposto destruir este ponto pela força mesmo que perdesse metade dos índios: que o motivo da invasão havia sido porque o General

⁶⁰ Manuel Leiva foi um político argentino, que teve uma grande história de oposição a Rosas, mas que após a sua queda se alia ao aliado de seu opositor, Justo José Urquiza. No ano dessa carta, ele vivia em Buenos Aires para ajudar Urquiza com sua política. Urquiza ainda vivia em Buenos Aires. Sua retirada ocorreu em 11 de setembro de 1852, indo instalar seu governo no Paraná, Entre Ríos.

⁶¹ Não citam o nome do comandante, e não consegui rastrear o nome.

Urquiza ordenou que roubassem. Após a invasão deste ponto, onde roubaram cerca de quinze mil cabeças de gado e cavalos, passaram a invadir a margem oriental do Arroyo Sauce Grande, roubando cerca de doze mil cabeças de gado. Gritos foram ouvidos entre os índios inimigos de 'Viva Rosas', 'Morte a Urquiza'. (Lobos, 2015, p.61, grifo nosso)⁶²

Ambas as notícias, de preparativos de invasão e de grandes saques às regiões de Azul e Bahía Blanca, devem ser lidas não apenas como registros factuais, mas como narrativas produzidas por agentes estatais em um contexto de crise política e redefinição das alianças na fronteira. A descrição de Calfucurá como “chefe rebelde” e de seu grupo como “índios selvagens”, bem como os gritos atribuídos aos invasores de “‘Viva Rosas’, ‘Morte a Urquiza’”, evidenciam a construção de uma representação que associa a ação indígena à desordem e à ameaça, ao mesmo tempo em que reinscreve esse episódio nas disputas políticas internas ao mundo *criollo*.

Calfucurá atribui a responsabilidade das invasões à Justo José de Urquiza, ação que não deve ser interpretada a partir de uma lógica de intenções individuais ou de suposta intriga política, mas como parte de uma estratégia discursiva que se situa em um contexto de indefinição hegemônica. Uma vez que as bases da política Negócio Pacífico de Índios estavam fragilizadas, principalmente no que diz respeito à entrega regular de *raciones* a atitude de Calfucurá indica uma tentativa de reposicionamento frente às novas autoridades, testando limites e possibilidade de negociação.

A carta abaixo, enviada por Hilario Lagos⁶³ ao ministro da Guerra Escalada⁶⁴, no dia 10 de maio de 1852, reforça essa ruptura ao expressar a recusa em aceitar as justificativas apresentadas por Calfucurá e ao propor o corte das *raciones* como forma de punição. Hilario,

relata ter recebido uma comissão de cinco pequenos capitães comandados pelo Chefe Calfucurá e outros dessa laia, buscando justificar sua conduta na última invasão, ao mesmo tempo em que solicitam a libertação de Millaqueo e Aquiner, o primeiro filho e o segundo sobrinho de Calfucurá, ambos presos em Bahía Blanca. As desculpas apresentadas por este chefe, como as dos outros quatro, são ridículas ao extremo [...]. Solicitar amizade depois de ter saqueado e devastado grande extensão de nosso território é conduta muito frequente e quase habitual entre eles. Como sacrifícios de toda espécie foram feitos durante muitos anos para mantê-los quietos, ocultando todo o seu engano e maldade, eles se acostumaram tanto a isso que agora parece indispensável puni-los severamente, para que aqueles que permanecem em nossa amizade respeitem melhor seus compromissos no futuro. [...] Calfucurá e os outros índios de Salinas devem ser retirados das *raciones* que lhes foram dadas, tanto em animais quanto em vícios e similares, o que sem dúvida

⁶² Olhar a carta original no Anexo 1.

⁶³ Hilario Lagos foi um militar que esteve sempre do lado de Juan Manuel de Rosas, no entanto após a sua derrota se aliou à Província de Buenos Aires, ou seja do lado de Bartolomeu Mitre (Passetti, 2012).

⁶⁴ Nesse momento, Manuel Escalada estava como ministro de Guerra do Governador de Buenos Aires, Vicente López y Planes (governou de 3 de fevereiro a 26 de julho de 1852), nomeado por Urquiza.

reduzirá os consideráveis gastos que o Estado faz com eles [...] (Lobos, 2015, p. 62, grifo nosso)⁶⁵

Na carta acima, nota-se como a política de conciliação que havia caracterizado o período rosista é substituída por um discurso que defende a repressão e a contenção dos grupos indígenas. Dessa forma, nas duas últimas cartas, a atuação de Calfucurá pode ser compreendida como uma estratégia de articulação política marcada pela ambiguidade e pela contingência, diante de um cenário de indefinição e disputa. Conforme observa Passetti (2012, p. 86), o cacique buscou manter relações amistosas, ainda que não comprometidas, com diferentes projetos políticos em disputa, aguardando uma definição mais clara do quadro hegemônico. Ora o cacique prometia amizade a Urquiza⁶⁶, ora a Mitre⁶⁷.

Quando a Confederação investiu nos *ranqueles* como apoio indígena e a Província de Buenos Aires em Calfucurá, o cacique mapuche envia um dos seus filhos para estudar em Buenos Aires, de acordo com notícia publicada no periódico *La Tribuna*, do dia 12 de março de 1854. Enviar um filho para viver com um aliado dizia muito acerca de uma prática mapuche de fidelidade. Assim, o envio de seu filho Huichacurá, batizado como Manuel Pastor, por influência de seu padrinho Pastor Obligado⁶⁸ (Lobos, 2015, p.70), demonstrava que Calfucurá confiava no governo de Buenos Aires, além de querer conhecer mais sobre a sociedade que o pressionava (Passetti, 2012, p.94).

Além disso, se aproximar dos portenhos dizia como o cacique “tinha plena ciência de que sua força política, seu prestígio social e até mesmo o abastecimento de sua comunidade dependiam das relações comerciais com os pecuaristas bonaerenses.” (Seixlack, 2018, p. 95), revelando assim, a centralidade das relações comerciais e políticas com os pecuaristas bonaerense para a comercialização de charque. A partir da análise das correspondências em torno deste tema, foi possível compreender que o fim do Negócio Pacífico de Índios não era uma ruptura inesperada, mas um processo de deslocamento das condições políticas e discursivas da fronteira, no qual as cartas se configuram como espaços privilegiados de disputa, negociação e produção de verdades narrativas.

⁶⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

⁶⁶ Pode ser visto na carta de 21 de julho de 1853. (Lobos, 2015, p.69). Olhar Anexo 1.

⁶⁷ Carta de 20 de fevereiro de 1854. (Lobos, 2015, p. 70). Olhar Anexo 1.

⁶⁸ Pastor Obligado foi governador de Buenos Aires de 28 de junho de 1853 a 21 de dezembro de 1858.

2.2 As cartas como práticas discursivas de negociação.

As cartas atribuídas a Juan Calfucurá permitem compreender a escrita epistolar como um espaço privilegiado de negociação política, no qual se articulam simultaneamente ameaças, reivindicações, demonstração de força e produção de alianças. Longe de constituírem comunicações lineares, essas correspondências operam como práticas discursivas por meio das quais o cacique intervém ativamente nas relações de poder da fronteira.

A primeira carta de Calfucurá de que se tem registro, enviada em 1854 ao coronel Francisco Iturra, encarregado à época das Forças de Bahía Blanca, é exemplar neste sentido. O cacique diz:

Senhor Coronel: Meu muito estimado senhor e estimado Coronel Iturra: Meu muito estimado irmão: Com grande prazer e estima tenho o prazer de informá-lo do prejuízo que tive com seu povo sob seu comando por ter roubado meus cavalos, a quantia de quinhentos e cinquenta, que não permitirei que meu povo lhe faça tal prejuízo de acordo com as ordens do General Urquiza, pelo qual peço que responda pelo dano que possa ocorrer devido à omissão de não submeter seu povo a tais males, que você me ordena todos os cavalos com o Capitão Cavuenado e mais três soldados, o que se você não fizer isso terei que usar minhas armas e alertá-lo para que você não tenha que alegar ignorância: tenho cem capitães, quatro generais: General Pichun, General Calvan, Pichin Huinca, Ranaqueo, Nagüelcheo e todas as inumeráveis pessoas e as treze cidades argentinas constituídas pelo Sr. General Urquiza; Por isso, o Major Iturra é responsável por qualquer dano que possa ocorrer ao General Urquiza, e me é muito estranho que o senhor não cumpra as ordens que o General Urquiza lhe dá. Digo-lhe também que duvido que o senhor não saiba da paz geral que tenho com o General Urquiza, e como prova disso, meu adjunto acaba de chegar do Rio Cuarto, onde se está fazendo a paz geral com o General Guzmán por ordem do General Urquiza.

Ademais, ele prosseguiu a carta dizendo que

Acaba de chegar um linguaraz, trazendo-me uma carga de bebida alcoólica, um prato com estribo, um pedaço de ferro, uma alça de prata. Esses itens estão sendo carregados por um oficial, um linguaraz e um soldado. O senhor também está me enviando uma capa de pano para mim e outras para o resto de mim, que serão quatro. Você me enviará algumas cordas para o violão e um barril grande de aguardente e uma arroba e meia de erva-cidreira e uma arroba e meia de açúcar, e me dará quatro pares de cuecas para o capitão, para aqueles que forem, quatro pares de cuecas, quatro pares de camisas e um barril de aguardente; como consequência, quando eu mandar buscar alguns vícios, você me enviará os vícios que eu preciso; como consequência, quando precisar de algumas éguas, você quer ter minha amizade, mas você viu o que foi minha amizade, você também está me enviando alguns vícios para o Tenente Don Luis Benitez e o linguaraz Ignacio Agualla e o soldado Ángel Agualla que estão aqui como mensageiros por ordem do Sr. Governador Don Alejo Carlos Guzmán. Tenho quatro para lhe contar por enquanto. Que Deus o guarde por muitos anos. (Lobos, 2015, p. 76-77, grifo nosso)⁶⁹

Nela, a escrita estabelece uma linguagem formal com o esclarecimento de um conflito: o roubo de cavalos. Além disso, há uma ameaça direta de retaliação armada caso a

⁶⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

situação não seja reparada. Calfucurá, então, ao mesmo tempo em que responsabiliza Iturra pela ação de seus subordinados, alega sua relação de “paz geral” com o presidente Justo José de Urquiza, mobilizando a autoridade estatal como elemento legitimador de sua reivindicação.

Essa primeira carta demonstra como a negociação não se estabelece em oposição à violência, mas em articulação com ela. Calfucurá, ao enumerar capitães, generais e lideranças indígenas associados a ele, como Pichun, Calbán, Pichin Huinca, Ranaqueo, e Nagüelcheo, não o faz apenas como uma descrição factual, mas como uma operação discursiva de demonstração de força e de inscrição de sua posição em uma ampla política indígena que também pode ser acionada como autoridade, ao menos para fazer frente a elite *criolla*. Dessa forma, o cacique, através da escrita, construiu a si mesmo enquanto um sujeito que negocia a partir de uma posição de poder, e não de subordinação.

Essa lógica se aprofunda na carta enviada por Calfucurá à Urquiza, também em 1854, na qual o cacique reafirma os acordos de paz em curso, denuncia novamente os abusos cometidos por Iturra e se coloca à disposição do presidente para ações militares, ao mesmo tempo em que desloca a responsabilidade pelos *malones* para os *ranqueles*, dizendo que “os que estão roubando são os *Ranqueles*, ou melhor, seus comissários” (Lobos, 2015, p. 81–83)⁷⁰. Como defendido por Alessandra Seixlack (2018, p.94), as relações de Calfucurá com Justo José Urquiza se firmaram no que ela vai nomear de “matizes políticos e pessoais”, pois havia desconfianças e inimizades entre Urquiza e Calfucurá em relação a Bartolomé Mitre. Dessa forma, longe de indicar contradição ou confusão, essa variedade de assuntos em uma mesma correspondência revela uma escrita marcada pela contingência política, na qual a atribuição de responsabilidade e a oferta de alianças funcionam como recursos de negociação.

Assim, como na carta acima, e como será notada nas cartas que se seguem, esta termina solicitando uma gama de bens, como éguas, bebidas, roupas, armas e vícios. Ação esta que não pode ser compreendida como um simples pedido material, mas que se trata de um vocabulário político, herdado das práticas coloniais de parlamento e tratados de paz, no qual a circulação de presentes simboliza reconhecimento, reciprocidade e manutenção de alianças⁷¹. Ao demandar esses itens, Calfucurá reinscreve a relação com o Estado em uma linguagem política própria, na qual a amizade e a paz se construiriam por meio da troca e da obrigação mútua.

⁷⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

⁷¹ Discussão que pode ser vista no primeiro capítulo desta dissertação.

O tratado de Paz que Calfucurá menciona na carta partiu dos próprios caciques, Pichun, Calbán e Calfucurá, os quais enviaram centenas de representantes para negociar a paz com o presidente da Confederação. Em 19 de junho de 1854 foi escrita uma carta ao Governador Guzmán, pedindo o tratado de paz (Passetti, 2012, p.96-97), expressando assim, como este acordo demonstra uma conciliação de interesses contingentes.

O Tratado de Paz dizia:

- 1º Que não invadirão nenhuma das províncias confederadas.
- 2º Que tampouco se aliarão com os inimigos da Confederação qualquer que seja, ou de S. E., o senhor presidente, o Gal. Urquiza
- 3º Que daqui em diante os índios serão respeitados nas províncias confederadas, sendo garantidos de que não sofrerão mal algum em suas pessoas e bens podendo, portanto, vir livremente para comércio ou trabalho, ou para qualquer outro assunto, se assim quiserem.
- 4º Iguais considerações se comprometem guardar com os cristãos, ou seja, os habitantes das províncias confederadas que por via de comércio penetrem até suas *tolderias*.
- 5º Fica igualmente conveniado que nenhum governador das províncias confederadas poderá se unir a quaisquer inimigos dos generais Pichún, Cabán e Calbucurá que viesse a lhes declarar guerra.
- 6º Se comprometem os referidos caciques a permitir que os índios formem Reduções, aproximando a população e colocando-as em lugares aparentes, que serão governadas por um capitanejo deles próprios, mas sob a direção e vigilância do Cel. Manuel Baigorria.
- 7º Confiantes em sua lealdade e na fidelidade que guardarão a estes tratados, e de amizade que guardam com o Governador da Confederação, e com os respectivos governos das províncias, reconhecem ao Cel. Manuel Baigorria como intermediário, por quem se comunicarão com o Sr. Presidente, e receberão as instruções ou ordens que o mesmo lhes der. (Levaggi, 2001, p.275)

Assim, o Tratado formaliza o campo de negociações ao estabelecer compromissos entre os caciques e a Confederação Argentina. Além de demonstrar uma conciliação de interesses de ambos, os lados, “enquanto aos *criollos* interessava a desestabilidade da produção de Buenos Aires, aos caciques era fundamental a manutenção de uma área livre para os *malones*, proteção às suas *tolderias* e o reconhecimento de seus territórios e poderes.” (Passetti, 2012, p.96). Ou seja, enquanto Urquiza procurava proteção para as suas províncias, buscando estabilidade territorial, os caciques reivindicavam autonomia, proteção de suas *tolderias* e acesso aos circuitos comerciais, como pode ser notado no final da carta de Calfucurá citada anteriormente.

A carta enviada por Calfucurá ao governador Alejo Carlos Guzmán, ainda em 1854, reforça esse movimento ao apresentar o cacique como aliado ativo da Confederação, disposto a mobilizar forças indígenas para a defesa das províncias, ao mesmo tempo em que recusa aproximações vindas de representantes de Buenos Aires ligados a Bartolomé Mitre, como o

general Obligado. (Lobos, 2015, p. 84–85)⁷². A oscilação entre alianças, longe de indicar incoerência, revelam uma estratégia discursiva de negociação.

Assim, as cartas analisadas neste subitem evidenciam como Calfucurá mobiliza a escrita como instrumento político central, por meio do qual negocia alianças, distribui responsabilidades, demonstra força e constrói verdades narrativas adaptadas a cada conjuntura. Mais do que registrar acordos, essas correspondências participam ativamente da produção do campo político da fronteira, confirmando o papel das cartas como práticas discursivas de negociação.

2.3 Calfucurá entre Urquiza e Mitre: alianças, antagonismos e estratégias.

Após a formalização dos tratados entre a Confederação Argentina e os principais caciques do Sul, o campo político da fronteira entrou em uma nova fase de reconfiguração, marcada pelo acirramento do antagonismo entre Buenos Aires e o governo confederado. É nesse contexto que se intensificam as incursões comandadas por Calfucurá contra as fronteiras bonaerenses a partir de 1855, conforme indicam os informes enviados a Bartolomé Mitre, então ministro da Guerra e da Marinha, que registram a mobilização de diversas tribos sob sua liderança desde Salinas Grandes até além do Rio Negro (Lobos, 2015, p. 85)⁷³.

As respostas militares de Buenos Aires ocorreram a partir de invasões, primeiro uma ofensiva, feita aos índios amigos, Catriel e Cachul, que haviam se rebelado e se aliado a Calfucurá, e depois à outros caciques.

Mitre focou seu ataque sobre Catriel, mas fracassou pois acabou rechaçado por mais de 1000 indígenas. Após perder o gado equino e bovino, com 16 mortos e 234 feridos, suas tropas se retiraram à pé, à noite, em direção a Azul, fugindo de Calfucurá, que se aproximava após derrotar as tropas de Laureano Díaz. (Passetti, 2012, p.103).

Assim, longe de conter essa movimentação, as respostas militares contribuíram para o fortalecimento simbólico e político de Calfucurá. Nessa Batalha que ficou conhecida como Batalha de Sierra Chica, por ter ocorrido entre as localidades de Sierra Chica e Olavarría⁷⁴ em fevereiro de 1855, as tropas comandadas por Mitre foram derrotadas. Bem como os sucessivos confrontos ocorridos ao longo do ano, evidenciaram os limites da ofensiva bonaerense e consolidaram a imagem de Calfucurá como liderança militar capaz de articular

⁷² Olhar a carta original no Anexo 2.

⁷³ Oriente o leitor que observe o Mapa 1, que se encontra na página 35 ou no Anexo 4, para a sua melhor orientação dos lugares citados.

⁷⁴ Olhar o Mapa 1.

amplas coalizões indígenas. Nesse processo, a guerra opera não apenas como enfrentamento armado, mas como elemento constitutivo da autoridade política do cacique.

É nesse cenário, que as cartas enviadas por Calfucurá à Justo José de Urquiza assumem centralidade analítica. Meses depois da Batalha de Sierra Chica, Calfucurá envia uma carta a Urquiza, dizendo:

[...] Espero que me responda o mais breve possível e me avise que planeja lutar em Buenos Aires, e me diga quando, ou se quer paz. Espero uma resposta em breve: uma coisa ou outra.

Em três meses, os Chuelchos estão chegando, Lhanquetruz está chegando. Ele foi procurar seu povo. 5.000 homens estão chegando a Salinas Grandes sob meu comando. Todas essas pessoas estão à sua disposição.

Meu caro senhor e irmão, entraremos em Buenos Aires o mais breve possível, e aqueles que entrarem, Collinao, Baldebenítez, Ancalafa, você me entregará esses três indivíduos para que não comecem a causar problemas. Muitas pessoas pobres estão morrendo por causa deles. [...] (Lobos, 2015, p.94-95, grifo nosso)⁷⁵

Nessa correspondência, o cacique oferece explicitamente sua força militar à Confederação, mobilizando a linguagem da lealdade e da fraternidade política, ao mesmo tempo em que incita o presidente a avançar sobre Buenos Aires. Ao anunciar a chegada de milhares de guerreiros, incluindo antigos adversários, como os *ranqueles* liderados por Lhanquetruz (ou Yanquetruz)⁷⁶, Calfucurá constrói discursivamente uma posição de aliado estratégico indispensável, apresentando-se como mediador capaz de converter a força indígena em vantagem política para o projeto confederado.

Essa oferta de aliança é acompanhada pela produção clara de antagonismos. Nas cartas dirigidas a Urquiza, Buenos Aires surge como inimigo comum, enquanto figuras ligadas ao governo portenho são nomeadas como responsáveis pela crise, pela pobreza e pela violência. Ao oscilar entre a oferta de apoio irrestrito a Urquiza e a confrontação aberta com as autoridades bonaerenses, Calfucurá não revela incoerência, mas uma estratégia discursiva ajustada a um contexto de disputa hegemônica ainda em aberto.

Dessa forma, pode-se notar que as mudanças nas configurações de alianças entre os indígenas e, entre eles e os *criollos*

⁷⁵ Olhar a carta na íntegra e original no Anexo 2.

⁷⁶ A carta não tem data, mas supomos que o Yanquetruz ao qual Calfucurá se refere é o cacique José María Yanquetruz, baseando-nos no trabalho do historiador Gabriel Passetti. Segundo ele, “Naquele período, havia dois caciques de nome Yanquetruz. Um deles era José María Yanquetruz, de Carmen de Patagones (Província de Buenos Aires), e o outro era Gusmán Yanquetruz, ou Yanquetruz IV, raquel da região sul de Córdoba. Entretanto, como a documentação não os diferencia, em determinados momentos não é possível distingui-los.” (Passetti, 2012, p.105).

ocorreram somente a partir de 1855, quando, em algumas partes da campanha⁷⁷, a substituição de autoridades e a redução das raciones para os “índios amigos”, juntamente com as tentativas frustradas de avanço militar ao longo das fronteiras, prejudicaram os laços de Buenos Aires com diferentes “tribos amigas” e fortaleceram a liderança de Calfucurá, que, a partir de Salinas Grandes e em acordo com a Confederação Argentina, hostilizou a fronteira de Buenos Aires, articulando a Confederação Indígena. (Literas; Barbuto, p.260)⁷⁸

Outra Batalha que ocorreu no mesmo ano, em outubro especificamente, ficou conhecida como Batalha de San Jacinto. O confronto envolveu as tropas do comandante Manuel Hornos, que lutava do lado de Buenos Aires, contra as tropas de Juan Calfucurá. Tal conflito aparece nas documentações do dia 2 e 3 de novembro de 1855, com um informe que diz: “Com o título “Batalha de Tapalqué”, o jornal *El Orden* publicou um fragmento de uma reportagem não assinada que diz: “Hoje (29 de outubro de 1855) lutamos o dia todo [...] O número de indígenas foi estimado em 3.000, entre eles, indígenas chilenos”.” (Lobos, 2015, p.96)⁷⁹. No comunicado, observa-se que Calfucurá também contava com o apoio dos indígenas chilenos, para além dos *ranqueles*. Novamente, Calfucurá saiu vitorioso.

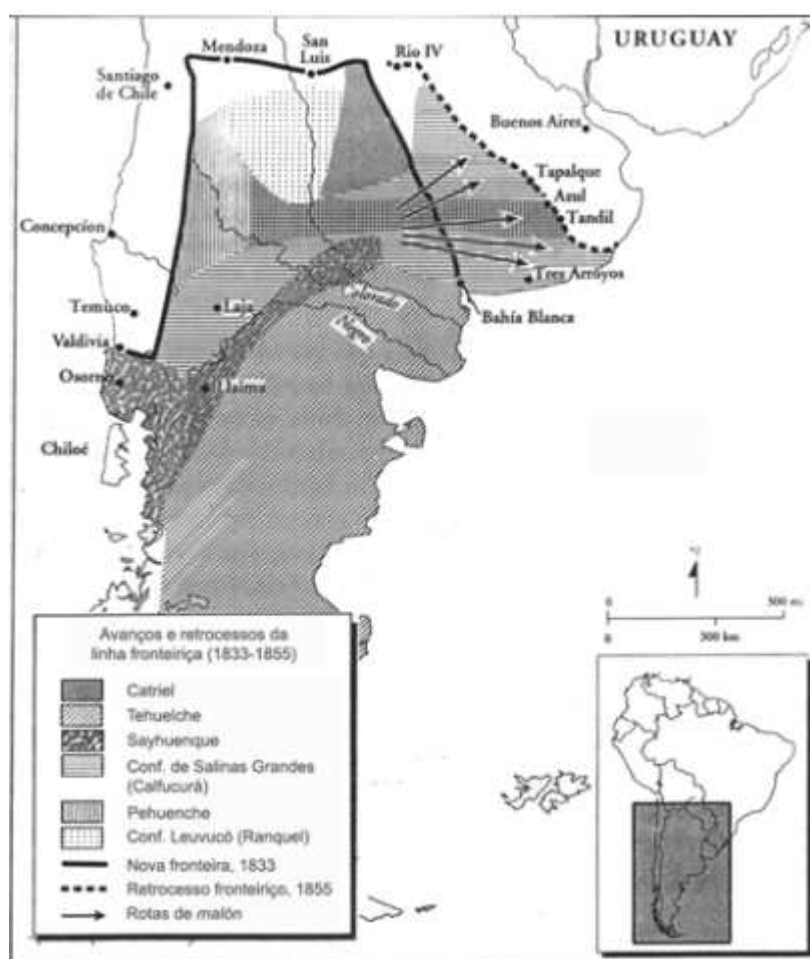
Por consequência de incontáveis *malones* à Província de Buenos Aires, houve em 1855 um grande retrocesso na linha de fronteira entre os mundos *hispano-criollo* e indígena. No ano de 1833, a linha de fronteira bonaerense para o Sul era de 182.655 km², em 1855 havia encolhido para 86.668 km², sendo esse último número o da fronteira estabelecida no ano de 1810, deslocada até o Rio Salado. (Yunque, 2008). Fica melhor visualizado a partir do mapa abaixo.

⁷⁷ Era uma área rural delimitada pelo Rio Salado, o Arroyo del Medio e os rios Paraná e Rio da Prata. Conhecida como “campana”. (Mateo, 2013, p.74)

⁷⁸ Tradução nosso do original: “se dieron recién a partir de 1855, cuando en algunos puntos de la campaña la sustitución de autoridades y la disminución de raciones para los “índios amigos”, conjuntamente con los infructuosos intentos de avance militar de las fronteras, perjudicaron los vínculos de Buenos Aires con diferentes “tribus amigas” y fortalecieron el liderazgo de Calfucurá, quien desde Salinas Grandes y en acuerdo con la Confederación Argentina hostigó la frontera bonaerense articulando la Confederación Indígena.” (Literas; Barbuto, p.260)

⁷⁹ Tradução nossa do original: “Hoy (29 de octubre de 1855) hemos peleado todo el día [...] El número de los indios se ha calculado generalmente en 3000, venían entre ellos los indios chilenos...” (Lobos, 2015, p.96).

Mapa 6- Avanços e retrocessos da linha fronteira entre 1833 e 1855.



Fonte: PASSETTI, Gabriel. Indígenas e criollos. Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852– 1885). São Paulo: Alameda, 2012, p.101.

Relembrando o tratado que alguns caciques do Sul fizeram com a Confederação, poderemos notar como a meta de Urquiza estava sendo concretizada em 1855, uma vez que a Confederação estava passando por um período de paz, enquanto Buenos Aires enfrentava incontáveis invasões à suas fronteiras. Tal fato fica claro, em uma carta que Calfucurá envia a Urquiza em 26 de dezembro de 1855, dizendo que estava lutando em Tandil, em El Moro e em Arroyo Chico. O cacique também lamenta a morte do seu filho, que estava sendo enviado para viver com Urquiza no Paraná, Entre Rios. Como enviar um filho para viver com um aliado dizia de um costume mapuche como forma de fidelidade, Calfucurá disse: “vou ver se consigo encontrar outro filho para enviá-lo, e então nos veremos.”. Contudo, em 1854, Urquiza já tinha recebido uma prova de fidelidade do cacique, tendo apadrinhado o primogênito de Calfucurá, Namuncurá, que iria suceder o cacique após sua morte, em 1873. (Passetti, 2012, p.111).

Ainda no final de 1855, a partir de Salinas Grandes, Calfucurá enviou uma carta a Pastor Obligado, que à época ainda estava como governador de Buenos Aires, dizendo que seus homens estavam prontos para lutarem contra ele.

Por sua causa, o mundo está em crise; por sua causa, muitos pobres estão em ruínas. Acabaram de chegar 800 homens picunches (*pehuentes*), e estou esperando mais 3.000; o senhor tem um filho meu lá em Buenos Aires. Faça o que quiser com ele; se quiser ser amigo e fazer as pazes, mande meu filho até mim por Mulitas; ou então vá até o Coronel Baigorria. Se quiser fazer as pazes, ótimo. Se não, prepare-se. Tenho 5.000 homens, os tehuelches e os picunches chegaram, e estou esperando meu irmão Renquecurá, que vem com 2.000 homens. O senhor sabe que tenho pena dos pobres e dos ricos. Se quiséssemos, esses guardas seriam levados por nós. [...] Urquiza é meu amigo e continuará sendo. (Lobos, 2015, p.101, grifo nosso)⁸⁰

Calfucurá estabeleceu uma ameaça direta com Pastor Obligado, a partir de uma demonstração de força numérica e apelo à devolução de seu filho como condição para qualquer possibilidade de paz. Nessa escrita, a carta funciona como exigência política, reforçando a polarização entre amizade e guerra. A consolidação dessa posição também se expressa na ampliação das redes indígenas sob sua liderança, envolvendo *ranqueles*, *pehuenches*, *tehuelches* e grupos associados a Catriel.

Segundo o historiador argentino José Antonio Mateo, os caciques ou chefes locais aumentaram seu poder e prestígio a partir dos sucessos em batalhas ou trocas por presentes, que eram obtidos e distribuídos entre suas comunidades.

Assim, os cacicados dos *Ranqueles* de Mariano Rosas, os do Curá de Calfucurá, e os de Manzaneros de Sayhueque, consolidaram-se, tornando-se tão institucionalizados que se tornaram hereditários. [...]. O censo de 1869 registra para Buenos Aires (sem diferenciar entre cidade e campo) a presença de 50 chefes e capitães indígenas. (Mateo, 2013, p.101)

No caso de Calfucurá, tais acontecimentos o fortaleceram e o auxiliaram nos *malones*. Essa “força política alimentou os receios de Buenos Aires de uma sublevação total de seus indígenas, potencializando mais força e prestígio” à Calfucurá. (Passetti, 2012, p.104). Além disso, sua “correspondência oficial levava um selo diplomático, carregando a insígnia sagrada de *colihué* (um robusto artefato usado para armas e simbolicamente marcada por significados cerimoniais) como lanças e *boleadoras*⁸¹ cruzadas.” (Jones, 1989, p.181). O selo diplomático pode ser visto abaixo:

⁸⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

⁸¹ Boleadoras eram um tipo de arma de arremesso, usada tanto para capturar animais, como também no campo de batalha.

Figura 1: Selo diplomático da Confederação de Salinas Grandes.



Fonte: Archivo General de La Nación Argentina (AGNA).

Segundo matéria publicada em setembro de 2019 pelo *Diário Río Negro*, periódico da Patagônia Argentina, no contexto das mobilizações pela restituição dos restos mortais de Juan Calfucurá, mantidos no Museu de *La Plata* desde o século XIX, pesquisadores, representantes mupuche e artistas destacaram a dimensão política e territorial da Confederação das Salinas Grandes. De acordo com essas reconstruções históricas, a Confederação abrangia extensas áreas que hoje correspondem às províncias de Neuquén, Río Negro, La Pampa, o sul de Buenos Aires, Córdoba e São Luís. Estimava-se uma população em torno de 10.000 habitantes, organizada em cerca de 200 comunidades, articulada sob liderança de Calfucurá, e sustentada por uma força militar, composta por aproximadamente 6.000 “guerreiros de lança”⁸².

Esses dados, permitem compreender Salinas Grandes não como um espaço marginal ou residual, mas como um verdadeiro polo de poder indígena no interior da fronteira Sul, dotado de capacidade demográfica, militar e política suficiente para negociar e confrontar o Estado argentino em formação. A amplitude territorial da Confederação, visível no mapa político da Argentina abaixo, demonstra a centralidade de Salinas no equilíbrio regional e relativa as narrativas que descrevem esses territórios como “desertos” ou vazios de soberania.

82

Ver

matéria:

<https://www.rionegro.com.ar/calfucura-homenaje-historia-y-arte-para-reclamar-sus-restos-1109100/>

Mapa 7 - Argentina por divisões políticas.



Fonte: Wikipédia. Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_politico_de_la_Argentina.png

Dessa forma, o conjunto documental analisado neste subitem demonstra como Calfucurá se posicionou estrategicamente entre Urquiza e Mitre, explorando os antagonismos entre a Confederação e Buenos Aires para ampliar a sua margem de ação política. Suas cartas não apenas refletem esse contexto de disputa, mas atuam ativamente na sua constituição, articulando alianças, produzindo inimigos e consolidando sua liderança como eixo central da política indígena na fronteira sul.

2.4 A imprensa bonaerense e a produção do antagonismo indígena.

As inseguranças de Buenos Aires diante da intensificação dos *malones* e da instabilidade política pós-rosista contribuíram para uma inflexão no tratamento do chamado “problema indígena”. Se antes os projetos eram centrados em políticas de assimilação forçada ou de viés civilizatório, a partir de meados da década de 1850 observa-se o fortalecimento de uma perspectiva bélica, marcada por discursos de caráter abertamente excludente e genocida. (Passetti, 2012). Nesse contexto, a imprensa bonaerense desempenhou um papel central na formação de uma opinião pública, funcionando como espaço privilegiado de elaboração e difusão desses discursos. Conforme apontam Noemí Goldman e Alejandra Pasino, ao longo do século XIX a noção de opinião pública passou a ser compreendida como um princípio orientador da ação política, cabendo aos jornais e aos “homens ilustrados” a tarefa de esclarecer, orientar e, sobretudo, produzir consensos em momentos de transição (Freitas Neto, 2021, p. 134–135).

Em Buenos Aires, muitos desses homens ilustrados estiveram diretamente ligados aos principais periódicos da época, como é o caso do *El Orden*, fundado em 1855 por Félix Frías, integrante da chamada Geração de 37. Essa Geração era composta por um grupo de intelectuais que reuniu os principais opositores ao caudilho Juan Manuel de Rosas, e buscava construir uma Nação Argentina ao moldes da Europa⁸³. Assim, esse grupo de letrados, através das ideias, das letras e da imprensa buscavam transformar a Argentina em uma nação civilizada.

O *El Orden* não apenas informava, mas interpretava e enquadrava os acontecimentos da fronteira, especialmente no que diz respeito às relações com Calfucurá. A publicação com o título “Os índios. Proposta de Paz”, em fevereiro de 1856, apresenta ao público a carta enviada pelo cacique ao general Manuel Hornos, bem como a resposta deste último, exemplifica de forma clara esse processo. Embora a carta de Calfucurá combinasse ameaças e propostas de paz, recurso recorrente em sua estratégia diplomática, o periódico optou por enfatizar elementos que reforçavam uma representação ambígua do cacique: ao mesmo tempo perigoso, primitivo e interessado em vantagens materiais. (Lobos, 2015, p.107-108)⁸⁴

Os comentários editoriais que antecedem e sucedem a publicação da correspondência são particularmente reveladores. Ao ironizar o uso do título “Don” por Calfucurá e afirmar

⁸³ A discussão sobre esta intelectualidade será mais desenvolvida no Capítulo 4.

⁸⁴ Esta carta poderia ter sido mais resumida, no entanto foi decidido deixá-la na íntegra, para que o leitor possa refletir sobre o motivo do periódico tê-la publicado. Olhar a carta original no Anexo 2.

que o cacique teria escrito sua carta “com a ponta de sua terrível lança”, o periódico recorre a estereótipos raciais e civilizatórios, reduzindo a escrita indígena a um gesto quase instintivo. Ainda assim, o mesmo editorial reconhece implicitamente o poder do cacique ao afirmar que “é melhor dar-lhes de bom grado o que poderiam tomar à força”, evidenciando o medo que as incursões indígenas despertavam em Buenos Aires (Lobos, 2015, p. 109)⁸⁵

Essa ambiguidade entre desprezo e temor atravessa também a forma como o jornal trata as negociações de paz. A carta de Hornos, publicada na íntegra, alterna ameaças explícitas com elogios calculados à inteligência e ao talento de Calfucurá, ao mesmo tempo em que condiciona a amizade à submissão do cacique aos interesses bonaerenses. O discurso do general revela, assim, a tentativa de reinscrever a relação com os indígenas dentro de uma hierarquia racial e política, mesmo quando a correlação de forças na fronteira não favorecia plenamente Buenos Aires. Além disso, no finalzinho da carta, Hornos diz que Buenos Aires e Calfucurá poderiam viver em paz “e seus índios poderiam vir vender entre os cristãos seus quillangos⁸⁶, sal, penas de avestruz e outras coisas com as quais antigamente carregavam erva, tabaco e cana-de-açúcar” (Lobos, 2015, p. 110-111)⁸⁷. Assim, a relação de Calfucurá com Buenos Aires era uma mão de via dupla, pois ambos dependiam do comércio de sal.

Nos meses seguintes, essa lógica editorial ancorada entre temor e desprezo se intensifica. Diferentemente da publicação integral das cartas anteriores, o *El Orden* passa a divulgar apenas resumos e interpretações das correspondências de Calfucurá, selecionando trechos que enfatizam seus pedidos por bens, alimentos e presentes. O periódico publica as cartas com o título: “A paz com os índios. Carta de Calfucurá” (Lobos, 2015, p.113-114)⁸⁸, “Os índios” (Lobos, 2015, p. 119)⁸⁹, “As cartas de Calfucurá” (Lobos, 2015, p. 119-120)⁹⁰. Ao fazê-lo, o jornal constrói a imagem de um cacique movido por interesses materiais e incapaz de controlar seus próprios seguidores, reforçando a ideia de que a paz dependeria de concessões constantes a uma liderança supostamente instável e perigosa.

Em 13 de abril de 1856, o periódico *El Orden* publica uma notícia, dizendo: “As chances de paz com os selvagens parecem estar aumentando. Há cartas de Calfucurá repletas de votos de um acordo pacífico, com o qual os índios ficaram muito felizes. [...] Calfucurá propõe a troca de prisioneiros como prova de suas boas intenções.” (Lobos, 2015, p.115).

⁸⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

⁸⁶ Quilango é um manto de peles cozidas muito usado entre alguns povos indígenas da Argentina.

⁸⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

⁸⁸ O trecho que está em itálico corresponde ao que o periódico escreveu. Olhar a carta original no Anexo 2.

⁸⁹ O trecho que está em itálico corresponde ao que o periódico escreveu. Olhar a carta original no Anexo 2.

⁹⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

Esse procedimento editorial evidencia que a imprensa não atuava como mediadora neutra, mas como agente ativo na produção de antagonismos. Ao escolher o que publicar, o que resumir e o que comentar, o *El Orden* contribuía para legitimar propostas mais duras contra os indígenas, ao mesmo tempo em que reconhecia, de forma tácita, a dependência econômica de Buenos Aires em relação a Salinas Grandes e ao comércio do sal controlado por Calfucurá. Desse modo, a análise das cartas e de sua circulação nos jornais permite compreender como Calfucurá se movia estrategicamente entre a ameaça e a negociação, explorando as fragilidades políticas e econômicas de Buenos Aires. Ao mesmo tempo, revela como a imprensa bonaerense buscava enquadrar essa atuação dentro de uma narrativa civilizatória, tensionada constantemente pelo medo de novas invasões e pela incapacidade do Estado de impor uma solução definitiva na fronteira.

2.5 Buenos Aires em busca de Tratados

Após os sucessivos *malones* que atingiram a fronteira bonaerense em 1855, Buenos Aires passou a enfrentar uma situação política e militar extremamente delicada. O Tratado de Paz firmado entre a Confederação Argentina e parte dos caciques do Sul deslocou o eixo da violência para a província, que se viu incapaz de conter as incursões indígenas por meio da força militar. Grande parte dessas ações foi articulada por Juan Calfucurá, líder da Confederação Indígena de Salinas Grandes, cuja posição estratégica e capacidade de mobilização tornavam inviável sua derrota em campo aberto. Diante desse cenário, as autoridades portenhas buscaram reaproximação, ainda que sob desconfiança. Como observa Passetti, as relações permaneciam “extremamente tensas com Calfucurá”, mas, sem conseguir vencê-lo militarmente ou neutralizá-lo politicamente, Buenos Aires optou por negociar (Passetti, 2012, p. 112).

Nesse contexto, no final do mês de abril de 1856, chegou à Salinas Grandes com uma comissão o professor Franciso Larguía, estratégia diplomática que combinava negociação, tutela e tentativa de controle simbólico por parte de Buenos Aires. Larguía era oficialmente responsável pela educação de Manuel Pastor, filho de Calfucurá, na Escola Estadual da Catedral do Norte em Buenos Aires (Lobos. 2015, p.121). O professor também atuou como emissário do governo provincial, encarregado de estabelecer acordos e resgatar cativos. Sua presença evidencia a forma pela qual Buenos Aires buscava negociar a partir de uma posição que se pretendia moralmente superior, ainda que politicamente fragilizada.

Em 04 de junho do mesmo ano, o diário *El Nacional* publicou um artigo intitulado “Negociações com Calfucurá”, onde algumas reivindicações dos indígenas foram expostas.

Eles solicitam:

1º, que lhe sejam entregues, como presente único, 1.000 éguas, 20 ponchos de tecido fino, 80 camisas e cuecas, rum, erva-mate, açúcar, tabaco e algumas caixas pequenas de passas, devendo esses presentes ser enviados a ele dentro de um mês, a partir de 17 de maio.

2º, Calfucurá concorda em entregar todos os cativos de ambos os sexos, entre os quais três de seus parentes. Larguía afirma que ainda não os devolveu porque não foram reunidos e porque ele não possui cavalos. [...]

Em 17 de maio, às 16h, o Sr. Larguía saiu das tendas de Calfucurá e lá deu um abraço de despedida ao seu discípulo Manuel Pastor, que permaneceu chorando. Este jovem não havia retornado ao seu mestre porque seu pai queria mantê-lo consigo por mais um tempo e desejava que ele visse dois de seus irmãos que estavam ausentes. [...] O chefe ficou igualmente satisfeito ao vê-lo ler e escrever. Ele já usa o filho para ler cartas para ele.

Calfucurá é descendente de chilenos, aparenta ter cerca de 50 anos e tem porte atlético. Ele fala um pouco de espanhol e o entende muito bem.[...]

De Mulitas, o Sr. Larguía levou sete dias para chegar ao acampamento de Calfucurá, e a viagem de volta levou oito dias e meio porque os campos estavam alagados. [...]

Não podemos concluir estas breves notas, extraídas de uma conversa com o Sr. Larguía, sem mencionar um ato altamente louvável, que ele relatou com a maior modéstia. Comovido com a privação e a nudez em que se encontravam, ele distribuiu todas as suas roupas entre os cativos. (Lobos, 2015, p.122-123)⁹¹

As exigências apresentadas por Calfucurá durante essas negociações revelam com clareza a assimetria do processo. O cacique fala da devolução dos cativos condicionada ao envio prévio de presentes, como éguas, vestimentas, alimentos e produtos de consumo, e à fixação de prazos, demonstrando que o cacique operava a diplomacia como instrumento de afirmação de autoridade, e não como concessão. Ao mesmo tempo, o próprio fato de Buenos Aires aceitar tais condições indica o grau de temor e dependência deste em relação à liderança de Salinas Grandes.

A cobertura da imprensa portenha, em especial nos artigos publicados pelo *El Nacional*, contribuiu para reforçar uma leitura enviesada dessas negociações. Ao destacar aspectos físicos, etários e linguísticos de Calfucurá, bem como gestos de caridade atribuídos a Larguía, os jornais mobilizaram uma narrativa civilizatória que tendia a apresentar o cacique como figura ambígua: poderoso, porém moralmente inferior. A distribuição de roupas aos cativos, por exemplo, era narrada de modo a sugerir a perversidade indígena, reforçando estereótipos que legitimavam, no plano discursivo, a postura tutelar de Buenos Aires.

Larguía retornou à Buenos Aires, como pode se notar a partir do artigo acima. No entanto, sem a assinatura do tratado com Calfucurá, que dizia que perdeu “a coragem ao ver que esses acordos de paz que estão sendo feitos são falsos, porque todos os dias me dizem

⁹¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

que a paz que estamos fazendo é para me prejudicar” em carta de 16 de julho de 1856. (Lobos, 2015, p.125-126)⁹². No entanto, Buenos Aires enviaria de novo Larguía à Salinas Grandes, em agosto do mesmo ano, com intuito de resgatar mais cativos. (Lobos, 2015, p.128).

Em 20 de julho, Calfucurá enviou uma carta à Buenos Aires, dizendo que já sabia que o senhor Larguía iria visitá-lo novamente e que estava solícito em recebê-lo, pois ele já era um homem idoso, e o líder de Salinas Grandes queria resolver logo as coisas. Na mesma carta Calfucurá complementa:

eu não sou daqui, vim do Chile para viajar, antes quem governava os índios eram Painé e Pichen, e eles me colocaram no comando; não sei como isso funciona, como me tratam, não sei como me comparar, já que nasci para ser general, e é por isso que Obligado insiste que eu governe todas as tribos indígenas. (Lobos, 2015, p.126-127)⁹³

As cartas enviadas por Calfucurá ao longo do ano de 1856 revelam, contudo, uma percepção de sua própria posição política. Ao afirmar que havia sido colocado no comando por outros chefes e que nascera para governar, o cacique explicitava sua consciência de liderança e de centralidade nas negociações. Tal reconhecimento era compartilhado, ainda que a contragosto, pelas autoridades portenhas, para as quais manter algum tipo de relação com Calfucurá era preferível a empurrá-lo definitivamente para o campo da Confederação liderada por Urquiza (Passetti, 2012, p. 113).

As sucessivas idas e vindas de Larguía a Salinas Grandes, bem como a dificuldade em obter a assinatura formal de um tratado, evidenciam o fracasso estrutural da política bonaerense. As negociações esbarravam não apenas na desconfiança mútua, mas também na incapacidade de Buenos Aires em compreender a dinâmica política indígena. Como o próprio Calfucurá afirmou, não era possível forçar os membros de sua Confederação a entregar cativos ou aceitar decisões de modo coercitivo, uma vez que a autoridade indígena se exercia por persuasão e consenso, e não por imposição.

O diário de Larguía, por sua vez, revelava mais sobre a mentalidade *criolla* do que sobre os rituais e práticas indígenas que descreveu. Suas interpretações, marcadas por noções de selvageria, barbárie e inferioridade racial, reforçam a perspectiva hierárquica com que Buenos Aires encarava a negociação. Larguía dizia, “estou convencido de que esses homens vivem em um estado de completa selvageria” (Lobos, 2015, p.140-141-142, grifo nosso)⁹⁴. Assim, tal postura, como observa Passetti, demonstrava que “a forma portenha de tratar com

⁹² Olhar a carta original no Anexo 2.

⁹³ Olhar a carta original no Anexo 2.

⁹⁴ Olhar a passagem do diário original no Anexo 1.

os caciques e negociar a paz era sempre da perspectiva do superior, que se imaginava temporariamente tendo que ceder, mas tentando extrair o máximo possível da desfavorável situação.” (Passetti, 2012, p.115).

Dessa forma, o subitem evidencia que a busca de Buenos Aires por tratados com Calfucurá não representou uma mudança substantiva em sua política indigenista, mas uma resposta emergencial a um contexto de vulnerabilidade. A insistência em negociar sem abandonar a lógica tutelar e civilizatória contribuiu para o insucesso dos acordos e reforçou, paradoxalmente, o poder político do cacique, que continuou a manejar alianças, informações e concessões conforme seus próprios interesses estratégicos.

2.6 Violência, negociações e linguagem política na fronteira.

O retorno de Francisco Larguía à Buenos Aires sem a assinatura de um Tratado com Calfucurá marcou o esgotamento momentâneo das tentativas de negociação formal e demonstrou a fragilidade dos acordos estabelecidos na fronteira. Não tardou nem trinta dias após o último registro de seu diário, para que o cacique voltasse a realizar os *malones* nas fronteiras portenha, indicando que naquele contexto a violência funcionava como uma extensão da diplomacia frustrada. Tais ações podem ser acompanhadas por meio da intensa troca de correspondência entre os comandantes de fronteira, nas quais a ameaça, a negociação e a guerra parecem imbricadas.

Em 17 de outubro de 1856, o comandante Antonio Llorente, sediado em 25 de Mayo informa que indígenas considerados “amigos”, residentes em Mulitas, estariam em conluio com Calfucurá e teriam participado de ataques ao forte com o objetivo de expulsar as famílias e destruir a localidade. Em tom provocativo Llorente, disse “vou enviar dois mensageiros para dizer a Calfucurá que sei do seu plano e que o esperarei quando ele quiser. Vou dizer-lhe isso para que não pense que tenho medo dele...” (Lobos, 2015, p.150)⁹⁵. A carta demonstra a performatividade da linguagem militar, na qual bravura e intimidação são mobilizados como recursos políticos.

Poucos dias depois, em 22 de outubro do mesmo ano, novas cartas aprofundam esse cenário. Em correspondência dirigida ao comandante da Fronteira Central, Llorente, citado anteriormente, relata a chegada de Larguía, vindo de uma missão às *tolderías* de Calfucurá e

⁹⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

informa que sua presença teria retardado momentaneamente a invasão. No entanto, o comandante ressalta que Calfucurá já se encontrava em Cabeza de Buey com cerca de 1.500 homens, exigindo a devolução das famílias indígenas que haviam sido capturadas em 25 de Mayo, sob ameaça de devastar completamente a localidade, não sobrando nem galinhas (Lobos, 2015, p.150).⁹⁶

Na mesma data, o comandante Llorente escreve à Mitre reiterando a gravidade da situação. Llorente descreve a fuga de 30 indígenas do forte, entre eles três oficiais, afirmando ainda ter capturado suas famílias. Em resposta, Calfucurá condiciona a libertação dos filhos de Larguía à devolução dessas famílias, deixando claro que, caso contrário, avançaria sobre a região. Llorente admite sua hesitação quanto à melhor forma de agir, aguardando instruções superiores, ao mesmo tempo em que reconhece a proximidade e o poder da força indígenas, estimada entre mil e mil e quinhentos homens (Lobos, 2015, p.151)⁹⁷.

As correspondências permitem compreender como a violência na fronteira não se configurava como uma ruptura absoluta da negociação, mas como parte constitutiva de um repertório político compartilhado. Calfucurá, ao justificar seu ataque como uma ação destinada à proteção de famílias indígenas detidas no forte, mobiliza uma política que articula parentesco, reciprocidade e justiça. O *malón* aparece como uma linguagem que visa restabelecer equilíbrios.

Ao mesmo tempo, as cartas também revelam o temor e a incerteza dos comandantes *criollos* diante da capacidade de mobilização indígena e da habilidade estratégica de Calfucurá. A fronteira emerge, assim, como um espaço no qual a violência e negociação se entrelaçam continuamente, e onde as ameaças e as demonstrações de força funcionam como mecanismo de produção de autoridade e de disputa por legitimidade política.

As notícias sobre invasões e *malones* atribuídos à Calfucurá atravessam de forma recorrente a documentação entre os meses de outubro e dezembro de 1856, demonstrando a permanência de um estado de alerta constante na fronteira. Em 1º de dezembro daquele ano, por exemplo, um comunicado registra que “há notícias de que os bárbaros tentam invadir 25 de Mayo, entre oito ou dez dias” (Lobos, 2015, p.157). Esse tipo de informação, constantemente difundida, contribuía para a produção de um clima de ameaça permanente, no qual o indígena revoltado era representado como perigo iminente à ordem fronteiriça.

⁹⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

⁹⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

Já no início de 1857, essa lógica ganha contornos ainda mais explícitos em uma carta de Bartolomé Mitre ao ministro Manuel Escalada. Na correspondência, Mitre revela de maneira direta os objetivos políticos que orientaram a concessão do título de “General e Cacique Superior das Tribos do Sul” ao cacique Catriel. Para Mitre, o título não possuía valor efetivo do ponto de vista institucional, mas era simbolicamente relevante para o próprio indígena, funcionando como um instrumento estratégico de intervenção na política intertribal. Ao investir Catriel dessa autoridade, Mitre esperava provocar uma ruptura entre ele e Calfucurá, descrito por Mitre de forma pejorativa como “um índio de ascendência chilena”, “arrogante por natureza” e “incapaz de se submeter a qualquer autoridade”, que ocupava “território usurpado dos Pampas” (Lobos, 2015, p.159-160)⁹⁸.

Na carta, fica evidente que o reconhecimento concedido a Catriel não se baseava em um efetivo fortalecimento de sua posição política, tampouco uma mudança na política indígena de Buenos Aires. Tratava-se de uma estratégia de fragmentação do poder indígena, apostando na rivalidade entre caciques como meio de enfraquecer Calfucurá e conter suas incursões à fronteira portenha. Dessa forma, “tantas honrarias, não foram o resultado de uma mudança na estratégia de Buenos Aires, nem de um reconhecimento da força política que Catriel (não) tinha, mas uma forma de acalmar aquele cacique e conseguir uma barreira indígenas aos *malones*.” (Passetti, 2012, p.113)

Nesse sentido, a correspondência de Mitre revela como a linguagem política do Estado operava ao mesmo tempo por meio da violência simbólica, da manipulação de hierarquias indígenas e da produção discursiva do inimigo. A nomeação de Catriel, longe de significar inclusão ou integração, diz de uma racionalidade que buscava administrar o conflito por meio da divisão interna dos povos indígenas, reforçando a fronteira como um espaço de permanente tensão entre negociação, coerção e guerra.

Em carta de Calfucurá enviada a Urquiza, em 04 de fevereiro de 1857, o cacique demonstra ter plena consciência da forma como vinha sendo representado e tratado pelas autoridades portenhas e pela opinião pública de Buenos Aires. Ao mesmo tempo, a carta demonstra como Calfucurá buscava inscrever sua ação militar dentro de uma lógica de legitimidade política, buscando do presidente da Confederação uma definição clara sobre a condução do conflito: paz ou guerra.

Ao longo da carta, Calfucurá afirma desconhecer as intenções de Urquiza em relação à Província de Buenos Aires e solicita orientações explícitas para que possa agir conforme a

⁹⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

vontade do governo confederado. Esse pedido não se restringe a uma demonstração de lealdade formal, mas revela uma estratégia discursiva por meio da qual o cacique procura deslocar a responsabilidade de suas ações para uma instância superior de autoridade. Ao afirmar que deixou de aceitar os presentes enviados por Buenos Aires seguindo conselhos atribuídos a Urquiza, Calfucurá constrói a imagem de um aliado disciplinado, ainda que desrespeitado.

A carta também revela a centralidade do insulto como elemento político na dinâmica da fronteira. Calfucurá menciona que é constantemente chamado de “mentiroso, patife e ladrão” pelo povo de Buenos Aires, demonstrando como a desqualificação moral operava como mecanismo de deslegitimação de sua autoridade. Diante disso, o cacique afirma não estar disposto a aceitar acordos com um governo que o afronta cotidianamente, reforçando sua disposição permanente para o combate. Calfucurá diz ainda à Urquiza:

Se Vossa Excelência fez as pazes com o Governo de Buenos Aires, avise-me; e se não, avise-me quando planejar tomar a cidade de Buenos Aires, pois levarei muito tempo para ir. Por favor, envie-me 500 cartuchos de fuzil quando meus mensageiros chegarem. Envie a Vossa Excelência um comandante com alguns homens para me ajudar a lutar. Se não enviar o que solicitei, ficarei emburrado e não enviarei mais mensageiros. Se enviar esses homens, certifique-se de que venham bem equipados com cavalos, porque quando os chilenos e os chuelechos vieram, demos-lhes presentes, e é por isso que esses homens que estão vindo estão com poucos cavalos. Dê a eles um pouco de tudo para que nada lhes falte durante a viagem.[...] (Lobos, 2015, p.162-163, grifo nosso)⁹⁹

Nesse contexto, o pedido por armas, munições e apoio militar não deve ser lido apenas como uma demanda material, mas como parte de uma negociação política mais ampla. Ao solicitar fuzis, cartuchos e o envio de homens bem equipados, Calfucurá se apresenta como um ator militar estratégico, capaz de mobilizar forças indígenas, entre eles chilenos e chuelechos, desde que conte com o respaldo da Confederação Argentina. Além disso, estabelece limites para a continuidade da comunicação, ameaçando romper o envio de mensageiros caso suas demandas não sejam atendidas.

No entanto, como observa Alessandra Seixlack, “embora nunca tenha escondido sua preferência pela Confederação Argentina, o *longko salinero* jamais deixou de buscar alianças com os portenhos.” (Seixlack, 2018, p.94). Essa ambivalência política pode ser percebida em uma carta de 07 de março 1857, apenas três dias após Calfucurá manifestar à Urquiza seu desejo de invadir Buenos Aires. Nela, o comandante do forte da Vila de la Concepción del

⁹⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

Río Cuarto, Martín Quenón, informa ao presidente da Confederação que o cacique mantinha relações comerciais com os portenhos.

Segundo Quenón, “os chefes Lebbuenche (Pampa) Leveipí e Juan Catriel firmaram um tratado com o governo de Buenos Aires, e que os moradores de Buenos Aires estão indo e vindo diariamente ao acampamento de Calfucurá porque também estão negociando com o mesmo governo”. O comandante afirma acreditar nessa informação, pois os próprios indígenas teriam relatado que buscavam estabelecer uma paz provisória com Buenos Aires como estratégia para obter o resgate de parentes importantes. Nessa leitura, a negociação aparece menos como um compromisso duradouro e mais como um recurso estratégico.

Quenón atribui essa aproximação dos caciques com portenhos aos bens que esses últimos ofereciam, o tabaco, a erva-mate, o açúcar, as vestimentas e as bebidas alcoólicas, itens que se tornavam escassos em tempos de guerra. Ainda assim, o comandante acusa Calfucurá e seus aliados de continuarem realizando roubos em aliança com os *ranqueles*, mas atribuindo a estes toda a responsabilidade pelas incursões, prática que, segundo ele, já teria sido utilizada durante o governo de Rosas, quando o cacique recebia pagamentos regulares em éguas e outros produtos (Lobos, 215, p.164)¹⁰⁰.

Assim, a carta de Quenón reforça a ideia de que Calfucurá mantinha uma postura dupla: negociava com Buenos Aires ao mesmo tempo em que atacava a fronteira, deslocando a culpa para outros grupos indígenas. Mais do que denunciar uma suposta incoerência, a correspondência demonstra a complexidade das estratégias políticas mobilizadas pelo cacique, que transitava entre alianças rivais, combinando comércio, diplomacia e violência como formas de ação no contexto instável da fronteira.

Relembrando o papel desempenhado pela imprensa na circulação pública das correspondências trocadas entre *criollos* e indígenas, observa-se que o periódico *La Tribuna* também atuou ao longo do século XIX como um importante mediador na divulgação dessas cartas. Fundado em 1853 por Mariano e Héctor Florencio Varela, o jornal representou, em seus primeiros anos, o oposicionismo portenho ao governo de Justo José de Urquiza. Caracterizou-se por uma postura combativa e agressiva, identificando Urquiza como um tirano no moldes de Juan Manuel de Rosas e defendendo que o governo de Buenos Aires conduzisse suas relações com a Confederação com “mãos de ferro”, diante do risco constante de traição (Seixlack, 2018, p. 103-104).

¹⁰⁰ Olhar a carta original no Anexo 1.

É nesse contexto que, em 14 de março de 1858, *La Tribuna* publicou uma carta enviada por Calfucurá ao comandante de Bahía Blanca, o major Iturra, datada de 06 de junho de 1857. A divulgação dessa correspondência pelo periódico não é neutra, pois ao tornar pública a carta, o jornal reforça um enquadramento que associa Calfucurá à violência, à ameaça e à instabilidade da fronteira, ao mesmo tempo em que o insere no jogo político mais amplo entre Buenos Aires e a Confederação Argentina.

Na carta, Calfucurá afirma que o presidente Urquiza teria ordenado a invasão da província de Buenos Aires, mas ressalta que não atacaria a Bahía Blanca, onde Iturra estava. Ao fazer essa ressalva, o cacique demonstra conhecer a importância estratégica e comercial da localidade, próxima a Salinas Grandes, e procura garantir a continuidade das trocas econômicas. Nesse sentido, compromete-se a não realizar *malones* na região e solicita que Iturra confisque o gado de qualquer indígena que ali chegasse sem portar uma carta sua, reforçando seu papel de autoridade política e disciplinadora sobre seus homens.

Ao mesmo tempo, Calfucurá deixa claro que se mantinha em prontidão diante de uma possível ofensiva de Buenos Aires. Esse aviso aparece acompanhado de pedido de quatro canhões a Manuel Baigorria, intermediário nas negociações com a Confederação, o demonstra a proximidade do cacique com Urquiza. A carta articula promessas de paz com demonstrações explícitas de força, combinando linguagem diplomática e ameaça como parte de uma mesma estratégia política.

Calfucurá também manifesta descontentamento com as negociações conduzidas pelo cacique J. M. Yanquetruz (Llanquetruz) com Pastor Obligado, representante de Buenos Aires, que resultou no Tratado em 24 de maio de 1857. O acordo concedia determinadas permissões para o grupo de Llanquetruz, ao mesmo tempo em que favorecia o avanço da linha de fronteira portenha sobre terras indígenas. Para o cacique, tal aliança representava uma ameaça direta à sua posição de liderança e ao equilíbrio político regional. Não por acaso, Calfucurá afirma que sua intenção de procurar Martin Quenón para firmar tratados de paz e amizade com a Confederação, reafirmando sua preferência por Urquiza se deslocando mais uma vez em relação às alianças (Lobos, 2015, p. 167-168, grifo nosso)¹⁰¹. Desse modo, a carta publicada por *La Tribuna* revela, para além da complexidade das estratégias de Calfucurá, o papel da imprensa na construção de sentidos sobre a fronteira, ao transformar correspondências privadas em instrumentos de disputa política e simbólica no espaço público.

¹⁰¹ Olhar a carta original no Anexo 2.

Em 09 de junho de 1857, Juan Calfucurá enviou duas cartas à Urquiza, ambas a partir de Salinas Grandes, nas quais expressou reivindicações relacionadas à circulação, ao comércio e às estratégias de alianças com a Confederação Argentina.

Na primeira correspondência, o cacique manifesta sua insatisfação diante de um decreto expedido pelo governador da província de Córdoba, que restringia a circulação de pessoas da província em direção aos territórios indígenas, permitindo apenas aos mensageiros enviados pelo presidente da Confederação ou por autoridades subordinadas. Calfucurá relata ter sido informado dessa medida pelo chefe Meliner e, em resposta, afirma ter se dirigido diretamente ao governador cordobês, solicitando autorização para que o capitão Apolinário pudesse circular livremente até Salinas Grandes (Lobos, 2015, p.168-169)¹⁰². Ao fazê-lo, o cacique reivindica o direito à mobilidade e ao intercâmbio comercial, contestando decisões que interferem nas dinâmicas fronteiriças e nas redes de circulação historicamente estabelecidas.

Já na segunda carta, Calfucurá adota um tom mais conciliador reafirmando seus vínculos com Urquiza. Nela, acusa o recebimento de uma carta enviada em abril e anuncia sua intenção de encaminhar, no prazo de três meses, seu filho Manuel Pastor, juntamente com quatro ou cinco filhos de caciques considerados importantes, para estudar no Paraná. A iniciativa é apresentada como um gesto de confiança e reconhecimento da autoridade do presidente da Confederação, bem como da proposta educacional por ele oferecida. O cacique justifica o adiamento do envio dos jovens pelo desgaste recente de sua cavalaria, que havia retornado de incursões de *malón*, evidenciando a simultaneidade entre práticas diplomáticas e ações bélicas no cotidiano político da fronteira (Lobos, 2015, p. 169)¹⁰³.

Conjuntamente, essas duas cartas revelam a habilidade política de Calfucurá em transitar entre reivindicação e cooperação. O cacique utiliza estratégias simbólicas de aliança, como o envio de filhos para serem educados sob a tutela da Confederação. Tal articulação reforça o caráter relacional e negociado da política indígena na fronteira, marcada por uma constante oscilação entre conflito, diplomacia e construção de legitimidades

No dia 10 de junho de 1857, em correspondência de Calfucurá a Iturra, o cacique comenta sobre os desdobramentos do envio do seu filho Manuel Pastor para estudar no Paraná, capital da Confederação Argentina. Na carta, o cacique menciona uma correspondência recebida de Urquiza, cujo conteúdo revela a dimensão política dessa relação.

¹⁰² Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁰³ Olhar a carta original no Anexo 2.

Segundo Calfucurá, o presidente da Confederação comunicou ter considerado conveniente conceder a Manuel Pastor a patente de Coronel da Nação, reconhecimento este que deveria ser respeitado em todas as treze províncias confederadas. O cacique interpreta essa consideração não apenas como uma honra concedida ao seu filho, mas um reconhecimento extensivo a si próprio, à sua família e aos povos indígenas sob sua liderança (Lobos, 2015, p. 170-171)¹⁰⁴.

Ao destacar que tal honra não havia sido concedida pelo governo de Buenos Aires durante a permanência de Manuel Pastor na província, Calfucurá constrói um contraste explícito entre os dois projetos políticos em disputa. A Confederação aparece, então, como um espaço mais receptivo ao reconhecimento da autoridade indígena, enquanto Buenos Aires surge como um poder que negligencia ou desconsidera essa legitimidade.

Nesse contexto, marcado por intensos *malones* conduzidos por Calfucurá contra às fronteiras portenhas, Buenos Aires passou a investir na consolidação de tratados com outros caciques, buscando conter o avanço do líder de Salinas Grandes. Acordos firmados com Catriel e com J. M. Yanquetrutz exemplificam essas estratégias de fragmentação das alianças entre lideranças indígenas. Dessa forma, em meados de 1857, delineava-se o rearranjo das alianças políticas entre os caciques e os grupos *criollos*. De um lado, os portenhos, apoiados por Catriel, Cachul e J. M. Yanquetrutz; de outro os confederados com o apoio de Calfucurá e Calbán e seus aliados. (Passetti, 2012, p.119)

A análise dessas correspondências e acordos permite compreender que a violência e a negociação não constituíam esferas opostas, mas dimensões complementares da linguagem política da fronteira. Calfucurá transitava entre o uso estratégico do *malón*, da diplomacia epistolar e da mobilização simbólica de honrarias e patentes, afirmando sua agência em um campo marcado por disputas hegemônicas. Assim, o subitem evidencia como a fronteira se configurava como um espaço de conflito agonístico, no qual a autoridade indígena não apenas reagia às investidas estatais, mas produzia sentidos, alianças e estratégias próprias no processo de construção do poder político no século XIX.

2.7 Alcances e limites da Confederação de Salinas Grandes

Ao longo deste capítulo, é perceptível que “Calfucurá fortaleceu sua liderança, sendo capaz de convocar e mobilizar, em determinadas conjunturas, uma coalizão de distintos grupos indígenas da área pampeana-patagônia.” (Seixlack, 2018, p.89). Esse protagonismo

¹⁰⁴ Olhar a carta original no Anexo 2.

esteve associado à manutenção de seu território, ao estabelecimento de vínculos com diferentes parcialidades indígenas e ao reconhecimento obtido junto aos *criollos* por meio de tratados e negociações. Ademais, o controle de uma região estratégica para os fluxos comerciais interétnicos contribuiu para consolidar a centralidade política de Calfucurá no espaço pampeano, especialmente em torno da Confederação de Salinas Grandes.

Todavia, ao analisar os alcances e limites, é importante refletir sobre os seus limites. Nesse sentido, Carmen Bernand e Alessandra Seixlack chamam a atenção para o caráter de uma soberania relativa exercida pelas confederações indígenas ou cacicados. Segundo Bernand, tais formações políticas “dependem de uma sociedade dominante” e sua estabilidade esteve condicionada à continuidade do fornecimento de presentes e *raciones*, cuja redução podia abalar as redes de alianças e o próprio poder dos caciques (Bernand, 2016, p.264). Assim, a autonomia indígena não se configura como plena ou absoluta, mas como um exercício político constantemente negociado.

Essa discussão também reforça o caráter segmentário do mundo indígena em foco. “Calfucurá não foi porta-voz de uma “unidade indígena”, tampouco exerceu domínio permanente e absoluto sobre amplas parcialidades indígenas.” (Seixlack, 2018, p.89). As alianças eram móveis, contingentes e atravessadas por disputas internas, o que impunha limites concretos à capacidade de centralização do poder pelo cacique de Salinas Grandes.

Um exemplo sobre esses limites de autonomia pode ser observado na carta escrita pelo cacique Coliqueo a Manuel Baigorria, em 12 de junho de 1857. Nela, Coliqueo, que era aliado de Calfucurá afirma que o mesmo passou a desconfiar de sua lealdade, suspeitando de uma possível traição. Essa traição estaria relacionada ao fato dele recorrer frequentemente ao presidente da Confederação, Urquiza, o que demonstra a sobreposição de vínculos políticos e a fragilidade das hierarquias internas. A correspondência apresenta o início do afastamento entre Coliqueo e o cacique de Salinas, demonstrando como as confederações eram marcadas por equilíbrios instáveis e por autonomia limitada, permanente tensionada tanto pelas relações interétnicas quanto pelas dinâmicas internas às próprias parcialidades indígenas. (Lobos, 2015, p.171, grifo nosso)¹⁰⁵

No dia 14 de março de 1858, o periódico *La Tribuna* publicou duas cartas enviadas por Calfucurá ao major Iturra, entre as quais se destacava a correspondência datada de 18 de junho do ano anterior, 1857. Nela, o cacique explicita o funcionamento das redes econômicas

¹⁰⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

que sustentavam a Confederação de Salinas, ao tratar do envio de mensageiros à Bahía Blanca com gado e couros para comércio. Ao exigir que as mercadorias fossem pagas a “preço justo” e solicitar, em contrapartida, bens específicos como roupas, açúcar erva mate e tabaco, Calfucurá demonstra o papel central das trocas materiais na manutenção das alianças e na reprodução de sua autoridade (Lobos, 2015, p.171-172¹⁰⁶).

Ao mesmo tempo, a carta revela os limites dessa relação. A promessa de Calfucurá de não realizar invasões contra Bahía Blanca está condicionada à preservação de uma “boa amizade”, o que demonstra que a paz era sempre negociada e dependente do cumprimento de obrigações mútuas. Dessa forma, a capacidade de Calfucurá de controlar a violência de seus grupos aparece como um dos pilares de sua liderança, mas também como um elemento frágil, sujeito a tensões constantes.

A correspondência também evidencia a inserção de Calfucurá em circuitos mais amplos. O cacique afirma manter comunicações diretas com Urquiza, cujas mensagens garantiriam a livre circulação de seus mensageiros pelas províncias da Confederação, além de mencionar o recebimento de armamentos e munições. Esses elementos reforçam o alcance da Confederação de Salinas Grandes para além do espaço pampeano, articulando com autoridades nacionais e com grupos indígenas trans cordilheiros, como os chilenos que estavam chegando à região.

Por outro lado, ao mencionar a fragilidade numérica de Yanquetruz, Calfucurá deixa transparecer as limitações de sua própria posição. Assim, a necessidade de avaliar as forças aliadas e rival demonstra o caráter instável e segmentário da política indígena, marcada por alianças circunstanciais e pela impossibilidade de exercer um domínio permanente sobre outras parcialidades. A carta revela, ao mesmo tempo, o alcance de Calfucurá, capaz de articular comércio, diplomacia e poder militar, mas também os limites estruturais da Confederação de Salinas Grandes, constantemente condicionada às disputas inter indígenas e às estratégias dos governos *criollos*.

Na segunda carta publicada por *La Tribuna*, Calfucurá explicita as tensões políticas que atravessam a Confederação de Salinas naquele momento. Ao responder a uma carta de Iturra, que lhe concederia autorização para ingressar em Bahía Blanca, o cacique manifesta sua profunda desconfiança, interpretando o gesto como parte de uma estratégia mais ampla articulada por Bartolomé Mitre, que envolveria a mobilização de forças *criollas* e indígenas sob o comando de Yanquetruz. O cacique enumera o contingente que o governo de Buenos

¹⁰⁶ Olhar a carta original no Anexo 2.

Aires está disponibilizando, “dois mil homens vêm do Norte e mil e quinhentos do centro” e das Legiões agrícolas, revelando não apenas seu conhecimento detalhado da movimentação militar portenha, como também sua capacidade de leitura estratégica do cenário político militar da fronteira (Lobos, 2015, p.172-173)¹⁰⁷.

Nesse contexto, a carta demonstra uma ruptura significativa nas alianças inter indígenas. Calfucurá afirma sentir-se traído por Yanquetruz e menciona o descontentamento dos Picunches com a aproximação deste último ao governo de Buenos Aires. Essa passagem é reveladora dos limites da autoridade do cacique de Salinas Grandes, que embora exercesse liderança relevante, não controlava de forma permanente ou absoluta outras parcialidades indígenas. A política indígena aparece como um campo marcado por segmentações, lealdades instáveis e disputas internas, frequentemente exploradas pelos governos *criollos*.

Ao mesmo tempo, ainda em carta, Calfucurá reafirma sua capacidade de ação autônoma ao declarar-se preparado para o confronto e anunciar que se dirigia a Urquiza para aguardar suas ordens. Ameaça explicitamente os “cristãos” e exige que Iturra e outros oficiais não interferissem, reforçando a dimensão performática da carta, na qual a linguagem da guerra operava como instrumento de afirmação de poder.

Ainda que a correspondência revele o desgaste das alianças políticas de Calfucurá, especialmente com Yanquetruz e Coliqueo, ela também indica que o cacique mantinha recursos militares e apoio externo suficientes para sustentar sua posição na fronteira. Não por acaso, poucas semanas depois, ainda em junho de 1857, circulam notícias de dois cativos fugidos de Salinas Grandes, afirmando que o cacique Calfucurá se prepara para invadir Bragado (Lobos, 2015, p.173), o que corrobora a persistência da capacidade de mobilização do mesmo em um contexto de crescente isolamento político.

Em 09 de julho de 1857, a partir de Salinas Grandes, Calfucurá envia uma carta à Manuel Baigorria, no qual agradece as informações recebidas sobre as intenções do governo portenho. O cacique afirma estar se preparando para o confronto, embora ressalte nunca se encontrar desprevenido. Encerra a carta pedindo alguns artigos bélicos. (Lobos, 2015, p.174)¹⁰⁸.

Em agosto do mesmo ano, o cacique José María B. Yanquetruz, escreve uma carta ao cacique Juan Calfucurá. Na carta, Yanquetruz relata ter reunido seus homens em parlamento e destacado as vantagens materiais e políticas obtidas com a paz firmada com o governo de

¹⁰⁷ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁰⁸ Olhar a carta original no Anexo 2.

Buenos Aires, primeiro com Pastor Obligado e depois com Valentín Alsina. E pergunta à Calfucurá, “e você... Irmão Calfucurá, por que não faz as pazes?”. Dessa forma, ao enfatizar o recebimento regular de salários e *raciones* para si e para cerca de oitocentos homens sob seu comando, o cacique apresenta a aliança com os portenhos como um caminho racional e vantajoso, contrastando com a posição de enfrentamento adotada por Calfucurá.

O tom da carta é de persuasão. Yanquetruz, recorre a argumentos divinos, “talvez Deus um dia o castigue por seu orgulho, e quando você se lembrar, não haverá mais lugar para o suplicante”. O cacique afirma já considerar os cristãos como seus “irmãos”, sugerindo uma redefinição simbólica das fronteiras entre indígenas e *criollos*. Ao advertir Calfucurá para que não dê ouvidos a “nenhuma história que possa encher sua cabeça de bobagens”, o cacique faz referência indireta às mensagens de Manuel Baigorria e as articulações da Confederação, revelando o embate discursivo entre projetos políticos concorrentes no interior do mundo indígena (Lobos, 2015, p.175)¹⁰⁹.

Não tarda muito para Calfucurá voltar a escrever a Baigorria, comentando diretamente a correspondência recebida do cacique Yanquetruz. Na carta, o cacique informa que Yanquetruz se encontrava em Cholechuel com cerca de oitocentos soldados e oito capitães. Ao mencionar esse dado, Calfucurá atualiza Baigorria sobre o cenário político e militar da fronteira, além de evidenciar sua atenção constante às movimentações de outras lideranças indígenas, cujas escolhas impactam diretamente o equilíbrio das forças regionais.

Na mesma carta, o cacique aborda negociações envolvendo a troca e resgate de cativos, relatando um pedido do presidente da Confederação para que interviesse no resgate de uma criança da província de Santiago del Estero. Esse episódio revela como Calfucurá seguia sendo reconhecido como mediador político relevante, capaz de intervir em circuitos interprovinciais de negociação, mesmo em um contexto de enfraquecimento relativo de suas alianças indígenas. Por fim, a carta reafirma sua disposição para a guerra, caso Urquiza decidisse avançar contra Buenos Aires, ao mesmo tempo em que solicita o envio de alimentos e itens bélicos. (Lobos, 2015, p. 177-178-179)¹¹⁰. Essa combinação de prontidão militar, mediação política e dependência de recursos externos demonstra, de forma emblemática, os alcances e os limites da Confederação de Salinas Grandes.

¹⁰⁹ Olhar a carta original no Anexo 3.

¹¹⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

As negociações em torno de troca e da restituição de cativos, ou da mediação para o retorno dessas pessoas às suas províncias de origem, aparecem de forma recorrente nas correspondências já analisadas, e a partir de meados da década de 1850 tornam-se ainda mais centrais no intercâmbio político entre indígenas e *criollos*, tanto da Confederação quanto da Província de Buenos Aires. Esses episódios evidenciam como o cativo se consolidou como um dispositivo político de negociação na fronteira, acionado por diferentes atores conforme as circunstâncias do conflito e da diplomacia.

Um exemplo significativo desse tipo de negociação encontra-se em uma carta enviada por Urquiza a Calfucurá em 04 de novembro de 1857. Nela o presidente da Confederação reafirma laços com o cacique, reconhecendo a boa recepção de seus comissários. Informa “encarrego o Coronel Baigorria de negociar com você e os outros caciques a libertação dos cativos de Mulitas e de Pergamino”.

Urquiza estabelece um valor monetário a ser pago por cada cativa “deve pagar 50 pesos por cada uma”. insistindo que tal quantia não deveria ser interpretada como compra, mas como uma “recompensa” e um gesto de gratidão pela restituição das mulheres, apresentada como obrigação decorrente da paz e da amizade que vinculavam ambas as partes. Essa formulação revela o esforço do governo confederado em enquadrar a negociação dentro de uma linguagem moral e política que recusava a ideia de comércio de pessoas, mas que na prática via na centralidade do cativo uma moeda de troca na fronteira (Lobos, 2015, p.185-186)¹¹¹.

Na mesma carta, o presidente da Confederação menciona o pedido do cacique Cristo para que intercedesse na libertação de sua família, mantida em cativo pelo governo de Buenos Aires, demonstrando que essa prática não era exclusiva dos grupos indígenas. Conforme observa Gabriel Passetti (2012, p.124), o cativo constituiu uma prática compartilhada e reelaborada por diferentes atores da fronteira, sendo apropriada também pelo Estado portenho como instrumento de pressão política e militar. Assim, longe de representar uma exceção ou resquício de barbárie, essas negociações em torno dos cativos integravam um repertório político comum, no qual violência, reciprocidade e diplomacia se entrelaçaram de maneira estrutural.

Em 06 de novembro de 1857, Calfucurá enviou uma carta ao filho de Francisco Iturra, então comandante militar de Bahía Blanca, solicitando que a correspondência fosse

¹¹¹ Olhar a carta original no Anexo 3.

encaminhada ao seu pai. Nela, o cacique afirma de modo explícito seu desejo de evitar confrontos ao declarar “não pense, irmão, em vir aqui para fazer malón, pois quero viver em paz agora”. No entanto, essa disposição pacífica aparece condicionada ao controle, por parte das autoridades locais, das ações dos cristãos que perseguiram indígenas fora dos postos de guarda. Caso tais abusos persistissem, Calfucurá advertia que a irritação indígena seria inevitável, enfatizando a necessidade de manter uma relação de “boa amizade”, fundada na reciprocidade e no respeito mútuo (Lobos, 2015, p.186-187)¹¹².

Essa correspondência evidencia como a paz na fronteira não era concebida como ausência de conflito, mas como um equilíbrio instável, permanentemente negociado, no qual a contenção da violência dependia do comportamento das duas (ou mais) partes envolvidas. A ameaça implícita de ruptura, caso os abusos continuassem, revela o uso estratégico da linguagem política de Calfucurá, que combinava apelos à amizade com advertências claras sobre os limites dessa convivência.

Ainda no final de novembro de 1857, o comandante militar da fronteira sul, Nicolás Granada, escreveu a Calfucurá tratando das negociações em torno da troca de cativos. Granada reconhecia que a entrega de prisioneiros cristãos correspondia aos interesses do governo, mas condicionava essa restituição à devolução das famílias indígenas mantidas em poder das autoridades portenhas, que seriam enviadas ao cacique Catriel conforme ordens oficiais. Além disso, prometia o envio de presentes e homenagens, reforçando a lógica de reciprocidade que estruturava essas tratativas.

Contudo, ao longo da carta, Granada manifesta sua crescente impaciência com a postura de Calfucurá, acusando-o de evitar a assinatura de um tratado formal de paz, limitando-se apenas em solicitações de bens sem assumir compromissos políticos claros. Segundo o comandante, o cacique estaria mais “pedindo do que negociando”, uma crítica que revela a desconformidade entre as expectativas do governo portenho e as estratégias indígenas de condução da diplomacia fronteiriça (Lobos, 2015, p.190-191)¹¹³.

Estas cartas demonstram que as chamadas negociações de paz entre Buenos Aires e Calfucurá raramente avançavam para além de acordos pontuais de troca de cativos, sem a consolidação de compromissos duradouros. Assim, “ao manter a política de oferecer apenas a civilização aos indígenas, os portenhos sustentaram uma coerência durante o período, punida

¹¹² Olhar a carta original no Anexo 2.

¹¹³ Olhar a carta original no Anexo 3.

por centenas de *malones*. [...] Entretanto, a proposta confederada era muito mais interessante aos caciques, ao fornecer bens materiais e reconhecimento político” (Passetti, 2012, p.124).

A forma como a Confederação Argentina conduziu suas relações com os caciques, em especial com Calfucurá, manifesta de maneira clara na correspondência de dezembro de 1857. Nesse período, o cacique enviou três correspondências, uma dirigida a Baigorria, e duas ao presidente Urquiza. Na carta destinada Baigorria, o cacique afirma que a situação em Salinas era momentaneamente estável, mas deixava evidente sua expectativa de apoio confederado diante de uma eventual ofensiva portenha, declarando confiar na proteção de Baigorria caso Buenos Aires tentasse atacá-lo.

Ao mesmo tempo, o cacique enfatiza a necessidade de preservar a unidade entre as lideranças indígenas aliadas à Confederação. Nesse sentido, solicita que Baigorria aconselhe Coliqueo a manter uma postura amistosa e a permanecer unido a ele, advertindo que a divisão entre os caciques facilitaria a ação do governo portenho, apresentado como uma força que buscava “destruir” os indígenas. A unidade, ao contrário, aparece como condição fundamental para resistir às investidas de Buenos Aires e preservar a autonomia dos grupos indígenas frente à expansão estatal.

A carta também revela a preocupação de Calfucurá com a regulação do comércio na fronteira. Ao denunciar abusos cometidos por capitanejos indígenas contra comerciantes cristãos, o cacique procura reafirmar seu papel como mediador e garantidor da ordem nas trocas comerciais realizadas em Salinas Grandes, apresentando o espaço sob seu controle como um território onde os negócios deveriam ocorrer sem violência ou espoliação. Essa postura reforça sua autoridade política e econômica, ao mesmo tempo em que projeta uma imagem de estabilidade e previsibilidade para os interlocutores *criollos*.

Por fim, Calfucurá reivindica o cumprimento das obrigações assumidas pela Confederação, solicitando a entrega das cinco mil éguas e dos presentes que, segundo ele, haviam sido determinados por Urquiza, mas ainda não haviam chegado a Salinas devido a entraves no envio. Ao reconhecer que seu povo se encontrava “bem de vida” e devidamente provido, o cacique atribui diretamente essa condição à política adotada pela Confederação e à atuação de Urquiza, expressando gratidão, mas também reafirmando que a manutenção dessa aliança dependia da continuidade no fluxo de bens e do reconhecimento de suas demandas (Lobos, 2015, p.192-193)¹¹⁴.

¹¹⁴ Olhar a carta original no Anexo 2.

Na primeira carta à Urquiza, o tom adotado por Calfucurá difere daquele presente na correspondência dirigida a Baigorria. Se na última carta, o cacique expressou gratidão pelos auxílios recebidos e a estabilidade proporcionada pela Confederação, aqui ele assume uma postura em que mobiliza um discurso explícito de autoridade e centralidade política.

Ao relatar a entrega de prisioneiros e a mediação das trocas por meio de seus mensageiros e de Baigorria, Calfucurá se apresenta como ator indispensável na gestão das relações diplomáticas na fronteira. Mais do que um intermediário, ele reivindica a posição de Chefe Principal, dizendo:

Quando cheguei do Chile a estas terras, lutei com aqueles que mencionei: Rondeau, Melin, Caunequeo, Caunebillan (Canullán). Eu mesmo os matei, capturando Nahuelcheo e Aniqueo. Portanto, se os mensageiros de Galbán forem, aconselhem-nos bem e façam-nos saber que eu sou o Chefe Principal a quem devem obedecer, e que devem saber que fui eu quem lhes proporcionou posições de poder e que foi por minha causa desses indivíduos que matei, que agora eles são ricos e bem posicionados. (Lobos, 2015, p. 193-194-195, grifo nosso)¹¹⁵

Essa reivindicação é reforçada pela evocação de feitos passados: o cacique recorda os confrontos armados travados desde sua chegada do Chile, nomeia adversários derrotados e associa diretamente o enriquecimento e a ascensão política de outros líderes indígenas às ações violentas que ele próprio teria conduzido contra inimigos e contra os cristãos.

Nesse movimento, Calfucurá constrói uma narrativa de legitimidade baseada na guerra, no controle da violência e na redistribuição dos ganhos materiais dela derivados. O cacique busca então, não apenas afirmar sua supremacia frente a outras lideranças indígenas, mas também apresentar-se a Urquiza como o eixo organizador da ordem política indígena na região pampeana, capaz de disciplinar aliados, conter invasões e manter a paz, desde que devidamente respaldado.

Na segunda carta enviada a Urquiza, Calfucurá desloca o foco da reafirmação de sua autoridade interna para a tentativa de recomposição de alianças indígenas rompidas. Ao solicitar que Pedro Rosas interceda junto ao cacique Juan Catriel, pedindo que este se retire dos campos de Azul e retorne aos territórios anteriormente ocupados, o *longko* salinero demonstra sua preocupação com a consolidação de uma frente indígena unificada diante do avanço portenho. A presença de Catriel aliado a Buenos Aires é apresentada como “muito prejudicial”, o que revela o quanto as alianças inter indígenas eram percebidas como elementos decisivos no equilíbrio de forças da fronteira (Lobos, 2015, p.195)¹¹⁶.

¹¹⁵ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹¹⁶ Olhar a carta original no Anexo 2.

Essa correspondência explicita um dos limites estruturais da Confederação de Salinas Grandes, a instabilidade das lealdades indígenas e a impossibilidade de Calfucurá exercer um controle permanente sobre outras lideranças. A necessidade de recorrer à mediação de figuras ligadas à confederação, como Pedro Rosas, demonstra que sua autoridade dependia não apenas de sua capacidade militar ou de prestígio pessoal, mas também de negociações contínuas e frágeis, sujeitas às conjunturas políticas mais amplas.

Refletir sobre os alcances e limites da Confederação de Salinas Grandes, implica, assim, considerar tanto as estratégias de articulação política mobilizadas por Calfucurá quanto os embates armados travados contra a Província de Buenos Aires. Como já mencionado, o cacique obteve vitórias expressivas em confrontos como as batalhas de Sierra Chica e San Jacinto, que reforçaram sua posição regional. Contudo, essa trajetória não foi linear nem isenta de derrotas, aspecto este que se tornará evidente com o episódio da Batalha de Pigüé, em fevereiro de 1858, quando as forças salineras enfrentaram limites mais claros diante da ofensiva portenha.

O ano de 1858 inicia-se com uma nova correspondência de Calfucurá ao presidente da Confederação, Justo José de Urquiza, datada de 18 de janeiro. Nela, o cacique demonstra acompanhar atentamente a movimentação militar da Província de Buenos Aires, dizendo que “o Governo de Buenos Aires está tentando invadir minhas terras, razão pela qual o Coronel Granada chegou a Pillaguemcú (Pillahuinco) com 1.500 homens, e o Coronel Paunero chegou a Bahía Blanca com 260 homens, o que creio totalizar 500 homens”. Calfucurá interpreta a concentração de tropas em Pillaguemcú (Pillahuinco) e em Bahía Blanca como indícios de uma iminente ofensiva contra seus territórios. Ao mesmo tempo, informa ter enviado mensageiros ao cacique Juan Catriel, buscando esclarecer se este se colocaria a seu favor ou ao lado dos portenhos, o que demonstra, mais uma vez, a centralidade das alianças inter indígenas na dinâmica política da fronteira.

A carta também revela a tentativa de Calfucurá de se apresentar como aliado leal da Confederação, enfatizando que muitos indígenas e soldados da província de Buenos Aires desejariam que Urquiza assumisse o controle da região, por enxergarem na Confederação a possibilidade de “descansar, viver em tranquilidade e trabalhar em paz”. Ao mencionar o envio de seu filho Manuel Pastor para estudar sob a tutela de Urquiza, o cacique reforça essa

imagem de boa fé política, inscrevendo sua ação no campo da negociação e do reconhecimento mútuo, e não apenas da confrontação armada (Lobos, 2015, p.197-198)¹¹⁷.

Esse argumento dialoga diretamente com a análise de Gabriel Passetti (2012), ao indicar por que a proposta confederada se mostrava mais atrativa às lideranças indígenas. Enquanto o governo portenho sustentava uma política que buscava integrar os indígenas à chamada “civilização” por meio do trabalho compulsório e da catequese, a Confederação oferecia bens materiais, reconhecimento político e respeito às hierarquias indígenas, ainda que de forma contingente. Como aponta Passetti, a insistência portenha em negar esses elementos contribuiu para a recorrência dos malones, ao passo que a política confederada possibilitou alianças mais duradouras, como a construída por Calfucurá. Dessa forma, esta carta demonstra os limites e potencialidades das estratégias políticas indígenas, que oscilavam entre a negociação, a ameaça e a mobilização armada, sempre em função das disputas entre Buenos Aires e a Confederação Argentina.

Abaixo apresentam-se duas cartas enviadas por Calfucurá, a primeira dirigida a Manuel Escalada e a segunda a Iturra, publicadas em 02 de março de 1858 no periódico *La Tribuna*. Conforme indica Lobos (2015), ambas as correspondências foram enviadas na manhã de 16 de fevereiro de 1858, desde o campo de Pigüé em meio ao desenrolar do combate. Esse dado é particularmente relevante, pois evidencia o uso da escrita como instrumento imediato de ação política e militar, e não apenas como registro posterior dos acontecimentos.

Na carta endereçada a Escalada, Calfucurá procura justificar sua mobilização armada, afirmando ter acudido em defesa do cacique Cañumil, que estaria sob cerco. O cacique informa a chegada de 1.500 homens, além do reforço de 200 combatentes sob o comando de Manuel Baigorria, enviados por ordem do presidente Urquiza. Ao mesmo tempo, destaca a derrota sofrida pelas forças adversárias, com a captura de canhões e perdas humanas, e afirma não ter iniciado hostilidades contra Iturra, acusando-o, em contrapartida, de atacar seus campos. A carta também abre espaço para a negociação, ao mencionar a possibilidade de paz mediante a realização de um parlamento e a devolução de mulheres mantidas em cativeiro, oferecendo garantias de segurança aos emissários cristãos (Lobos, 2015, p.199)¹¹⁸.

Já na carta dirigida a Iturra, o tom é mais direto e coercitivo. Calfucurá afirma que a invasão de seus territórios obrigou-o a reagir com todo o seu contingente e informa a chegada

¹¹⁷ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹¹⁸ Olhar a carta original no Anexo 2.

das tropas de Baigorria. Menciona ainda, incursões ordenadas contra Bahía Blanca que poderiam ser suspensas caso suas exigências fossem atendidas, e reivindica de forma explícita a devolução de prisioneiros, incluindo sua esposa, cuja captura já havia sido mencionada em correspondência anterior, datada de novembro de 1857 (Lobos, 2015, p.199-200)¹¹⁹.

Ambas as cartas, demonstram a articulação entre violência, negociação e linguagem política característica da atuação de Calfucurá na fronteira. O cacique alterna registros discursivos conforme o interlocutor e o contexto imediato, mobilizando a escrita como ferramenta de pressão, mediação e legitimação de suas ações. Assim, mesmo em meio ao conflito armado, Calfucurá não renuncia do recurso à negociação, reafirmando sua posição como ator político que disputa autoridade, território e reconhecimento em um cenário marcado pela instabilidade e pela guerra.

Em 16 de fevereiro de 1858, o coronel Wenceslao Paunero enviou uma carta ao governador Valentín Alsina¹²⁰ a partir de Lagoa de Pigüé, relatando os acontecimentos da Batalha ali travada. A correspondência foi posteriormente publicada no periódico *El Imparcial*, em Córdoba, em 14 de março de 1858, e constitui uma fonte importante para compreender a versão portenha sobre o confronto. Ainda que extensa, a carta revela a dinâmica militar da batalha, e também o modo como a vitória foi construída discursivamente pelas autoridades provinciais.

Ao longo do relato, Paunero descreve o enfrentamento como uma derrota completa de Calfucurá, atribuindo-lhe um contingente que variaria entre oitocentos e mil combatentes, ao mesmo tempo em que enfatiza as dificuldades de mensuração da força indígena devido às formas de combate empregadas. O tom da narrativa é marcado por uma retórica fortemente desprezível dos indígenas, caracterizados como “selvagens”, “traidores” e dotados de um modo de lutar que escaparia aos parâmetros da guerra regular, o que demonstra os preconceitos e estereótipos presentes na escrita militar da época.

Segundo Paunero, a ação teria se iniciado no dia anterior, com um episódio classificado como traição por parte de Calfucurá, envolvendo o envio de uma resposta escrita enquanto forças indígenas atacavam o major Iturra, que aguardava o resultado de um parlamento. O relato exalta a coragem de Iturra, apesar das perdas sofridas, e destaca a reação

¹¹⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹²⁰ Valentín Alsina foi membro do Partido Unitário e opositor de Juan Manuel de Rosas, tendo se exilado no Uruguai na ditadura rosista. Após a queda de Rosas, em 1852, voltou ao país e lutou contra Justo José de Urquiza. Foi eleito governador de Buenos Aires e novamente reeleito em 1857. No entanto, após a derrota de Bartolomé Mitre na Batalha de Cepeda, foi obrigado a sair do poder. (Seixlack, 2018, p. 109)

organizada das tropas portenhas, apoiadas por membros da Guarda Nacional e por indígenas aliados de Bahía Blanca. O uso da artilharia, especialmente dos canhões e do lançador de foguetes, é apresentado como decisivo para impedir manobras indígenas e assegurar a vitória em diferentes frentes de combate.

Paunero conclui sua carta ressaltando não apenas o resultado militar imediato, mas sobretudo o impacto moral da derrota, argumentando que a desgraça sofrida por Calfucurá teria efeitos duradouros sobre sua capacidade de ação, obrigando-o a recuar para além do rio Colorado ou mesmo em direção à cordilheira dos Andes (Lobos, 2015, p. 200-201-202,)¹²¹. Tal leitura busca convencer o governo e a opinião pública de Buenos Aires de que a campanha teria encerrado, ao menos temporariamente, a ameaça representada pelo cacique e seus aliados.

Essa interpretação é reforçada por outra correspondência publicada no mesmo periódico, *El Imparcial*, na qual Nicolás Granada em carta a Valentín Alsina datada de 17 de fevereiro de 1858, afirma que os confrontos parciais ocorridos naquela tarde resultaram na retirada do inimigo durante a noite, exaltando o “bom espírito” e a bravura das tropas portenhas (Lobos, 2015, p.202).

Ainda que essas fontes apresentem a Batalha de Pigüé como uma vitória decisiva, sua leitura exige cautela. Tratam-se de narrativas produzidas por oficiais envolvidos diretamente no conflito e difundidas por órgãos de imprensa alinhados ao governo provincial, com claros objetivos políticos e propagandísticos. Nesse sentido, a derrota de Calfucurá em Pigüé demonstra os limites militares e estratégicos da Confederação de Salinas Grandes, mas não anula sua relevância histórica nem sua capacidade de articulação política, construída ao longo de quase quatro décadas de atuação nos pampas. Pelo contrário, o episódio revela que, apesar de sua habilidade como líder e guerreiro, Calfucurá também esteve sujeito a dificuldades, que expuseram as fragilidades de sua coalizão diante do avanço armado e tecnológico das forças portenhas.

Passada a Batalha de Pigüé, observa-se um intervalo de mais de um mês sem novas correspondências de Calfucurá. Apenas em 06 de abril de 1858 o cacique voltou a escrever ao presidente Urquiza, referindo-se aos confrontos recentes com as forças da Província de Buenos Aires. Na carta, Calfucurá apresenta sua própria versão dos acontecimentos, afirmando que os portenhas avançaram até Salinas Grandes, incendiaram sua residência e

¹²¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

destruíram suas plantações, o que teria motivado sua reação armada. Segundo o cacique, o embate resultou em pesadas perdas para os inimigos, enquanto apenas dois de seus homens teriam morrido.

O conteúdo da carta demonstra, mais uma vez, a tentativa de Calfucurá de reafirmar sua posição política e militar diante da Confederação. O cacique menciona “vossa Excelência tem um dos meus filhos sob sua custódia; Vossa Excelência deve ter alguma confiança em mim, assim como eu tenho em Vossa Excelência”. Ao fazer isso, o cacique mobiliza esse vínculo como prova de confiança mútua, utilizando-o como argumento para insistir na necessidade de uma ofensiva direta contra Buenos Aires. Caso essa iniciativa não se concretizasse, Calfucurá sugere a possibilidade de retirar-se para o Chile, colocando-se à disposição das autoridades de Valdivia e, simultaneamente, advertindo que buscaria impedir qualquer acordo entre os portenhos e os chilenos.

A carta também aborda de forma detalhada as negociações em torno dos cativos, tema recorrente na correspondência entre Calfucurá e a Confederação. O cacique informa a entrega de prisioneiros cristãos e o recebimento de recompensas financeiras, como “uma recompensa de 50 pesos por cada um, o que totaliza 500 pesos”. Além disso, reitera a existência de outros cativos entre os *ranqueles*, cuja libertação poderia ser negociada mediante o envio de comissários. Do mesmo modo, relata a chegada de desertores provenientes de Bahía Blanca, que teriam buscado refúgio em Salinas, e que posteriormente seriam encaminhados às autoridades confederadas, reforçando sua imagem de aliado confiável.

Além dos eventos em Salinas Grandes, o documento faz referência às ofensivas portenhas contra os *ranqueles*, particularmente na região de Leuvucó, principal centro das *tolderías* ranquelinas. No início de 1858, duas expedições militares foram organizadas por Buenos Aires: uma, comandada por Nicolás Granada, dirigida contra Salinas Grandes; outra, liderada por Emilio Mitre¹²², destinada a atacá-los em Leuvucó. Enquanto a incursão contra Salinas teve impacto direto sobre o território de Calfucurá, a campanha de Mitre mostrou-se fracassada. Na retirada, as tropas portenhas abandonaram armamentos e munições, episódio este que desencadeou consequências inesperadas (Lobos, 2015, p. 214-215)¹²³.

Segundo Gabriel Passeti (2012, p.127), durante a manipulação desse material bélico abandonado, o cacique Calbán acionou acidentalmente um revólver que disparou contra um barril de pólvora, provocando uma explosão que resultou na morte imediata do líder *ranquel* e de vinte e seis de seus guerreiros. A morte súbita de Calbán obrigou a realização de um

¹²² Emilio Mitre era irmão do Bartolomé Mitre.

¹²³ Olhar a carta original no Anexo 2.

parlamento emergencial, do qual emergiu como novo líder um de seus irmãos: Paghitruz Guor, conhecido pelo nome cristão Mariano Rosas.

Esses acontecimentos contribuíram para intensificar ainda mais a ira de Calfucurá em relação à Província de Buenos Aires e ajudam a compreender o tom da carta enviada a Urquiza. Ao relatar as agressões sofridas, as perdas materiais e a instabilidade entre os grupos indígenas aliados, o cacique buscava não apenas apoio militar, mas também o aval político da Confederação para uma nova ofensiva contra Buenos Aires, evidenciando, ao mesmo tempo, os limites da proteção confederada e a fragilidade dos equilíbrios construídos na fronteira sul.

Segue os meses de maio, junho e julho. As correspondências e avisos trocados entre Calfucurá e as autoridades portenhas passam a girar em torno de pedidos e trocas de cativos. Esse movimento aparece de forma clara em um rascunho de nota enviada por Bartolomé Mitre, então Ministro da Guerra da Província de Buenos Aires, a Rivas, comandante da fronteira sul a partir de 1858. Na nota, Mitre informa que em 23 de agosto, chegou à localidade de Azul o capitão Huenchuquir, acompanhado por uma delegação de indígenas enviados por Calfucurá. Segundo a carta, a comissão tinha como objetivo solicitar ao governo portenho, paz, com a promessa de liberação de cativos, e com o cumprimento dos acordos anteriormente firmados com o cacique. A resposta do governo revela o grau de desconfiança que marcava essas tratativas. Que,

embora o Governo tenha sérias dúvidas quanto à boa-fé e lealdade do Cacique Calfucurá em cumprir qualquer compromisso ou acordo de paz firmado com ele, no desejo de que ele não apresente desculpas, para evitar mais derramamento de sangue, está disposto a iniciar negociações de paz com o referido cacique, aceitando sua submissão ao governo (Lobos, 2015, p.222-223)¹²⁴.

Os termos impostos pelos portenhos estabeleciam condições prévias rigorosas: Calfucurá deveria cessar o envio de novas comissões, entregar previamente os cativos e aceitar uma espécie de rendição inicial para que, somente então, os termos da paz pudessem ser discutidos. Além disso, a nota deixa explícito que o início das negociações não suspendia o estado de guerra. Assim, enquanto as conversas estivessem em curso e até que um acordo fosse formalmente firmado, as forças militares de Buenos Aires permaneceriam autorizadas a atuar “onde e quando fossem ordenadas”.

Esse posicionamento demonstra que, mais uma vez, as tentativas de aproximação entre Calfucurá e a Província de Buenos Aires não ultrapassaram o âmbito das trocas de cativos, sem a construção efetiva de um pacto político duradouro. Como aponta Lobos (2015,

¹²⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

p.224), não demorou muito para que as negociações fracassassem e para que Calfucurá retomasse as incursões militares contra a província, reafirmando o caráter precário e instrumental dessas tratativas de paz.

Tais negociações de Calfucurá podem ser melhor entendidas a partir da análise da carta que o cacique envia à Urquiza, entre o final de setembro e início de outubro de 1858, correspondência esta que acabou sendo interceptada por Emilio Mitre e posteriormente encaminhada a Rivas, comandante da fronteira sul. O próprio percurso desse documento já evidencia o grau de vigilância e desconfiança que marcava as relações entre o cacique e as autoridades portenhas.

Na carta, Calfucurá expressa satisfação com a comissão enviada por Urquiza e reforça os laços de amizade e confiança com o presidente da Confederação, mencionando inclusive o cuidado concedido ao seu filho. Ao mesmo tempo o cacique revela, de maneira explícita, o caráter estratégico de suas tratativas com as autoridades portenha. Ao afirmar que buscava “distrair” o comandante de Azul com promessas de paz, enquanto preparava ações militares contra os Pampas, Calfucurá expõe uma lógica política marcada pela simulação, pelo engano e pela mobilização seletiva da diplomacia, elementos centrais de sua atuação naquele contexto.

Esse trecho da carta ajuda a compreender por que a correspondência foi interceptada e enviada a Rivas, pois ela reforçava a percepção portenha de que Calfucurá utilizava as negociações de paz não como um fim em si, mas como meio estratégico para obter vantagens imediatas, como a libertação de seus homens presos, o recebimento de presentes, rações e provisões, ou ainda o tempo necessário para reorganizar suas forças.

A carta também demonstra as tensões e ambivalências nas relações inter indígenas. Calfucurá acusa Juan Catriel de atuar “dos dois lados”, manifesta ressentimento pelo tratado firmado por este com Buenos Aires e admite manter a expectativa de que auxiliaria Catriel em futuros conflitos, apenas para melhor enganá-lo. Ao mesmo tempo, reafirma sua intenção de atacar os Pampas e destaca a importância do apoio militar confederado, sobretudo por meio de Manuel Baigorria.

Por outro lado, a correspondência revela os limites materiais e políticos da autonomia de Calfucurá. Ao reconhecer que seu povo estava exausto e sem meios para comercializar sal e peles, o cacique admite que a manutenção de seu poder dependia, em grande medida, da formalização de tratados com Buenos Aires. Assim, embora reafirme a disposição para a

guerra e para o ataque à província, também reconhece a necessidade da paz como condição para a sobrevivência econômica e política de sua liderança (Lobos, 2015, p.225-226-227)¹²⁵.

Dessa forma, a carta sintetiza de maneira exemplar os alcances e contradições da Confederação de Salinas Grandes, Calfucurá aparece simultaneamente como um líder capaz de articular alianças, manipular negociações e sustentar uma estratégia ofensiva, mas também como um cacique condicionado por fatores externos, como a seca, o bloqueio comercial e a pressão militar que o obrigavam a negociar com aqueles mesmos governos contra os quais combatia.

Em 04 de novembro de 1858, Calfucurá, dirige uma carta à Juan Esteban Pederdera, comandante das forças armadas da fronteira aliado a Urquiza. Na carta, o cacique demonstra uma nova variação em sua postura em relação à Província de Buenos Aires, pois incentiva uma ofensiva contra os portenhos, afirmando que estes “riem” da Confederação, e assegura que, caso Urquiza decida avançar sobre Buenos Aires, poderá contar com seu apoio irrestrito. Ao final da carta, Calfucurá também comunica a morte do cacique Llanquetruz, ocorrida em Bahía Blanca, em 28 de outubro, atribuída ao capitão Mendes (Lobos, 2015, p.229-230)¹²⁶.

Na mesma data, o cacique também escreve a Martín Quenón, avisando da morte de Llanquetruz, mas também solicitando o envio de diversos produtos:

Por favor, envie-me bastante açúcar, bastante erva e bastante tabaco, pois vou dar uma grande festa e quero dar um pouco a todos. Esse é o favor que espero de você. Mesmo que o Presidente Urquiza já tenha me dado tudo isso, peço que me faça o favor de enviar 10 cobertores, um pedaço de barbante, dez novelos de lã, 4 caixinhas de agulhas de costura, dois pesos em sabão e uma caixinha de miçangas. (Lobos, 2015, p. 230-231)¹²⁷

Esse pedido, ainda que aparentemente trivial, evidencia a centralidade da redistribuição de bens como elemento fundamental para a manutenção das alianças internas e da autoridade política de Calfucurá, reforçando o caráter relacional e material do poder exercido no interior da Confederação de Salinas Grandes.

Assim, ao longo das correspondências analisadas, torna-se perceptível que os alcances e limites da liderança de Calfucurá estiveram profundamente condicionados a um contexto marcado pela instabilidade política, pela guerra constante e pela fluidez das alianças. A distinção entre amizade e inimizade, tanto entre os próprios grupos indígenas quanto entre estes e os diferentes projetos estatais em disputa, mostrava-se móvel, estratégica e

¹²⁵ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹²⁶ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹²⁷ Olhar a carta original no Anexo 2.

circunstancial, alterando-se conforme os interesses políticos, as necessidades materiais e as conjunturas militares.

Desse modo, a Confederação de Salinas Grandes não pode ser compreendida como uma unidade política estável ou homogênea, mas como uma articulação dinâmica de lideranças, alianças e negociações, na qual Calfucurá atuou como mediador central. Seu poder, embora expressivo, foi sempre relativo, dependente do reconhecimento externo, da circulação de bens e da capacidade de manter coesão interna em um cenário de permanente tensão. É justamente nessa combinação entre força, negociação e limitação estrutural que se delineiam os contornos da atuação política de Calfucurá e os limites de sua confederação.

2.8 Calfucurá e Urquiza: alianças políticas e os limites da ofensiva contra Buenos Aires.

Este subitem analisa a aliança estabelecida entre Juan Calfucurá e Justo José de Urquiza no contexto da disputa entre a Confederação Argentina e a Província de Buenos Aires, destacando tanto seus momentos de convergência quanto às tensões e ambiguidades que a atravessaram. Essa aproximação foi marcada por interesses circunstanciais, negociações constantes e pela instabilidade própria de um cenário político em permanente transformação. A articulação entre o cacique e o presidente da Confederação expressa a capacidade de Calfucurá de se inserir ativamente nas disputas inter provinciais e também demonstra os limites dessa aliança, que embora tenha produzido avanços contra Buenos Aires, não se sustentou a longo prazo. Assim, ao acompanhar o desenrolar dessa relação, busca-se compreender como a cooperação entre crioulos e lideranças indígenas esteve condicionado por conjunturas específicas.

Ao longo de novembro de 1858, Calfucurá intensifica a pressão para que Urquiza avance sobre Buenos Aires, reafirmando a sua expectativa de uma ação conjunta. Em carta enviada desde Salinas Grandes, em 04 de novembro de 1858, o cacique solicita de forma direta que o presidente da Confederação tenha a gentileza de te “informar quando entrará em Buenos Aires, pois todo o meu povo está indo para Azul” (Lobos, 2015, p. 232-233)¹²⁸, condicionando seus próprios movimentos à decisão de Urquiza. No mesmo dia, e reforçando

¹²⁸ Olhar a carta original no Anexo 2.

esse posicionamento, o cacique envia uma carta à Baigorria, insistindo na necessidade de definir o momento da invasão a Buenos Aires. (Lobos, 2015, p. 233-234-235)¹²⁹

A resposta de Baigorria, datada de 22 de novembro de 1858, revela os limites dessa articulação. Baigorria informa à Calfucurá sobre movimentações militares portenhas em direção ao Sul, deslocando assim o foco da ofensiva para a cautela defensiva. Além disso, chama a atenção do cacique para a atuação do governo portenho:

Amigo, o governo de Buenos Aires está trabalhando incessantemente, por meio de seus agentes, para dividir você e nós, e devemos nos manter firmes e não nos deixar enganar por eles, pois, como vivem em constante luta, querem que vivamos da mesma maneira; é essencial prestar atenção a isso e nos armar com a máxima constância necessária para viver em paz em sua pátria. (Lobos, 2015, p.236-237)¹³⁰

No dia 04 de dezembro de 1858, o comandante Francisco Iturra comunica à Nicolás Granada que recebeu informações provenientes do próprio acampamento de Calfucurá, segundo os quais o cacique e seus índios estariam prontos para invadir Bahía Blanca. (Lobos, 2015, p. 237-238)¹³¹. Essa notícia reforça a percepção, compartilhada pelas autoridades portenhas, de que a ameaça de *malón* permanece latente, mesmo em meio às negociações e trocas de correspondências.

Ao mesmo tempo, Calfucurá segue pressionando a Confederação para uma ação conjunta contra Buenos Aires, em carta do dia 12 de março de 1859 (Lobos, 2015, p.242-243)¹³². Na mesma, Calfucurá deixa clara a sua insatisfação com a demora e a indefinição das decisões do presidente da Confederação. Poucos dias depois, em 16 de março, há notícias de uma invasão na região de Saladillo, em que testemunhas reconhecem entre os atacantes o cacique Andrés, Pancho Canullan e o cacique sênior Rosa Coliquean, e afirmam a autoria do *malón* a grupos vinculados a Calfucurá. (Lobos, 2015, p. 247-248)¹³³. Esses acontecimentos indicam que diante da inércia da Confederação, o cacique mantinha sua capacidade de mobilização militar e recorria à violência como instrumento político, tanto para pressionar Buenos Aires quanto para reforçar sua posição regional.

Passados seis dias, Martín Quenón, desde Villa de La Concepción del Río Cuarto, informa a Urquiza que recebeu notícias segundo as quais Calfucurá estaria conduzindo uma

¹²⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹³⁰ Olhar a carta original no Anexo 3.

¹³¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹³² Olhar a carta original no Anexo 2

¹³³ Olhar a carta original no Anexo 1.

invasão em dois pontos da província de Buenos Aires. De acordo com essas informações, grupos *ranqueles* marcham em direção à Mulitas, enquanto forças vinculadas a Coliqueo avançam em direção à Rojas (Lobos, 2015, p. 248)¹³⁴. A carta demonstra o caráter coordenado das ações indígenas naquele momento, bem como a capacidade de Calfucurá de articular diferentes parciaisidades em operações paralelas.

Poucos dias depois, em 03 de abril de 1859, Calfucurá escreve a Martín Quenón, adotando um tom significativamente distinto. Na carta, o cacique afirma que ele e sua família encontravam-se em condição de pobreza, e faz uma lista de pedidos ao comandante, entre os quais açúcar, tabaco, rum, ervas, um par de botas e chapéu. Além disso, Calfucurá informa ter enviado cartas a Urquiza em busca de orientações e notícias, mas até então não havia recebido qualquer resposta (Lobos, 2015, p. 250-251)¹³⁵. Assim, a carta demonstra o contraste entre a liderança militar ativa de Calfucurá e a insistência em pedidos materiais, que revela a dependência estrutural dessas alianças e os limites concretos da autonomia indígena frente à Confederação.

Em 9 de maio do mesmo ano, Martín Quenón envia uma carta a Urquiza, ressaltando que apesar de reiterar a lealdade dos indígenas, “especialmente os de Calfucurá”, considerava necessário atender ao interesse manifestado pelo cacique. Para isso, propõe o envio de uma comissão composta por três homens com o objetivo de informá-lo sobre a situação política do momento. Quenón anuncia que despacharia o capitão reformado José Vidal, acompanhado do intérprete Ignacio Aguayo e outros dois homens, encarregados de ler a Calfucurá uma série de pronunciamentos e proclamações provenientes de Entre Ríos, Santa Fé, Corrientes, Córdoba e San Luis, bem como textos assinados por Urquiza, Pujol e os generais López e Francia. O intuito declarado era “inspirar” o cacique a iniciar “operações sérias” contra os “demagogos de Buenos Aires”, aproveitando o suposto isolamento da linha de fronteira (Lobos, 2015, p. 251)¹³⁶. As cartas demonstram então, que a relação entre Urquiza, seus intermediários e Calfucurá combinava estímulos políticos, expectativas e uma contínua negociação material.

Passados poucos dias, novas ofensivas lideradas por Calfucurá se iniciam. Em 20 de maio, o comandante Orquera informou ao Ministro da Guerra, desde Bahía Blanca, que no dia anterior, o cacique havia atacado a localidade com 1500 indígenas provenientes de distintas especialidades. O *malón* resultou no roubo de cerca de duas mil cabeças de gado e

¹³⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹³⁵ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹³⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

na morte de 25 a 30 pessoas, entre elas, um sobrinho de Calfucurá (Lobos, 2015, p. 252)¹³⁷. O episódio demonstra tanto a capacidade de mobilização interétnica do cacique quanto os custos humanos internos dessas ações, que afetavam inclusive sua própria rede de parentesco.

Diante do avanço das incursões, o governo de Buenos Aires buscou reagir por meio da reorganização de suas alianças. Em 5 de junho de 1859, o comandante da Fronteira Sul, Rivas, reuniu-se em Azul com os cacique Catriel, Cachul, Millacurá e os seus respectivos tenentes, para convidá-los na defesa do território e para conter a guerra que os caciques, como Calfucurá estariam preparando contra o Estado de Buenos Aires. (Lobos, 2015, p.252)¹³⁸. A iniciativa revela a estratégia portenha de contrapor confederações indígenas entre si, reforçando divisões internas como instrumento de contenção militar.

Nesse mesmo contexto, em 24 de junho, Pedro Rosas comunicou a Urquiza que havia enviado mensageiros a Calfucurá, informando-o de sua intenção de dirigir-se a Salinas Grandes. (Lobos, 2015, p. 253)¹³⁹. No dia seguinte, o cacique respondeu confirmando o recebimento da carta e assegurando-lhe que poderia ir “sem preocupações”, pois teria o seu apoio e o de todo o seu povo (Lobos, 2015, p. 253-254)¹⁴⁰. As correspondências sugerem a expectativa concreta de uma ação coordenada, ao mesmo tempo em que reforça a centralidade de Calfucurá como articulador logístico e militar.

Ainda nesse contexto, em 16 de julho de 1859 Baigorria escreveu a Urquiza relatando ter recebido de Calfucurá uma comunicação cujo teor não possuía em mãos naquele momento, mas que, segundo ele, o cacique era “bastante entusiasmante” e demonstrava de forma clara a disposição do cacique em colaborar com o projeto de “integridade e organização nacional” da Confederação (Lobos, 2015, p.255)¹⁴¹. Essa leitura otimista, contrasta com a instabilidade observada no terreno e antecipa os limites práticos dessa aliança, marcada por expectativas divergentes e pela sobreposição entre guerra, negociação e interesse material.

Em 28 de julho de 1859, o comandante Rivas escreveu a Valentin Alsina relatando as tensões crescentes em torno da posição do cacique Catriel¹⁴² diante do conflito. Segundo a

¹³⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹³⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹³⁹ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁴⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁴¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁴² Relembrando que o cacique Catriel tinha um tratado com a Província de Buenos Aires.

carta, Catriel informou que havia recebido, dias antes um mensageiro enviado por Pedro Rosas e por Calfucurá, o qual lhe propunha, a ele e a seus chefes, o dobro das vantagens oferecidas pelo governo de Buenos Aires, desde que colaborassem com a guerra em curso. Caso não aceitassem combater ao lado deles, o emissário sugeria ao menos a neutralidade, prometendo as mesmas recompensas concedidas pelos portenhos.

Ainda segundo a carta de Rivas, o mensageiro teria anunciado que Calfucurá e Baigorria avançariam naquele mesmo mês lunar, à frente de uma força composta por indígenas e cristãos, e que evitariam atacar diretamente as tropas sob seu comando para concentrar-se na tomada do sul. Catriel teria assegurado a Rivas que a invasão era iminente e que seria avisado assim que o rumo da marcha fosse definido. Questionado por não ter detido os mensageiros, como havia prometido, Catriel justificou-se afirmando que não conseguira fazê-lo, pois muitos de seus índios já demonstravam disposição para a rebelião. O próprio Rivas reconhece que tais informações despertavam desconfiança, embora não visse nelas, de imediato, uma traição explícita. Em sua avaliação, Catriel buscava manter-se “nas sombras para ver como as coisas se desenrolam e, então, deixar sua posição clara” (Lobos, 2015, p.256)¹⁴³.

Essa postura demonstra mais uma vez, o caráter instável e pragmático das alianças indígenas na fronteira, nas quais a neutralidade podia funcionar como estratégia política ativa, e não como simples indecisão. Como assinalam Bernand (2016) e Seixlack (2018), a fragmentação do poder indígena e a sobreposição de vínculos impediam a consolidação de lealdades permanentes, fazendo da guerra e da negociação instrumentos intercambiáveis de ação política.

Nas semanas seguintes, apesar da escassez de informação sobre um avanço direto contra Buenos Aires, as movimentações militares atribuídas a Calfucurá tornam-se novamente viáveis. Em 22 de setembro de 1859, surgiram notícias de que forças lideradas pelo cacique contornaram o Fortín de Mercedes com cerca de 500 a 600 indígenas e cristãos, enquanto o cacique Cristo se dirigia ao centro da província. O *Fortín* rendeu-se sem resistência e no dia seguinte as tropas se retiraram, após incendiarem os quartéis levarem os cavalos e o gado. (Lobos, 2015, p. 258)¹⁴⁴. Pouco depois, em 20 de outubro, registrou-se ainda a invasão de Junín por forças ligadas a Pedro Rosas (Lobos, 2015, p.258).

Esses episódios reforçam que mesmo diante das dificuldades de coordenação e das ambiguidades políticas, a articulação entre Calfucurá, seus aliados indígenas e setores

¹⁴³ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁴⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

cristãos continuava operando por meio de ações pontuais, capazes de pressionar militarmente a Província de Buenos Aires e de manter aberta a disputa pelo controle da fronteira.

As sucessivas notícias de invasões e ataques conjuntos entre Calfucurá e os aliados da Confederação parecem ter sido subestimadas pelos comandantes portenhos, equívoco que contribuiu para a derrota de Mitre. Em 23 de outubro de 1859, o exército confederado, comandado por Justo José de Urquiza, venceu as tropas de Buenos Aires na Batalha de Cepeda, episódio decisivo para a conjuntura política do período. Essa vitória não pode ser compreendida sem considerar a participação indígena, que

fornece tropas auxiliares para o exército confederado e, com sua ação desestabilizadora durante o ano, desguarnecer a fronteira e abriram espaço para a vitória da Confederação. Isto não ocorreu, convém lembrar, em virtude de manipulação de Urquiza sobre os caciques, que teriam se deixado enganar pelo presidente confederado. Os líderes indígenas, alinhados com a política da Confederação há mais de cinco anos, optaram por aprofundar esta relação procurando a retribuição política e militar após a vitória. (Passetti, 2012, p. 130)

A guerra, nesse sentido, funcionou como espaço privilegiado de negociação e de afirmação política indígena e não apenas como campo de subordinação. Nesse contexto, ganha destaque a correspondência de Calfucurá após a vitória confederada. Pouco mais de uma semana depois da batalha de Cepeda, o cacique escreveu desde Mulitas a Urquiza afirmando: “estou muito feliz em ver que o que nós, federalistas, dissemos será cumprido”, vinculando explicitamente sua posição política ao desfecho militar. Na mesma carta, acrescenta: “desejo encontrar-me com Vossa Excelência para que possamos ter o prazer de apertar as mãos em agradecimento pela boa amizade que mantemos” (Lobos, 2015, p. 259-260)¹⁴⁵

A carta demonstra não apenas a leitura atenta de Calfucurá sobre o cenário político, mas também sua autopercepção como ator integrante do campo federalista. Longe de uma postura passiva, o cacique reafirma a aliança como resultado de compromissos mútuos e de expectativas de retribuição política, reforçando a compreensão da Confederação de Salinas Grandes como um espaço de poder indígena ativo e estrategicamente articulado ao jogo político nacional.

Apesar da vitória da Confederação sobre forças portenhas na Batalha de Cepeda e da consequente unificação da Argentina, as invasões indígenas contra a Província de Buenos Aires não cessaram. Ao contrário, segundo correspondências de novembro de 1859, indicam

¹⁴⁵ Olhar a carta original no Anexo 2.

que Calfucurá realizou novas invasões às localidades de 25 de Mayo e de Tandil, demonstrando que o desfecho militar não significou a pacificação imediata da fronteira. (Lobos, 2015, p. 260-261)¹⁴⁶.

Nesse contexto, em 2 de dezembro Calfucurá enviou uma carta a Urquiza dizendo:

Após meu retorno a Salinas Grandes com meus homens, depois de quatro meses de campanha, tenho o prazer de informar que cumpri todas as suas ordens e que estou preparado para obedecê-las sempre que me julgarem útil. Acompanhei meu sobrinho, Dom Pedro Rosas y Belgrano, por dezessete dias em Azul, e estabelecemos uma paz firme em Azul com os índios de Tapalquen. (Lobos, 2015, p. 262)¹⁴⁷

Ainda em carta, Calfucurá ao mencionar o abandono do Conde Olivencia, que teria se unido a “selvagens estrangeiros”, o cacique reforça sua própria lealdade e procura diferenciar sua posição política daquela de outros líderes indígenas. Apesar disso, as ações armadas de Calfucurá prosseguiram ao longo de 1860.

Entre os meses de fevereiro, maio e agosto, há novos registros de invasões atribuídas ao cacique, o que demonstra a persistência da guerra de fronteira e a fragilidade dos acordos estabelecidos após Cepeda (Lobos, 2015, p.264;266). Esses episódios reforçam a compreensão de que a aliança entre Calfucurá e a Confederação era marcada por negociações contínuas, interesses circunstanciais e limites claros, nos quais a autonomia indígena e a lógica da guerra permaneciam centrais.

Em 11 de novembro de 1859 foi firmado o Pacto de San José de Flores, assim denominado por ter sido assinado na localidade de San José de Flores. O pacto “estipulava a incorporação de Buenos Aires à Confederação Argentina, a qual seria formalizada mediante a aceitação e o juramento solene à Constituição Nacional”¹⁴⁸. A repercussão desse pacto pode ser observada na carta que Urquiza enviou a Mitre, publicada pelo periódico *La Gaceta Mercantil* em 9 de junho de 1860. Nela, o presidente da Confederação afirma:

Para dar início, desde já, ao meu trabalho neste sentido [“aperfeiçoando a união alcançada” pelo Pacto de Flores], e sabendo bem da necessidade de o selvagem do deserto perceber que somos uma só nação e que não podem ofender o território de Buenos Aires sem se expor ao fato de que toda a nação, e eu mesmo, estaremos com Vossa Excelência na defesa, envio uma comissão para notificá-los e informá-los da paz que felizmente nos une e nos unirá para sempre (Lobos, 2015, p. 264)¹⁴⁹

¹⁴⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁴⁷ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁴⁸ Para saber mais sobre o Pacto de São José de Flores, acessar: <https://www.suteba.org.ar/11-de-noviembre-pacto-de-san-jose-de-flores-11476.html>.

¹⁴⁹ Olhar a carta original no Anexo 1.

O trecho é revelador por demonstrar a permanência de uma visão hierarquizante e civilizatória em relação aos povos indígenas, mas também pela função política atribuída à imprensa, que atua como espaço de publicização e legitimação das decisões do poder central. Urquiza ao afirmar a unidade nacional recém construída, sinaliza uma inflexão em sua política indígena, os acordos anteriormente estabelecidos com os caciques como Calfucurá, que pressupunham a possibilidade de incursões conjuntas contra Buenos Aires, tornam-se incompatíveis com o novo arranjo político. Assim, a consolidação do Pacto de San José de Flores impôs limites claros às alianças firmadas no contexto da guerra civil, obrigando o presidente da Confederação a rever tratados e estratégias que haviam sido fundamentais no confronto com os portenhos, mas que já não se sustentavam diante do discurso de unidade nacional.

Entre outubro a dezembro de 1860, Calfucurá enviou uma série de cartas extensas, nas quais buscou reafirmar sua disposição para a paz e continuação dos tratados. Em 23 de outubro, o cacique escreveu a Urquiza informando ter recebido a carta do presidente e declarou-se pronto para aceitar os acordos, aguardando apenas instruções formais. Afirma se manter em paz e sem incidentes, apesar das tensões recentes, especialmente após os conflitos em Azul, e ressalta que eventuais maus-tratos sofridos por seus enviados não seriam responsabilidade direta de Urquiza.

Um elemento central da carta, é o envio de seu filho Namuncurá como representante, mobilizado como garantia política da aliança. Ao afirmar que “metade do meu coração está comigo e a outra metade com você”, Calfucurá reforça a profundidade do vínculo e a lógica relacional que sustentava os acordos entre indígenas e autoridades da Confederação. Ao mesmo tempo, denuncia roubos, hostilidades e a presença de inimigos que dificultariam a consolidação da paz, indicando que nem todos os atores envolvidos compartilhavam do mesmo interesse na estabilidade.

A carta também evidencia a dimensão material da aliança, Calfucurá reclama da interrupção dos auxílios financeiros anteriormente recebidos, associando-os não a favores pessoais, mas ao reconhecimento político de seus serviços. Por fim, o cacique rejeita rumores de aproximação com o coronel Rivas, reafirma sua autonomia militar e alerta Urquiza sobre possíveis ofensivas articuladas por Buenos Aires, sugerindo que a paz exigia vigilância constante. A carta demonstra uma estratégia simultânea de lealdade, negociação e afirmação

de poder por parte de Calfucurá, em um contexto de crescente fragilidade dos pactos estabelecidos (Lobos, 2015, p. 273-274)¹⁵⁰.

Em carta de 20 de novembro de 1860, Calfucurá escreve a Ignacio Rivas, adotando um tom conciliador, colocando-se “à sua disposição” e falando em nome de outros chefes, como Maicá e Catimillan, reforçando o caráter coletivo da mensagem. O cacique demonstra estranhamento diante da postura hostil de Rivas e do coronel Machado, criticando os maus tratos aos seus comerciantes e defendendo a paz como princípio pragmático.

A carta insere as relações de fronteira no contexto mais amplo de pacificação nacional, ao mencionar os tratados firmados entre Derqui, Urquiza e Buenos Aires. Calfucurá argumenta que, se as principais autoridades fizeram as pazes, os comandantes de fronteira também deveriam fazê-la. O cacique propõe encontros presenciais como gestos de reconciliação, embora manifeste desconfiança quanto ao cumprimento efetivo dos acordos, afirmando que só se sentirá seguro após a concretização de determinadas promessas.

Além disso, Calfucurá estabelece limites claros, adverte que ameaças geram respostas equivalentes, reivindica respeito aos seus homens em negociações e reafirma sua autoridade interna, declarando que punirá severamente qualquer roubo cometido por integrantes de seu grupo. Um ponto sensível da carta é o pedido de devolução de uma de suas esposas, feito como demanda de reparação moral, demonstrando a centralidade do parentesco nas práticas diplomáticas indígenas.

Por fim, Calfucurá rejeita a responsabilização por ataques realizados por outros grupos indígenas e encerra a carta reafirmando amizade, autoridade e disposição para a paz, deixando claro que a estabilidade da fronteira dependia tanto do reconhecimento mútuo quanto do respeito às regras implícitas do compadrio e da negociação política. (Lobos, 2015, p.275-276)¹⁵¹.

Em carta 21 de novembro de 1860, Calfucurá escreve a Urquiza, reafirmando a sua lealdade aos acordos firmados e apresenta-o como aliado confiável. O cacique explica o envio de seu filho Namuncurá¹⁵² como mensageiro, detido em Villa del Río Cuarto em razão das incursões dos *ranqueles* em Córdoba e aproveita para delimitar os limites de suas

¹⁵⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁵¹ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁵² Mencionado na carta de 23 de outubro de 1860.

autoridade, afirmando que os *ranqueles* “nunca quiseram ser governados” por ele, o que reforça sua condição de liderança situada e não absoluta.

A correspondência destaca o papel de Baigorria como mediador político e enfatiza a centralidade da palavra empenhada como base de alianças. Calfucurá queixou-se de ser constantemente responsabilizado por ações que não ordenou, diferenciando roubos pontuais de ataques coletivos, e assegura que seu grupo permanece em paz, aguardando decisões superiores. Paralelamente, o cacique afirma sua autonomia política ao reivindicar reconhecimento simétrico. Calfucurá reconhece Urquiza como líder da Confederação, mas afirma ser o líder de seu povo. Por fim, manifesta preocupação com a concentração de tropas na fronteira e com uma possível ofensiva contra os *Ranqueles*, advertindo que tal iniciativa poderia desestabilizar a região. A carta encerra-se com o pedido de liberação de seu filho e com a reafirmação de que sua contenção militar decorre exclusivamente do respeito aos acordos firmados (Lobos, 2015, p. 280-281)¹⁵³.

Em 13 de dezembro de 1860, Calfucurá se dirige a Martín Quenón, reafirmando sua disposição de colaborar e declara-se subordinado às ordens de Urquiza, ao mesmo tempo em que expressa cansaço por ser responsabilizado por ações que não comanda, destacando novamente os limites de sua autoridade e sua condição de estrangeiro no território, ao afirmar “sou do Chile, mas estou aqui há alguns anos”.

A carta trata principalmente da manutenção de alianças locais. Calfucurá solicita que seus mensageiros e capitães sejam bem recebidos, enfatizando a importância da reciprocidade material e simbólica, por meio de presentes e do bom tratamento, com base na lealdade política. A circulação controlada de emissários e o cumprimento de prazos são apresentados como fundamentais para preservar sua autoridade.

Apesar de adotar um tom diferente, Calfucurá faz pedidos concretos, revelando a dimensão prática da aliança. No plano político, demonstra cautela em relação às orientações recebidas de Urquiza, apesar de afirmar estar em paz, declara que não reduzirá sua capacidade defensiva enquanto não tiver plena certeza da estabilidade da situação (Lobos, 2015, p. 281 - 282)¹⁵⁴.

Na carta enviada à Urquiza em 13 de dezembro de 1860, Calfucurá procura desvincular-se dos roubos atribuídos aos *ranqueles* na província de Córdoba, reconhecendo

¹⁵³ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁵⁴ Olhar a carta original no Anexo 2.

recorrências pontuais, mas ressaltando que os responsáveis fugiram e que esses grupos se recusam a aceitar tratados ou submeter-se à sua autoridade. Calfucurá insiste em sua postura pacífica como aliado confiável e obediente às ordens do presidente, destacando que, diferentemente dos *ranqueles*, mantém-se em paz e cumpre rigorosamente suas promessas.

O cacique atribui a instabilidade sobretudo a Coliqueo, descrito como uma liderança difícil de conter e expressa cansaço diante da impossibilidade de controlar todos os grupos indígenas. A carta demonstra também um clima de profunda desconfiança política, pois Calfucurá teme que informações e cartas recebidas sejam manobras do governo de Buenos Aires e condiciona sua plena confiança ao retorno de seu filho Namuncurá, enviado como garantia da aliança. Por fim, Calfucurá solicita um gesto concreto de confiança de Urquiza, pedindo que o presidente da Confederação coloque seu amigo Pedrito Rosa na cidade de Azul, como prova de lealdade recíproca (Lobos, 2015, p. 282-284)¹⁵⁵.

Na carta enviada a Baigorria em 13 de dezembro de 1860, Calfucurá retoma a questão dos roubos ocorridos na província de Córdoba, reafirmando que os responsáveis foram perseguidos, mas demonstra frustração pela falta de informações claras sobre a devolução dos bens roubados. Questiona se Mariano e Pichiquinca (Mariano Rosas) já devolveram o saque, e pede que este último não seja hostilizado, apresentando-o como alguém comprometido com a paz, ainda que frequentemente responsabilizado de forma injusta.

Calfucurá reforça seu compromisso com a paz, afirmando que orientou seus chefes a evitar qualquer roubo, mesmo que isso lhe custe prejuízos materiais. Ao mesmo tempo, expressa desconfiança quanto à efetivação da paz, embora se fale em acordos, estes não teriam sido oficialmente anunciados, gerando uma situação contraditória em que seu povo, ao sair para comerciar, sofre violências e extorsões. Daí sua indagação sobre “que tipo de paz” estaria em vigor (Lobos, 2015, p. 284-285-286)¹⁵⁶.

A leitura conjunta das cartas de Calfucurá, produzidas no final da década de 1860, em um contexto pós Batalha de Cepeda e do Pacto de San José de Flores, e a tentativa de reorganização do poder estatal, demonstram que a década de 1860 não é portanto um período de consolidação, mas de instabilidade no qual alianças anteriores precisam ser renegociadas. Dessa forma, essas correspondências, permitem compreender a fronteira não como um limite

¹⁵⁵ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁵⁶ Olhar a carta original no Anexo 2.

fixo entre Estado e “deserto”, mas como um espaço político relacional, marcado por soberanias sobrepostas, instáveis e negociadas.

Conforme argumenta Gabriel Passetti (2012), a relação entre a Confederação e os líderes indígenas não se estruturou a partir da imposição unilateral do poder estatal, mas por meio de alianças políticas pragmáticas, baseadas em reconhecimento, circulação de bens, apoio militar e mediação diplomática. As cartas de Calfucurá dialogam diretamente com essa leitura ao demonstrarem que a lealdade indígena não era produto de manipulação ou subordinação passiva, mas resultado de respostas políticas conscientes, nos quais os caciques optaram por alianças que lhes garantisse melhores condições territoriais, materiais e simbólicas.

Essa lógica torna-se ainda mais visível no período posterior à Batalha de Cepeda. Embora Urquiza tenha triunfado militarmente, o processo de reunificação nacional não eliminou as ambiguidades da fronteira. Pelo contrário, como mostram as cartas, Calfucurá continua exigindo confirmação de ordens, reconhecimento de sua autoridade e respeito aos tratados, revelando que a vitória confederada não se traduziu automaticamente em controle efetivo do território. Assim, a fronteira permanece como zona de negociações e não como espaço plenamente estabilizado.

Nesse ponto, a leitura proposta por Mónica Quijada (2000) é importante, por discutir a formação dos Estados nacionais na América Latina. A autora destaca que a soberania, longe de ser homogênea, foi construída de forma desigual e incompleta, especialmente nas regiões fronteiriças. As cartas de Calfucurá sugerem esse argumento, pois nelas, o cacique reconhece Urquiza como autoridade política, mas reivindica simultaneamente sua própria condição de chefe soberano sobre “os seus”. Quando afirma que não governa todos os indígenas, especialmente os *ranqueles*, Calfucurá não nega sua autoridade, mas delimita conscientemente seus alcances.

Essa postura demonstra a coexistência de múltiplas autoridades na fronteira. Governadores, comandantes militares, presidentes e caciques exercem poderes parciais, frequentemente concorrentes, o que reforça a ideia de uma soberania compartilhada, instável e situacional. As constantes queixas de Calfucurá sobre roubos, invasões e acusações indevidas demonstram os efeitos dessa fragmentação, na ausência de um poder central plenamente consolidado a responsabilidade política se torna ambígua e os líderes indígenas são frequentemente responsabilizados por ações que escapam ao seu controle.

Do ponto de vista teórico, as cartas também dialogam com abordagens que concebem a fronteira como espaço de produção política (Mouffe, 2015), e não como periferia passiva do

Estado. As cartas aparecem nesse contexto, como uma verdadeira ferramenta de governo, por meio da qual Calfucurá administra alianças, regula conflitos internos, testa a veracidade das informações recebidas e tenta antecipar movimentos do poder estatal. A recorrente desconfiança em relação às cartas oficiais, bem como a insistência em enviar filhos e mensageiros como garantia de fidelidade, demonstra uma compreensão da fragilidade dos tratados e da transformação da política nacional.

Por fim, ao insistir simultaneamente na paz e na manutenção de homens armados, Calfucurá expressa uma racionalidade política coerente com um contexto de soberania fragmentada. Como observa Passetti (2012), os líderes indígenas sabiam que os tratados podiam ser rapidamente revogados e que a consolidação do Estado nacional traria no médio prazo, projetos hostis à sua autonomia. Assim, as cartas são entendidas como estratégias de sobrevivência política em um cenário no qual a fronteira continuava sendo um espaço de disputa, negociação e incerteza.

Após um breve silêncio de Calfucurá nas escrituras das cartas nos dois primeiros meses de 1861, possivelmente associado a uma momentânea paz na fronteira, Calfucurá retoma em março a escrita de cartas extensas que reafirmam assuntos já mobilizados em correspondências anteriores.

Na correspondência de 9 de março de 1861 dirigida a Urquiza, o cacique reafirma a sua lealdade pessoal e política à Confederação e ao federalismo, posicionando contra os unitaristas de Buenos Aires e contra Bartolomé Mitre. Calfucurá denuncia tentativas de traição e captura contra Urquiza, interpretadas como parte de uma estratégia para enfraquecer também a sua própria autoridade e responde com afirmações de força e autonomia, rejeitando qualquer possibilidade de submissão.

A carta expressa forte desconfiança em relação às negociações de paz conduzidas por Buenos Aires, especialmente diante das tratativas do cacique Coliqueo com o governo portenho. Calfucurá solicita que Urquiza esclareça essas movimentações, temendo traições que comprometem a aliança federal. Outro ponto importante é a defesa de Juan Catriel, apresentado como aliado e amigo fiel. Nesse contexto, Calfucurá demonstra consciência política e astúcia, rejeitando a imagem de ingenuidade que seus adversários lhe atribuem (Lobos, 2015, p. 291-292-293)¹⁵⁷. Esse episódio reforça a instabilidade do contexto político e

¹⁵⁷ Olhar a carta original no Anexo 2.

a centralidade da carta como instrumento de governo, prova de lealdade e também espaço de suspeita.

Na carta de 22 de abril de 1861 dirigida a Urquiza novamente, Calfucurá retoma o assunto da carta anterior e reconhece que naquele contexto, aceita tratados e presentes dos portenhos, mas faz questão de distinguir essa prática de uma adesão sincera, tratando-se de uma estratégia de sobrevivência material para sustentar seu povo e evitar invasões ou conflitos que poderiam ser atribuídos a ordens de Urquiza.

A carta demonstra a dimensão econômica e social da política indígena, ao relacionar a aceitação de presentes à escassez de recursos, e reafirma sua contenção militar, declarando que não empreendeu ações armadas sem ordens diretas do presidente. Além disso, Calfucurá expressa grande preocupação com intrigas internas, denunciando Baigorria e Coliqueo por comunicações suspeitas com Buenos Aires e solicitando a intervenção de Urquiza para preservar a lealdade política (Lobos, 2015, p. 293–297)¹⁵⁸.

A partir de abril de 1861, as negociações entre Calfucurá e as autoridades de Buenos Aires se intensificam, demonstrando a centralidade das alianças políticas sustentadas por garantias materiais. Em carta de 26 de abril de 1861 dirigida a Ignacio Rivas, Calfucurá manifesta satisfação ao saber, por intermédio do mensageiro Sandoval, que não havia tropas acampadas, interpretando tal fato como sinal favorável à manutenção da paz. O cacique reafirma sua rejeição à guerra, apresentada como fonte de sofrimento coletivo, e expressa o desejo de que a paz e a amizade estabelecidas sejam duradoura.

Na correspondência, Calfucurá destaca o caráter coletivo de suas decisões, afirmando ter consultado seus caciques, os quais concordaram com a conveniência do acordo. Ao mesmo tempo, compromete-se a conter ações autônomas de invasão ou roubo, exigindo garantias de que tais práticas não ocorreriam à revelia de sua autoridade. Por fim, reforça a confiança mútua ao relembrar relações anteriores sem confrontos diretos, apresentando a paz não como submissão, mas como escolha política voltada à estabilidade da fronteira. (Lobos, 2015, p. 298-303)¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁵⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

No final de abril de 1861, Calfucurá dá continuidade às tratativas com as autoridades de Buenos Aires, enviando carta em 27 de abril a Pedro Navarro (Lobos, 2015, p. 303-305)¹⁶⁰ e ao cacique Juan Cornell (Lobos, 2015, p. 305-308)¹⁶¹. As cartas, embora extensas e repetitivas, insistem em um mesmo ponto, a necessidade de que, “daqui em diante”, a relação entre ele e Buenos Aires se funde em uma paz duradoura. A repetição do argumento não indica fragilidade discursiva, mas revela o esforço deliberado do cacique em fixar um horizonte de estabilidade política na fronteira, em um contexto ainda marcado pela desconfiança mútua.

Em resposta, no dia 03 de maio de 1861, o cacique Juan Cornell escreve a Calfucurá, informando que a poucos dias estaria em Buenos Aires para tratar diretamente com o governador. Cornell, manifesta satisfação ao saber da disposição pacífica de Calfucurá e associa a paz a um discurso claramente civilizatório. Em sua carta, afirma que o governo contribuiria para a “civilização” do povo de Calfucurá, prometendo prosperidade material por meio do trabalho agrícola, do aumento do gado e da inserção no comércio (Lobos, 2015, p. 308-310)¹⁶².

Essa resposta demonstra como a paz proposta por Buenos Aires estava condicionada à incorporação dos indígenas a um projeto de ordem, trabalho e progresso, no qual a estabilidade da fronteira se vinculava à transformação dos modos de vida indígenas. Ao mesmo tempo, revela o descompasso entre a concepção indígena de paz, baseada na reciprocidade, no reconhecimento político e na autonomia territorial e a leitura portenha, que subordinava a pacificação à assimilação e à disciplina social.

Em 4 de maio de 1861, a correspondência trocada entre Olivencia e Pedernera, representantes da Confederação, revela a crescente apreensão das autoridades federais diante das negociações de Calfucurá com Buenos Aires. Olivencia atribuiu essa aproximação às manobras internas conduzidas por Baigorria, acusando-o de atuar de forma oportunista, ao proteger exclusivamente o cacique Coliqueo e com isso alimentar ressentimentos e desconfiança entre os demais caciques. Embora reconheça Calfucurá como “chefe principal do Pampa” e registre sua promessa de não romper com os antigos aliados, Olivencia adverte que tal compromisso não assegura lealdade irrestrita. A oferta de vantagens materiais por

¹⁶⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁶¹ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁶² Olhar a carta original no Anexo 3.

parte dos portenhos é vista como um fator capaz de reconfigurar o equilíbrio político da fronteira, tornando arriscada qualquer confiança plena em sua lealdade.

A carta destaca assim, o caráter estratégico das alianças indígenas, ao alertar que a ruptura da amizade poderia comprometer a defesa da fronteira, considerada vulnerável a incursões de centenas de guerreiros indígenas. Nesse sentido, a confiança aparece como difícil de reconstruir uma vez perdido. Na carta, Olivencia também critica a nova missão atribuída a Baigorria junto aos chefes do Pampa, considerada imprudente diante de seu descrédito e de sua atuação seletiva, limitada a Coliqueo. Essa postura, segundo Olivencia, tende a aprofundar a desconfiança entre os caciques, fragilizando ainda mais a posição da Confederação. Termina a carta, justificando o seu tom alarmista como expressão de zelo pelo “bem comum” e informa ter alertado outras autoridades, reforçando a gravidade atribuída à situação (Lobos, 2015, p. 311)¹⁶³.

Em 12 de junho de 1861, Pedernera escreve a Calfucurá, com o objetivo claro de reafirmar a aliança federal indígena sob a liderança de Urquiza e de desacreditar qualquer aproximação com Buenos Aires. Pedernera descreve os portenhos como “perversos e traidores”, acusando-os de utilizar propostas de paz e a distribuição de presentes como estratégias para, posteriormente, eliminar os indígenas. Nesse sentido, a paz oferecida por Buenos Aires é apresentada como ilusória e perigosa, exigindo vigilância permanente.

A carta situa o conflito em um cenário de guerra iminente, informando que os federalistas estariam mobilizando forças para derrotar definitivamente Buenos Aires. A ofensiva militar em preparação reforça a ideia de que os acordos portenhos não têm validade e que o alinhamento político deve ser definido com base na lealdade federal. Nesse sentido, a carta atribui papel central ao coronel Olivencia como mediador confiável entre Urquiza e os caciques do Pampa, responsável por transmitir ordens diretas e articular ações conjuntas, inclusive com Mariano Rosas. A confiança em Olivencia é reiterada como garantia de hierarquia e disciplina dentro da aliança, em contraste com a instabilidade atribuída aos portenhos (Lobos, 2015, p. 312-313)¹⁶⁴.

Por fim, a carta combina reconhecimento simbólico por meio da remessa de presentes, com a reafirmação de vínculos pessoais e políticos, mobilizando a linguagem da amizade e da lealdade. Mais do que uma simples comunicação, a carta opera como instrumento de mobilização política e militar, demonstrando a disputa ativa pela fidelidade de Calfucurá e a

¹⁶³ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁶⁴ Olhar a carta original no Anexo 3.

centralidade das alianças indígenas na definição dos equilíbrios de poder na fronteira sul na conjuntura de 1861.

As desconfianças manifestadas por Calfucurá, na carta de 22 de abril de 1861 a Urquiza, quanto à suspeita de aproximação entre Baigorria e Coliqueo com Buenos Aires, começam a se confirmar a partir de julho do mesmo ano. Em 04 de julho de 1861, Baigorria escreve a Juan Saá justificando sua decisão de marchar com as forças sob seu comando para “pacificar” a fronteira, alegando o agravamento dos conflitos entre os indígenas do deserto. Baigorria atribui a escalada da violência ao ataque de Coliqueo contra um grupo liderado por Mariano, episódio que segundo ele, estaria preparando o cenário para uma guerra generalizada, da qual os homens da fronteira não poderiam se manter afastados. Diante disso, apresenta sua ação militar como preventiva e necessária, ainda que realizada com recursos limitados (Lobos, 2015, p.314)¹⁶⁵.

Poucos dias depois, em 5 de julho, a ruptura tornou-se explícita. Em carta enviada por Olivencia a Pedernera, confirma-se que Baigorria havia se rebelado, levando consigo as tropas sob seu comando e marchando em direção ao sul (Lobos, 2015, p. 314-315)¹⁶⁶. A correspondência demonstra não apenas a fragilidade do controle federal sobre seus próprios oficiais, mas também a fluidez das lealdades na fronteira, em que decisões militares eram tomadas de forma autônoma, em resposta a conflitos locais e interesses imediatos.

A redefinição do alinhamento político de Baigorria consolida-se em 14 de julho de 1861, quando Bartolomé Mitre lhe escreve saudando sua “decisão patriótica de se unir à causa de Buenos Aires” (Lobos, 2015, p.315)¹⁶⁷. Dessa forma, a carta manifesta o caráter instrumental dessas alianças, rapidamente reconfiguradas conforme as oportunidades políticas e militares

Esses episódios confirmam os limites estruturais das alianças na fronteira sul, pois nem os vínculos pessoais, nem os tratados, nem a mediação de chefes indígenas ou oficiais federais garantiam fidelidade duradoura. A fronteira aparece, assim, como um espaço de soberania fragmentada, marcado por negociações instáveis, disputas internas e mudanças constantes de lealdade, ou seja, um cenário que explica tanto a cautela de Calfucurá quanto sua estratégia de manter múltiplos canais de negociação abertos.

¹⁶⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁶⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁶⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

Em meados de julho de 1861, em meio a reconfiguração de alianças após a rebelião de Baigorria, multiplicam-se as iniciativas voltadas à normalização das relações na fronteira. Em 15 de julho, o comandante Llano, de de Bahía Blanca escreve a Gelly y Obes solicitando autorização para enviar uma comissão a Calfucurá “a fim de restabelecer o comércio que existia anteriormente com aqueles índios” (Lobos, 2015, p. 315)¹⁶⁸, demonstrando a centralidade das trocas econômicas como instrumento de pacificação e controle da fronteira.

Na mesma data, Calfucurá envia duas cartas a Nicolás Ocampo, comandante do Fuerte Azul, nas quais recomenda e apresenta seus emissários. O capitão Pinas é descrito como “bom homem”, digno de confiança, enquanto Quentrel é apresentado como seu “terceiro chefe”, alguém de grande estima, tratado como “filho e irmão”. As cartas funcionam simultaneamente como credenciais diplomáticas e como instrumentos de afirmação da hierarquia interna, tornando visível a estrutura política do grupo sob sua liderança.

Nessas correspondências, Calfucurá enumera uma série de pedidos materiais, como açúcar, erva e tecidos, destinados a diferentes chefes, explicitando a lógica da reciprocidade que sustentava sua autoridade. Ao justificar os pedidos, afirma que sem o apoio de seus “amigos” não teria como atender às demandas de seus próprios caciques, revelando a interdependência entre alianças externas e governabilidade interna. Ao mesmo tempo, reafirma que a amizade só se mantém enquanto as promessas forem cumpridas, sublinhando o caráter condicional dessas relações (Lobos, 2015, p. 315-318)¹⁶⁹.

Essa dinâmica se repete em 20 de julho, quando Calfucurá escreve ao comandante geral de Azul e Tandil, Benito Machado, solicitando novos itens a serem entregues ao portador da carta, Licopan (Lobos, 2015, p. 320-321)¹⁷⁰. O gesto reforça a função das cartas como dispositivos de circulação de pessoas, bens e reconhecimentos políticos, demonstrando que, naquele contexto, a fronteira era governada menos por uma autoridade estatal unificada e mais por negociações contínuas, baseadas em confiança pessoal, reciprocidade material e mediações locais.

A intensificação da aproximação entre Calfucurá e o governo de Buenos Aires expressa-se em uma nota de 5 de agosto de 1861, que registra o envio por parte dos portenhos de cerca de 2.000 éguas e outros presentes a Calfucurá e a chefes aliados. A carta informa ainda a promessa de que essa distribuição seria mantida de forma regular, a cada três meses,

¹⁶⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁶⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁷⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

como garantia do acordo firmado. Segundo a nota, até aquele momento tanto Calfucurá quanto Catriel “se comportavam em perfeita harmonia com o governo”. (Lobos, 2015, p. 323)¹⁷¹.

Mais do que um gesto de boa vontade, a entrega sistemática de presentes demonstra a centralidade da reciprocidade material como mecanismo de pacificação e de gestão da fronteira. Ao assegurar recursos essenciais à manutenção de sua autoridade interna, Buenos Aires reforçava uma aliança pragmática, fundada menos na incorporação plena desses líderes à ordem estatal do que na negociação contínua de lealdades. Essa “harmonia” deve ser entendida como contingente e reversível, dependendo do cumprimento regular das promessas e da capacidade do governo portenho de sustentar materialmente a relação.

Em 9 de agosto de 1861, Calfucurá volta a escrever a Nicolas Ocampo, reafirmando sua posição frente ao governo de Buenos Aires. O cacique nega qualquer hostilidade deliberada, afirmando que “nunca foi inimigo” dos portenhos, e atribui os conflitos anteriores a desentendimentos circunstanciais, especialmente às ações contra os *ranqueles*. Assim, Calfucurá, relativiza as mudanças de alinhamento político, apresentando-as como respostas às conjunturas militares e não como traições.

A carta dedica atenção especial à situação do coronel Baigorria, cuja aproximação com Buenos Aires é interpretada por Calfucurá como consequência do agravamento do conflito com Urquiza. Ao enfatizar a manutenção da amizade pessoal, o cacique reforça a ideia de que as alianças na fronteira são móveis e condicionadas pelas circunstâncias políticas. Calfucurá agradece os presentes recebidos e confirma o acordo das seiscentas éguas. Além disso, manifesta preocupação com sua reputação política, solicitando que o governo impeça Coliqueo e Baigorria de difamá-lo, o que evidencia o peso das intrigas e da honra na dinâmica fronteiriça.

Por fim, ao recomendar o oficial chileno Juan Pérez e reafirmar os laços com Juan Catriel, Calfucurá se apresenta como mediador de relações políticas, militares e pessoais. (Lobos, 2015, p. 324, 325)¹⁷². A carta resume assim, a lógica das alianças no contexto de 1861, em que a soberania estatal estava fragmentada e instável, demonstrando que os vínculos não são exclusivos, mas são sustentados por trocas materiais e negociação constante.

¹⁷¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁷² Olhar a carta original no Anexo 2.

Em 18 de agosto de 1861, Calfucurá escreve ao comandante militar de Bahía Blanca, José A. Llano, reafirmando sua relação amistosa com o governo da fronteira, recordando que os “primeiros alicerces da paz” foram lançados por Juan Catriel e pelo coronel Ignacio Rivas, e que, seguindo seus conselhos, enviou uma comissão a Buenos Aires para formalizar esses acordos. O retorno dos emissários é apresentado como sinal de consolidação do pacto e da expectativa de uma paz duradoura. A carta destaca a confiança pessoal como base da aliança, associando a paz à rejeição de boatos e intrigas. Calfucurá pede que Llano não dê crédito a rumores, insistindo que após o gesto simbólico de “estender a mão” em amizade, não haveria razão para suspeitas. Nesse sentido, o cacique afirma que não promoverá invasões, vinculando sua palavra à manutenção da ordem na fronteira.

A carta também trata do controle da fronteira e da circulação indígena. Calfucurá aceita regras de circulação territorial, comprometendo-se a não atravessar o Sauce Chico sem aviso prévio e a instruir seus homens a respeitar essa norma. Ao mesmo tempo, autoriza a repressão a roubos cometidos sem licença, reconhecendo a existência de indivíduos indisciplinados, mas afirmando sua disposição de colaborar no controle da violência. Por fim, ao informar a chegada de homens dedicados ao comércio e reafirmar laços de amizade, Calfucurá se apresenta como mediador entre mundos distintos, operando em um espaço de soberania fragmentada, no qual a paz era permanentemente negociada entre autoridades estatais e lideranças indígenas (Lobos, 2015, p. 326-327)¹⁷³.

Ainda em agosto de 1861, Calfucurá volta a escrever ao comandante do Fuerte de Azul, Nicolás Ocampo, enviando no dia 19 de agosto uma série de três cartas. Na primeira, comunica o envio de uma nova comissão, ressaltando que segue orientações previamente dados pelo próprio comandante, o que demonstra sua preocupação em agir dentro dos canais acordados. Calfucurá diz que não recebeu ordens nem comunicações de Entre Ríos, e deixa claro seu posicionamento político ao afirmar que não prestará mais serviços militares nem cederá chefes à guerra ou ao roubo. Ao mesmo tempo, manifesta ressentimento pelo tratamento dado a seus enviados, relatando que algumas de suas cartas teriam sido rasgadas, o que interpreta como ofensiva à sua dignidade e à de seu povo. O cacique esclarece que só enviará seu filho para buscar as quinhentas éguas porque foi instruído a fazê-lo e afirma que, diante da falta de clareza sobre *raciones* e promessas governamentais, decidiu não fazer novos pedidos.

¹⁷³ Olhar a carta original no Anexo 2.

Por fim, ele solicita que Ocampos verifique a veracidade da promessa de 3.000 éguas em Quequén, e encerra com um pedido de alguns itens de vestuário para seus três filhos e um companheiro próximo (Lobos, 2015, p. 329-330)¹⁷⁴. A carta demonstra uma estratégia de retração calculada na qual Calfucurá reafirma sua autonomia, preserva a honra de sua liderança e delimita com clareza os contornos de sua aliança com Buenos Aires, reforçando a natureza negociada e instável da paz na fronteira.

Na segunda carta, escrita na mesma data, Calfucurá trata especificamente das negociações envolvendo cativas, revelando outro eixo central da diplomacia de fronteira. O cacique, informa que Manuel Burgos, lhe entregou uma prisioneira. O cacique informa que Manuel Burgos lhe entregou uma prisioneira vinda do Chile, cujo resgate custou quinhentos pesos fortes, e solicita a Ocampo que pague trezentos pesos ao filho de Burgos, responsável por conduzir a prisioneira, Anatalia Mora (Lobos, 2015, p. 331)¹⁷⁵. A carta demonstra o papel de Calfucurá como mediador dessas transações, articulando valores monetários, circulação de pessoas e reconhecimento de serviços prestados.

Já na terceira carta, o cacique retorna à lógica da reciprocidade material, solicitando uma lista detalhada de bens, agora distribuídos nominalmente entre diferentes membros de seu grupo. O detalhamento dos pedidos reforça tanto sua função de redistribuidor interno quanto a centralidade das dívidas nas relações políticas com os comandantes da fronteira, consolidando a negociação material como parte constitutiva da manutenção da paz e das alianças em 1861 (Lobos, 2015, p. 331-332)¹⁷⁶.

Em 20 de agosto de 1861, o cacique Cañumil, aliado a Calfucurá escreve ao comandante Llano, demonstrando confiança na boa fé de Llano do governo da fronteira e celebrando a paz recém estabelecida. Cañumil associa a paz a uma dimensão ritual e coletiva, ao anunciar a realização de um grande baile como agradecimento a Deus pela harmonia alcançada, gesto que reforça a legitimação interna da aliança.

O cacique Cañumil valoriza as medidas práticas adotadas para garantir a segurança do comércio e a circulação de negociantes, destacando que tais ações foram discutidas e aprovadas em assembleia com seu povo. Ao recuperar episódios passados de conflito apenas para reafirmar seu caráter defensivo, o cacique constrói uma narrativa de continuidade pacificadora, apresentando-se como mediador e precursor das negociações com as

¹⁷⁴ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁷⁵ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁷⁶ Olhar a carta original no Anexo 2.

autoridades cristãs, inclusive ao reivindicar ter sido o primeiro a aconselhar o envio de uma comissão a Buenos Aires

Por fim, na carta Cañumil organiza a circulação controlada de parentes e comerciantes, recomenda tratamento justo e anexa pedidos materiais, encerrando com a reafirmação do compromisso com uma paz duradoura (Lobos, 2015, p. 332-333)¹⁷⁷. Assim, a correspondência demonstra como a consolidação da paz na fronteira combinava rituais, comércio, diplomacia indígena e reciprocidade material, em consonância com a política conduzida por Calfucurá em 1861.

Em setembro de 1861, com a retomada do confronto armado entre as forças de Mitre e Urquiza, as tensões dessa conjuntura também refletem nas correspondências de Calfucurá. Em carta enviada aos comandos de fronteira, especialmente aos vinculados à Buenos Aires, o cacique adota um tom prudente, revelando cautela na definição de um alinhamento diante do novo embate.

Ao escrever a Nicolás Ocampo, Calfucurá demonstra estar atento às informações que circulavam na fronteira sobre a mobilização militar em apoio a Urquiza. Segundo o cacique relata, contingentes provenientes de diversas províncias, como Mendoza, San Luis, Córdoba e Tucumán, que estariam se deslocando para reforçar o exército confederado, assim como tropas do Paraguai e até mensageiros, “franceses e ingleses”, apresentados como protetores de Urquiza. Acrescenta ainda que homens ligados ao comando de Rivas e a outras forças da fronteira estariam se somando ao fronte confederada, levando-o a concluir que “Urquiza vencerá a batalha” (Lobos, 2015, p.334-335)¹⁷⁸.

Pouco dias depois, em 13 de setembro, Calfucurá escreve ao comandante Llano, aprofundando o tom informativo e cauteloso já observado em suas correspondências anteriores. Na carta, o cacique relata a chegada de mensageiros provenientes de Río Cuarto, portadores de notícias atribuídas a Urquiza, segundo as quais o general dispunha de um exército numeroso e bem aparelhado, inclusive com uma poderosa artilharia. A guerra, segundo essas informações, teria como justificativa a morte de oficiais confederados, episódio apresentado como recorrente no conflito com Buenos Aires. Calfucurá acrescenta ainda que emissários portenhos transitavam diariamente pela região e que Urquiza estaria confiante na vitória

¹⁷⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁷⁸ Olhar a carta original no Anexo 2.

Ao mesmo tempo, o cacique informa sobre a instabilidade das alianças indígenas e crioulas na fronteira, mencionando que Coliqueo e Baigorria teriam se unido às forças de Buenos Aires, mas que poderiam desertar caso percebessem a iminência da derrota portenha. Ao encerrar a carta, Calfucurá justifica o envio dessas informações como um gesto de transparência política, afirmando que transmite o que sabe “porque não tenho nada a esconder” (Lobos, 2015, p. 335-337)¹⁷⁹.

Essa postura confirma a leitura proposta por Alessandra Seixlack, segundo a qual Calfucurá tinha plena consciência de que sua força política, seu prestígio social e o próprio abastecimento de sua comunidade dependiam das relações comerciais estabelecidas com pecuaristas da Província de Buenos Aires. Diante da iminência do desfecho do conflito entre unitários e federalistas, o cacique optou por uma posição de cautela e neutralidade, mesmo mantendo vínculos de amizade com Urquiza (Seixlack, 2018, p. 95). Essa escolha não deve ser interpretada como indecisão ou oportunismo, mas como uma estratégia racional de sobrevivência política na fronteira, em um contexto de soberania fragmentada, no qual a manutenção das redes comerciais e diplomáticas era tão decisiva quanto o alinhamento militar formal

Em 17 de setembro de 1861 as tropas de Bartolomé Mitre e Justo José de Urquiza voltaram a se enfrentar, no confronto que ficaria conhecido como Batalha de Pavón. A vitória de Mitre consolidou a hegemonia política de Buenos Aires e possibilitou a unificação da Argentina sob liderança portenha. Esse desfecho representou uma inflexão decisiva na política de fronteira e nas relações com os povos indígenas, uma vez que os cacique foram compilados a reavaliar e em muitos casos, renegociar os tratados firmados anteriormente com diferentes facções crioulas, agora sob um novo arranjo de poder centralizado (Monteiro, 2020).

Poucas semanas após a derrota de Urquiza em Pavón, Calfucurá volta a escrever em 2 de outubro de 1861, reafirmando a aliança política e militar, mas também expondo tensões, expectativas frustradas e disposição para a guerra. Na carta, Calfucurá declara satisfação ao saber que Urquiza marchava novamente à frente de tropas, e denuncia as tentativas de cooptação do governo de Buenos Aires por meio de presentes, interpretadas como armadilhas destinadas à sua captura.

¹⁷⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

Ao mesmo tempo, o cacique rememora episódios anteriores de abandono, quando teria sido deixado por Urquiza “sem recursos” junto a seu povo, demonstrando o caráter instável e assimétrico da aliança. Apesar disso, demonstra concordância com a postura guerreira de Urquiza e coloca-se à disposição para retomar as armas. Calfucurá afirma estar pronto para marchar com seus homens, mas condiciona sua ação ao envio de apoio material e militar, solicitando carabinas, tropas e artilharia, o que revela tanto sua dependência logística quanto sua compreensão das exigências da guerra regular.

A carta também indica esforços de coordenação com outros chefes indígenas e o uso de sinais e mensageiros para articular movimentos conjuntos, evidenciando planejamento estratégico e circulação de informações na fronteira. Em resumo, a carta expressa a persistência da lealdade federalista de Calfucurá mesmo após Pavón, mas também deixa entrever os limites dessa aliança, marcada por desconfiança, escassez de recursos e pela incerteza quanto à continuidade do apoio de Urquiza (Lobos, 2015, p. 346-347)¹⁸⁰.

A opção de Calfucurá pela neutralidade torna-se explícita na carta enviada a Nicolás Ocampo em 2 de outubro. Nela, o cacique afirma sua paz na fronteira, o controle da circulação de informações e preservação de sua relação política com o comando local, sem se comprometer diretamente com Urquiza. Declara não se envolver na guerra civil ao afirmar que “não interferirei em suas causas ou motivações”, ao mesmo tempo em que demonstra autoridade sobre seu povo, indicando o envio limitado de homens apenas como gesto político, e não como engajamento militar efetivo.

A carta enfatiza a defesa da fronteira, sobretudo da cidade de Azul, com a qual Calfucurá se identifica explicitamente, comprometendo-se a agir caso ela seja atacada. Ao mesmo tempo, busca reforçar a confiança pessoal com Ocampo, advertindo contra boatos e reivindicando credibilidade exclusiva para suas informações. Assim, a correspondência revela um esforço consciente de Calfucurá para se posicionar como mediador e garantidor da ordem fronteira no pós Pavón, preservando seus vínculos locais e sua autonomia política diante da redefinição das forças nacionais (Lobos, 2015, p. 347-349)¹⁸¹.

A mesma estratégia aparece na carta enviada por Calfucurá ao comandante de Bahía Blanca, José A. Llano, em 3 de outubro. Nela, o cacique reafirma uma postura de lealdade local e neutralidade defensiva, buscando tranquilizar as autoridades fronteiriças quanto à

¹⁸⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁸¹ Olhar a carta original no Anexo 2.

manutenção da paz. Calfucurá assegura que não realizará invasões nem romperá os acordos vigentes, apesar das pressões e ofertas militares provenientes de Urquiza, e justifica suas movimentações como medidas preventivas, destinadas a evitar desconfiças e preservar as alianças estabelecidas.

Ao informar antecipadamente seus deslocamentos, o cacique procura demonstrar transparência e controle político, enfatizando que sua marcha não tem caráter ofensivo. Reitera que não há sentido em atacar aqueles que garantem o abastecimento de seu povo, reforçando a lógica pragmática que sustenta a paz na fronteira. O tom da carta privilegia a confiança pessoal e a reciprocidade, sintetizadas no gesto simbólico de “estender a mão direita”, que sela o compromisso de Calfucurá com a estabilidade, a defesa da fronteira e a preservação de seus vínculos políticos locais no novo contexto inaugurado após Pavón (Lobos, 2015, p. 350-353)¹⁸².

Tanto a carta enviada a Ocampo, quanto a dirigida a Llano, foram seguidas por novas correspondências, nas quais Calfucurá solicita uma série de bens como açúcar, tabaco, bebidas. Esses pedidos não devem ser lidos apenas como demandas materiais, mas como parte integrante da lógica diplomática que estrutura suas relações com os comandantes de fronteira. Ao associar o envio de informações estratégicas à solicitação de provisões, o cacique reforça a reciprocidade que sustenta a paz e a cooperação na fronteira, legitimando sua posição como interlocutor confiável e reafirmando que a circulação de notícias, a lealdade política e o sistema de dádivas constituíam dimensões inseparáveis da negociação cotidiana naquele espaço.

Em 6 de novembro de 1861, o periódico *La Tribuna*, um dos principais veículos de circulação e publicização das cartas e notícias sobre os indígenas na imprensa bonaerense, publicou a nota intitulada “*Invasiones de índios*”. O texto não se limita a informar, mas opera como instrumento de mobilização política e simbólica, ao construir a imagem de uma invasão iminente articulada por Urquiza e Derqui em conluio com chefes indígenas. Ao apresentar a situação como parte de um “plano de pilhagem e incêndio”, a notícia produz um cenário de urgência e perigo, destinado a legitimar medidas defensivas e a ação preventiva do Estado provincial. Para conferir verossimilhança à ameaça, o periódico recorre a testemunhos individuais, como o de Luis Forest, e a dados militares que quantificam forças, trajetos e pontos de ataque. (Lobos, 2015, p. 357)¹⁸³.

¹⁸² Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁸³ Olhar a carta original no Anexo 1.

Desse modo, a imprensa atua como mediadora central na redefinição da fronteira, convertendo relações diplomáticas instáveis e alianças indígenas contingentes em prova de conspiração política, e enquadrando os indígenas como vetores de desordem a serviço de inimigos internos. Essa operação discursiva contrasta com a própria correspondência de Calfucurá, que insistia na neutralidade e na preservação da paz, evidenciando a distância entre a prática política da fronteira e sua representação pública em Buenos Aires.

A leitura das cartas de Calfucurá ao longo das décadas de 1850 e início de 1860 permite compreendê-las não apenas como registros de acontecimentos, mas como instrumentos ativos de ação política, produzidos em um contexto de fronteira marcado pela instabilidade institucional e pela disputa permanente de autoridade. As correspondências analisadas demonstram que a escrita indígena participa diretamente da construção das relações de poder, intervindo na definição de alianças, na circulação de informações e na negociação da paz e da guerra.

A chamada “verdade” que emerge dessas cartas não pode ser entendida como relato objetivo dos fatos, mas como uma verdade narrativa, construída de forma estratégica e situada. Calfucurá seleciona eventos, atribui responsabilidades e formula explicações que pretendem afirmar sua confiabilidade política. Nesse sentido, a carta opera como um espaço de produção discursiva da legitimidade, no qual a palavra empenhada, reiterada insistentemente é apresentada como garantia moral e política. Como aponta Passetti (2012), em um cenário de múltiplos centros de poder, a disputa pelo controle da narrativa era parte constitutiva da própria luta política.

As correspondências também expressam que os sentidos de território, poder e soberania em jogo na fronteira diferem substancialmente do modelo estatal homogêneo que se consolidou posteriormente. O território aparece como espaço relacional, atravessado por pactos, zonas de influência e circuitos comerciais, e não como domínio exclusivo de uma autoridade central. A legitimidade política não deriva apenas da soberania formal, mas da capacidade de garantir proteção, controlar homens, distribuir recursos e manter redes de alianças. Essa dinâmica confirma a leitura proposta por Quijada (2000) acerca da soberania fragmentada, na qual o Estado nacional não detinha controle pleno sobre o espaço fronteiriço, coexistindo com poderes indígenas dotados de autonomia efetiva.

Nesse contexto, o sujeito político indígena que emerge da escrita de Calfucurá distancia-se de representações de passividade ou submissão. Ao contrário, trata-se de um ator consciente de sua posição estratégica, capaz de avaliar conjunturas, redefinir alianças e adotar

posturas distintas, entre elas colaboração, pressão ou neutralidade, conforme as circunstâncias. A mobilização de vínculos pessoais, do parentesco, da reciprocidade material e da retórica da amizade revela uma racionalidade política própria, que não se opõe frontalmente à lógica estatal, mas dialoga com ela a partir de códigos específicos da diplomacia indígena.

Por fim, as cartas demonstram que a escrita constitui uma forma concreta de intervenção nas relações de poder da fronteira. Ao informar, advertir, negociar ou solicitar recursos, Calfucurá produz efeitos práticos, ativa canais diplomáticos, condiciona ações militares, assegura comércio e redefine alianças. A circulação dessas cartas, muitas vezes interceptadas, reinterpretadas ou publicadas na imprensa bonaerense, amplia ainda mais seu alcance político, inserindo-as em uma disputa simbólica mais ampla sobre a ordem, a ameaça e a legitimidade. Assim, o capítulo demonstra que a fronteira não pode ser compreendida apenas como espaço físico, mas como um campo de disputas narrativas, no qual a escrita indígena ocupa lugar central na negociação do poder e da soberania no processo de formação do Estado argentino.

Desse modo, a vitória de Mitre em Pavón e a posterior unificação política da Argentina não significaram o fim imediato das disputas na fronteira, mas alteraram profundamente suas condições. Se até 1861 a correspondência de Calfucurá demonstra uma atuação marcada pela oscilação entre alianças, neutralidade e negociação em um cenário de soberania fragmentada, a partir de 1862 o cacique passa a se mover em um campo político progressivamente mais incerto. O capítulo seguinte analisa como diante da unificação do Estado, da Guerra do Paraguai e das mudanças na política de fronteiras durante os governos de Mitre e Sarmiento, Calfucurá reformula suas estratégias buscando preservar espaços de autonomia em um contexto cada vez mais restritivo.

Capítulo 3 - Calfucurá e a fronteira após a unificação nacional (1862-1872)

A derrota de Urquiza na Batalha de Pavón (1861) e a posterior unificação política da Argentina sob hegemonia portenha inauguram uma nova conjuntura para as relações entre o Estado nacional e os povos indígenas da fronteira sul. A eleição de Bartolomé Mitre para a presidência (1862), seguida pela Guerra do Paraguai (1864–1870) e pela ascensão à presidência de Domingo Faustino Sarmiento (1868), marca um processo de crescente centralização política, redefinição das fronteiras internas e fortalecimento do discurso civilizatório. Nesse contexto, as condições que haviam permitido, na década anterior, a negociação indígena entre projetos estatais concorrentes foram progressivamente alteradas.

Diante desse novo cenário, o presente capítulo tem como problema central compreender como Calfucurá rearticula sua atuação política e diplomática, por meio da escrita, em um contexto de unificação do Estado argentino e da crescente assimetria de poder. Busca-se analisar de que modo as cartas produzidas entre 1862 e 1872 expressam tanto a persistência da agência indígena quanto os limites impostos pela unificação política, pela militarização da fronteira e pela redefinição das políticas estatais em relação aos povos indígenas.

Ao contrário de uma leitura que interpreta esse período apenas como prenúncio da ruptura definitiva, este capítulo parte do pressuposto de que a diplomacia indígena não desaparece imediatamente com a consolidação estatal, mas passa por um processo de readequação estratégica, no qual a escrita continua a operar como técnica política, ainda que sob condições mais restritas. Assim, as cartas de Calfucurá são analisadas como intervenções situadas, que buscam preservar a paz, garantir o abastecimento de sua comunidade, administrar alianças e manter sua legitimidade política em um cenário de progressiva redução das margens de negociação.

3.1 A unificação Estatal e a nova conjuntura da fronteira.

Com a eleição de Bartolomé Mitre à presidência da Argentina, em 1862, não cessaram as instabilidades entre as províncias e nem as ambiguidades e contradições nas relações com as principais lideranças indígenas [...] Calfucurá conhecia e temia as forças que haviam derrotado Urquiza e mantinha-se atento, procurando não provocar os portenhos, controlando seus principais capitanejos e avisando, quando informado, sobre a organização e invasões de outros grupos indígenas (Passetti, 2012, p. 141)

A partir da epígrafe nota-se como, nesse cenário, Calfucurá demonstrava plena consciência da correlação de forças instaurada após a derrota de Urquiza. Tal atitude não revela submissão, mas uma estratégia de adaptação à nova conjuntura, marcada pelo fortalecimento do Estado nacional e pela redução das margens de negociação autônoma na fronteira.

A correspondência entre os comandantes de fronteira em 1862 demonstra o clima de vigilância intensificada que passou a caracterizar a região. Em maio daquele ano, circularam informações sobre a chegada de grupos indígenas oriundos do Chile às Salinas Grandes. Em carta de 26 de maio, o comandante de Bahía Blanca, José Llano informou ao então Ministro da Guerra e da Marinha, Gelly y Obes, que indígenas vindos do acampamento de Calfucurá relataram a presença de cerca de cinquenta chilenos na região, bem como a adesão de um grupo liderado pelo cacique Yncubil aos *ranqueles*. Llano acrescenta que fontes confirmaram a chegada contínua de indígenas chilenos ao acampamento de Calfucurá, inclusive do cacique Quichaqueo (Lobos, 2015, p. 362)¹⁸⁴.

Apesar dessas informações, que alimentavam as suspeitas das autoridades, a documentação também registra um esforço deliberado de Calfucurá para conter os *malones* e preservar a estabilidade da fronteira. Em carta de 1º de novembro do mesmo ano, o comandante militar de Bahía Blanca comunicava ao Ministério da Guerra e da Marinha que não havia ocorrido nada de incomum naquele setor da fronteira. Segundo o relatório, os indígenas ligados a Calfucurá, Cañumil e outros grupos mantinham um comércio regular e ininterrupto de gado, peles, penas e tecidos, trocados por bens de consumo, o que gerava intensa circulação econômica na região. Ainda assim, o documento ressalta que a vigilância sobre os indígenas permanecia constante (Lobos, 2015, p. 365)¹⁸⁵.

Esses registros permitem compreender que na nova conjuntura inaugurada pela unificação estatal, a fronteira passa a ser simultaneamente espaço de integração econômica, negociação política e controle permanente. Calfucurá, longe de atuar de forma passiva, ajustou suas estratégias, buscando preservar a paz, assegurar o abastecimento de sua comunidade e manter sua autoridade, ao mesmo tempo em que se move sob um regime de crescente desconfiança e monitoramento por parte do Estado nacional.

Poucos dias depois, Calfucurá retoma o envio de avisos às autoridades de fronteira, movimento este que pode ser interpretado como parte de sua estratégia para consolidar sua

¹⁸⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁸⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

posição política, preservar alianças e reafirmar a vigência dos tratados com os *criollos*. Em 12 de novembro de 1862, o comandante de Bahía Blanca, José Llano, comunica ao ministro da Guerra e da Marinha, Gelly y Obes, que o cacique, por intermédio de um mensageiro, havia informado sobre a iminência de uma incursão indígena. Segundo o aviso, um grupo de *ranqueles*, acompanhado por alguns indivíduos que não reconheciam sua autoridade, preparava-se para invadir a fronteira de Mulitas ou Bragado. Llano ressalta que a informação foi prontamente repassada aos comandantes de Tandil e Azul, na tentativa de prevenir o ataque (Lobos, 2015, p. 365)¹⁸⁶.

No mesmo dia, contudo, a leitura oficial sobre o papel de Calfucurá mostrava-se longe de ser consensual. Em carta enviada de Villa Nueva, o general Paunero informa a Bartolomé Mitre ter recebido uma comunicação segundo a qual os indígenas responsáveis pela invasão de Bragado, em maio daquele ano, pertenceriam ao acampamento de Calfucurá. O documento acrescenta ainda que o cacique estaria advertindo Mariano para se manter em guarda, diante da aproximação de forças cristãs (Lobos, 2015, p. 365)¹⁸⁷.

O contraste entre essas duas correspondências demonstra no contexto pós unificação, na qual a relação entre o governo nacional e Calfucurá permanecia marcada por ambiguidades, desconfianças e leituras contraditórias. Ao mesmo tempo em que o cacique se apresentava como aliado preventivo, fornecendo informações estratégicas e buscando conter ataques, setores do governo continuavam a suspeitar de sua duplicidade e de sua capacidade de controlar integralmente os grupos sob sua influência. Essa ambivalência revela os limites da política de alianças na nova conjuntura estatal, na qual a fronteira se consolidava como espaço de vigilância permanente e de disputas narrativas sobre lealdade, autoridade e soberania.

Em janeiro de 1863, a relação entre o governo nacional e Calfucurá passa a ser lida oficialmente sob suspeita. Em carta datada de 19 de janeiro, Gelly y Obes escreveu de Buenos Aires ao coronel Rivas manifestando estranhamento diante da ausência dos homens de Calfucurá no recebimento das rações correspondentes ao primeiro trimestre do ano. Segundo o ministro, caso os indígenas não comparecessem nos dias seguintes, tal ausência deveria ser interpretada como um indício de ruptura, implicando a suspensão do fornecimento e a necessidade de redobrar a vigilância para evitar uma possível surpresa militar. Por essa

¹⁸⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁸⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

razão, determina o envio imediato de avisos às fronteiras Central e Sul, a fim de que os comandos locais adotassem medidas preventivas (Lobos, 2015, p. 366)¹⁸⁸.

O episódio demonstra como, na nova conjuntura da unificação estatal, práticas antes compreendidas no interior da diplomacia fronteiriça, como a circulação irregular de emissários ou o adiamento no recebimento de rações, passam a ser reinterpretadas como sinais de rebeldia ou ameaça. A ausência física, nesse contexto, converte-se em evidência política, acionando mecanismos de alerta e reforçando a lógica de controle e suspeição que marca a relação do Estado nacional com as lideranças indígenas após a vitória mitrista.

Em 19 de fevereiro de 1863, Calfucurá dirige-se novamente ao comandante de Bahía Blanca, José Llano, em uma carta cujo objetivo central é preservar e reforçar a aliança pessoal e política estabelecida entre ambos. Diferentemente das comunicações marcadas por alertas militares ou suspeitas, a carta se insere no registro da diplomacia fronteiriça, enfatizando práticas de hospitalidade, reciprocidade e distribuição de dádivas como fundamentos da lealdade.

Na carta, Calfucurá solicita que os emissários indígenas enviados sejam “recebidos com benevolência”, ressaltando que se trata da primeira apresentação desses homens, o que reforça a importância simbólica do acolhimento. Pede ainda a entrega de roupas, alimentos e outros bens tanto aos mensageiros quanto ao chefe Pichi Meligner, reiterando a centralidade das rações e presentes na manutenção das alianças. Ao mesmo tempo, reafirma sua relação de confiança com Llano, destacando-o como aquele que “primeiro o acolheu”, atributo que associa à bondade e à amizade política.

Nesse sentido, a carta não anuncia deslocamentos militares nem ameaças à fronteira. Ao contrário, revela a estratégia de Calfucurá de sustentar sua posição política no contexto da unificação estatal por meio da continuidade das práticas diplomáticas indígenas, baseadas na troca material e no reconhecimento pessoal. Em uma conjuntura marcada pela crescente vigilância do Estado nacional, a carta demonstra a tentativa do cacique de preservar espaços de negociação e estabilidade na fronteira, reafirmando vínculos pessoais como forma de legitimar sua autoridade e garantir a paz (Lobos, 2015, p. 367-368)¹⁸⁹.

Em 1º de março de 1863, o comandante José Llano escreve de Bahía Blanca ao ministro da Guerra e da Marinha, Gelly y Obes, com o objetivo de informar o governo central

¹⁸⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁸⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

sobre o andamento das negociações com Calfucurá, justificar a restrição no atendimento de suas demandas e solicitar diretrizes oficiais para a condução da política fronteiriça. A correspondência demonstra as tensões produzidas pela unificação estatal, na medida em que práticas tradicionais de negociação passam a ser submetidas ao crivo administrativo e orçamentário do Estado nacional.

Llano explica que Calfucurá procura se desvincular da responsabilidade pelos roubos atribuídos a grupos indígenas, afirma não ser “culpado pelos roubos cometidos por alguns índios rebeldes” e reitera que nem ele nem seus subchefes desejariam “perturbar a paz”. Essa declaração é interpretada pelo comandante como um esforço do cacique para reafirmar sua disposição pacífica e preservar os tratados vigentes. Ao mesmo tempo, Llano enfatiza que as solicitações materiais apresentadas por Calfucurá e sua comitiva seriam excessivas, pois “totalizariam uma soma exorbitante”, o que inviabilizaria seu atendimento nos termos pretendidos.

Diante da insatisfação indígena com a redução dos presentes e do aumento da frequência de emissários, Llano expressa preocupação com a eficácia da política adotada até então e solicita orientações claras do governo central. Ao afirmar que “a quantia atual é insuficiente até mesmo para satisfazê-los minimamente”, o comandante explicita o impasse entre a lógica relacional da diplomacia indígena, fundada na reciprocidade material, e a racionalização administrativa imposta pela nova configuração estatal. A carta, assim, demonstra como a centralização do poder nacional reconfigura as relações na fronteira, restringindo margens de negociação e produzindo novos focos de tensão com as lideranças indígenas (Lobos, 2015, p. 368)¹⁹⁰.

Somente em março de 1863 Calfucurá dirige uma carta diretamente ao presidente Bartolomé Mitre, datada de 8 de março, o que evidencia uma mudança significativa na escala de interlocução política na fronteira após a unificação estatal. O objetivo central da carta é reafirmar sua lealdade ao governo nacional e seu compromisso com a manutenção da paz, ao mesmo tempo em que reivindica reconhecimento, recursos materiais e a correção de abusos praticados por autoridades intermediárias.

Ao longo da carta, Calfucurá procura afastar qualquer suspeita de hostilidade, insistindo em sua condição de aliado confiável e na validade dos acordos firmados, ao afirmar que é “um homem de palavra” e que não seria “louco nem tolo” a ponto de desfazer o

¹⁹⁰ Olhar a carta original no Anexo 1.

pacto de paz existente. Nesse sentido, ele denuncia a leitura feita por comandantes de fronteira que interpretavam seus pedidos de mantimentos como sinais de preparação para a guerra, revelando o clima de desconfiança que marcava as relações no novo contexto político.

Paralelamente, o cacique apela à autoridade direta do presidente para denunciar práticas que considera abusivas e prejudiciais à aliança. Calfucurá acusa intermediários locais, como Galván, Rivas e Llano, de desviar ou reter bens destinados a ele, afirmando que tais ações não o prejudicam apenas pessoalmente, mas também comprometem o próprio governo: “estão me roubando, estão roubando você”. Ao fazê-lo, busca deslocar o eixo da negociação da esfera local para o centro do poder nacional, contornando a mediação militar da fronteira.

Por fim, Calfucurá formula pedidos explícitos de recursos e gado, como “quinhentas vacas e quinhentas éguas”, apresentados não como ameaça ou exigência bélica, mas como parte do funcionamento político da aliança e da manutenção de sua autoridade interna. Ao solicitar ainda a mediação presidencial para apaziguar conflitos entre caciques aliados, o líder indígena reafirma sua posição como mediador e garantidor da ordem regional. A carta, assim, sintetiza as ambiguidades da nova conjuntura da fronteira: ao mesmo tempo em que reafirma a fidelidade ao Estado nacional recém-unificado, evidencia os limites e tensões da centralização política sobre as práticas tradicionais de negociação com as lideranças indígenas. (Lobos, 2015, p. 368-370)¹⁹¹.

O compilador Lobos identifica ainda uma carta que parece dar continuidade à correspondência enviada por Calfucurá a Mitre, aprofundando as tensões e estratégias políticas mobilizadas pelo cacique no novo cenário de unificação estatal. Nela, Calfucurá volta a reafirmar sua lealdade pessoal e política ao presidente, procurando afastar qualquer associação sua com conflitos armados ou conspirações em curso. Ao declarar que “me contam muitas mentiras, mas não acredito em nenhuma delas”, o cacique se posiciona como um aliado prudente e confiável, colocando simbolicamente sua força à disposição do governo, dizendo “conte com seu amigo em todos os momentos”.

No entanto, o eixo central da carta desloca-se para a denúncia de falhas concretas na mediação administrativa da fronteira. Calfucurá afirma não ter recebido bens e presentes que lhe haviam sido prometidos ou enviados, sublinhando perdas, desvios e roubos no circuito de provisões: “de todos esses itens que lhe conto, não recebi nada”. Diante disso, solicita maior

¹⁹¹ Olhar a carta original no Anexo 2.

controle e transparência nos envios, pedindo que os bens sejam discriminados por escrito e que Mitre intervenha diretamente para esclarecer responsabilidades e punir os envolvidos. Ao afirmar “você decide o que devo fazer”, o cacique reforça sua expectativa de que a autoridade presidencial se imponha sobre os intermediários locais.

Por fim, embora afirme reiteradamente que não costuma solicitar dinheiro, Calfucurá pede o envio de recursos financeiros, dizendo “por favor, envie-me dois mil pesos” como condição para sustentar suas redes políticas, manter a confiança de mensageiros e aliados e garantir a estabilidade da fronteira. A carta demonstra assim, como a correspondência funciona como instrumento de negociação política em um contexto de centralização do poder, pois ao mesmo tempo em que reafirma fidelidade ao Estado nacional recém-unificado, Calfucurá expõe os limites da administração estatal na fronteira e busca redefinir os termos da aliança por meio de uma interlocução direta com o presidente.(Lobos, 2015, p. 372-374)¹⁹².

Em 2 de abril de 1863, Calfucurá escreve ao cacique Acalao, em uma carta cuja versão integral não foi localizada no *Servicio Histórico del Ejército*, mas da qual Lobos apresenta um resumo. Nela, o cacique articula sua posição política no novo cenário inaugurado pela unificação estatal, reafirmando sua condição de aliado legítimo do governo nacional e, simultaneamente, refletindo sobre os limites de sua autoridade diante da violência que atravessa a fronteira.

Ao mencionar a presença de seu filho Reumay e ao comentar os rumores de que Juan Catriel teria sido subornado, Calfucurá demonstra estar plenamente inserido na circulação de informações e intrigas políticas da região. Ainda assim, minimiza esses boatos e reafirma sua fidelidade aos compromissos assumidos, declarando-se “com todas as minhas forças, cumprindo minha palavra e a palavra que dei ao Presidente Mitre”, sublinhando que não romperá os acordos firmados com o governo central. A referência explícita a Mitre indica o deslocamento da lealdade indígena para a autoridade presidencial, característica da nova conjuntura política pós Pavón.

Ao mesmo tempo, Calfucurá reconhece os limites de seu poder de controle interno, ao afirmar que “há muitos que querem roubar, e não posso controlá-los”, o que funciona como estratégia discursiva para se desvincular de ações violentas atribuídas genericamente aos “índios”, sem abdicar de sua posição de liderança. A carta também reafirma redes de amizade

¹⁹² Olhar a carta original no Anexo 2.

e reconhecimento mútuo entre caciques, como Coliqueo e Ancalado , indicando que, apesar da centralização estatal, as alianças indígenas continuam a estruturar a política da fronteira.

Por fim, a afirmação de que “todos nós estamos vestidos de carne humana” introduz uma dimensão ética e simbólica à correspondência, evocando a experiência compartilhada da vulnerabilidade, da violência e da desumanização. Nesse sentido, a carta não apenas reafirma a lealdade política de Calfucurá ao Estado argentino, mas também denuncia, de forma implícita, a violência material e simbólica sofrida por seu povo, reivindicando reconhecimento político, moral e humano em um contexto de crescente disciplinamento estatal da fronteira (Lobos, 2015, p. 376)¹⁹³.

Em abril de 1863, Calfucurá escreve a Rivas com o propósito de afastar suspeitas de envolvimento em invasões e reafirmar sua posição como aliado confiável do governo nacional. Na carta, nega explicitamente qualquer cumplicidade com ações de outros capitães e caciques, argumentando que esses grupos “vivem muito longe” e escapam ao seu controle direto. Ao mesmo tempo, destaca sua “boa fé” e conduta preventiva, enfatizando que costuma avisar as autoridades quando tem conhecimento de possíveis saídas para roubo, atuando, assim, em favor da estabilidade da fronteira.

A correspondência também cumpre uma função material e diplomática, pois o cacique solicita *raciones*, armas e vestimentas, buscando garantir a subsistência de seu grupo e sustentar as redes de reciprocidade que fundamentam sua autoridade política (Lobos, 2015, p.376-378)¹⁹⁴. Desse modo, a carta demonstra como, no contexto pós-unificação, Calfucurá utiliza a escrita para negociar lealdade, delimitar responsabilidades e intervir nas relações de poder da fronteira sul, articulando cooperação política e demandas materiais.

Em 16 de maio de 1863, Rivas informa a Mitre a chegada, à cidade de Azul, de delegações ligadas a Quentrel e a Calfucurá. Diferentemente do que se previa, a visita não teve como objetivo deliberar sobre o assentamento em Sauce Corto, mas assumir um caráter diplomático de cortesia e agradecimento, ficando qualquer decisão postergada para depois do retorno dos comissários. A presença de Namuncurá, filho principal de Calfucurá, acompanhado por numerosa comitiva, é destacada como politicamente significativa e merecedora de acolhida cuidadosa.

¹⁹³ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁹⁴ Olhar a carta original no Anexo 2.

Rivas interpreta o movimento como parte das disputas internas à política indígena na fronteira. Segundo ele, Calfucurá buscava acompanhar e controlar as negociações conduzidas pelos emissários de Quentrel, sobretudo após demonstrar contrariedade diante da possibilidade de ser deslocado para El Sauce. Nesse contexto, recomenda a Mitre que pressione os comissários de Quentrel, inclusive por meio da oferta de *raciones* adicionais, a fim de esclarecer posições e conduzir o processo (Lobos, 2015, 379)¹⁹⁵. O episódio demonstra como a fronteira permanecia marcada por negociações instáveis, nas quais o Estado buscava arbitrar alianças indígenas por meio de recursos materiais, enquanto líderes como Calfucurá atuavam ativamente para preservar sua centralidade política e territorial.

Em 5 de junho de 1863, o periódico *La Tribuna* publicou um artigo intitulado “Bahía Blanca”, datado de 19 de maio, no qual retomava e reinterpreta informações atribuídas a cartas de Calfucurá. Segundo o jornal, o cacique admitiria não exercer controle pleno sobre todos os seus grupos, declarando-se em paz com o governo, mas incapaz de impedir que certos indígenas realizassem roubos sem sua autorização. O texto enfatiza que Calfucurá teria alertado repetidamente as autoridades sobre saídas para o roubo e, ao mesmo tempo, criticado a suposta negligência dos “cristãos” em perseguir e punir esses grupos.

A nota também descreve a situação da fronteira sul como relativamente estável após a tentativa frustrada de invasão de Tres Arroyos, destacando a presença de indígenas envolvidos em atividades comerciais, como a troca de gado e penas, e a circulação controlada de grupos ligados a Cañumil nas imediações de Bahía Blanca. Ao mencionar que esses grupos solicitaram autorização para se deslocar e tiveram sua movimentação regulada pelo comandante local, o jornal sugere uma fronteira sob vigilância e gerenciamento estatal (Lobos, 2015, p. 379-380)¹⁹⁶.

Contudo, mais do que informar, o artigo cumpre uma função política, ao selecionar trechos e atribuir sentidos específicos às palavras de Calfucurá, *La Tribuna* contribui para construir uma imagem ambígua do cacique, simultaneamente apresentado como aliado colaborativo e como líder incapaz de controlar a violência indígena. Nesse sentido, a imprensa atua como mediadora na produção de uma narrativa pública sobre a fronteira, reforçando a legitimidade da vigilância estatal e da intervenção preventiva, ao mesmo tempo em que enquadra a política indígena como um problema de segurança a ser administrado no contexto da consolidação do Estado nacional.

¹⁹⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

¹⁹⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

Em junho de 1863, em meio a reiteradas acusações que o vinculavam aos ataques originados em Salinas Grandes, Calfucurá voltou a escrever a Rivas com o objetivo central de afastar suspeitas e reafirmar sua posição de aliado do governo. Nas duas cartas enviadas, o cacique insiste em sua fidelidade aos acordos de paz e nega responsabilidade direta pelos *malones*, atribuindo-os a grupos distantes e, portanto, fora de seu controle. Além disso, autoriza medidas repressivas severas contra esses indígenas, reforçando sua disposição de colaborar com a ordem estatal.

As cartas também cumprem uma função informativa e preventiva. Calfucurá alerta sobre possíveis movimentos *ranqueles* em direção à fronteira norte, buscando antecipar ações e evitar que futuras invasões lhe sejam imputadas. Paralelamente, procura preservar suas alianças políticas, enfatizando relações amistosas com autoridades *criollas* e outros caciques, e reafirmando a ausência de intenções hostis.

Por fim, os pedidos de provisões e recursos, justificados pela circulação de comitivas e pela realização de reuniões, revelam o caráter indissociável entre diplomacia, informação e redistribuição material na política de fronteira. Em conjunto, as cartas operam como instrumentos de autoproteção política e de gestão das relações com o Estado, evidenciando a estratégia de Calfucurá de negociar sua legitimidade e sua autoridade no novo contexto de consolidação estatal pós-unificação (Lobos, 2015, p.380-386)¹⁹⁷.

Em 1º de julho de 1863, Calfucurá escreve a José Llano para alertá-lo sobre a iminente mobilização dos *ranqueles* contra o governo de Mitre. Na carta, o cacique procura conferir credibilidade à informação ao detalhar a presença de oficiais e tropas que teriam se deslocado até os *ranqueles*, insistindo que seu aviso deve ser levado a sério. Ao mesmo tempo, reafirma sua posição política, declarando-se alinhado ao governo e disposto a proteger seus aliados, ao afirmar que Llano pode contar com “sua proteção e a de todo o seu povo” (Lobos, 2015, p. 386-387)¹⁹⁸.

O conteúdo da carta reforça uma estratégia recorrente de Calfucurá, tanto no contexto anterior de rearticulação do poder político após queda de Rosas em 1852, analisado no Capítulo 2, como na atual conjuntura de unificação estatal. Ao passo que se apresenta como informante confiável e garante a ordem na fronteira, o cacique desloca a responsabilidade pela ameaça armada para outros grupos indígenas, especialmente os *ranqueles*. Assim, a correspondência contribui para preservar sua imagem de aliado leal e para negociar sua

¹⁹⁷ Olhar a carta original no Anexo 2.

¹⁹⁸ Olhar a carta original no Anexo 2.

legitimidade política diante das autoridades, em um cenário marcado pela persistência de desconfianças, alianças instáveis e soberanias fragmentadas na fronteira.

Em 26 de outubro de 1863, o jornal *La Tribuna* publica uma correspondência enviada de Bahía Blanca que descreve um cenário de relativa normalidade na fronteira. Segundo o relato, os indígenas mantêm uma convivência pacífica, deslocando-se cotidianamente de seus acampamentos para realizar trocas comerciais. O texto ecoa as garantias fornecidas por Calfucurá em sua correspondência, apresentando-o como responsável pela tranquilidade no distrito de Bahía Blanca

A notícia também associa essa suposta estabilidade à expansão de projetos de ocupação econômica, especialmente a introdução da criação de ovinos, sugerindo que tais iniciativas poderiam ser facilmente protegidas de eventuais incursões indígenas (Lobos, 2015, p. 387)¹⁹⁹. Ao fazê-lo, a imprensa contribui para construir uma imagem de fronteira controlável e segura, na qual a pacificação indígena, atribuída, em parte, à atuação de Calfucurá, aparece como condição para o avanço da colonização e da exploração produtiva, alinhando o discurso jornalístico aos interesses do Estado e das elites locais no contexto pós-unificação.

Em 10 de novembro de 1863, o coronel Cornell escreveu ao Ministro da Guerra, Gelly y Obes, com o objetivo de orientar a política governamental diante da dissidência de Cañumil e Huayquil²⁰⁰, sem romper o tratado vigente com Calfucurá. A carta reafirma que o cacique principal “não deixou de cumprir seus compromissos de manter a paz” e que o governo nacional não pretende revisar o acordo estabelecido, preservando sua validade formal. Cornell propõe o reconhecimento separado de Cañumil e Huayquil, apresentados como chefes que teriam se desligado “efetivamente” da autoridade de Calfucurá e que desejariam tornar-se “súditos do Governo Nacional”. A concessão de salários, *raciones* e presentes a esses líderes é justificada como uma medida política estratégica e provisória, destinada a garantir a tranquilidade imediata da fronteira (Lobos, 2015, p. 388)²⁰¹. Nessa lógica, a fragmentação das chefias indígenas é explicitamente defendida como vantajosa ao Estado, uma vez que os custos envolvidos seriam “insignificantes” frente aos ganhos obtidos com a manutenção da paz enquanto se avança na ocupação e no controle territorial.

¹⁹⁹ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁰⁰ Lideranças indígenas aliadas a Calfucurá.

²⁰¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

A correspondência revela, assim, uma política deliberada de gestão da fronteira baseada na divisão das lideranças indígenas, combinando a preservação formal de tratados com a produção de lealdades alternativas. Como observa Alessandra Seixlack, à medida que o Estado se aproximava da fronteira, “muitos caciques uma vez ligados a Calfucurá passaram a privilegiar o vínculo com o governo nacional ante a oportunidade de confederar sob sua liderança” (Seixlack, 2018, p. 99-100). Nesse sentido, a unificação estatal não implicou a superação das negociações com os povos indígenas, mas sua reconfiguração por meio de uma soberania fragmentada, funcional à consolidação do poder nacional.

As desconfianças das autoridades de Buenos Aires em relação a Calfucurá persistiram, alimentadas sobretudo por informes que circulavam entre os comandantes de fronteira e que reiteravam a possibilidade de novos *malones* atribuídos à seu âmbito político. Em 26 de dezembro de 1863, José Llano escreve ao Ministro da Guerra, Gelly y Obes, relatando ter recebido a informação de que, em uma reunião realizada por chefes ligados a Calfucurá, teria sido acordada uma invasão à região de Tres Arroyos com cerca de quinhentos guerreiros.

O ponto central do relato, contudo, é a ênfase na dissociação entre Calfucurá e os supostos responsáveis pela ação. Segundo Llano, a força seria liderada por dois filhos do cacique que “não obedecem às suas ordens”. A comunicação, encaminhada também a outros oficiais da fronteira, revela como a instabilidade política do período pós unificação se expressava em uma vigilância permanente e em uma leitura fragmentada da autoridade indígena, na qual a figura de Calfucurá permanecia simultaneamente como interlocutor legítimo e foco constante de suspeita (Lobos, 2015, p. 389)²⁰². Nesse contexto, a fronteira era governada menos por certezas do que por rumores, avisos preventivos e pela tentativa estatal de distinguir, nem sempre de forma consistente, aliados, dissidentes e inimigos.

Em 16 de janeiro de 1864, um correspondente do periódico *La Tribuna*, escrevendo de Bahía Blanca, notícia um *malón* ocorrido em Sauce Grande, interpretado como resultado colateral do fracasso de uma incursão maior previamente anunciada contra Tres Arroyos, e não como parte de uma ofensiva generalizada. Segundo o relato, apesar de dias de negociações pacíficas, em 13 de janeiro um grupo de indígenas pampas invadiu a fazenda de Galván, apropriando-se de cerca de duas mil vacas e oitocentas éguas. A ação, inicialmente

²⁰² Olhar a carta original no Anexo 1.

conduzida por um pequeno grupo, teria se ampliado com a adesão de outros contingentes, somando aproximadamente duzentos homens, sem provocar mortes ou capturas, limitando-se a um ferimento leve em um capataz.

A notícia vincula diretamente o episódio aos alertas prévios feitos por Llano sobre a mobilização de “500 a 600 índios de Calfucurá”, sugerindo que frustrada a invasão maior, o ataque a Sauce Grande teria servido para evitar o retorno “de mãos vazias” aos acampamentos. Ao mesmo tempo, o jornal enfatiza a reação do comandante de fronteira, que, interpretando o episódio como expressão de má fé, afirma ter enviado uma nota dura a Calfucurá, ameaçando confiscar gado indígena presente em Bahía Blanca até a devolução dos bens roubados.

O relato demonstra como a imprensa contribui para construir uma leitura moralizada da fronteira, na qual a continuidade das práticas de negociação e distribuição de *raciones* convive com acusações reiteradas de traição e ingratidão. Ao responsabilizar genericamente os “índios de Calfucurá”, mesmo diante de evidências de ações parciais e fragmentadas, a narrativa jornalística reforça a instabilidade dos pactos de paz e legítimas medidas coercitivas excepcionais, revelando a soberania estatal como incompleta, negociada e constantemente rearticulada no espaço fronteiriço (Lobos, 2015, p. 389-390)²⁰³.

Em 15 de fevereiro de 1864, Calfucurá escreve a Llano a respeito do episódio de Sauce Grande, correspondência posteriormente publicada no *La Tribuna* em março do mesmo ano. Na carta, o cacique busca reafirmar sua fidelidade aos tratados firmados com o governo e afastar a responsabilidade direta pelos roubos recentes, insistindo que, como “chefe principal”, não rompe os acordos estabelecidos. Ao mesmo tempo, reconhece os limites de seu controle sobre grupos distantes de Salinas Grandes que agiriam sem seu conhecimento.

Para reforçar sua posição de aliado confiável, Calfucurá afirma ter adotado medidas concretas de contenção e correção, reunindo os envolvidos, exigindo a devolução do gado roubado e tentando centralizar a circulação de emissários e negociações, determinando que ninguém tratasse de assuntos com os cristãos sem sua autorização. Solicita ainda a cooperação das autoridades fronteiriças, tanto para a libertação de detidos que considera injustamente presos quanto para a articulação com outros caciques aliados, visando a recuperação dos bens subtraídos. Os pedidos de gêneros e utensílios reaparecem como parte regular da lógica de reciprocidade que sustentava a aliança (Lobos, 2015, p. 390-391).

²⁰³ Olhar a carta original no Anexo 1.

A correspondência revela assim, o esforço de Calfucurá em se afirmar como mediador legítimo entre o Estado e os grupos indígenas da região, apresentando-se como garantidor da ordem e da paz. Ao mesmo tempo, demonstra como os tratados firmados com o governo nacional restringiam a autonomia dos caciques subordinados a Salinas Grandes, enfraquecendo sua capacidade de promover *malones* e deslocando o eixo da autoridade indígena para uma liderança cada vez mais condicionada pelas exigências e expectativas do poder estatal.

No dia 6 de julho de 1864, Calfucurá voltou a escrever diretamente a Mitre para reafirmar sua lealdade aos tratados e negar qualquer cumplicidade nos roubos ocorridos na fronteira. O cacique insiste que tais ações são praticadas por chefes que escapam ao seu comando, destacando os limites de sua autoridade sobre grupos dispersos, ao mesmo tempo em que se apresenta como “homem de palavra” e defensor da paz, enfatizando que jamais agiu militarmente contra os cristãos.

A carta cumpre uma função de autodefesa política e preservação de alianças, buscando afastar suspeitas e evitar que lhe sejam atribuídas responsabilidades por conflitos alheios. Paralelamente, Calfucurá reforça os canais diplomáticos ao legitimar o envio de emissários, entre eles, seu filho Manuel Namuncurá, e ao reiterar pedidos materiais, acompanhados da exigência de transparência nos envios, como parte da lógica de reciprocidade que sustentava sua relação com o Estado (Lobos, 2015, p.394-396²⁰⁴). Em síntese, Calfucurá reafirma-se como mediador pacífico e aliado formal do governo, mas também demonstra a sua fragilidade e a negociação constante de sua autoridade indígena no contexto da política fronteiriça.

Nesse sentido, a documentação analisada ao longo desse subitem demonstra que as relações entre Calfucurá, os comandantes de fronteira e o governo central foram progressivamente enquadradas dentro de uma lógica institucional, marcada por tratados, correspondência oficial, mediações e mecanismos administrativos de controle. As reiteradas cartas do cacique, nas quais afirma sua lealdade, negocia recursos e procura afastar suspeitas de convivência com os *malones*, revelam não apenas estratégias indígenas de adaptação e negociação, mas também o esforço estatal de subordinar essas relações a um ordenamento político centralizado.

²⁰⁴ Olhar a carta original no Anexo 2.

Tal dinâmica se insere no contexto mais amplo da presidência de Bartolomé Mitre, responsável não apenas por cristalizar novas bases de relacionamento entre os grupos indígenas e as autoridades *criollas*, mas também por impulsionar o processo de institucionalização e unificação política do Estado argentino. Como aponta Alberto Lettieri, trata-se do momento de consolidação da chamada “República das Instituições”, na qual se iniciou a construção de um regime republicano de pretensão nacional, orientado a inserir a Argentina nos padrões capitalistas e civilizatórios da Europa Ocidental (Seixlack, 2018, p. 101).

Assim, as negociações com Calfucurá, longe de constituírem exceções, integraram um projeto estatal mais amplo de ordenamento da fronteira, no qual a paz, a execução dos tratados e a fragmentação das lideranças indígenas funcionaram como instrumentos para a consolidação do poder central e da autoridade do Estado nacional em formação.

3.2 Cartas, periódicos e guerra: a fronteira durante a Guerra do Paraguai.

No contexto da Guerra do Paraguai (1864–1870)²⁰⁵, os periódicos passaram a acompanhar com maior atenção os acontecimentos envolvendo as populações indígenas, especialmente em razão do impacto potencial dessas movimentações sobre a segurança das fronteiras. Em 11 de janeiro de 1865, o jornal *La Nación Argentina* publicou a nota intitulada “Índios”, na qual noticiava a apresentação de Sánchez (Marigucó), indígena ligado ao acampamento de Calfucurá, ao comando de Bahía Blanca.

Segundo o periódico, Sánchez relatou que cerca de 300 indígenas, comandados por diferentes capitães, retornavam de forma dispersa e ameaçadora após uma derrota sofrida no Rio Cuarto, onde teriam perdido homens e cavalos em confronto com forças cristãs. A notícia reforça que tal informação corroborava os relatórios oficiais dos comandantes Domínguez e Baigorria, conferindo-lhe caráter de veracidade institucional. Além disso, o jornal destaca que Sánchez se encontrava em fuga, temendo represálias internas, vinculadas a rivalidades políticas no interior do grupo pampa, envolvendo um parente próximo de Calfucurá (Lobos, 2015, p. 401–402)²⁰⁶.

²⁰⁵ A Guerra do Paraguai se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, opondo a Tríplice Aliança, formado por Argentina, Brasil e Uruguai, contra o Paraguai, que tinha a pretensão expansionista sobre a Bacia do Prata encabeçada por Solano López (Doratioto, 2002).

²⁰⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

Em 21 de fevereiro de 1865, Calfucurá escreveu ao comandante geral da fronteira sul, Benito Machado, com o objetivo de reafirmar sua lealdade ao governo e afastar qualquer responsabilidade pelos roubos ocorridos na fronteira. O cacique insiste que não controla todos os grupos indígenas, os quais vivem dispersos e distantes, e atribui os ataques a indivíduos não autorizados, negando qualquer cumplicidade. Reitera seu compromisso com a paz e com o cumprimento da palavra dada, afirmando não desejar guerra.

A carta também desempenha uma função diplomática prática, pois Calfucurá envia emissários como prova de boa fé, solicita garantias de segurança, apoio material e livre circulação, além de manifestar interesse em manter e ampliar o comércio com as autoridades fronteiriças (Lobos, 2015, p. 403–404)²⁰⁷. A carta reforça assim, a estratégia de autoproteção política e negociação do cacique, que busca preservar sua posição como aliado confiável em um contexto de crescente vigilância e tensão durante a Guerra do Paraguai.

Entre abril e dezembro de 1865, a imprensa borbulha de publicações sobre os povos indígenas. O periódico *La Tribuna*, no dia 10 de maio, registra uma situação ambígua na fronteira sul. Em correspondência enviada de Bahía Blanca, relata-se que os índios pampas mantinham relações amistosas e comércio regular, embora persistissem roubos frequentes de gado e cavalos, classificados como ações pontuais e não como invasões organizadas. Segundo o jornal, após reclamações às lideranças, especialmente a Calfucurá, parte dos animais era ocasionalmente devolvida, o que reforçava a imagem do cacique como mediador interessado em preservar a paz.

O texto destaca ainda que Calfucurá buscava negociar um novo acordo com as autoridades, enviando uma comissão ao comando da fronteira, ao mesmo tempo em que expressava disposição para manter relações amistosas. A avaliação do periódico é cautelosa, embora não houvesse plena confiança, não se esperavam invasões imediatas. Por fim, a notícia associa a política estatal de fornecimento de *raciones* às tribos de Calfucurá à contenção dos conflitos, sugerindo que tal medida reduziria os incentivos a ataques de maior escala na fronteira (Lobos, 2015, p. 406)²⁰⁸.

Em abril e maio de 1865, a imprensa apresentou versões divergentes sobre a situação na fronteira. No dia 8 de abril, o periódico *El Pueblo* publicou o artigo “Revolta e Invasão Indígena”, no qual afirmava circular a notícia de uma rebelião liderada por Calfucurá,

²⁰⁷ Olhar a carta original no Anexo 2.

²⁰⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

supostamente articulada com os *ranqueles*, que avançaria sobre a fronteira central (Lobos, 2015, p.406-407)²⁰⁹. Já em 2 de maio, *La Nación* noticiou um ataque pontual realizado por índios de Salinas, prontamente reprimido pelas forças de fronteira, com recuperação do gado roubado e a captura de prisioneiros (Lobos, 2015, p. 407)²¹⁰.

Essas notas demonstram a oscilação do discurso jornalístico entre alarmismo, ao anunciar uma grande rebelião indígena, e a narrativa de controle estatal, que apresentava os ataques como episódios localizados e rapidamente neutralizados pelas autoridades.

Como argumenta Passetti, os principais caciques do sul mantinham-se permanentemente informados sobre os acontecimentos políticos e militares entre os *criollos*, incluindo os desdobramentos da Guerra do Paraguai. A mobilização de grande parte das forças estatais para o norte e o consequente enfraquecimento do aparato repressivo na fronteira sul abriram uma janela de oportunidade que foi rapidamente percebida e explorada pelas lideranças indígenas, que iniciaram movimentos ofensivos e de pressão sobre a fronteira (Passetti, 2012, p. 157).

Nesse sentido, as incursões e tensões registradas pela imprensa não devem ser interpretadas como ações desordenadas ou alheias ao contexto político mais amplo, mas como estratégias deliberadas de negociação e manobra. Longe de serem agentes passivos, os indígenas demonstraram capacidade de leitura do cenário e de adaptação às circunstâncias.

Entre outubro e dezembro de 1865, o periódico *La Tribuna* intensificou o tom de alerta em relação à fronteira sul, refletindo tanto o aumento das ações indígenas quanto a crescente percepção de vulnerabilidade por parte das autoridades e da opinião pública. Em outubro, noticiou-se a circulação de grupos indígenas envolvidos em roubos de gado, bem como a partida de um malón numeroso atribuído a índios ligados a Calfucurá, fato que, segundo o jornal, já havia sido previamente comunicado às autoridades militares. No mesmo período, artigos críticos passaram a responsabilizar diretamente os comandantes de fronteira, especialmente Llano, pela insegurança regional, acusando-os de inércia diante de avisos antecipados do próprio cacique. Em dezembro, o tom tornou-se abertamente alarmista, e correspondentes afirmavam que Calfucurá teria abandonado seu acampamento à frente de uma grande divisão indígena, interpretando o movimento como sinal de rebelião iminente e

²⁰⁹ Olhar a carta original no Anexo 1.

²¹⁰ Olhar a carta original no Anexo 1.

de uma invasão de grandes proporções, capaz de reativar o clima de terror na zona rural da província (Lobos, 2015, p.409)²¹¹.

Em janeiro de 1866, a correspondência do coronel Benito Machado a Calfucurá demonstra o endurecimento do controle estatal sobre a fronteira, ainda que sob o discurso da conciliação. Machado exige o envio de uma pequena comissão indígena para ratificar os tratados de paz, reafirma a amizade pessoal com o cacique, mas deixa claro que a obediência ao governo é obrigatória. Solicita também a libertação de cativos, em especial de uma mulher mantida entre os índios, vinculando a continuidade da paz ao cumprimento dessas exigências (Lobos, 2015, p. 409)²¹².

Em nova carta, do dia 24 de janeiro, o comandante justifica medidas repressivas adotadas para conter conflitos, propõe a revisão dos tratados e orienta o envio de representantes a Buenos Aires para obter perdão pelos roubos atribuídos aos grupos indígenas. Ao mesmo tempo, adverte que qualquer nova invasão colocaria todo o povo de Calfucurá em risco, revelando um tom de cooperação condicionada, no qual a manutenção da paz aparece subordinada à submissão às autoridades e à disciplina imposta pelo Estado (Lobos, 2015, p. 409–410)²¹³.

Em 24 de fevereiro de 1866, Calfucurá responde às cartas de Benito Machado reafirmando sua lealdade pessoal e a disposição de preservar a paz na fronteira, ao mesmo tempo em que reivindica tratamento justo para seus parentes e seguidores. O cacique protesta contra a prisão de seu cunhado e de seus filhos, bem como contra o confisco de seus bens, argumentando que foram punidos “sem culpa alguma”, e solicita sua libertação como condição para a continuidade das boas relações.

Como demonstração concreta de boa fé, informa o envio de cativos às autoridades e associa esse gesto a pedidos de piedade e compensação material para seu povo, solicitando vestimentas e outros bens de uso cotidiano. A carta também projeta a negociação para o plano central do Estado, ao requerer que seus mensageiros sejam encaminhados e recomendados a Buenos Aires para tratar diretamente com o Presidente da República sobre a manutenção do tratado de paz (Lobos, 2015, p. 412-413)²¹⁴. Assim, a correspondência articula reciprocidade, diplomacia e negociação material, reforçando o uso da carta como instrumento político

²¹¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

²¹² Olhar a carta original no Anexo 3.

²¹³ Olhar a carta original no Anexo 3.

²¹⁴ Olhar a carta original no Anexo 2.

fundamental na gestão das tensões geradas pela guerra e pelo recrudescimento da vigilância estatal na fronteira.

No dia 22 de fevereiro de 1866, Benito Machado escreveu a Calfucurá com o objetivo de reafirmar sua autoridade direta sobre as negociações na fronteira e de excluir intermediários que pudessem fragilizar os acordos em vigor. O comandante rejeita explicitamente a mediação de Barros²¹⁵, determinando que todas as comunicações relativas a cativos e assuntos indígenas sejam tratadas exclusivamente com ele, criticando o envio de prisioneiros e de uma comissão por canais considerados inadequados.

Ao mesmo tempo, Machado busca preservar o equilíbrio político da relação, reconhecendo Calfucurá como o chefe “que tem mais lanças” e declarando interesse em manter boas relações tanto com o cacique quanto com o governo central. A exigência de acesso às cartas enviadas por Barros, para verificar sua lealdade e eventuais vínculos com Quentrel, demonstra a preocupação em controlar a circulação de informações e evitar interferências que pudessem minar a autoridade estatal e comprometer a estabilidade da fronteira (Lobos, 2015, p. 413-414)²¹⁶. Assim, a correspondência pode ser lida como o esforço do comando militar em centralizar a diplomacia, disciplinar os canais de negociação e reafirmar hierarquias no contexto das tensões ampliadas pela Guerra do Paraguai.

Entre fevereiro e março de 1866, o periódico *La Tribuna* volta a concentrar sua atenção sobre a fronteira sul, publicando notas em 27 de fevereiro, e 20 e 29 de março que registram três dinâmicas simultâneas. De um lado, noticia-se a repressão militar, com a derrota de grupos indígenas em Sauce Corto, marcada pela morte de vários combatentes e pela apreensão de suprimentos. Em paralelo, o jornal difunde o alerta de uma nova ameaça, ao informar que um prisioneiro enviado por Calfucurá teria comunicado a partida de um grande contingente indígena em direção ao norte, possivelmente ao Rio Cuarto. Por fim, aparecem gestos de acomodação política, em que Cañumil ratifica os tratados de paz e um filho de Calfucurá entrega prisioneiros ao coronel Machado, sinalizando esforços de negociação e contenção do conflito (Lobos, 2015, p. 414)²¹⁷. Em conjunto, essas notícias

²¹⁵Álvaro Barros foi o coronel que a partir de fevereiro de 1866 passou a ocupar o cargo de Machado, como Comandante Geral da Fronteira Sul. Machado foi encaminhado para um cargo de menor importância, recém criado, a Comandância Chefe da Fronteira Costa Sul. No entanto, ele foi relutante a entregar os indígenas ao novo ocupante do seu cargo, o coronel Álvaro Barros, “afirmando ser o mais experiente para negociar com Calfucurá” (Passetti, 2012, p.160).

²¹⁶ Olhar a carta original no Anexo 3.

²¹⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

constroem a imagem de uma fronteira marcada pela coexistência de repressão armada, temor de novas incursões e tentativas diplomáticas de estabilização, evidenciando a instabilidade estrutural do período e a sobreposição entre guerra, negociação e vigilância.

No dia 22 de abril de 1866, Calfucurá responde a Machado insistindo que cumpre os acordos e não age por vingança, apesar das prisões e tensões recentes. Como prova de confiança, destaca o envio reiterado do próprio filho como mensageiro, gesto este que reforça a dimensão pessoal e política da aliança. O cacique volta a negar responsabilidade por invasões, alegando os limites de seu controle sobre grupos dispersos, mas se compromete a avisar previamente qualquer movimento hostil. Além disso, solicita recursos materiais, como éguas, vestimentas e *rationes*, entendidos como parte indispensável da manutenção da amizade e da estabilidade na fronteira, e alerta que a negligência nesses intercâmbios pode converter aliados em inimigos. A carta, assim, combina autodefesa política, aviso estratégico e negociação material como fundamentos de uma paz durável (Lobos, 2015, p. 415–416)²¹⁸.

Em nova carta a Machado, Calfucurá afirma ter cumprido as ordens do governo ao enviar os cativos solicitados, reforçando sua disposição cooperativa, apresentando-se como defensor da vigilância e da ordem na fronteira. Por fim, propõe a formalização de um vínculo de compadrio e oferece presentes simbólicos, reforçando a dimensão pessoal, ritual e política da aliança como garantia de boa fé e estabilidade (Lobos, 2015, p. 417–418)²¹⁹.

Em 7 de setembro de 1866, *La Tribuna* publica, sob o título “Ministério das Relações Exteriores do Índio”, duas cartas. A primeira é de Calfucurá ao governador de Buenos Aires, Adolfo Alsina. O jornal justifica a publicação como forma de tranquilizar os fazendeiros da fronteira, afirmando que, embora o tom da carta seja “suplicante”, seu conteúdo é pacífico e indica propostas de paz por parte dos cerca de 3.500 indígenas concentrados em Salinas, afastando, ao menos momentaneamente, o temor de invasões.

Na primeira carta, Calfucurá constrói uma imagem de lealdade à Pátria e de compromisso com a paz, negando intenções ofensivas e atribuindo boatos de conflito a capitães dissidentes que não estariam sob sua autoridade. Reivindica reconhecimento por seus serviços militares realizados como fonte de honra e legitimidade política, e apresenta o envio do irmão Renquecura como um gesto diplomático destinado a ratificar os acordos e preservar

²¹⁸ Olhar a carta original no Anexo 2.

²¹⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

a estabilidade na fronteira. Ao mesmo tempo, Calfucurá condiciona a manutenção da paz ao fornecimento regular de *raciones*, presentes, animais, dinheiro e salários para si, familiares e capitães aliados, além de solicitar intervenção do governo provincial em disputas políticas locais, como a substituição de autoridades consideradas hostis. Assim, a carta articula discurso pacificador, reivindicação de autoridade e negociação material, evidenciando que a paz é apresentada como resultado de uma relação contínua de reconhecimento, reciprocidade e compensações (Lobos, 2015, p. 421–426)²²⁰.

A segunda carta publicada é de Renquecurá a Adolfo Alsina, datada de 23 de agosto de 1866. Nela, o irmão de Calfucurá busca reafirmar a boa fé e desmentir rumores de invasão, apresentando-se voluntariamente em Azul diante do comandante Barros como prova concreta de lealdade e transparência. O objetivo explícito é conter boatos e demonstrar que tanto ele quanto Calfucurá mantêm “corações justos” nas relações com os cristãos e com as autoridades da fronteira.

Renquecurá enfatiza o caráter pacífico de sua presença, destacando as boas relações com os oficiais, a circulação regular de mensageiros e a disposição de aguardar as decisões do governo. Ao mesmo tempo, a carta assume um tom peticionário ao reivindicar meios de subsistência e o recebimento do que lhe era devido em Patagones, vinculando o apoio e a estabilidade à satisfação dessas demandas. Assim, a correspondência reforça a estratégia recorrente de combinar afirmação de lealdade, negação de hostilidades e negociação material como base para a convivência pacífica (Lobos, 2015, p. 426–427)²²¹.

Em conjunto, as cartas e as notícias publicadas entre 1864 e meados de 1866 demonstram que a Guerra do Paraguai operou como um deslocamento decisivo das prioridades do Estado argentino, reduzindo sua capacidade de intervenção direta na fronteira sul e reforçando a dependência de uma política de contenção baseada na negociação e na preservação da paz. Nesse contexto, a manutenção de relações estáveis com Calfucurá tornou-se estratégica, não apenas para evitar a abertura de um novo conflito interno, mas também para garantir a neutralidade, ou ao menos a não hostilidade, das populações indígenas enquanto os recursos militares eram concentrados no conflito ao norte.

A imprensa desempenhou papel central nesse cenário, ao difundir continuamente rumores, alertas e interpretações sobre possíveis invasões, rebeliões e alianças indígenas,

²²⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

²²¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

alimentando um clima de incerteza permanente. Longe de serem meros reflexos do medo *criollo*, essas notícias integravam a própria dinâmica política da fronteira, funcionando como instrumentos de pressão, vigilância e negociação. Nesse espaço marcado pela circulação de boatos, cartas e informes contraditórios, Calfucurá e seus aliados souberam explorar a conjuntura bélica para reforçar sua posição diplomática, apresentando-se como agentes da paz, mediadores indispensáveis e garantidores de estabilidade, ao mesmo tempo em que mantinham margem de ação frente às fragilidades do Estado em guerra.

3.3 Diplomacia indígena, controle interno e gestão de reputação.

Em outubro de 1866, o presidente Bartolomé Mitre firmou um novo tratado de paz com o cacique general Juan Calfucurá, em um contexto marcado pela continuidade da Guerra do Paraguai e pela consequente limitação da capacidade estatal de atuar militarmente na fronteira sul. O acordo estabeleceu:

Art. 1º: Ficam estabelecidas a paz e a amizade permanente entre o governo e o cacique general D. Juan Calfucurá e os caciques que obedecem às suas ordens (...).

Art. 3º: O governo permitirá a estas tribos fazer suas caçadas nos campos que ocupam para seu comércio de peles, bem entendido que estas caçadas não poderão por nenhum motivo fazer-se nos campos de propriedade pública e particular e muito menos nos campos que ocupam as tribos amigas de Catriel, Cachul etc., nem mesmo nos que estes fazem suas caçadas.

Art. 4º: Fica estabelecido o comércio entre o governo e as tribos do cacique general Calfucurá e os caciques que obedecem a suas ordens com sujeições policiais e sob o conhecimento das autoridades da fronteira pelo Azul, Tandil e Bahía Blanca (...).

Art. 7º: O cacique general D. Juan Calfucurá e os demais caciques que obedecem às suas ordens cuidarão de que os índios de sua dependência não entrem para roubar estâncias nem cometer crimes de outra natureza [...] (Levaggi, 2001, p. 362-363)

Nesse sentido, mais do que a consolidação de uma paz definitiva, o tratado de 1866 pode ser interpretado como um armistício estratégico, voltado à estabilização temporária da fronteira e ao reforço do controle interno indireto, em um momento em que o Estado nacional priorizava o esforço de guerra no norte e dependia da cooperação dos grandes caciques para manter a ordem no sul.

Os periódicos continuaram a dar ampla visibilidade às correspondências de Calfucurá. Em 18 de janeiro de 1867, *La Tribuna* publicou uma carta enviada pelo cacique a Álvaro Barros, datada de 7 de dezembro de 1866, destacando que a divulgação visava sobretudo tranquilizar os fazendeiros da região. Trata-se da primeira comunicação direta de Calfucurá

com Barros, sinalizando um deslocamento estratégico de interlocução no interior da administração da fronteira.

Na carta, Calfucurá reafirma a amizade e o respeito mútuo, agradece propostas consideradas benéficas para seu povo e envia os filhos Vicente Millacura e Albertio Reumai como representantes políticos, solicitando proteção e reconhecimento de Barros. Ao mesmo tempo, procura dissociar-se das invasões recentes, atribuindo-as a capitães dissidentes que “arruinam sua reputação”, inclusive mencionando um ataque ao Forte Salado. O cacique solicita a intercessão de Barros para a libertação de um genro capturado e compromete-se a pedir perdão ao governo, reiterando sua disposição conciliatória.

A carta também explicita o papel de Calfucurá como agente de contenção interna, pois o cacique propõe que seu filho Vicente permaneça junto às autoridades para garantir ordem e prevenir novas incursões, além disso reivindica salários, *raciones*, vestimentas e apoio logístico para suas comissões (Lobos, 2015, p.429-431)²²². A correspondência articula, assim, lealdade política, pedidos materiais e gestão de alianças, reafirmando a dependência mútua entre o Estado e o cacique para a manutenção de uma paz precária na fronteira.

Dessa forma, a carta publicada por *La Tribuna* em janeiro de 1867 deve ser lida como um prolongamento concreto do tratado firmado entre Mitre e Calfucurá em outubro de 1866. Se o acordo formal estabelecia a paz, o comércio regulado e a responsabilidade do cacique sobre os grupos sob sua autoridade, a correspondência revela como esses princípios eram operacionalizados no cotidiano da fronteira.

Ao dirigir-se a Álvaro Barros, Calfucurá reafirma os termos centrais do tratado, amizade, respeito mútuo e compromisso com a ordem, ao mesmo tempo em que busca demonstrar sua capacidade de cumprir o Art. 7º, dissociando-se das invasões e atribuindo-as a capitães que escapavam ao seu controle. O envio dos filhos como emissários, a proposta de manter um deles junto às autoridades e os pedidos de proteção para as comissões funcionam como garantias pessoais de cumprimento do acordo, em substituição a mecanismos coercitivos estatais diretos

Do mesmo modo, as reiteradas solicitações de salários, *raciones*, vestimentas e apoio logístico dialogam com os dispositivos do tratado que autorizavam o comércio e a circulação sob tutela policial, evidenciando que a paz pactuada estava condicionada à manutenção de fluxos materiais regulares. Assim, a carta explicita que o tratado de 1866 não significou pacificação definitiva, mas um regime de negociação permanente, no qual a autoridade de

²²² Olhar a carta original no Anexo 2.

Calfucurá era reconhecida e mobilizada pelo Estado como instrumento de controle indireto da fronteira.

Em carta de 7 de dezembro de 1866 dirigida ao cacique Juan Cornell, Calfucurá adota um tom conciliador e procura recompor alianças abaladas por boatos e disputas recentes. Reconhece ressentimentos, mas os relativiza em chave fraterna, insistindo na mediação de Cornel frente a acusações e adversários, de modo a proteger sua reputação política. A correspondência articula demandas concretas, autorização para a visita do filho Namuncura, regularização de vencimentos e a libertação do genro Melin, à lembrança de serviços prestados ao Estado, mobilizando a lealdade e o mérito. Ao informar a circulação estratégica de parentes, como Renquecura na cordilheira e Vicente em Azul, Calfucurá sinaliza esforços de controle interno e alinhamento com as autoridades de fronteira, reforçando que a paz pactuada dependia da manutenção de redes pessoais, intermediação política e reconhecimento material no pós-tratado (Lobos, 2015, p. 432-433)²²³.

Na mesma data, Namuncurá escreve a Juan Cornell reafirmando a lealdade e a antiga amizade entre suas famílias, mobilizando a hierarquia política para dissipar boatos e recompor a confiança. Atribui os atritos recentes à circulação de rumores e sustenta que a situação foi regularizada com a chegada de emissários de Calfucurá, solicitando perdão em nome da autoridade de Cornel como “General”. A carta enfatiza esforços concretos de contenção das invasões, incluindo o envio de comissões aos *ranqueles* e o reconhecimento de perdas humanas, como prova do compromisso com a paz. Ao mesmo tempo, articula pedidos políticos e materiais, autorização para negociar com o governo, fixação de Vicente em Azul para reforçar o controle interno, pagamento de salários e a libertação de parentes cativos, demonstrando que a estabilidade do acordo dependia da mediação pessoal, do reconhecimento estatal e da retribuição material no contexto posterior ao tratado (Lobos, 2015, p. 433-434)²²⁴.

Em janeiro de 1867, o *La Nación Argentina* publica, sob o título “Notícias da Pampa”, duas cartas de Calfucurá datadas de dezembro de 1866, acompanhadas de um comentário editorial abertamente hostil. O periódico interpretou o envio dos filhos do cacique e de uma delegação diplomática como mera fachada, acusando-o de utilizar a linguagem da amizade

²²³ Olhar a carta original no Anexo 2.

²²⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

para “inspecionar a fronteira” e preparar futuras depredações, evidenciando a persistência da desconfiança pública mesmo após o tratado.

Na carta dirigida ao general Nicolás Granada, de 7 de dezembro de 1866, Calfucurá reafirma a disposição pacífica e a amizade, dizendo que deseja “viver em paz como amigos e irmãos” e associando o cansaço da guerra ao impacto prolongado do conflito do Paraguai. Compromete-se a conter sua gente para evitar danos e solicita a ampla divulgação de sua mensagem como forma de estabilizar a fronteira. Além disso, enumera gestos materiais e simbólicos de pacificação, como o envio dos filhos em missão, a busca de suprimentos e a realização de celebrações, e demonstra o respeito às áreas de trabalho de seu povo, como Pillahuincó e Sauce Grande. A publicação evidencia o descompasso entre a diplomacia indígena, que mobiliza a linguagem do tratado e da paz negociada, e a leitura dos periódicos, que continuam a enquadrar tais iniciativas sob a suspeita permanente (Lobos, 2015, p. 434-436)²²⁵.

Na segunda carta, datada do mesmo dia, Calfucurá dirige-se a Coliqueo para reafirmar uma amizade fraterna e duradoura, fundada no respeito mútuo. Defende-se de acusações de roubos, atribuindo-os a capitães *ranqueles* e não a seus próprios homens, e solicita comunicação prévia caso Coliqueo envie gente às suas áreas. O cacique insiste na necessidade de paz entre os povos, expressa rejeição à Guerra do Paraguai, descrita como mortífera, e pede auxílio para libertar o genro Melin, preso após uma incursão mal sucedida.

O comentário editorial que acompanha a publicação tensiona esse discurso, destacando a demonstração de força do coronel Granada e caracterizando Calfucurá como “astuto e ardiloso”. Assim, o jornal contrapõe a retórica indígena de paz e fraternidade a uma leitura desconfiada, sugerindo que tais gestos poderiam encobrir manobras políticas, deixando em aberto o desfecho da relação, “só o tempo dirá” (Lobos, 2015, p. 436-437)²²⁶.

No dia 17 de janeiro de 1867, Juan Cornell escreve ao editor de *La Tribuna* para responder publicamente às acusações feitas por Calfucurá meses antes, quando o cacique solicitara sua substituição como responsável pelas “tribos amigas”. Cornell afirma que, naquele momento, optou por não reagir para não revelar “as más intenções de alguém que procurava afastar o chefe da minha amizade”. A publicação, segundo ele, torna-se necessária apenas após receber cartas de Calfucurá e de seu filho Manuel Namuncurá, nas quais pedem perdão e oferecem explicações, evidenciando que o cacique teria sido “mal aconselhado”.

²²⁵ Olhar a carta original no Anexo 2.

²²⁶ Olhar a carta original no Anexo 2.

A partir disso, Cornell constrói a imagem de um Calfucurá novamente alinhado à autoridade estatal, afirmando que o chefe indígena voltou a aceitar suas orientações, mantendo-se “sempre subordinado ao Governo” e adotando uma postura conciliadora. Como indícios dessa reorientação política, destaca o envio de comissões aos chefes aliados Catriel, Coliqueo e Yanquetruz, bem como a permanência do filho Vicente Millacura em Azul, sob a autoridade militar local.

Por fim, Cornell atribui à divulgação dessas cartas uma função claramente política, tranquilizar as populações de Chivilcoy e Bragado, que desconfiavam da aproximação de Calfucurá com Coliqueo, e reafirmar a ideia de que a situação na fronteira estaria novamente sob controle do governo (Lobos, 2015, p. 438-439)²²⁷. O texto reforça, assim, a leitura de que o tratado e as negociações em curso produziam não apenas acordos formais, mas também uma disputa pública de interpretações sobre obediência, lealdade e governabilidade da fronteira.

Em 25 de fevereiro de 1867, Calfucurá dirige nova carta a Álvaro Barros, na qual reafirma sua lealdade ao governo e detalha medidas práticas de cooperação para a manutenção da ordem na fronteira. O cacique informa o envio de seus filhos como representantes políticos diretos, Manuel Namuncurá, acompanhado de dez capitães, totalizando ao todo dezesseis homens, que deveria ser recebido “como se fosse eu”, e Vicente Millacura, mantido separadamente em Azul com homens sob seu comando, inclusive para atuar como batedores “em caso de invasão”. A centralidade dos filhos como mediadores demonstra a personalização dos acordos e a tentativa de garantir credibilidade às promessas de paz firmadas após o tratado.

A carta explicita também a preocupação com o controle disciplinar interno. Calfucurá solicita que Vicente seja vigiado pelas autoridades locais, inclusive com a proibição do consumo de álcool e a punição a comerciantes que lhe vendessem bebidas. Ao mesmo tempo, alerta para o risco de invasões promovidas por terceiros, mencionando notícias de recrutamentos liderados por Felipe e Juan Saa, que estariam organizando ataques em grupos numerosos. Ao insistir que não mente e apresentar o envio dos próprios filhos como prova de boa fé, o cacique acrescenta “jamais mentirei... se eu mentisse, não entregaria meu filho”, o cacique busca reforçar a imagem de compromisso com a paz e afastar suspeitas recorrentes nos periódicos.

²²⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

No plano político, Calfucurá pede autorização para que Manuel atravessasse a cidade e defende a pacificação entre diferentes chefes indígenas, propondo que “se unam” e vivam “em paz e harmonia”, além de solicitar uma reunião com Mariñanco. A carta também aborda questões materiais fundamentais para a sustentação do acordo, o fornecimento regular de *raciones*, a distribuição de animais a chefes aliados e a exigência de mantimentos completos e de qualidade, equivalentes aos recebidos por Vicente em Azul, a serem entregues a Justo Linchura. Por fim, o cacique registra ter informado o comandante Llano sobre uma invasão iminente e critica a resposta recebida, considerada insuficiente, sinalizando tensões na execução prática da política de pacificação (Lobos, 2015, p. 439-441)²²⁸.

Assim, o documento reforça como, no pós tratado, a manutenção da paz dependia de uma combinação instável entre cooperação indígena, vigilância estatal e circulação constante de informações sobre ameaças, deslocamentos e boatos, evidenciando tanto a dependência do Estado da neutralidade indígena quanto a fragilidade dos mecanismos de controle efetivo da fronteira.

O periódico *La Tribuna*, publicou no dia 10 de março de 1867, duas cartas de Calfucurá, enquadrando-as editorialmente como indício de que os rebeldes de Cuyo buscavam apoio indígena, especialmente por meio de articulações com Juan Saa. O jornal interpretou a correspondência como prova de uma mobilização indígena iminente, afirmando que índios já marchavam para se reunir a Saa, o que serviria para legitimar o reforço da vigilância militar na fronteira.

Na primeira carta, datada de 28 de fevereiro de 1867 e dirigida a Álvaro Barros, Calfucurá relata ter recebido informações sobre a concentração de “duzentos índios, todos armados”, reunidos por ordem de Juan Llamas em Pulgá, bem como sobre a suposta força de Juan Saa, estimada em “dois mil e quinhentos homens”. Menciona ainda os caciques Epuri e Mariano Pichigüncá, informando que este último teria sido preso por uma comissão enviada para negociar. Apesar do tom alarmista das notícias transmitidas, o cacique reafirma sua disposição de manter a ordem entre seus índios e evitar qualquer ruptura com o governo, declarando explicitamente que não pretende “mudar seus costumes para prejudicar seus amigos”. A carta, assim, procura se posicionar como advertência preventiva e ao mesmo tempo, como demonstração de fidelidade política. (Lobos, 2015, p. 442-443)²²⁹.

²²⁸ Olhar a carta original no Anexo 2.

²²⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

Na segunda carta, enviada no mesmo dia, Calfucurá volta a escrever a Barros para informar e se justificar diante de rumores sobre uma invasão nas proximidades do forte de Azul. O cacique afirma desconhecer a veracidade do ataque e nega qualquer responsabilidade, alegando ter avisado previamente as autoridades. Destaca ter mobilizado seus próprios homens para capturar o chefe da incursão, que conseguiu escapar, e relata o envio de um prisioneiro ao comandante, solicitando punição exemplar, “castigue aqueles que capturar, vamos ver se aprendem a lição”, como forma de reafirmar seu compromisso com a disciplina e com a pacificação da fronteira. Solicita ainda uma resposta rápida para liberar suas comissões e informa que Namuncurá seguiria a Buenos Aires para reunir homens dos Pampas, movimento apresentado como parte da gestão interna e não como ameaça. Ao final, pede o envio de mantimentos básicos, como erva-mate, açúcar e tabaco, condicionando o pedido ao humor de Barros, “se não estiver muito zangado” (Lobos, 2015, p. 443)²³⁰.

A publicação dessas cartas por *La Tribuna* demonstra a distância entre o discurso indígena de advertência e cooperação e a leitura jornalística que as transforma em indícios de conspiração e risco iminente. Nesse sentido, os periódicos atuam como mediadores ativos na produção de boatos e suspeitas, contribuindo para deslocar as prioridades do Estado da negociação para a vigilância armada, ao mesmo tempo em que reforçam a fragilidade da neutralidade indígena como base da paz na fronteira.

Em 5 de abril de 1867, o *La Tribuna* publica uma carta de Adolfo Alsina dirigida a seus ministros, datada de 1º de abril, na qual o político expõe um diagnóstico detalhado da situação da fronteira após sua permanência em Azul. Alsina descreve a cidade como particularmente vulnerável por sua condição fronteira, submetida à “ameaça constante de invasões” e à convivência com cerca de “dois mil índios chamados amigos”, cujos costumes seriam marcados por práticas de roubo. O texto articula a percepção de insegurança local às limitações do poder estatal, ressaltando o impacto cotidiano da fronteira sobre a população civil.

Como resposta, Alsina relata ter proposto, após reuniões com moradores e autoridades, o deslocamento das chamadas tribos amigas para o interior do deserto. A medida visava a três objetivos explícitos: “salvar a população de Azul”, liberar as terras do Tapalqué e transformá-las em uma zona defensiva contra futuras invasões. A proposta, segundo o próprio autor, foi bem recebida pelos vizinhos, mas revelou-se inviável na prática. As tribos

²³⁰ Olhar a carta original no Anexo 2.

recusaram-se a abandonar a região, e o governo reconheceu não dispor de força militar suficiente para impor a medida.

Diante desse impasse, Alsina admite a adoção de estratégias indiretas de controle, destacando a decisão de levar Vicente Millacurá, filho de Calfucurá, para Buenos Aires. A presença do jovem cacique na capital é apresentada como um recurso político alternativo, destinado a conter tensões e disciplinar alianças por meios diplomáticos e simbólicos, em substituição à coerção armada. O próprio Alsina reconhece que, na ausência de forças militares adequadas, o Estado depende desses meios para manter a fronteira “tranquila e inofensiva”, ainda que tal política não elimine pequenos roubos, limitando-se a prevenir “as grandes invasões que já devastaram distritos inteiros” (Lobos, 2015, p. 444)²³¹.

A publicação da carta no *La Tribuna* reforça, assim, a imagem de um Estado que, em meio à Guerra do Paraguai, vê-se compelido a deslocar suas prioridades e a apoiar-se na neutralidade indígena como condição precária de estabilidade fronteiriça, ao mesmo tempo em que os periódicos consolidam um discurso de ameaça permanente que legitima soluções excepcionais e provisórias.

A Guerra do Paraguai, em um primeiro momento, levou o Estado argentino a deslocar suas prioridades militares e políticas, reduzindo a intervenção direta na fronteira sul. No entanto, a partir de outubro de 1866, observa-se uma inflexão nesse cenário, marcada pelo tratado firmado entre Mitre e Calfucurá, que sinaliza uma retomada da atenção governamental para a fronteira meridional, ainda que de forma cautelosa e limitada.

Esse movimento de reorientação do controle interno tornou-se mais evidente em 1867, com a aprovação da Lei nº 215 de 13 de agosto, que redefiniu profundamente as bases das relações sociopolíticas na fronteira sul argentina. A legislação estabeleceu, de maneira explícita, um projeto de avanço territorial, disciplinamento das populações indígenas e militarização progressiva do espaço fronteiriço. O texto da lei determinava:

Art. 1º: Se ocupará, por forças do exército da República, ao rio ‘Neuquén’ ou ‘Nelquen’, desde seu nascimento nos Andes até sua confluência, no rio Negro, no Oceano Atlântico, estabelecendo a linha na margem setentrional do citado rio da cordilheira ao mar.

Art. 2º: Às tribos nômades existentes no território nacional compreendido entre a atual linha de fronteira e a fixada pelo artigo 1º desta lei, será concedido tudo o que seja necessário para sua existência fixa e pacífica.

Art. 3º: A extensão e limite dos territórios que se outorguem em virtude do artigo anterior, serão fixados por convênios entre as tribos que se submetam voluntariamente e o Executivo da Nação. Ficará exclusivamente ao arbítrio do

²³¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

Governo Nacional fixar a extensão e o limite das terras outorgadas às tribos submetidas pela força [...].

Art. 4º: Em caso de todas ou algumas das tribos resistirem à submissão pacífica à autoridade nacional, será organizada contra elas uma expedição geral até que sejam submetidas e empurradas para o sul dos rios ‘Negro’ e ‘Neuquén’.

Art. 5º: À margem esquerda ou setentrional dos citados rios e, sobretudo nos vales e caminhos que possam dar acesso às incursões dos índios, serão formados estabelecimentos militares no número e na distância que julgue conveniente o Poder Executivo para sua completa segurança.

Art. 6º: Autoriza-se o Poder Executivo a investir fundos na aquisição de vapores adequados e na exploração e navegação do rio Negro, como uma medida auxiliar da expedição por terra; bem como para o estabelecimento de uma linha telegráfica que ligue todos os estabelecimentos dispostos às margens do citado rio [...].

Art. 8º: Por uma lei especial serão fixadas as condições, o tempo e a extensão de terras que por via de gratificação se concederá em propriedade aos indivíduos que compunham a expedição, seja como forças regulares ou como voluntários agregados.

Art. 9º: Todo o conteúdo da presente lei começará a ter efeito imediatamente após a guerra que hoje sustenta a Nação contra o Paraguai, ou antes, se for possível. O relativo ao pacto de índios, deverá começar sua execução imediatamente após sancionada pelo Executivo [...] (Cf. Passetti apud (Walter, 1964,775-776) 2012, 167-168)

Ao regulamentar tanto a submissão “pacífica” quanto a coerção armada, a lei forneceu um marco legal para a atuação dos comandantes de fronteira, combinando negociações, concessões territoriais condicionadas e ameaça explícita de expedições militares. Ao mesmo tempo, explicitou o caráter provisório da política de pactos indígenas, cuja vigência estava subordinada às necessidades estratégicas do Estado e ao fim do conflito com o Paraguai. Segundo Passetti, a ampla circulação da lei nos jornais permitiu que os próprios caciques tomassem conhecimento do novo enquadramento legal e antecipassem seu destino político, “alguns optaram pela sedentarização, outros se engajaram nas lutas de resistência” (Passetti, 2012, p. 169).

Dessa forma, a Lei nº 215 demonstra como, ainda durante a Guerra do Paraguai, o Estado argentino passou a articular um projeto mais amplo de ocupação e controle da fronteira sul, no qual a paz negociada com os caciques funcionava como instrumento temporário, enquanto se preparavam as condições políticas, legais e militares para o avanço territorial. Esses destinos projetados para as populações indígenas tornam-se visíveis em 1868, quando o Estado avança da normatização jurídica para a ocupação efetiva do território. Em 6 de agosto de 1868, o periódico *La Tribuna* publica a notícia intitulada “Defesa da Fronteira. Ocupação de Choele Choel”, na qual a presença militar na ilha é apresentada como uma solução técnica e racional para a defesa da fronteira sul. Segundo o jornal, o comandante Julián Murga vinha, “há muito tempo”, propondo a ocupação da Ilha de Choele Choel, no rio Negro, como um meio “fácil e rápido” de proteger a região, decisão que teria sido finalmente adotada pelo

Poder Executivo como “o início de um novo sistema de defesa das fronteiras da República” (Lobos, 2015, p. 446)²³².

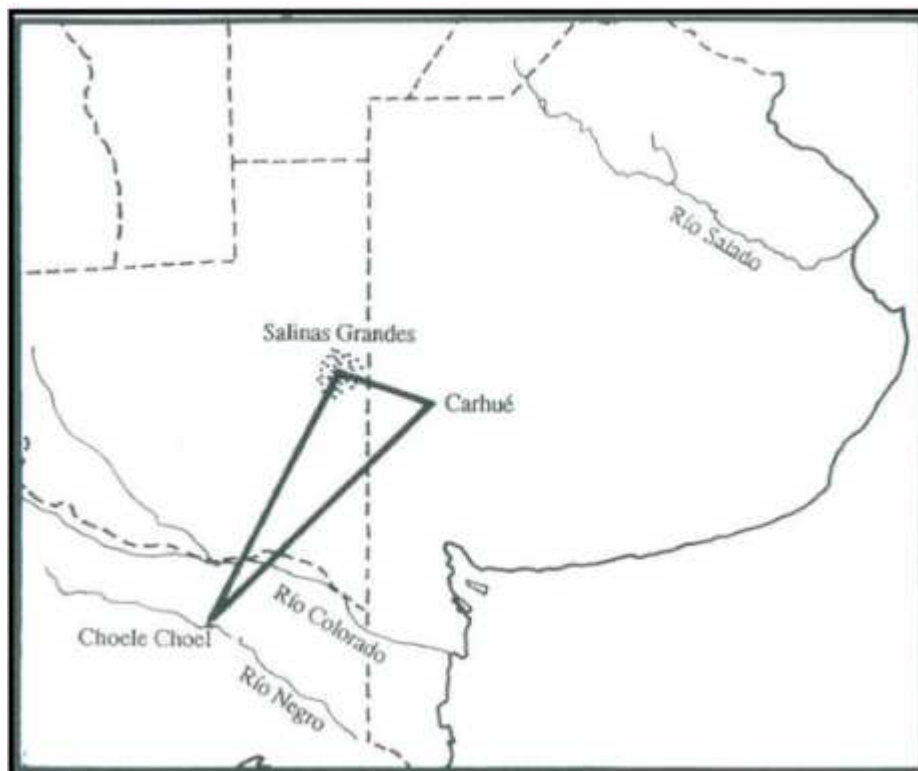
A retórica da defesa, no entanto, encobria uma alteração profunda no equilíbrio político da fronteira. A ocupação de Choele Choel incidia diretamente sobre um espaço estratégico de circulação indígena e funcionava, na prática, como uma ruptura dos pactos tácitos de neutralidade vigentes até então. Essa mudança é perceptível na reação de Calfucurá, que, em 17 de setembro de 1868, escreve de Salinas Grandes ao coronel Álvaro Barros manifestando inquietação e desconfiança diante da presença militar na ilha. Após reafirmar os vínculos pessoais e políticos que sustentavam a relação entre ambos, o cacique declara ter ouvido que forças governamentais estariam se deslocando para guerreá-lo e adverte que já mobilizara seu irmão, Renquecurá, para reunir homens e tropas. A carta é explícita ao condicionar a manutenção da paz à retirada das forças estatais de Choele Choel, caso contrário, a guerra seria inevitável (Lobos, 2015, p. 447–448)²³³.

Como discutido no primeiro capítulo, a ilha Choele Choel era um ponto central para o comércio indígena. Era uma importante parada segura para o gado que era enviado desde Buenos Aires até o Chile. Para Calfucurá, Salinas Grandes, Carhué e Choele Choel, faziam parte do seu triângulo estratégico, como pode ser visto no mapa abaixo:

²³² Olhar a carta original no Anexo 1.

²³³ Olhar a carta original no Anexo 2.

Mapa 8 - Triângulo estratégico de Calfucurá, Salinas Grandes, Carhué e Choele Choele.



Fonte: Sarasola, Carlos Martinez. Nuestros paisanos los indios: vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2011, p.3.

Relatos oficiais confirmam que a ocupação militar produziu imediata instabilidade na região. Em 20 de setembro de 1868, o comandante de Patagones, Mariano Ruiz, informa que a presença do exército em Choele Choele não foi bem recebida pelos indígenas, a ponto de se temer uma revolta em massa. O cacique Lemunao, que habitava a ilha com sua tribo, teria abandonado o local assim que tomou conhecimento da ocupação, enquanto Calfucurá enviava uma comissão, posteriormente detida em Azul, para exigir explicações e aguardava resposta do governo (Lobos, 2015, p. 448)²³⁴.

O episódio de Choele Choele demonstra, assim, os limites da política de pacificação baseada em pactos e neutralidades indígenas. À medida que o Estado avançava da negociação para a ocupação armada, a soberania na fronteira deixava de ser compartilhada ou negociada e passava a ser afirmada por meio de posições militares permanentes. Diante desse deslocamento, os caciques reagiam alternando estratégias de retirada, mobilização armada e

²³⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

pressão diplomática, revelando que a “paz” na fronteira permanecia frágil e condicionada à manutenção de um equilíbrio constantemente ameaçado pela expansão estatal.

Dessa forma, os acontecimentos entre 1866 e 1868 revelam que a fronteira sul argentina permanecia como um espaço de soberania instável, no qual a autoridade do Estado era afirmada de maneira gradual, seletiva e frequentemente conflitiva. A combinação entre legislação, pactos com lideranças indígenas e ocupações militares pontuais não produziu uma pacificação imediata, mas intensificou tensões e redefiniu estratégias de ambos os lados. Enquanto o governo de Mitre buscava transformar acordos provisórios em controle territorial permanente, caciques como Calfucurá reagiam mobilizando redes políticas, diplomáticas e militares para preservar sua autonomia e capacidade de negociação. É nesse cenário de esgotamento progressivo dos pactos e de crescente pressão pela ocupação definitiva da fronteira que se inscreve a transição para o governo de Domingo Faustino Sarmiento, quando o discurso estatal sobre os indígenas sofre inflexões significativas e os espaços para a negociação política se estreitam, redefinindo profundamente os termos da relação entre Estado e povos indígenas.

3.4 De Mitre a Sarmiento: inflexões no discurso e nos limites da negociação.

Como observa Ana Carrollina Pompeu, a fronteira pensada por Sarmiento operava menos como um espaço de convivência negociada e mais como uma linha de separação entre sociedades antagônicas, projetada para avançar no tempo, “a ampliação da civilização europeia sobre a barbárie”, em um combate direto ao exotismo americano inscrito na oposição entre “civilização europeia e barbárie indígena” (Pompeu, 2018, p. 19). Nesse sentido, a fronteira deixava de ser apenas um espaço de pactos circunstanciais para tornar-se um instrumento ativo de transformação social e territorial, cuja expansão era entendida como condição indispensável para o progresso da sociedade americana.

Sarmiento assumiu a presidência da Argentina em 1868, permanecendo no cargo até 1874, sem alterar imediatamente a estrutura administrativa da fronteira sul. Álvaro Barros manteve-se como comandante, assegurando certa continuidade institucional. Contudo, essa permanência não implicou estabilidade efetiva. Em abril de 1869, Bernardo Namuncurá escreveu a Barros por ordem direta de Juan Calfucurá, com o objetivo de informar oficialmente a situação política e militar no sul, reafirmando a prática de aviso prévio e mediação como forma de preservar a paz.

Na carta, Namuncurá comunica que Renquecurá já se encontrava em Choele Choel com cerca de 3.500 *lanceiros*, enquanto outros grupos seguiram em deslocamento para um assentamento planejado na região. Destaca que o governo teria sido previamente informado e que, embora houvesse indignação entre os chefes indígenas, o acordo estaria em curso. Reitera, assim, a orientação política de Calfucurá, segundo a qual “viver bem é melhor do que a guerra”.

Ao mesmo tempo, a correspondência amplia o horizonte do conflito ao relatar combates de grande escala no sul chileno, envolvendo Quilapán, Calfucol, Marihual e Calfueño, com a derrota de fortalezas, centenas de mortos, captura de mulheres e grande número de animais. A carta sugere ainda a possibilidade de transbordamento desse conflito para o território argentino, indicando que Quilapán pretendia deslocar-se entre os *ranqueles* com milhares de *lanceiros*.

Dessa forma, a carta demonstra a ambiguidade estrutural da política de fronteira no início do governo Sarmiento. Embora o discurso indígena insista na negociação e na comunicação como mecanismos de contenção, a escala e a circulação regional da violência revelam os limites desses acordos (Lobos, 2015, p.449-4450)²³⁵. Mesmo após o tratado firmado com Calfucurá e anos de intensas tratativas diplomáticas, a paz permanecia frágil e contingente, reforçando a tendência do novo governo a restringir progressivamente os espaços de negociação em favor de soluções mais coercitivas.

Em 19 de setembro de 1869, Calfucurá dirige nova carta a Álvaro Barros, reiterando a retórica da amizade e da cooperação construída ao longo dos anos, mas já marcada por sinais evidentes de desgaste. O cacique solicita bom tratamento à sua comissão e o retorno dos enviados de Gabriel Rain, recordando a longa relação entre ambos e reafirmando sua confiabilidade, “nunca o enganei”. Evoca, ainda, a continuidade das trocas pacíficas e comerciais, recorrendo à imagem da “velha estrada” por onde os negócios e a convivência haviam fluído, e insiste na possibilidade de uma coexistência fraterna.

Entretanto, a correspondência revela uma inflexão significativa no tom. Calfucurá denuncia a demora e a violência sofrida por sua comissão, retida em Azul desde agosto, e afirma que doze de seus homens teriam sido mortos no trajeto, interpretando o episódio como quebra de confiança. Soma-se a isso o conflito aberto com Coliqueo, acusado de recusar-se a participar das tratativas e de exigir uma submissão simbólica que o cacique rejeita, afirmando

²³⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

que não se “ajoelhará” diante dele. Ainda assim, Calfucurá demonstra preocupação com a deterioração das alianças, alertando para o risco de que antigos irmãos se transformem em inimigos, ao mesmo tempo em que observa a aproximação de outros chefes indígenas com o governo.

A carta se encerra com um pedido pontual em favor de dois chefes chilenos que o acompanham, mas já sob um tom de resignação, sugerindo limites claros à mediação e à negociação, caso não seja recebido ou ouvido, “não preciso dizer nada” (Lobos, 2015, p.451)²³⁶. O documento evidencia assim, que no contexto do governo Sarmiento, a linguagem da amizade e da diplomacia indígena passa a conviver com frustrações, desconfianças e rupturas, sinalizando o estreitamento dos espaços de negociação que haviam marcado os anos anteriores.

Em 23 de setembro de 1869, o coronel Julián Murga comunica a Martín de Gainza, figura central nas campanhas do Paraguai e responsável pelo projeto militar que operacionalizou a Lei nº 215, os resultados da expedição a Choele Choel, iniciada em 24 de agosto a partir do Forte General Mitre. A operação mobilizou 147 homens, entre tropas regulares, Guarda Nacional e indígenas aliados, com apoio logístico fluvial, sinalizando a crescente profissionalização e coordenação das ações militares na fronteira sul.

Murga relata que a marcha transcorreu sem incidentes até a chegada a Choele Choel, onde se produziu o primeiro contato com grupos indígenas envolvidos no trânsito de gado. Embora tenham sido capturados quatro indígenas conduzindo cerca de duzentas cabeças, o comandante optou por libertá-los, alegando tratar-se de homens ligados a Saihueque e justificando a decisão como uma estratégia de contenção temporária, destinada a preservar relações mínimas até a consolidação da ocupação militar da ilha.

A lógica da conciliação, contudo, revela-se limitada e circunstancial. Poucos dias depois, diante de informações sobre a preparação de uma incursão contra Patagones pelo cacique Tilquenado, Murga ordena uma ação repressiva que resulta na prisão do chefe indígena, de seus homens, e na apreensão de armas e cavalos. O episódio demonstra a coexistência, no mesmo movimento, de gestos seletivos de negociação e de intervenções armadas preventivas.

Por fim, ao avaliar o risco de uma ofensiva mais ampla a partir de Salinas Grandes, potencializada pela fuga de indígenas que poderiam alertar outros grupos, Murga decide

²³⁶ Olhar a carta original no Anexo 2.

retirar-se, reconhecendo os limites operacionais da expedição e a impossibilidade de sustentar um confronto de maior escala (Lobos, 2015, p.451-452)²³⁷. A carta expõe, assim, a transição em curso durante o governo Sarmiento, a fronteira passa a ser tratada prioritariamente como espaço de ocupação militar planejada, em que a diplomacia indígena sobrevive apenas como recurso tático subordinado à estratégia de avanço territorial e controle armado.

No início de 1870, os comandantes das fronteiras registram uma nova tentativa de recomposição dos acordos com Calfucurá. Em 9 de janeiro, uma nota informa a retomada da paz entre o cacique e o coronel Julián Murga, estabelecendo que as *raciones* passariam a ser recebidas por Bahía Blanca. Em contrapartida, Calfucurá deveria restringir a permanência em seus acampamentos apenas a indígenas que viessem “a negócios”, além de submeter qualquer reivindicação aos termos acordados com Murga e manter a obrigação de comunicar às fronteiras sul e central qualquer notícia de invasão após a vigência do tratado (Lobos, 2015, p. 453)²³⁸.

Apesar deste enquadramento formal, a estabilidade permaneceu frágil. Em 10 de fevereiro, o ministro provincial Antonio Malaver recebeu informes de que o general Ignacio Rivas alertava para uma possível invasão atribuída a índios de Calfucurá em direção aos distritos de El Porvenir e Tres Arroyos. Poucas semanas depois, em 7 de março, há notícias da presença de uma comissão composta por vários filhos do cacique Calfucurá em Azul, indicando a persistência dos canais diplomáticos como instrumento de contenção e negociação.

Em 18 de março de 1870, Murga comunica a Martín de Gainza que as relações amistosas com Calfucurá haviam sido restabelecidas, razão pela qual a operação militar então planejada não seria necessária (Lobos, 2015, p.454)²³⁹. O episódio demonstra o padrão característico do período, acordos sucessivos e condicionados, acompanhados por boatos e alertas de invasão, nos quais a paz aparece menos como um estado consolidado e mais como um arranjo provisório, constantemente renegociado e subordinado à vigilância militar e à ameaça permanente do uso da força.

Em junho de 1870, os periódicos registram uma inflexão decisiva no quadro da fronteira sul. Em 23 de junho, o *La Nación* publica uma notícia datada de 16 de junho, vinda

²³⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

²³⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

²³⁹ Olhar a carta original no Anexo 1.

de Quehuin, segundo a qual os índios de Calfucurá, estimulados pelos acontecimentos recentes em Bahía Blanca, teriam se articulado para um grande ataque, reunindo entre 1.500 e 2.000 combatentes (Lobos, 2015, p.455)²⁴⁰.

Poucos dias depois, o mesmo jornal divulga nova nota, datada de 20 de junho, relatando que, no dia 14, uma coluna indígena de 1500 a 2000 índios invadiu o distrito de Tres Arroyos. A notícia descreve a devastação das propriedades, o saque generalizado de gado e cavalos, a morte de moradores e o cativeiro de mulheres, enfatizando o caráter total da ofensiva e o clima de desamparo local (Lobos, 2015, p. 455-456)²⁴¹.

A recorrência e o tom dessas notícias evidenciam o colapso momentâneo dos mecanismos de aviso prévio, negociação e controle que haviam marcado as relações entre o Estado e Calfucurá nos anos anteriores, reforçando a percepção, no discurso público, de que a política de tratados encontrava limites cada vez mais estreitos sob o governo Sarmiento.

As notícias publicadas em junho de 1870, que descrevem grandes invasões atribuídas aos índios de Calfucurá e a devastação de distritos como Tres Arroyos, demonstram o agravamento do conflito e o enfraquecimento das garantias de paz até então negociadas. Ainda assim, mesmo após episódios de violência em larga escala, os canais diplomáticos não se extinguíram por completo.

Nesse sentido, em 28 de julho de 1870, Rufino Victorica informa ao Ministro da Guerra e da Marinha o recebimento de comunicações da fronteira da Costa Sul, entre elas uma carta de Namuncurá, filho de Calfucurá, e outra de Benjamín Rivero, então prisioneiro em Salinas Grandes. O eixo dessas mensagens é a proposta de uma troca de cativos. Namuncurá oferece a restituição de prisioneiros cristãos em troca da libertação dos indígenas capturados pela guarnição de Bahía Blanca no último combate (Lobos, 2015, p. 456)²⁴².

A coexistência entre ataques de grande escala e tentativas de negociação pontual revela que durante o governo Sarmiento, a diplomacia indígena ainda operava como instrumento de contenção e barganha, embora cada vez mais restrita e fragilizada diante da crescente militarização da fronteira e da redução da margem de tolerância estatal.

Em 19 de agosto de 1870, Calfucurá escreve ao coronel Francisco de Elías para justificar a recente invasão em Tres Arroyos. O cacique atribui a ação a abusos cometidos

²⁴⁰ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁴¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁴² Olhar a carta original no Anexo 1.

pelo chefe Llanos, sobretudo a prisão considerada injusta de seu genro Cañumil, de sua filha e de capitães indígenas. Afirma ter recorrido previamente ao Governo, sem obter resposta, sendo remetido às autoridades locais, o que teria transformado a invasão em um recurso de pressão política.

Apesar disso, Calfucurá reafirma a disposição para restaurar a paz e retomar os circuitos comerciais “como antes”, aceitando a mediação proposta por Elías. A pacificação, porém, é condicionada ao reconhecimento dos tratados, à regularidade das *raciones* e à entrega dos recursos materiais prometidos, incluindo a remessa periódica de gado. Compromete-se a apresentar-se em Blanca Grande com os cativos solicitados para formalizar o acordo, ao mesmo tempo em que reivindica livre circulação para seus emissários e compensações pelos resgates realizados (Lobos, 2015, p. 456-457)²⁴³.

O episódio demonstra que, no final da década de 1860, a negociação permanecia ativa, mas cada vez mais instrumentalizada e instável, a violência deixa de ser apenas ruptura da paz e passa a operar como linguagem política diante do estreitamento dos canais institucionais e da crescente rigidez do controle estatal sobre a fronteira.

No dia 14 de setembro de 1870, Calfucurá escreve ao chefe do acampamento de Pillahuincó para recomendar o bom tratamento do tenente Ribero, capturado em junho de 1869 após resistir por cerca de quatro horas com reduzido número de homens. O cacique elogia a coragem do oficial e informa que a captura foi realizada por seu filho Manuel Namuncurá, mencionando brevemente o confronto que resultou na morte dos soldados que o acompanhavam (Lobos, 2015, p. 457-458)²⁴⁴.

O documento revela um deslocamento importante no discurso indígena, a correspondência deixa de operar prioritariamente como espaço de negociação com autoridades estatais e passa a registrar a guerra como fato consumado, ainda que mediado por códigos de honra e reconhecimento do inimigo. Nesse sentido, evidencia-se o estreitamento dos canais diplomáticos e a progressiva normalização da violência como linguagem política no contexto da fronteira durante o governo Sarmiento.

Em 26 de setembro, o coronel Francisco de Elías, então à frente da Fronteira Sul durante a ausência de Ignacio Rivas, informa Gainza sobre o andamento da troca de cativos com Calfucurá. A comissão retornará com apenas 14 cativos, número justificado pelo cacique

²⁴³ Olhar a carta original no Anexo 2.

²⁴⁴ Olhar a carta original no Anexo 2.

pela dispersão dos demais entre diferentes *tolderías*, comprometendo-se a “comprá-los” e reuni-los posteriormente. Embora não tenham sido enviados desertores ou prisioneiros naquele momento, Elías registra que muitos desertaram ao tomar conhecimento do acordo. Como contrapartida, o comandante decidiu devolver igual número de indígenas, mantendo, porém, Cañumil, cunhado de Calfucurá, retido como garantia até a entrega total dos cativos (Lobos, 2015, p. 458-459)²⁴⁵. O episódio demonstra a crescente assimetria das negociações sob o governo de Sarmiento. A lógica da reciprocidade, característica dos acordos anteriores, cede lugar a mecanismos de coerção e retenção de reféns, sinalizando o estreitamento dos limites da diplomacia indígena e a subordinação progressiva da paz a critérios militares e administrativos.

No dia 6 de novembro de 1870, Manuel Namuncurá escreve ao coronel Francisco de Elías para explicar os acontecimentos recentes em Bahía Blanca. Atribui a invasão a capitães *ranqueles* e afirma ter marchado pessoalmente com cerca de setecentos *lanceiros* para conter abusos e evitar um conflito de maiores proporções. Segundo o relato, houve combates com mortos e feridos, mas sua intervenção teria forçado a retirada dos *ranqueles* para Quequén Salado, apresentando-se como agente de controle e contenção da violência indígena.

Na carta, Namuncurá solicita a substituição do comando em Bahía Blanca como condição para restabelecer relações pacíficas, defendendo a necessidade de “outro bom chefe” para garantir a convivência nas fronteiras, ao mesmo tempo em que pede tolerância enquanto Calfucurá conduz as negociações. A paz é explicitamente condicionada ao envio regular de *raciones* e suprimentos. Informa ainda a entrega de cativos e de um desertor, restando apenas uma mulher, cuja devolução ficaria condicionada ao pagamento do resgate (Lobos, 2015, p. 462)²⁴⁶.

O documento sugere, assim, um cenário em que a mediação e a negociação permanecem centrais, ainda que atravessadas por tensões crescentes. A correspondência de Namuncurá aponta para um esforço contínuo de contenção dos conflitos e de preservação dos acordos, mas também revela os limites desse equilíbrio, marcado pela necessidade constante de reafirmar compromissos, justificar ações armadas e assegurar as bases materiais que sustentavam a convivência na fronteira.

²⁴⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁴⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

Na mesma data, Calfucurá dirige-se novamente ao coronel Francisco Elías, aprofundando as tratativas de pacificação e a negociação para a troca de cativos. Na carta, o cacique afirma ter iniciado a compra de prisioneiros com vistas à sua restituição, exigindo, em contrapartida, a libertação dos indígenas mantidos sob custódia pelas autoridades da fronteira. Ao responder às críticas quanto à sua capacidade de mando, Calfucurá relativiza a noção de autoridade centralizada, sustentando que governa “de outro modo” e que sua liderança se exerce por mecanismos distintos daqueles reconhecidos pelo Estado, ainda que ocupe posição predominante entre os seus.

O texto também procura justificar as ações recentes, atribuindo a invasão de Bahía Blanca a abusos cometidos por autoridades locais e à manutenção de Llanos no comando, cuja substituição considera condição necessária para a normalização das relações. Nesse sentido, a estabilidade é explicitamente vinculada ao cumprimento dos acordos materiais, sobretudo à entrega regular de *raciones*, apresentada como fator decisivo para conter novas incursões e disciplinar os capitães subordinados.

Além disso, a carta detalha demandas concretas, como mantimentos, vestuário e equipamentos, e propõe arranjos financeiros específicos para a restituição de determinados prisioneiros, incluindo pedidos de adiantamento para viabilizar as negociações. O encerramento retoma o cansaço diante do prolongamento das tratativas e reafirma a disposição para a paz, desde que os termos acordados sejam efetivamente cumpridos (Lobos, 2015, p. 462-464)²⁴⁷.

A carta enviada por Calfucurá a Francisco Elías em 6 de novembro de 1870 é imediatamente complementada, dois dias depois, pela correspondência do cacique Cañumil, o que evidencia uma atuação articulada entre os chefes indígenas no esforço de recompor a paz por meio da negociação. Enquanto Calfucurá se apresenta como responsável político do acordo, justificando a invasão recente, reivindicando o cumprimento dos tratados e condicionando a estabilidade ao envio regular das *raciones*, Cañumil atua no plano prático da troca de cativos, informando os limites e as possibilidades concretas dessa operação. Dois dias depois, Cañumil reafirma a amizade com as autoridades da fronteira e comunica o envio dos prisioneiros que conseguiu reunir até então, incluindo “dois meninos e uma senhora”, ao mesmo tempo em que expõe as dificuldades para localizar outros cativos, cujo resgate estaria sendo exigido a um custo elevado. Essa explicitação dos entraves reforça o caráter negociado

²⁴⁷ Olhar a carta original no Anexo 2.

e não automático da devolução de prisioneiros, em consonância com a argumentação de Calfucurá de que o controle sobre seus capitães e aliados não se dava de forma coercitiva, mas por meio de pactos e compensações.

Além disso, a carta de Cañumil retoma e detalha as exigências materiais já apresentadas por Calfucurá, como a devolução de prisioneiros indígenas, a libertação de parentes enviados a Buenos Aires e a entrega das *raciones* prometidas. Ao fazê-lo, reforça que a paz dependia menos de declarações formais e mais do cumprimento efetivo dos compromissos assumidos pelo governo. O encerramento da correspondência, ao reafirmar a disposição para “continuar amigos como antes”, sintetiza a lógica predominante nesse momento, uma paz instável, sustentada por negociações constantes, trocas materiais e reconhecimento mútuo, cada vez mais tensionada pelos limites impostos pelo novo cenário político sob Sarmiento (Lobos, 2015, p. 464-465)²⁴⁸.

Em 10 de novembro de 1870, o coronel Francisco de Elías comunica a Emilio Mitre o retorno da comissão enviada a Salinas Grandes, que trouxe sete pessoas vinculadas à tribo de Calfucurá, uma mulher com duas crianças, três cativos capturados no Forte 25 de Mayo durante a invasão de 14 de junho, e um desertor, Juan Rodríguez. A mulher e as crianças foram imediatamente encaminhadas ao Juiz de Paz para restituição às famílias, indicando a manutenção formal dos procedimentos acordados no âmbito das negociações.

Elías também revela o endurecimento das condições impostas à paz. Informa que passou a subordinar os tratados à entrega de desertores e relata que cinco deles fugiram ao tomar conhecimento da ordem, levando cavalos. Posteriormente capturados, teriam resistido à prisão e sido mortos a golpes de lança. O comandante ressalta a gravidade do episódio ao registrar que se solicitou a um sargento a decapitação dos mortos, prática que este se recusou a executar, sublinhando o caráter extremo da repressão empregada no contexto da fronteira. A carta se encerra transferindo a responsabilidade da decisão política ao destinatário, ao afirmar que caberia a Emilio Mitre definir os encaminhamentos do caso (Lobos, 2015, p. 466-467)²⁴⁹. O documento evidencia, assim, a tensão crescente entre os mecanismos de negociação ainda em curso e a ampliação da violência estatal como instrumento de controle.

Em dezembro de 1870, as tratativas entre o governo e Calfucurá resultaram na negociação de um novo tratado de paz. Segundo o registro, “a conferência realizada na

²⁴⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁴⁹ Olhar a carta original no Anexo 1.

presença de Coliqueo e Ramiqueco” culminou no compromisso de que os chefes indígenas não realizariam invasões à fronteira e comunicariam imediatamente qualquer notícia de ataque iminente (Lobos, 2015, p. 467)²⁵⁰. O acordo assumiu a forma de um pré-tratado, cujos termos explicitam tanto a tentativa de restabelecer a estabilidade quanto às condições materiais e políticas que a sustentariam.

O documento previa, em primeiro lugar, o “esquecimento completo do passado, sem reivindicações de nenhum tipo”, desde que a paz fosse retomada de forma “franca e leal”. Estabelecia ainda o compromisso de Juan Calfucurá de impedir invasões por parte dos grupos sob sua autoridade e de avisar a fronteira sempre que alguma ação fosse preparada sem seu consentimento. Em contrapartida, o comandante da Fronteira Sul comprometia-se a interceder junto ao Governo Nacional para a retomada do tratado de paz anteriormente vigente, com a regularização das *raciones*, preferencialmente entregues em Bahía Blanca, conforme o desejo do próprio cacique geral:

Art. 1º: Esquecimento completo do passado, sem reivindicações de nenhum tipo, sob a condição de que a boa paz há de seguir de novo franca e leal (...)

Art. 2º: O cacique geral D. Juan Calfucurá se compromete em não permitir que se faça efetiva nenhuma invasão pelos índios que dependem dele, e a dar aviso toda vez que se prepare alguma, sem seu consentimento.

Art.3º: O Sr. Cel. Comandante desta fronteira se empenhar para que o Governo Nacional siga outra vez com o tratado de paz que tinha antes estabelecido, acordando-lhes as *raciones* que antes recebiam para ser-lhes entregues, se possível, aqui mesmo em Bahía Blanca (..) e isso para satisfazer ao desejo do mesmo cacique geral. (Lavaggi, 2001, p.437-438)

A redação do primeiro artigo, especialmente a exigência de “esquecimento completo do passado”, sugere uma imposição clara da parte de Calfucurá, interessado em neutralizar reivindicações, punições ou responsabilizações anteriores. O pré-tratado demonstra assim, que, mesmo em um contexto de crescente militarização e endurecimento estatal, a paz ainda era construída por meio de concessões recíprocas, nas quais o cacique mantinha capacidade de impor condições e negociar em termos relativamente simétricos, ainda que cada vez mais instáveis.

Em 9 de janeiro de 1871, Emilio Mitre informa que o cacique Calfucurá havia renovado seu acordo de paz com o coronel Julián Murga, ficando estabelecido que o recebimento das *raciones* ocorreria exclusivamente por intermédio de Bahía Blanca. Nessa ocasião, o governo reforçou a centralização da negociação, orientando Calfucurá a dirigir

²⁵⁰ Olhar a carta original no Anexo 1.

quaisquer reclamações diretamente a Murga, o que evidencia a tentativa estatal de disciplinar e enquadrar as relações com as lideranças indígenas por canais formais e controlados (Lobos, 2015, p. 468)²⁵¹.

Apesar dessa renovação formal dos acordos, a estabilidade revelou-se frágil. A partir de maio de 1871, voltaram a ocorrer *malones* atribuídos a Calfucurá, indicando o rápido esgotamento dos mecanismos de contenção baseados na negociação e na distribuição de *raciones*. Em 3 de maio de 1871, o coronel Francisco de Elías conduziu uma ação militar decisiva, na qual Calfucurá e Manuel Grande ficaram gravemente feridos (Lobos, 2015, p. 468)²⁵². O episódio marca um ponto de inflexão, a passagem de uma política ainda sustentada em pactos precários para um enfrentamento armado mais direto, sinalizando os limites da diplomacia fronteiriça e a crescente predominância da solução militar no contexto do governo Sarmiento.

O periódico *La Tribuna* publicou, em 13 de maio de 1871 sob o título “A invasão indígena no sul”, uma carta de Francisco de Elías dirigida a Rufino Victorica, datada de 7 de maio do mesmo ano. No documento, Elías apresenta como um “triunfo completo” a ação militar realizada em conjunto com o cacique Catriel contra os chefes indígenas identificados como rebeldes, entre eles Calfuquil, Chipitrúz e Manuel Grande, no contexto da chamada Invasão Indígena do Sul, em maio de 1871. A ofensiva é justificada pela suposta rebelião desses caciques, atribuída à escassez de *raciones* e salários, e à hostilidade em relação a Catriel, acusado de alinhar-se “ao lado dos cristãos”.

Segundo o relato, o estopim da campanha teria sido o ataque conduzido por indígenas sob o comando de Manuel Grande contra o comissário Manuel Andrade, morto no confronto. Diante do que o periódico caracteriza como uma “atitude hostil dos índios”. Elías afirma ter mobilizado cerca de duzentos homens da Guarda Nacional, além das forças indígenas aliadas de Catriel, organizando uma operação ofensiva com ataques noturnos e ao amanhecer contra os acampamentos considerados insubmissos. O comandante descreve minuciosamente o plano e os combates, insistindo no caráter decisivo da ação e na entrada do inimigo em “completa derrota”.

O balanço apresentado enfatiza a assimetria dos resultados. A morte de lideranças indígenas, o abatimento de “noventa ou mais índios”, a captura de “cerca de quinhentas famílias”, além da apreensão de armas, cavalos e prisioneiros, mantendo “cerca de sessenta

²⁵¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁵² Olhar a carta original no Anexo 1.

índios” sob custódia. As perdas governamentais, por sua vez, são minimizadas, sendo registradas como “dez guardas nacionais mortos e dezesseis levemente feridos, incluindo quatro oficiais” (Lobos, 2015, p. 469–471)²⁵³. A narrativa de Elías constrói o episódio como uma vitória exemplar, reforçando a legitimação da repressão armada e sinalizando a consolidação de uma inflexão discursiva e prática, a substituição progressiva da negociação pela ação militar como eixo da política de fronteira no período final do governo Sarmiento.

No segundo semestre de 1871, a correspondência militar revela a consolidação da percepção de que os acordos estabelecidos com Calfucurá eram necessariamente provisórios e frágeis. Em 13 de julho de 1871, Francisco Borges escreve a Martín de Gainza, a partir de Azul, relatando uma nova invasão na região de La Blanca. No documento, Borges informa que enviou um mensageiro a Calfucurá com o objetivo de “ganhar tempo” e adiar o conflito, reconhecendo, porém, a baixa expectativa de sucesso da mediação. Segundo ele, cerca de mil indígenas haviam recentemente se concentrado no acampamento do cacique, descritos como famintos e propensos à pilhagem, enquanto membros da tribo de Chipitrúz, apontados como responsáveis por incursões anteriores, estariam movidos por vingança e se mostrariam intransigentes. O tom da carta sugere um cenário de instabilidade generalizada, no qual até mesmo Catriel demonstraria receio, sendo pressionado a apoiar as forças governamentais. Borges ainda registra o crescente descontentamento local com Francisco de Elías, indicando um ambiente de forte crítica interna à condução da política de fronteira (Lobos, 2015, p. 471)²⁵⁴.

Pouco depois, em 2 de setembro de 1871, Ignacio Rivas comunica a Gainza, também desde Azul, uma nova invasão sofrida em Blanca Grande, desta vez realizada por um pequeno grupo indígena. O episódio é interpretado como evidência definitiva da inutilidade das tratativas com Calfucurá. Rivas relata que ordenou a prisão de uma comissão enviada pelo cacique, interceptada em Sauce Corto, sob a justificativa de que os invasores pertenciam à sua tribo. A conclusão é contundente ao defender a ruptura “definitiva” com um cacique qualificado como “impotente e falso”, sinalizando a perda de confiança na autoridade política de Calfucurá e o abandono explícito da negociação como estratégia viável de controle da fronteira (Lobos, 2015, p. 472)²⁵⁵.

²⁵³ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁵⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁵⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

Entre setembro e outubro de 1871, a correspondência da Fronteira Sul explicita o colapso quase definitivo das relações diplomáticas com Calfucurá e o agravamento das tensões internas entre chefias indígenas aliadas ou toleradas pelo Estado. Em 15 de setembro de 1871, Ignacio Rivas informa a Martín de Gainza que um indígena ligado a Calfucurá, preso por forças de Catriel, teria revelado indícios de traição por parte de Raniqueo. Segundo o depoimento, ele teria incentivado Calfucurá a realizar uma invasão pelo oeste, em acordo mútuo, com o objetivo de libertar indígenas submetidos ao domínio cristão, evocando o precedente recente de Manuel Grande. Rivas aproveita o episódio para reforçar suspeitas antigas, atribuindo a Raniqueo e aos seus homens reiterados roubos nas regiões de Tapalqué e General Alvear, descrevendo seus toldos como um espaço permanente de criminalidade e qualificando como erro grave a confiança anteriormente depositada nele por Boerr (Lobos, 2015, p. 472)²⁵⁶.

Apesar desse ambiente de desconfiança, os canais de negociação não são imediatamente interrompidos. Em 20 de setembro de 1871, Cipriano Catriel comunica a Rivas, desde Azul, que Calfucurá teria prometido devolver os cavalos roubados na recente invasão de La Blanca, sinalizando, ao menos formalmente, disposição para conter o conflito (p. 472–473)²⁵⁷. No entanto, já no dia seguinte, Rivas escreve novamente a Gainza afirmando que, à luz da correspondência recebida, a invasão anunciada poderia não se concretizar ou, alternativamente, que a “traição de Calfucurá é grande”. Reconhecendo a ambiguidade da situação, declara-se preparado para qualquer desfecho. O oficial ressalta ainda uma regra recorrente da diplomacia indígena, não se responde a reclamações por bens roubados antes de sua devolução simultânea, o que explicaria a ausência de uma resposta formal do cacique. Ainda assim, Rivas mantém a expectativa de restituição integral, sustentada tanto pelo teor das cartas quanto pela retenção de uma comissão indígena como forma de pressão (Lobos, 2015, p. 473)²⁵⁸.

A ruptura torna-se explícita em 5 de outubro de 1871, quando Rivas comunica a Gainza que “Calfucurá nos enganou”, uma vez que foram devolvidos apenas 35 cavalos nacionais tomados em Blanca Grande. Diante do descumprimento parcial, o comandante informa que não libertará a comissão de Calfucurá até que o restante dos animais, e se possível, também o gado particular, seja restituído. O tom da correspondência indica a cristalização do conflito, Rivas afirma que o estado das relações pode ser avaliado pelas

²⁵⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁵⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁵⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

cartas anexas e destaca o caráter “bastante incisivo” da resposta de Calfucurá, reafirmando sua própria disposição de “não ceder um milímetro sequer” (Lobos, 2015, p. 473)²⁵⁹.

À luz da interpretação de Ingrid de Jong, os episódios analisados ao longo deste subitem permitem compreender que a política de acordos e tratados de paz implementada pelos governos de Mitre, Sarmiento e Avellaneda não se limitou à busca de pacificação pontual da fronteira, mas constituiu um instrumento central de ampliação da capacidade estatal de ordenar e condicionar o comportamento político indígena (Jong, 2009). No caso de Calfucurá, essa política se traduziu em uma progressiva redefinição dos termos da negociação. Se, nos anos anteriores, os tratados funcionavam como pactos relativamente flexíveis, baseados na reciprocidade e na mediação pessoal, ao longo do período observa-se um endurecimento das exigências estatais, com maior controle sobre circulação, entrega de cativos, devolução de bens e sobretudo, sobre o acesso às *raciones*.

As sucessivas renegociações, denúncias de traição, retenção de comissões e imposição de condições demonstram que os acordos passaram a operar menos como espaços de reconhecimento político e mais como mecanismos de disciplinamento. Ao mesmo tempo em que ampliava sua capacidade de intervenção, o Estado estreitava as margens de autonomia indígena, convertendo a paz em uma relação cada vez mais assimétrica e precária. Nesse contexto, as inflexões do discurso entre Mitre e Sarmiento não significaram a superação da negociação, mas a sua reconfiguração. Os tratados permaneceram centrais, porém cada vez mais subordinados a uma lógica de controle, que tornava a ruptura e a opção militar um desfecho recorrente e previsível.

A análise das correspondências de Calfucurá no período entre 1862 e 1871 demonstra que a unificação do Estado nacional, consolidada após 1862, não apenas redefiniu as bases formais da negociação na fronteira sul, mas passou a restringi-la de maneira estrutural. Se, em décadas anteriores, os tratados e a correspondência funcionavam como mecanismos de acomodação política entre autoridades relativamente autônomas, neste momento a negociação passa a ser subordinada a uma lógica estatal centralizada, que condiciona a paz ao controle militar, à vigilância permanente e à obediência estrita às normas impostas pelo governo nacional. A fronteira deixa de ser um espaço de pactuação instável para se tornar um território a ser disciplinado.

²⁵⁹ Olhar a carta original no Anexo 1.

Nesse contexto, a Guerra do Paraguai desempenha um papel decisivo, ainda que temporário. A mobilização de recursos e tropas para o conflito externo abriu uma breve janela de negociação, na qual o Estado voltou a recorrer a tratados, comissões e acordos de troca de cativos como forma de garantir estabilidade interna. Esse rearranjo, no entanto, não significou reconhecimento político duradouro das lideranças indígenas, mas uma solução pragmática diante de necessidades militares imediatas. Encerrado esse momento, a disposição estatal para a negociação diminui rapidamente, e a fronteira sul volta a ser pensada prioritariamente como problema de segurança.

As cartas de Calfucurá e de seus principais aliados, analisadas neste capítulo, revelam tanto permanências quanto transformações em relação ao período anterior. Persistem os apelos à amizade, à memória dos tratados e à reciprocidade material, especialmente no que diz respeito às *rationes*, ao comércio e à devolução de cativos. No entanto, observa-se uma inflexão significativa no uso da escrita, as cartas deixam de operar como instrumentos de expansão ou afirmação de alianças amplas e passam a funcionar, sobretudo, como recursos defensivos, destinados a conter represálias, justificar invasões, preservar canais de negociação e reafirmar a autoridade do cacique diante de seus capitães e das demais tribos.

Essa mudança revela a crescente pressão exercida sobre a liderança de Calfucurá. Ao mesmo tempo em que se vê obrigado a responder às acusações do comando militar, o cacique precisa demonstrar controle sobre seus aliados, administrar conflitos internos e garantir a sobrevivência material de seu grupo. As cartas tornam-se, assim, um espaço central de articulação política indígena, no qual se busca preservar a paz possível, ainda que cada vez mais precária, e sustentar uma ordem interna ameaçada tanto pelo avanço estatal quanto pelas tensões intertribais.

Os limites dessa estratégia tornam-se evidentes à medida que se intensifica o endurecimento do discurso civilizatório, especialmente durante o governo de Domingo Faustino Sarmiento. A crescente criminalização das lideranças indígenas, a leitura das invasões como expressão de traição ou barbárie e a transformação dos tratados em instrumentos de submissão esvaziam progressivamente a eficácia da diplomacia indígena. A negociação deixa de ser reconhecida como prática política legítima e passa a ser tolerada apenas enquanto funcional aos objetivos do Estado.

Dessa forma, o capítulo demonstra que, embora Calfucurá e suas redes políticas tenham mobilizado com habilidade os recursos da escrita, da negociação e da memória dos pactos, essa articulação encontrou limites intransponíveis diante da consolidação de um Estado que já não admitia a coexistência de ordens políticas autônomas na fronteira. O

período analisado marca, assim, não apenas o declínio da negociação, mas o esgotamento de um modelo de relação que por décadas, sustentou a governabilidade do sul, antecipando a passagem definitiva da diplomacia para a coerção.

Assim, o período analisado neste capítulo marca o esgotamento de uma forma específica de governar a fronteira, aquela baseada na alternância entre diplomacia, comércio, coerção limitada e reconhecimento tácito das lideranças indígenas. A partir da década de 1870, esse arranjo torna-se cada vez menos funcional a um Estado que se pretende soberano, homogêneo e territorialmente contínuo. O que se desenha, então, é a transição para uma nova etapa, na qual a fronteira deixa de ser negociada e passa a ser conquistada, processo que será examinado no capítulo seguinte.

Capítulo 4 - Da negociação à conquista: Calfucurá e a militarização da fronteira sul.

Ao longo das décadas de 1850 e 1860, a fronteira sul argentina foi marcada por uma intensa dinâmica de negociação entre autoridades estatais e lideranças indígenas. Tratados de paz, acordos locais, trocas comerciais e uma volumosa correspondência revelam que esse espaço esteve longe de constituir uma linha rígida de separação, funcionando antes como uma zona permeável, atravessada por mediações políticas, econômicas e diplomáticas. Nesse contexto, Juan Calfucurá destacou-se como um dos principais articuladores dessas relações, utilizando a escrita, o envio de comissões e a diplomacia indígena como instrumentos para preservar a paz, o comércio e sua autoridade interna.

A partir do final da década de 1860, contudo, esse arranjo começa a apresentar sinais claros de esgotamento. A consolidação do Estado nacional, o término da Guerra do Paraguai e a ascensão de um discurso cada vez mais marcado pela oposição entre civilização e barbárie redefiniram profundamente o lugar da fronteira na imaginação política argentina. Sob o governo de Domingo Faustino Sarmiento, a fronteira sul passou a ser concebida menos como um espaço de negociação e mais como um problema de ordem, segurança e expansão territorial, abrindo caminho para sua crescente militarização.

Este capítulo analisa esse processo de transição, examinando como a lógica da negociação foi progressivamente substituída por uma política de conquista e controle armado. A partir das correspondências, dos tratados e das notícias da imprensa, busca-se compreender de que maneira Juan Calfucurá reagiu a esse novo cenário, reformulando sua escrita e suas estratégias políticas diante do estreitamento das margens de diálogo e do avanço da presença militar sobre os territórios indígenas. Argumenta-se que, longe de representar uma ruptura súbita, a militarização da fronteira foi um processo gradual, marcado por tensões, tentativas de acomodação e resistências, que acabaram por impor limites estruturais à articulação política indígena.

4.1 A redefinição da fronteira sul como espaço estratégico do Estado.

Como observa Passetti, a redefinição da fronteira sul a partir do final da década de 1860 esteve associada à ascensão de uma nova geração de militares, marcada por uma concepção mais cientificista e pela defesa explícita de soluções de força. Essa geração, formada no contexto da Guerra do Paraguai, incluía nomes como Álvaro Barros, Lúcio

Victorino Mansilla e Juan Baer, e se colocava em oposição aos antigos chefes de fronteira, entre eles Benito Machado e Manuel Baigorria, que haviam privilegiado negociações pontuais com determinados caciques e estratégias defensivas de contenção (Passetti, 2012, p. 199).

Essa inflexão também se expressa no plano administrativo e político. Em janeiro de 1872, o ministro Martín Gainza enviou uma circular aos comandantes da fronteira solicitando o levantamento sistemático de informações sobre as invasões ocorridas, com o objetivo de avaliar, “por seus números e importância”, a eficácia dos meios e do sistema de defesa até então adotados. Na mesma circular, o governo reconhecia os limites da política vigente, admitindo a “impossibilidade de extinguir aos índios ou de submetê-los”, ao mesmo tempo em que buscava redefinir a fronteira como um problema técnico e estratégico a ser administrado pelo Estado nacional (SHE, 28/12/1871, apud Passetti, 2012, p. 199).

A correspondência trocada entre Gainza, Rivas e Victorica entre fevereiro e março de 1872 revela, contudo, o caráter ambíguo dessa nova política. De um lado, predominam a desconfiança e o cálculo estratégico em relação a Calfucurá e aos demais caciques, de outro, persistem práticas de apaziguamento consideradas ainda necessárias para evitar a eclosão de grandes conflitos. Em 8 de fevereiro, Gainza manifesta suspeitas sobre a entrega de *raciones* a Calfucurá, associando Catriel às informações antecipadas sobre invasões. Poucas semanas depois, em 21 de fevereiro, Gainza autoriza a concessão das *raciones* tanto a Catriel quanto a Calfucurá, justificando a medida como incentivo à manutenção da paz.

Essa tensão reaparece nas cartas de Rivas que, embora concorde com a entrega das *raciones*, alerta para o risco de fortalecer outros chefes, como Coliqueo e Raniqueo, cuja atuação é associada a roubos recorrentes na região de Alvear e Tapalqué. A fragilidade desse equilíbrio torna-se evidente em 4 de março de 1872, quando Rivas comunica a Victorica a iminência de uma nova invasão, atribuída a informações transmitidas por Calfucurá, e ordena movimentações militares preventivas em diversos pontos da fronteira (Lobos, 2015, p. 475)²⁶⁰. O episódio demonstra que, mesmo quando acionado como informante ou aliado circunstancial, Calfucurá já era incorporado a uma lógica de vigilância e controle, própria de uma fronteira cada vez mais concebida como espaço estratégico do Estado.

A redefinição da fronteira sul como espaço estratégico do Estado também se expressa na forma como os conflitos intra indígenas passam a ser percebidos e incorporados ao cálculo

²⁶⁰ Olhar a carta original no Anexo 1.

militar. Em 5 de março de 1872, o cacique Raniqueo informou ao coronel Boerr que fora surpreendido por Calfucurá, que teria chegado com cerca de “três mil e quinhentos homens”, mantendo-o, juntamente com sua tribo, sob vigilância e sem possibilidade de comunicação externa. Segundo o relato, Calfucurá condicionava a liberação dos prisioneiros à restituição de mensageiros detidos pelas autoridades, vinculando diretamente a situação do grupo de Raniqueo às negociações com o governo.

A carta descreve a proibição de reuniões, o isolamento dos membros do grupo indígena e a submissão forçada ao comando de Calfucurá, indicando um exercício efetivo de coerção política e militar sobre outros caciques. Ao apelar ao comandante da fronteira para intervir, Raniqueo adverte que, caso a exigência não fosse atendida, Calfucurá avançaria pessoalmente para impor suas condições, transformando o conflito local em uma ameaça mais ampla à estabilidade da fronteira (Lobos, 2015, p. 476)²⁶¹.

Para as autoridades, o episódio reforçava a percepção de que a fronteira não se limitava a uma linha de contenção contra invasões, mas constituía um espaço instável, atravessado por disputas de poder entre chefias indígenas e por formas autônomas de mobilização armada. Nesse contexto, Calfucurá deixava de figurar apenas como interlocutor diplomático ou aliado circunstancial e passava a ser observado como um agente capaz de reorganizar forças, impor lealdades e produzir desequilíbrios regionais, o que reforçava a necessidade de uma política de controle mais sistemática e militarizada.

A escalada das tensões na fronteira sul em março de 1872 também pode ser observada na correspondência enviada pelo próprio Calfucurá às autoridades militares. No dia 5 de março, o cacique escreve ao comandante Juan Boerr com o objetivo de justificar a captura de Raniqueo e a mobilização de um contingente indígena numeroso, apresentando sua ação como resposta legítima a sucessivas traições internas e como medida preventiva para preservar a ordem. Na carta, Calfucurá explicita o uso da força como instrumento político e reivindica para si a autoridade de regular conflitos entre chefes indígenas, ao mesmo tempo em que procura enquadrar sua ação dentro de uma relação de amizade e reconhecimento mútuo com o comando da fronteira:

Coronel Juan C. Boerr

La Verde, 5 de março de 1872

Coronel, hoje informo-lhe que no dia cinco vim surpreender o Cacique Andrés Raniqueo com todo o seu povo indígena. Vim com seis mil índios para pegar em armas devido à grande traição que cometeram contra Manuel Grande e Chipitrus e os demais capitães, enfim, devido aos muitos atos traiçoeiros que cometeram contra

²⁶¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

os soldados de Manuel Grande. Creio que ordenaram que o mesmo fosse feito com Raniqueo, e por isso, hoje levo o Cacique Raniqueo comigo para que o senhor não repita o ato, contanto que eu não apareça com sua fortaleza e o senhor não o prejudique, pois somos amigos. Se nada mais acontecer, peço apenas que o senhor aja com autoridade como Cacique. Atenciosamente,
Juan Calfucurá (Lobos, 2015, p. 476-477)²⁶².

A correspondência demonstra uma inflexão decisiva no papel de Calfucurá na fronteira. Ao declarar ter mobilizado “seis mil índios” e ao assumir explicitamente a captura de outro cacique, ele se posiciona como mediador armado das disputas internas e como chefe capaz de impor coerção territorial. Ao mesmo tempo, procura preservar uma linguagem diplomática em relação ao Estado, apelando à amizade pessoal e solicitando que Boerr “aja com autoridade como Cacique”, num claro esforço de reconhecimento recíproco de jurisdições.

Para os comandantes da fronteira, contudo, cartas como essa reforçavam a percepção de que a região deixava de ser apenas um espaço de negociação instável para se tornar um território estratégico, marcado por concentrações armadas indígenas, disputas de soberania e riscos imediatos à segurança. Não por acaso, a partir desse episódio, os informes trocados entre os chefes militares da fronteira tornam-se mais frequentes e assumem um tom de vigilância permanente, antecipando o avanço de soluções cada vez mais militarizadas.

A percepção da fronteira sul como espaço estratégico se consolida nos informes militares produzidos nos primeiros dias de março de 1872, que passam a mapear com precisão os deslocamentos indígenas, seus pontos de concentração e objetivos territoriais. Em 6 de março, o comandante Juan Boerr informa que “Calfucurá invadiu La Verde com cerca de mil e quinhentos índios” e que os seguidores de Raniqueo “parecem estar de acordo”, acampados conjuntamente e realizando “reuniões de distribuição de terras”. A divisão indígena permanece em La Verde à espera de reforços, enquanto tropas governamentais se concentram em San Carlos (Lobos, 2015, p. 477)²⁶³.

No mesmo dia, Arredondo comunica a Gainza que “Calfucurá está liderando a invasão”, marchando há cerca de oito dias, avançando lentamente e aguardando a adesão de outras tribos convidadas, o que reforça a leitura de uma mobilização articulada e planejada (Lobos, 2015, p.477)²⁶⁴. Esses informes destacam não apenas a dimensão numérica da força

²⁶² Olhar a carta original no Anexo 2.

²⁶³ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁶⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

indígena, mas também sua lógica territorial, evidenciada pela escolha de pontos estratégicos de água e de permanência.

Em 7 de março, a tensão se intensifica com a chegada de um mensageiro de Calfucurá, que exige a rendição das forças da fronteira para evitar combate, anunciando a aproximação de “cerca de três mil índios que falam espanhol” ao amanhecer, com o objetivo declarado de sitiá-la e “impedir a permanência” de forças cristãs nas cercanias de 9 de Julio e 25 de Mayo (Lobos, 2015, p. 477)²⁶⁵.

Diante desse cenário, Rivas informa a Gainza que não poderia alterar o itinerário das tropas, pois avalia que os indígenas convergem para um ponto decisivo de abastecimento hídrico e ameaçam diretamente o Forte San Carlos. Sua resposta evidencia a centralidade militar adquirida pela fronteira naquele momento: “Se eu não os encontrar lá esta tarde, marcharei sobre o forte” (Lobos, 2015, p. 477-478)²⁶⁶.

Em conjunto, esses documentos revelam como a fronteira deixa de ser percebida como zona difusa de negociação para ser tratada como palco de operações, no qual o controle de água, a ocupação de posições-chave e a antecipação do movimento indígena passam a orientar as decisões estratégicas do Estado.

A transformação da fronteira sul em espaço estratégico do Estado manifesta-se de forma explícita nos telegramas publicados pela imprensa em março de 1872, que registram tanto a escala da mobilização indígena quanto a rápida articulação militar das forças estatais. Em 10 de março de 1872, *La Tribuna* publica um telegrama enviado pelo Subinspetor da Região Central ao Ministro do Interior, no dia 8 de março, no qual se descreve a dimensão da invasão conduzida por Calfucurá e seus aliados:

Os índios estão recuando além da linha de fortes. Estão levando um imenso rebanho, estimado em mais de cinquenta mil cabeças de gado deste distrito e de 25 de Maio, e mais de dez mil éguas, algumas ovelhas, muitas famílias cativas, e queimaram e saquearam vários assentamentos; os invasores são de Calfucurá e Mariano Rosas, juntamente com Raninqueo e todos os seus homens. Estima-se que haja até três mil índios aqui, e acredito que haverá entre mil e mil e trezentos. O Coronel Boer esteve no Forte San Carlos ontem à noite aguardando a chegada das divisões Norte e Sul. Os índios de Coliqueo estão vindo com o Coronel Justas. As divisões poderão derrotar os índios com vantagem. No distrito de 25 de Maio, Deixei cerca de 300 soldados da Guarda Nacional Armada para prestar auxílio. (Lobos, 2015, p. 478)²⁶⁷.

²⁶⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁶⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁶⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

O telegrama demonstra a leitura estatal da fronteira como zona de conflito aberto, na qual a contabilidade de cabeças de gado, de cativos e de forças em marcha passa a orientar decisões militares imediatas. A referência à concentração de tropas, à articulação entre divisões e à expectativa de enfrentamento reforça a centralidade do Forte San Carlos como ponto estratégico de contenção. No dia seguinte, em 9 de março de 1872, outro telegrama, enviado pelo Juiz de Paz de 9 de Julio ao ministro Gainza, já anunciava o desfecho do confronto:

por nota datada de ontem, do Coronel Borges a este tribunal, Vossa Excelência foi informada de que o General Rivas, com forças das fronteiras sul e oeste, derrotou Calfucurá em frente ao Forte San Carlos. Uma vitória foi alcançada. Mais de 200 índios foram mortos e mais de 20.000 cabeças de gado e muitos cativos foram resgatados. O próprio Calfucurá comandou a batalha. Os índios que apareceram na linha somavam 1.500 lanceiros, e a perseguição percorreu 8 léguas (Lobos, 2015, p. 478)²⁶⁸.

O confronto, posteriormente conhecido como Batalha de San Carlos, marca um ponto de inflexão na dinâmica da fronteira. Como observa Alessandra Seixlack, tratou-se “quicá da mais importante expressão da fragmentação das alianças indígenas e do início da decadência do poderio de Juan Calfucurá nos Pampas” (Seixlack, 2018, p. 117). Nesse sentido, San Carlos não apenas encerra um episódio militar, mas sinaliza a consolidação da fronteira como espaço prioritário de intervenção armada e de reordenamento político imposto pelo Estado.

Nesse contexto, a observação de Alessandra Seixlack ajuda a compreender por que os acordos firmados na fronteira tornaram-se cada vez mais instáveis e precários. Ao se constituir como uma instituição profissional, coesa e nacional, o Exército argentino passou a operar segundo parâmetros técnicos, logísticos e simbólicos profundamente distintos daqueles que haviam orientado a administração da fronteira nas décadas anteriores. A incorporação de novas tecnologias, como os fuzis Remington, o telégrafo, os navios a vapor e a ferrovia, não apenas desequilibrou os confrontos armados em favor das forças estatais, como também redefiniu o próprio sentido da guerra e da ocupação territorial (Seixlack, 2018, p. 118).

Para a geração de militares formada pela experiência da Guerra do Paraguai, os lentos avanços territoriais, os acordos provisórios e os enfrentamentos recorrentes com os indígenas passaram a ser percebidos como estratégias insuficientes e anacrônicas diante de um Estado que agora dispunha de meios materiais e organizacionais para impor soluções definitivas.

²⁶⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

Nesse cenário, a negociação deixa de operar como eixo estruturante da política fronteiriça e passa a ser tolerada apenas como expediente circunstancial de contenção, subordinado a uma lógica crescente de militarização e controle.

Assim, a fronteira sul consolida-se, a partir de 1872, como um espaço de intervenção armada permanente, no qual os tratados de paz tornam-se frágeis e reversíveis, enquanto a linguagem da segurança, da eficácia militar e da pacificação substitui progressivamente a diplomacia indígena e os mecanismos de mediação. Essa redefinição estratégica prepara o terreno para o endurecimento do discurso civilizatório e para a passagem, nos anos seguintes, da negociação à conquista aberta.

4.2 O endurecimento do discurso civilizatório.

A redefinição da fronteira sul como espaço estratégico do Estado não se sustentou apenas na ampliação dos meios militares e tecnológicos, mas foi acompanhada por um endurecimento progressivo do discurso político que legitimava a expansão territorial e a subordinação, ou eliminação, das populações indígenas. Esse discurso não surgiu de forma improvisada nos anos 1870, ele se enraizou em uma matriz intelectual anterior, formulada pela chamada Geração de 1837.

Constituída por jovens oriundos das elites letradas de Buenos Aires e de algumas províncias do Interior, a chamada Geração de 1837 se constituiu como um grupo destinado a substituir a classe política que havia conduzido o país desde a Revolução da Independência até a fracassada tentativa de organização unitária, considerada por seus próprios integrantes como “catastrófica” (Halperin Donghi, 2005, p. 35). Esses intelectuais partilhavam a convicção de que a construção da nação exigia uma profunda reorganização institucional, social e cultural, capaz de romper com o legado colonial e com aquilo que identificavam como a persistência de formas políticas arcaicas.

Formados majoritariamente na Universidade de Buenos Aires, esses letrados encontraram no Salão Literário²⁶⁹, que funcionou por alguns meses em 1837 na cidade portenha, um espaço privilegiado de sociabilidade intelectual e de circulação de ideias. Ali discutiam obras europeias e experiências políticas estrangeiras, especialmente francesas,

²⁶⁹ Para saber mais sobre como se deu a criação do Salão Literário em Buenos Aires, veja o capítulo 2 do livro de Freitas Neto, *Uma rede de intelectuais: o Salão Literário e a Geração de 1837* In: Freitas Neto, José Alves. **Percorrendo o vazio: intelectuais e a construção da Argentina no século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2021. Segundo o autor, “o Salão Literário e suas leituras e discussões coletivas marcaram a história do pensamento argentino por lançar dois desafios complementares: identificar os problemas que o país enfrentava e o estabelecimento de uma nação moderna.” (Freitas Neto, 2021, p. 74).

inglesas e norte-americanas, que serviam como referência para a formulação de projetos de organização política e social voltados à afirmação das instituições modernas sobre os costumes e valores tradicionais (Marcelo, 2014, p. 7).

Inspirados por concepções iluministas de progresso, civilização e racionalidade, os integrantes da Geração de 37 elaboraram uma crítica contundente ao governo de Juan Manuel de Rosas, identificado como a expressão máxima da “barbárie” e do atraso político. Mais do que uma oposição conjuntural, tratava-se de um projeto de transformação cultural de longo prazo, cujo objetivo central era a construção de uma identidade nacional fundada na homogeneização institucional, na centralização do poder e na redefinição dos critérios de pertencimento à comunidade política.

É nesse contexto que se inserem figuras como Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), Juan Bautista Alberdi (1810-1884), Bartolomé Mitre (1821-1906), Esteban Echeverría (1805-1851) e Juan María Gutiérrez (1809-1878), entre outros, cujas formulações ultrapassaram o momento imediato de sua emergência. Como observa Freitas Neto (2021), a Geração de 37 atuou na sociedade argentina por mais de quatro décadas, produzindo projetos, interpretações e diagnósticos que moldaram de forma duradoura o imaginário político nacional. Suas ideias forneceram, assim, o repertório conceitual a partir do qual, já na segunda metade do século XIX, se tornaria possível justificar o endurecimento das políticas de fronteira e a progressiva deslegitimação das formas indígenas de autonomia política.

Assim, para intelectuais e políticos argentinos do século XIX, sobretudo a partir da segunda metade do período, quando se intensifica a aplicação do projeto de consolidação do Estado nacional, os países europeus industrializados e suas populações passaram a ser concebidos como os portadores legítimos da “civilização”. À medida que os elementos considerados tipicamente americanos, em especial os povos indígenas, foram progressivamente associados à “barbárie”, operação discursiva que fornecia base ideológica para ações estatais voltadas à sua eliminação ou substituição. Como observam Pompeu e Seixlack (2017, p. 2–3), a implantação de instrumentos materiais do progresso, como telégrafos, ferrovias e infraestrutura militar, e a promoção da imigração europeia para os chamados “desertos” argentinos integravam um mesmo esforço de civilização do território.

Nesse contexto, a noção de “deserto” assume papel central no vocabulário político e intelectual do período. Carmen Bernand (2016) chama atenção para a polissemia do termo, que operava simultaneamente em diferentes registros. Em primeiro lugar, o deserto era concebido como um espaço onde o direito não se exercia plenamente, isto é, um território situado fora da ordem legal e institucional do Estado. Em uma segunda compreensão, o

deserto aparecia como sinônimo de vazio demográfico, ainda que habitado por populações indígenas consideradas incapazes de explorá-lo de forma “produtiva” segundo os parâmetros europeus.

Essa leitura foi formulada de maneira explícita por Juan Bautista Alberdi, para quem um território de cerca de duzentas mil léguas não poderia abrigar apenas oitocentos mil habitantes. Em 1852, Alberdi afirmava de forma categórica que “o indígena não figura nem constitui parte de nossa sociedade política e civil” (Bernand, 2016, p. 163)²⁷⁰, excluindo-o do corpo da nação e reforçando a ideia de que a ocupação legítima do território dependeria da introdução de populações consideradas civilizadas.

Por fim, uma terceira interpretação do deserto o definia como o espaço natural da barbárie, em contraposição às cidades²⁷¹, especialmente Buenos Aires, vistas como os únicos lugares possíveis do progresso e da civilização. Nessa chave, a imigração europeia surgiu como a solução privilegiada para “acabar com o deserto” (Bernand, 2016, p. 163), convertendo a fronteira interna em um problema a ser resolvido pela ocupação, pelo povoamento e pela submissão militar. Assim, a fronteira sul, longe de ser reconhecida como um espaço de relações políticas complexas, passou a ser representada como um vazio²⁷² a ser conquistado, o que contribuiu para o progressivo esvaziamento das alternativas de negociação com lideranças indígenas como Juan Calfucurá.

Nesse horizonte intelectual, o problema central colocado pela elite letrada argentina era como construir uma nação “a partir do vazio” (Halperin Donghi, 2005). A formulação do deserto, contudo, implicava apagar deliberadamente a presença de populações que efetivamente habitavam esses espaços, como os diversos grupos indígenas abordados no

²⁷⁰ Do original: Alberdi había declarado en 1852: “el indígena no figura ni constituye parte de nuestra sociedad política y civil.” (Bernand, 2016, p. 163)

²⁷¹ A ideia de que a cidade representava a civilização não foi uma invenção do século XIX. Segundo Antonio Annino, essa ideia pertencia à tradição do jusnaturalismo católico desde o século XVI, tendo muito êxito na América hispânica colonial. Sendo reinterpretada no século XIX de acordo com o moderno constitucionalismo (Annino, 1994, p. 230).

²⁷² O termo deserto é muito mais comum de ser encontrado do que “vazio” nas discussões acerca da criação do Estado Nacional Argentino. No entanto, autores como José Alves de Freitas Neto, tem optado por usar o termo vazio. A justificativa feita por ele para a utilização de tal termo é baseada principalmente a partir de suas fontes principais, que são as principais obras de Esteban Echeverría e o periódico *La Moda* (1837-1838). Assim, ele concorda a partir do texto *La Cautiva*, que os dois termos podem expressar incômodo e solidão, e justifica sua escolha em dois pontos de vista: “O primeiro, e mais palpável, é que o deserto compõe um discurso sobre o campo, sobre extensões gigantescas e, conseqüentemente, representa-se como cartografia imaginária. O segundo remete diretamente a uma das fontes da pesquisa - *La Moda* - e ao seu universo cotidiano. O periódico projeta, sobre Buenos Aires, a sensação de incompletude diante do intuito civilizador e das concepções culturais, estéticas, políticas e sociais que esses escritores professavam. A questão, portanto, é mais do que semântica e envolve um exercício interpretativo que parte de Buenos Aires, lança-se sobre a paisagem do campo, mas também incorpora os portenhos e seus hábitos.” (Freitas Neto, 2021, p.23-24)

primeiro capítulo. A operação discursiva consistiu, portanto, não apenas em negar essa presença, mas em desqualificá-la politicamente.

Produziu-se, assim, um ideal de nação que colocava o indígena com atributos incompatíveis com o modelo de argentino que se buscava consolidar. Como sintetiza Ivía Minelli, o indígena passou a funcionar como “referencial do atraso econômico hispânico, do primitivismo cultural e da instabilidade política”, em contraste com o projeto de enquadrar o país em um suposto curso evolutivo da civilização (Minelli, 2019, p. 1). Essa leitura transformava diferenças culturais e formas próprias de organização social em sinais de atraso, legitimando sua exclusão do corpo político nacional.

Os discursos elaborados pela chamada “Geração de 37” foram decisivos para difundir a ideia de uma desorganização cultural indígena e para sustentar a noção de seu desaparecimento inevitável, ainda que fictício. Mais do que uma reflexão abstrata, tratava-se de um repertório político voltado à reorganização do poder. Como observa Freitas Neto, o projeto desses intelectuais implicava uma estratégia de “conquista de poder”, na qual a queda de Rosas aparecia como difícil, mas inevitável; entretanto, o principal obstáculo à realização desse plano não residia apenas na remoção do caudilho, e sim na persistência do “barbarismo” no interior da sociedade argentina (Freitas Neto, 2021, p. 47). Nesse sentido, a questão indígena foi incorporada ao centro do debate sobre a construção nacional, deixando de ser um problema periférico para se tornar um elemento estruturante do discurso civilizatório.

Domingo Faustino Sarmiento²⁷³ publicou *Facundo* em 1845, quando ainda se encontrava exilado no Chile. Nesse período, participou ativamente da vida intelectual chilena, colaborando em periódicos, exercendo a direção da *Escuela Normal* e destacando-se sobretudo no campo pedagógico. Foi também em 1845 que obteve apoio financeiro do governo chileno para viajar à Europa e aos Estados Unidos, com o objetivo de estudar sistemas educacionais e modelos institucionais considerados exemplares para o futuro da Argentina.

O próprio título da obra *Facundo: Civilização e Barbárie*, sintetiza os dois eixos centrais do livro. De um lado, a reconstrução biográfica de Facundo Quiroga, que pode ser

²⁷³ Sarmiento era do interior, nascido no ano de 1811 na província de San Juan, em uma família não tão abastada, mas que era tradicional da cidade. Seu contato com as discussões do grupo “Geração de 37”, não se deram via frequência ao Salão Literário de Buenos Aires. Sarmiento fora ter contato com tais debates durante seu exílio no Chile, porém mesmo assim ficou conhecido por ser um dos principais integrantes desse grupo de letrados (Marcelo, 2014). Sobre Sarmiento, ver: <https://leha.fflch.usp.br/domingo-faustino-sarmiento-argentina-1811-1888>. Acesso em: 23 de janeiro de 2025.

lida como uma crítica indireta à tirania de Juan Manuel de Rosas; de outro, a formulação de uma interpretação mais ampla sobre a oposição entre civilização e barbárie, que se tornaria uma das principais centrais do pensamento político argentino do século XIX. Como observa Maria Lígia Prado, Sarmiento inaugurou uma leitura que opunha o campo, entendido como espaço da barbárie e da ação federalista às cidades, concebidas como espaço da civilização, do progresso e da cultura letrada. Essas oposições eram simultaneamente políticas, federalistas versus unitários e culturais, tradição oral *versus* mundo letrado (Prado, 1996, p. 26).

Essa divisão também estruturava a leitura *sarmientina* do território nacional. Em *Facundo*, o deserto aparece como um espaço de vastidão e solidão, definido não apenas por sua extensão física, mas por sua suposta ausência de vida social organizada. “O mal que aflige a República Argentina, é a extensão: o deserto a envolve por todos os lados, e é sugerido às entranhas; a solidão, a terra deserta sem habitação humana, são, geralmente, os limites inquestionáveis entre umas províncias e outras” (Sarmiento, 1999, p. 21). A descrição da imensidão das planícies, florestas e rios, bem como da ameaça constante representada pelos “selvagens” nas fronteiras, reforça a ideia de que a extensão territorial seria, em si, um dos principais males que afligiam a República Argentina. Trata-se de uma representação que associa o espaço além das cidades à insegurança, ao atraso e à violência, naturalizando a oposição entre cidade civilizada e fronteira bárbara.

Nesse quadro, os povos indígenas ocupam um lugar claramente definido no discurso de Sarmiento. Eles são descritos como grupos marcados pela ociosidade e pela incapacidade para o trabalho contínuo, mesmo sob coerção, o que os excluiria do projeto de construção nacional baseado no progresso e na racionalidade econômica (Sarmiento, 1999, p. 28). A edificação da nação, portanto, estaria reservada aos “homens instruídos”, capazes de impor ordem, disciplina e produtividade ao território. É nesse ponto que se consolida a terceira concepção de deserto discutida anteriormente: aquela que o entende como espaço natural da barbárie, a ser superado pela expansão da cidade, da educação e da presença de populações não indígenas (Sarmiento, 1999, p.67). Para Sarmiento, a civilização só poderia se propagar a partir dos centros urbanos, sendo a imigração europeia concebida como o principal instrumento de moralização e ordenamento social do país. Como afirma o autor, a imigração tornou-se “o principal elemento de ordem e moralização de que a República Argentina depende agora” (Sarmiento, 1999, p. 263). Dessa forma, *Facundo* não apenas critica o rosismo, mas oferece uma base discursiva que legitima políticas de ocupação territorial, exclusão indígena e transformação violenta da fronteira em nome da civilização.

Além disso, a leitura que Sarmiento fazia da fronteira aproxima-se daquela posteriormente formulada por Frederick Jackson Turner (1893), na qual a expansão civilizatória se dá a partir do enfrentamento e da derrota do mundo considerado selvagem. Para Sarmiento, a fronteira não era um espaço de negociação ou convivência, mas um limite antagônico, no qual se confrontavam, de forma irreconciliável, a sociedade oriunda da colonização europeia e os elementos identificados como propriamente americanos (Pompeu, 2018, p. 19).

Essa concepção aparece de maneira explícita em *Facundo*, quando o autor descreve a vida pastoril e a ocupação extensiva do território como obstáculos estruturais à organização política e ao triunfo da civilização europeia, de suas instituições, riqueza e liberdade. Ainda que reconheça um certo “lado poético” dessa realidade, Sarmiento subordina tal dimensão estética à centralidade do conflito, concebendo a história americana como uma luta permanente entre civilização e barbárie, “entre inteligência e matéria”, travada sobretudo na fronteira (Sarmiento, 1999, p. 38).

Nesse registro, a fronteira é elevada à condição de espaço dramático por excelência, onde se desenrolaria uma batalha fundadora da nacionalidade. A valorização literária das “grandiosas cenas naturais” não suaviza o diagnóstico político; ao contrário, reforça a ideia de que o avanço da civilização exige a superação e, em última instância, a eliminação da barbárie indígena. Assim, o discurso *sarmientino* combina estética, história e política para naturalizar a violência como etapa necessária do progresso, contribuindo para a consolidação de uma base intelectual que legitimaria a militarização da fronteira e o abandono das práticas de negociação que haviam caracterizado períodos anteriores.

Ainda atravessado pela noção de deserto e pelas discussões sobre fronteira até aqui apresentadas, o pensamento de Juan Bautista Alberdi ocupa lugar central nesse debate. Publicado em 1852, *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* foi escrito em um momento de profunda instabilidade política, marcado pela Batalha de Monte Caseros²⁷⁴ e pela iminente queda de Juan Manuel de Rosas, quando o espaço nacional encontrava-se fragmentado entre a Província de Buenos Aires, sob a liderança de Bartolomé Mitre, e a Confederação Argentina, dirigida por Justo José Urquiza.

²⁷⁴ Debatida no Capítulo 1 desta dissertação.

Alberdi²⁷⁵, que passou grande parte de sua vida no exílio e só retornaria definitivamente à Argentina em 1879, exerceu, ainda assim, influência decisiva na formulação dos projetos institucionais do país. Diferentemente de Sarmiento, cujo discurso se estruturava fortemente em oposições morais e culturais, Alberdi conferiu ao “deserto” uma leitura de caráter político, jurídico e econômico. Reconhecia a presença indígena nesses territórios, mas negava-lhe legitimidade enquanto forma válida de ocupação e exploração, uma vez que tais populações não correspondiam, em sua perspectiva, aos requisitos do progresso material e da organização moderna do Estado (Bernand, 2016).

Nesse sentido, Alberdi identificava os povos indígenas do “deserto” como entraves estruturais à construção nacional, descrevendo-os como inimigos do desenvolvimento americano por estarem, segundo sua visão, desprovidos de ambição, presos a usos e costumes tradicionais e inseridos em uma cultura associada ao atraso e à pobreza (Marcelo, 2014, p. 12-13). Assim, ao transformar a questão indígena em um problema de organização política e econômica, Alberdi contribuiu para consolidar um repertório discursivo que legitimava a ocupação do território por meio da imigração europeia e da expansão das instituições estatais, deslocando definitivamente a fronteira do campo da negociação para o da intervenção civilizatória.

Embora o pensamento de Juan Bautista Alberdi e de Domingo Faustino Sarmiento não tenha sido plenamente harmônico, marcado por divergências²⁷⁶ em torno do desenho constitucional, do papel do estrangeiro e dos rumos da educação nacional, ambos convergiram em pontos decisivos no que diz respeito à valorização da herança europeia como parâmetro civilizatório e à forma como os povos indígenas eram representados em seus projetos de nação. É sobre essas convergências, mais do que sobre suas discordâncias, que se concentra a análise aqui proposta.

Nos escritos de ambos, a noção de “deserto” opera como uma categoria profundamente ambígua. Ao mesmo tempo em que nomeia o problema da “barbárie”, ela também possui a promessa de transformação e desenvolvimento, desde que submetida à ação ordenadora do Estado e à introdução de elementos considerados civilizados (Pompeu, 2018,

²⁷⁵ Alberdi nasceu no ano de 1810 na província de Tucuman, se mudou para Buenos Aires para estudar Direito, no entanto não se formou pela Universidade de Buenos Aires, tendo que deixar a cidade por conta da Ditadura Rosista, a qual ele se opunha. Se formou então em Direito em Córdoba. Para saber mais: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/quien-fue-juan-bautista-alberdi-el-procer-que-aparece-en-el-billete-de-2000-nid14112024/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

²⁷⁶ Para discussões que abordem as discordâncias entre esses dois intelectuais, ver os trabalhos de (Freitas Neto, 2021) e (Marcelo, 2014).

p. 28). Tal concepção não apenas desconsiderava a presença efetiva de populações indígenas nesses territórios, como as deslegitimava enquanto sujeitos políticos aptos a integrar o projeto nacional.

Ainda que elaboradas em contextos distintos e com diferenças de ênfase, as reflexões de Sarmiento e Alberdi contribuíram decisivamente para consolidar uma leitura hierarquizante do território e de seus habitantes, na qual os povos indígenas eram concebidos como obstáculos à ordem, ao progresso e à unidade nacional. Ao longo da segunda metade do século XIX, esse repertório conceitual forneceu os fundamentos simbólicos, morais e intelectuais que sustentaram políticas cada vez mais coercitivas na fronteira, convertendo a violência estatal em instrumento legítimo de civilização.

Dessa forma, o endurecimento do discurso civilizatório não pode ser compreendido apenas como uma retórica justificadora das campanhas militares, mas como elemento constitutivo do próprio processo de nacionalização do espaço e de redefinição dos limites do pertencimento político. É a partir dessa base que a negociação com caciques como Juan Calfucurá deixa de ser percebida como uma necessidade estrutural da governabilidade fronteiriça e passa a ser tratada como uma concessão transitória, subordinada a um horizonte considerado inevitável: a incorporação plena da fronteira ao corpo da nação.

Como observa Freitas Neto, tanto a produção de um discurso estético-literário quanto a atuação no campo do periodismo eram compreendidas pelos integrantes da chamada Geração de 1837 como instrumentos centrais para derrotar a tirania de Rosas e simultaneamente, formar politicamente a população (Freitas Neto, 2021, p. 22). A imprensa, nesse sentido, não era concebida apenas como espaço de opinião, mas como um dispositivo pedagógico voltado à modelagem de sensibilidades, valores e identidades compatíveis com o projeto de nação em gestação.

Diversos intelectuais desse grupo atuaram diretamente em periódicos, entre eles Domingo Faustino Sarmiento e Juan María Gutiérrez. Sarmiento teve participação destacada no *El Nacional*, jornal fundado em Buenos Aires em 1852 por Dalmacio Vélez Sarsfield, que se tornaria um importante espaço de circulação das ideias da elite política letrada. O periódico reuniu figuras centrais da vida pública argentina, como Bartolomé Mitre, Vicente Fidel López e Nicolás Avellaneda, evidenciando a estreita articulação entre produção intelectual, imprensa e exercício do poder estatal.

Nesse mesmo horizonte, Alberdi atribuía à imprensa, à educação e à escrita da história um papel estratégico na ruptura com os legados da antiga ordem social e política,

entendidos como entraves ao progresso. Para ele, a capacidade de projetar novos imaginários coletivos por meio das letras e dos periódicos era fundamental para redefinir os critérios de pertencimento à comunidade nacional (Freitas Neto, 2021, p. 22). Tal perspectiva aparece de forma explícita quando Alberdi afirma:

A imprensa, a educação e a história, preparadas para o povo, devem trabalhar para destruir as preocupações com o estrangeirismo, pois é um obstáculo que luta de frente com o progresso deste continente. [...]. A imprensa de iniciação e propaganda do verdadeiro espírito de progresso deve perguntar aos homens do nosso povo se eles se consideram de raça indígena, se eles se consideram índios pampas ou pehuenches por origem, se eles se acreditam descendentes de selvagens e gentios, e não das raças estrangeiras que trouxeram a religião de Jesus Cristo e a civilização da Europa a este continente, outrora pátria dos gentios. (Alberdi, 2017, p.95)²⁷⁷

A passagem explícita como o projeto civilizatório formulado por Alberdi pressupunha a negação simbólica da origem indígena como condição para a integração nacional. Ao associar progresso, civilização e pertencimento político à herança europeia, a imprensa se tornava um instrumento de exclusão e hierarquização, operando ativamente na construção de um imaginário nacional que relegava os povos indígenas ao lugar da alteridade indesejável. Assim, o endurecimento do discurso civilizatório não se limitava ao plano das ideias, mas se materializava em práticas discursivas que preparavam o terreno para a legitimação da violência estatal e para a transformação da fronteira em espaço de conquista.

A propagação dos imaginários sobre o “índio selvagem” atravessou de maneira estrutural os debates ligados à criação e à consolidação do Estado nacional argentino, manifestando-se tanto nos marcos institucionais quanto nas políticas públicas formuladas ao longo da segunda metade do século XIX. Esses imaginários estiveram presentes, por exemplo, na Constituição de 1853, no incentivo sistemático à imigração europeia e estadunidense, bem como nas discussões em torno da legislação de terras e da ocupação dos chamados “desertos”.

Para Juan Bautista Alberdi, a Constituição não era um instrumento neutro ou meramente jurídico. Ao contrário, tratava-se de um dispositivo central de institucionalização da nação e, simultaneamente, de elaboração de um novo ideal de povo. Como observa

²⁷⁷ Tradução nossa do original: “La prensa, la educación y la historia, preparadas para el pueblo, deben trabajar para destruir la preocupación por el extranjerismo, pues es un obstáculo que lucha frontalmente con el progreso de este continente. [...]. La prensa iniciática y propagandística del verdadero espíritu de progreso debe preguntar a los hombres de nuestro pueblo si se consideran de raza indígena, si se consideran indios pampas o pehuenches de origen, si se creen descendientes de salvajes y gentiles, y no de las razas extranjeras que trajeron la religión de Jesucristo y la civilización de Europa a este continente, otrora patria de los gentiles”. (Alberdi, 2017, p.95).

Cristiane Maria Marcelo, Alberdi atribuía à Carta Magna um papel decisivo na conformação de hábitos, valores e sensibilidades considerados compatíveis com a civilização moderna, uma vez que “a criação de novas instituições, o incentivo à entrada de imigrantes dariam margem à formação de um povo com hábitos requintados” (Marcelo, 2014, p. 16).

Encabeçada por Alberdi e inspirada no liberalismo e no federalismo estadunidense, a Constituição de 1853 incorporou, em sua gênese, o incentivo à imigração como eixo estruturante do projeto nacional (Mateo, 2013, p. 89). Esse tema ganhou novo fôlego nos debates políticos da segunda metade do século XIX, culminando na promulgação da Lei nº 817 de Imigração, em 1876. O estímulo à entrada de estrangeiros europeus e norte-americanos caminhava, assim, lado a lado com a deslegitimação das presenças indígenas e com o apagamento de suas historicidades, compreendidas como obstáculos à ocupação produtiva e à modernização do território.

Nesse contexto, os periódicos assumiram um papel estratégico na difusão e naturalização dessas representações. A imprensa tornou-se um espaço privilegiado de mobilização da opinião pública em torno das políticas de fronteira, contribuindo para consolidar uma leitura binária que opunha civilização e barbárie e que apresentava a expansão militar como uma resposta necessária à desordem indígena. Conforme temos apresentado desde o segundo capítulo desta dissertação, ao reforçar a imagem do indígena como ameaça permanente à propriedade, à segurança e ao progresso, os jornais passaram a legitimar o avanço do Exército e as incursões sobre terras autóctones.

É nesse ambiente discursivo, marcado pela convergência entre projetos institucionais, imaginários civilizatórios e atuação da imprensa, que a Batalha de San Carlos é interpretada não apenas como um episódio militar, mas como um momento decisivo de deslegitimação política de Juan Calfucurá. No próximo subitem, analisa-se como a imprensa atuou na construção desse evento como prova da necessidade de ruptura definitiva com a negociação e de consolidação da fronteira como espaço de conquista.

4.3 A Batalha de San Carlos e a deslegitimação de Calfucurá.

A Batalha de San Carlos constituiu-se em um acontecimento de ampla repercussão pública, extrapolando o campo estritamente militar e adquirindo centralidade no debate político e jornalístico da época. Como observa Alessandra Seixlack, o episódio obteve forte circulação nos periódicos bonaerenses e operou como um ponto de inflexão na política de

fronteiras, na medida em que a imprensa atuou ativamente na formação e no fortalecimento de uma opinião pública contrária aos povos indígenas e favorável à ação do Exército na contenção das chamadas “invasões” (Seixlack, 2018, p. 118).

Essa ampla cobertura dos periódicos não apenas informou sobre os acontecimentos ocorridos nas proximidades do Forte San Carlos, mas contribuiu decisivamente para reconfigurar o lugar político de Juan Calfucurá no imaginário estatal. Até então inserido em um regime instável de negociações, acordos e reconhecimentos mútuos, o cacique passou a ser apresentado de maneira recorrente como o principal responsável pela violência na fronteira, convertendo-se em símbolo da barbárie a ser derrotada. Dessa forma, a Batalha de San Carlos deve ser compreendida como um evento que desperta transformações mais amplas: ela marca o enfraquecimento das possibilidades de mediação política com as lideranças indígenas e legítima no plano discursivo o avanço de uma política de militarização e conquista da fronteira sul. A análise da imprensa permite, assim, compreender como a violência estatal foi progressivamente naturalizada e apresentada como resposta necessária e inevitável à desordem atribuída aos indígenas.

No calor dos acontecimentos, o periódico *La Tribuna* contribuiu ativamente na construção de uma narrativa que apresentava a repressão militar como triunfo claro da civilização sobre a barbárie. Em edição de março de 1872, o jornal afirmava que “de uma vez por todas, os selvagens terão visto que as armas da civilização podem prevalecer contra eles”, celebrando a mobilização coordenada das forças da fronteira como responsável pelo “resultado frutífero” obtido em San Carlos (*La Tribuna*, nº 6414, 11 e 12/03/1872 apud Seixlack, 2018, p. 119). Ao empregar essa retórica, o periódico não apenas noticiava a batalha, mas inscrevia o episódio em um registro moral e civilizatório, no qual a violência estatal aparece como necessária, eficaz e legitimada.

Outra estratégia recorrente adotada pelo jornal foi a de conceder centralidade à voz das autoridades militares envolvidas na repressão. Em 20 de março de 1872, *La Tribuna* publicou uma nota, datada do dia 11, na qual o general Rivas informava ao Inspetor Geral de Armas de Blanca Grande que “os invasores deixaram mais de 100 mortos no campo de batalha”, destacando ainda a morte de parentes e chefes ligados a Calfucurá, bem como o suposto ferimento grave de um de seus filhos (Lobos, 2015, p. 479)²⁷⁸. A divulgação desse

²⁷⁸ Olhar a carta original no Anexo 1.

tipo de informe reforçava a imagem de uma derrota clara, atingindo não apenas o contingente indígena, mas o próprio núcleo de autoridade do cacique.

Desse modo, a publicação dos periódicos contribuiu para deslocar Calfucurá do lugar de interlocutor político, ainda que instável, para o de inimigo vencido, cuja capacidade de liderança e de controle sobre as alianças indígenas aparecia profundamente abalada. Ao amplificar os relatos militares e enfatizar o sucesso da repressão, a imprensa colaborou para consolidar uma leitura pública da Batalha de San Carlos como marco decisivo na afirmação do poder estatal sobre a fronteira sul²⁷⁹.

Nos dias que se seguiram à Batalha de San Carlos, a linguagem empregada pela correspondência oficial reforçou a leitura da imprensa e consolidou a transformação do conflito em guerra aberta. Em 14 de março de 1872, o general Rivas escreveu a Gainza, desde Azul, afirmando de forma categórica que “a guerra com Calfucurá está declarada” (Lobos, 2015, p. 479)²⁸⁰. A afirmação não apenas comunicava um estado de agressividade, mas marcava o abandono definitivo da linguagem da negociação que havia estruturado, ainda que de forma precária, as relações de fronteira até então. Cinco dias depois, Gainza respondeu a Rivas em termos ainda mais contundentes. Para o ministro, a “guerra contra Calfucurá já estava declarada há muito tempo”, e a atuação direta do cacique na invasão apenas tornara “completamente definida” a posição do Estado. Ao qualificar o cacique como “bandido” e defender uma “guerra até a morte”, Gainza legitima não apenas a repressão militar, mas a perseguição ativa dos indígenas “até suas tendas em Salinas” (Lobos, 2015, p. 480)²⁸¹. A escolha vocabular demonstra a despolitização completa de Calfucurá, agora enquadrado não como chefe indígena ou interlocutor possível, mas como inimigo criminoso a ser eliminado.

Esse endurecimento do discurso contrasta com o conteúdo de um informe posterior. Em 26 de março de 1872, Rivas comunica a Gainza a chegada de dois mensageiros solicitando que Calfucurá retomasse as negociações (Lobos, 2015, p. 480)²⁸². A menção, porém, surge esvaziada de eficácia política, inserida em um contexto no qual a guerra já havia sido discursivamente declarada e legitimada, a iniciativa indígena aparece como tardia e incapaz de reverter o novo enquadramento do conflito.

²⁷⁹ Para mais debates acerca de como a imprensa bonaerense atuou nas discussões sobre a política de fronteiras, sobretudo após a Batalha de San Carlos, olhar o item 2.4 do trabalho de Alessandra Seixlack, 2018, p. 114.

²⁸⁰ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁸¹ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁸² Olhar a carta original no Anexo 1.

Assim, a correspondência oficial revela que, paralelamente à atuação da imprensa, o próprio Estado passa a produzir uma narrativa de rigidez, na qual a guerra deixa de ser uma resposta contingente às invasões e passa a constituir o horizonte definitivo da política de fronteira. Nesse processo, a figura de Calfucurá é definitivamente deslocada do campo da diplomacia para o da eliminação militar.

Mesmo após a declaração explícita de guerra e a ampla divulgação da vitória em San Carlos, a correspondência da fronteira revela a continuidade de iniciativas diplomáticas por parte de Calfucurá, ainda que cada vez mais esvaziadas de legitimidade. Em carta de 7 de abril de 1872, o coronel Julián Murga informa a Rivas que a comissão enviada por Calfucurá havia chegado e retornado no mesmo dia, acompanhada por “um de nossos índios”, estratégia pensada para reforçar a confiança mútua e obter informações diretas sobre a situação na fronteira.

Segundo Murga, por intermédio de Paillanán, Calfucurá teria assumido um compromisso verbal de conter novas invasões enquanto Murga permanecesse na região, assegurando que “não permitirá nenhuma invasão aqui, nem em Pillahuincó, nem em Patagones”. Ao mesmo tempo, porém, o próprio Murga reconhece a fragilidade desse compromisso ao relatar a possibilidade de uma incursão ao Norte, justificada pela necessidade de “alimentar seu povo”. Diante desse cenário ambíguo, o comandante propõe uma resposta claramente militarizada: solicita comunicação imediata caso a invasão se concretize e sugere uma marcha sobre Salinas Grandes, abrindo a possibilidade de “ocupar definitivamente” o território ou alternativamente, derrotar os invasores e aguardar seu retorno às famílias. Para Murga, essa manobra seria a mais “apropriada e conveniente” para “coroar o sucesso” das operações já em curso (Lobos, 2015. p. 481)²⁸³.

A reação do ministro Martín Gainza explicita o esvaziamento definitivo da via diplomática. Em 19 de abril de 1872, ao comentar as cartas enviadas por Calfucurá, Gainza é taxativo ao afirmar: “como todas elas, estão repletas de artimanhas e falsidades”. O ministro declara não ter acreditado que os indígenas lançassem uma nova invasão logo após a derrota sofrida, atribuindo a situação não a uma dinâmica política legítima, mas a uma suposta duplicidade inerente aos “selvagens” (Lobos, 2015, p. 482)²⁸⁴. Dessa forma, as cartas de Calfucurá deixam de operar como instrumento eficaz de negociação e passam a ser lidas sob sinal de suspeita.

²⁸³ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁸⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

Em 14 de maio de 1872, Julián Murga informa a Rivas que, segundo o testemunho do índio Pancho Platero, Calfucurá estaria organizando uma ofensiva de grande escala. De acordo com o relato, o cacique teria ordenado a seus chefes que se preparassem “para a próxima lua”, mobilizando recursos logísticos próprios de uma operação militar, conservação e treinamento de cavalos, preparo de botas, e planejando ataques simultâneos em três pontos estratégicos da fronteira: Tres Arroyos, Bahía Blanca e Bragado.

O informe atribui ainda à suposta ofensiva um objetivo político preciso: a captura do cacique Catriel. Para Calfucurá, segundo Murga, Catriel seria “o único que pode comandá-lo”, e sua neutralização deixaria “os cristãos impotentes”, revelando a leitura, por parte das autoridades da fronteira, de uma liderança indígena dotada de cálculo estratégico e capacidade de coordenação regional.

Embora Murga reconheça a possibilidade de o relato tratar-se de um boato, a experiência recente, especialmente o episódio envolvendo Raniqueo, leva-o a recomendar cautela, vigilância e a manutenção da unidade entre Catriel e seus aliados. Nesse contexto, o comandante também menciona as reclamações de Calfucurá quanto à suspensão das *raciones*, ainda que considere tal reivindicação inconsistente, uma vez que o acordo estabelecia como condição para sua retomada a entrega, em Bahía Blanca, dos cativos cristãos em troca de igual número de indígenas presos. Somente após essa garantia, reafirma Murga, “me comprometi” a restabelecer o fornecimento (Lobos, 2015, p. 482)²⁸⁵.

O documento ilustra como, no pós San Carlos, informações fragmentárias, rumores e relatos de intermediários passam a ser incorporados como evidências de uma ameaça permanente, reforçando a leitura de Calfucurá como articulador de uma guerra total. Nesse cenário, as referências à falta de *raciones* e às tentativas de negociação deixam de ser interpretadas como parte de uma lógica diplomática e passam a integrar um repertório de suspeitas que legitima o endurecimento definitivo da política de fronteira.

Em 21 de maio de 1872, o general Arredondo escreve a Gainza desde a cidade de Mercedes informando que os preparativos para uma nova campanha estavam concluídos. A marcha deveria iniciar-se entre os dias 25 e 26 daquele mês, reunindo uma força estimada em cerca de 1.400 homens. O plano previa o encontro das tropas com Julio Argentino Roca e Meana em Médano Colorado, de onde Roca avançaria “a trote e galope” em direção aos acampamentos indígenas, com o objetivo declarado de surpreendê-los. Paralelamente,

²⁸⁵ Olhar a carta original no Anexo 1.

Arredondo revela o envio de uma delegação indígena portadora de propostas de paz, ofertas para a compra de prisioneiros e presentes, como rum, “com o objetivo de dissipar qualquer suspeita que ele possa ter”, reiterando a expectativa de surpreender Calfucurá (Lobos, 2015, p. 483)²⁸⁶.

A carta explicita o esvaziamento definitivo da negociação enquanto prática política legítima. Gestos tradicionalmente associados à diplomacia fronteiriça passam a ser mobilizados como gestos planejados, subordinados a uma lógica estritamente militar. A linguagem da paz, nesse contexto, deixa de operar como meio de estabilização da fronteira e passa a integrar o próprio repertório da guerra.

Poucos dias depois, em 28 de maio de 1872, Rivas escreve a Gainza desde Azul reforçando a leitura de que Calfucurá já não poderia ser reconhecido como interlocutor confiável. Segundo o comandante, sua atitude tornava-se “cada vez mais suspeita”, sendo considerada certa a deflagração de uma invasão assim que o cacique tomasse conhecimento dos movimentos de Arredondo no Norte. Rivas acrescenta ter recebido confirmação do coronel Murga, em Bahía Blanca, de que Calfucurá havia deslocado todas as suas famílias para o interior das montanhas e concentrado suas forças nas margens, o que era interpretado como evidência inequívoca de preparação para o combate (Lobos, 2015, p. 486)²⁸⁷.

Esse conjunto de informes demonstra um processo avançado de deslegitimação política de Calfucurá, no qual qualquer ação, inclusive medidas defensivas, passa a ser lida como sinal de agressão iminente. Como defendido por Freitas Neto, “a batalha, mais do que no campo armado, dava-se pelas letras que os periódicos tratavam de reproduzir e amplificar” (Freitas Neto, 2021, p. 74). Assim, as publicações da imprensa bonaerense contribuíram para transformar a suspeita em certeza e a prevenção em prova de culpabilidade. A imprensa, ao ecoar e legitimar os diagnósticos militares, reforçou a construção de uma opinião pública favorável à ruptura definitiva com a política de acordos e à intensificação das campanhas de repressão.

É nesse cenário que as cartas de Calfucurá perdem progressivamente sua eficácia como instrumentos de negociação reconhecidos pelo Estado. Se, em momentos anteriores, a correspondência havia funcionado como meio de mediação política e de afirmação de autoridade indígena, a partir de 1872 ela passa a ser sistematicamente interpretada como má-fé, ameaça ou prova de duplicidade. Assim, o deslocamento da fronteira de espaço

²⁸⁶ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁸⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

negociado para espaço de conquista redefine também o estatuto da escrita indígena, que passa a operar sobretudo como instrumento defensivo, voltado à preservação da paz, do comércio e da coesão interna, tema que será desenvolvido no próximo subitem.

4.4 Escrita indígena sob cerco: cartas, pedidos e resistência limitada.

A partir de 1872, com o aprofundamento da militarização da fronteira sul e a consolidação de uma leitura estatal que identificava Calfucurá como inimigo irreconciliável, a escrita indígena passa a operar sob condições políticas profundamente alteradas. As cartas do cacique, que ao longo das décadas anteriores haviam funcionado como instrumentos centrais de negociação, mediação e reconhecimento mútuo de autoridade, tornam-se progressivamente esvaziadas em sua eficácia diplomática diante de um Estado que já não se dispunha a reconhecer a legitimidade da interlocução indígena.

Nesse novo cenário, a correspondência de Calfucurá não desaparece, mas é ressignificada. Ela passa a assumir um caráter predominantemente defensivo, orientado menos à construção de pactos duradouros e mais à tentativa de conter a violência militar, preservar circuitos de comércio e reafirmar sua autoridade interna frente a outros caciques e às pressões exercidas pelo próprio avanço estatal. Assim, as cartas deixam de ser expressão de uma política de equilíbrio e tornam-se registros de uma estratégia de sobrevivência em um contexto de ruptura estrutural da negociação na fronteira.

Na carta enviada a Felipe Caronti em 27 de julho de 1872, Calfucurá mobiliza uma escrita marcada simultaneamente pela reafirmação de vínculos pessoais e pela crescente desconfiança em relação às intenções do governo e de seus intermediários. O tom cordial, que evoca relações políticas previamente estabelecidas, convive com a denúncia de um ambiente de engano e traição, evidenciando o estreitamento das margens de negociação na fronteira.

A remessa de emissários e prisioneiros é apresentada como gesto político calculado, “estou enviando meu capitão Millalun com mais cinco índios e três prisioneiros”, e funciona como tentativa de preservar canais diplomáticos mínimos, condicionando qualquer avanço ao tratamento dispensado a seus enviados. No entanto, a carta desloca-se rapidamente para a acusação de um “tratado falso” e para a suspeita de uma ofensiva iminente, justificada tanto por informações sobre movimentações militares quanto por referências simbólicas, como os “sonhos” que o teriam alertado para a traição em curso.

Ao mencionar a captura de mais de cem famílias e o avanço das tropas em diferentes frentes, Calfucurá constrói uma narrativa de urgência e vulnerabilidade, que reforça o caráter defensivo da correspondência. A carta se encerra com um apelo à contenção da violência e à retomada de relações, “como homens do campo e irmãos”, acompanhado da exigência do cumprimento de uma lista de demandas materiais como condição para manter a paz interna entre seus aliados (Lobos, 2015, p. 487-488)²⁸⁸. Logo, a escrita de Calfucurá já não opera como instrumento capaz de reordenar a política de fronteira, mas como tentativa de retardar a escalada do conflito e reafirmar sua autoridade em um cenário no qual a negociação é progressivamente deslegitimada pelo Estado.

Na resposta enviada ao ministro Martín de Gainza em 22 de julho de 1872, Calfucurá constrói uma defesa sistemática de sua posição política diante da ruptura dos acordos, atribuindo a responsabilidade não ao governo central, mas à atuação dos chefes da fronteira. Ao questionar “que culpa têm as comissões e os comerciantes indígenas que sofrem tal punição vã”, o cacique denuncia os efeitos coletivos das sanções impostas e reivindica a legitimidade de seus intermediários diplomáticos.

A carta explicita, de forma inédita, os limites de sua autoridade interna. Calfucurá afirma não conseguir governar plenamente seu povo, enfatizando tanto o número de grupos sob sua liderança quanto o vínculo territorial que os indígenas mantinham com a terra: “não posso governar todos esses índios aqui, porque são muitos, e a maioria deles é dona destas terras”. Ao fazê-lo, desloca o conflito do campo moral para o político, apresentando a resistência indígena como resultado de uma estrutura social e territorial que o Estado se recusava a reconhecer.

O cacique denuncia ainda a suspensão prolongada e irregular das *raciones*, prática que segundo ele, se estendia por cerca de quatro anos, e descreve o tratamento recebido por suas comissões em termos de humilhação e desrespeito, afirmando que “nada do que peço me é dado; só recebo insultos”. Nesse contexto, justifica a circulação e o abate de animais por seus índios como medidas internas destinadas a evitar punições mais severas aos endividados, reafirmando seu papel de mediador e regulador da vida econômica indígena.

Ao tratar da ofensiva conduzida por Namuncurá, Calfucurá a apresenta como reação a agressões prévias, incluindo invasões, prisões de familiares e capitães, e o descumprimento reiterado dos acordos. Reitera que sua ida ao encontro de Raniqueo não tinha intenção bélica,

²⁸⁸ Olhar a carta original no Anexo 2.

deslocando novamente a responsabilidade da ruptura para decisões tomadas por chefes da fronteira, por Catriel e por Avendaño, e não pelo governo central.

A correspondência revela também uma crescente desconfiança em relação a Catriel, embora registre pedidos de reconciliação por parte de sua comissão. A exigência do envio de um parente específico como garantia ilustra o esvaziamento da confiança institucional e a substituição dos acordos gerais por mecanismos pessoais de segurança. Ao mesmo tempo, Calfucurá recusa convocar outros caciques, como Mariano Rosas, Baigorria e Ranquecura, reconhecendo explicitamente os limites de sua autoridade sobre alianças mais amplas.

Por fim, as condições para a paz são apresentadas de maneira estritamente material e formalizada: *raciones* regulares, gado para si e para Namuncurá, vestuário e outros itens, exigidos por escrito e assinados, “espero que me envie um rascunho com sua assinatura para que eu não seja enganado”. A insistência em garantias documentais, assim como a reafirmação de rotas específicas para a entrega de cativos, demonstra a transformação das cartas em instrumentos defensivos, voltados menos à construção de acordos duradouros e mais para a tentativa de conter abusos e preservar margens mínimas de autonomia política. Assim, embora a carta se encerre com a assinatura de “seu verdadeiro amigo”, o gesto revela menos uma disposição conciliatória efetiva do que a manutenção de uma pressão diplomática em um contexto no qual a negociação já se encontrava profundamente fragilizada. (Lobos, 2015, p. 488–490)²⁸⁹.

Em 25 de julho de 1872, o general Rivas informou ao ministro Gainza a chegada de dois jovens que haviam escapado do acampamento de Calfucurá. O tom sucinto do informe, segundo o qual os relatos “não acrescentam nada ao que já sabíamos”, evidencia o esgotamento do interesse militar por novas informações indígenas e a cristalização de uma leitura previamente definida sobre o cacique e seus movimentos. Nesse registro, a palavra indígena já não opera como elemento capaz de reorientar decisões estratégicas (Lobos, 2015, p. 492)²⁹⁰. Dois dias depois, Calfucurá escreveu diretamente a Gainza em um esforço explícito de reabrir o canal diplomático e renegociar os termos da paz após a ruptura do tratado. A carta combina elementos religiosos, políticos e pragmáticos. A visita do ministro a Azul é interpretada como um “sinal de Deus”, a partir do qual seria possível “entrar em novos acordos de paz”, desde que o diálogo se desse “de coração”. Ao rememorar sua trajetória como aliado do Estado durante o governo Mitre, quando recebia regularmente gado,

²⁸⁹ Olhar a carta original no Anexo 2.

²⁹⁰ Olhar a carta original no Anexo 1.

suprimentos e vestuário, o cacique reivindica continuidade política e acusa os chefes da fronteira de enganar o governo, inclusive ao reterem o documento do tratado.

A proposta de pacificação é estruturada em torno de exigências concretas e prazos definidos. Calfucurá solicita a libertação de Manuel Grande, do capitão Pilquinan, capturado em Choele-Choel, e de Pichi Loncon, bem como a devolução de seus índios retidos. Reitera a necessidade de envio de *raciones*, éguas, “vícios” e outros artigos indispensáveis à manutenção de sua autoridade interna, estabelecendo um prazo de dezesseis dias para o cumprimento dessas condições. Paralelamente, afirma estar mobilizando esforços para resgatar cativos cristãos, ele próprio, Namuncurá, Reuma e seu genro, comprometendo-se a enviá-los à Bahía Blanca, apresentada como a rota mais próxima e viável.

A carta encerra-se com o envio do capitão Mariano Curugill como emissário para ajustar os termos “da melhor maneira possível”, com pedidos adicionais para que suas comissões não sejam detidas e para que lhe seja autorizada a convocação de seu filho Pastor, então em Entre Ríos. O tom final combina reafirmações de boa-fé e pragmatismo com uma pressão diplomática clara, a paz só poderia ser consolidada mediante o cumprimento efetivo das condições materiais e políticas propostas (Lobos, 2015. p. 492-494)²⁹¹.

Nesse momento, a escrita de Calfucurá demonstra a transformação das cartas em instrumentos de contenção e sobrevivência política. Longe de inaugurar um novo ciclo de negociação em bases menos assimétricas, a correspondência de julho de 1872 revela um último esforço de preservar espaços de mediação em um contexto no qual o Estado já havia redefinido a fronteira como campo de conquista e a palavra indígena como elemento cada vez menos legítimo no processo decisório.

A correspondência entre ministro e comandante de fronteira dos meses seguintes reforça o caráter profundamente ambíguo da política de pacificação conduzida pelo governo. Em 9 de agosto de 1872, o ministro Martín de Gainza escreve a Rivas anexando cópias das cartas de Calfucurá e reconhecendo que, nelas, o cacique “parece desejar a paz”. No entanto, essa disposição é imediatamente enquadrada como um meio, e não como um fim. Gainza orienta que durante a negociação dos tratados, Rivas faça “todo o possível (mesmo que seja oferecendo-lhe um presente)” para evitar que Calfucurá “obstrua o avanço de nossas fronteiras em direção a Salinas e Guaminí”. A paz aparece, assim, subordinada a um objetivo estratégico prévio: a expansão territorial do Estado. Ainda que o ministro reconheça que “não

²⁹¹ Olhar a carta original no Anexo 2.

creio que conseguiremos o que precisamos pela força”, ele autoriza explicitamente a tentativa, evocando o precedente do tratado com Ranquecurá, que obrigaria o cacique a colaborar na colonização de Choele Choel. A carta se encerra delegando a Rivas a gestão da situação, em termos reveladores: “como o senhor sabe melhor do que eu como lidar com aquele maldito índio, deixo isso ao seu bom senso e discrição” (Lobos, 2015, p. 497)²⁹².

Poucos dias depois, em 19 de agosto, Gainza volta a escrever a Rivas para endurecer o tom. Determina que Calfucurá seja advertido, em seu nome, de que enquanto o governo tentava alcançar uma “paz definitiva” por meio da troca de prisioneiros e de presentes, seus índios teriam invadido Tapalqué, matando “quatro ou cinco de nossos homens”. A invasão é mobilizada como prova da má-fé indígena, ao mesmo tempo em que o ministro desloca a responsabilidade operacional para a própria linha de fronteira, questionando como os invasores atravessaram sem serem detectados e atribuindo o episódio ao “serviço ruim na linha de frente” (Lobos, 2015, p. 498)²⁹³.

Em 18 de setembro, uma nova carta de Gainza a Rivas revela como as urgências políticas nacionais condicionavam a postura do governo diante de Calfucurá. Diante do temor de uma invasão de Ricardo López Jordán por Corrientes, o ministro afirma que um acordo com o cacique se tornava “urgentemente necessário”. Ainda assim, o reconhecimento da importância estratégica da paz convive com a deslegitimação simbólica das demandas indígenas. Gainza menciona uma publicação de *La Nación* do dia anterior, segundo a qual “Calfucurá está nos pedindo para tomar posse de Salinas e outras bobagens do gênero”, reduzindo as reivindicações territoriais do cacique a pretensões absurdas e inaceitáveis (Lobos, 2015, p. 500)²⁹⁴.

Esses documentos demonstram que no segundo semestre de 1872, a negociação com Calfucurá já não se orientava pela construção de um pacto duradouro, mas por uma lógica de administração do conflito. A paz era concebida como expediente temporário, acionado conforme as necessidades militares e políticas do momento, enquanto o avanço sobre territórios como Salinas, Guaminí e Choele Choel permanecia como horizonte inegociável. Nesse contexto, as cartas deixam de operar como espaços de reconhecimento mútuo e passam a funcionar como instrumentos de contenção, adiamento e preparação da conquista, aprofundando a assimetria entre o Estado nacional e as lideranças indígenas.

²⁹² Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁹³ Olhar a carta original no Anexo 1.

²⁹⁴ Olhar a carta original no Anexo 1.

Em outubro de 1872, Calfucurá envia duas cartas ao coronel Julián Murga que evidenciam o esforço do cacique em recompor vínculos diplomáticos já fragilizados pela escalada militar e pela desconfiança mútua. Na primeira delas, o tom oscila entre a conciliação e o ressentimento. Logo de início, Calfucurá reafirma sua disposição amistosa e sua submissão formal à hierarquia estatal, colocando-se “à disposição para quaisquer ordens”, ao mesmo tempo em que denuncia a mudança de postura de Murga, acusado de ter rompido compromissos assumidos anteriormente “por intermédio dos capitães de Patagones”.

A carta constrói uma crítica direta ao que Calfucurá interpreta como quebra da amizade política. O cacique declara-se “muito ressentido” tanto com Murga quanto com Felipe Caronti, acusando-os de ignorar seus pedidos, de insultá-lo e até de ameaçá-lo, comportamento que ele considera incompatível com a lógica da negociação pessoal e da reciprocidade que estruturava as relações de fronteira: “esse não é o comportamento de um verdadeiro amigo. Nunca gosto de ameaçar ninguém”.

Apesar das queixas, Calfucurá procura demonstrar boa-fé por meio de gestos concretos. Envia dois capitães de sua confiança, seu cunhado Lefihur e Millalun, acompanhados de um prisioneiro, enfatizando que o envio não decorre de temor, mas de uma decisão política consciente: “não diga que estou enviando isso por medo. Estou fazendo isso porque quero a paz”. O gesto reafirma o papel das cartas e das comissões como instrumentos diplomáticos destinados a conter a violência e reabrir espaços de negociação.

A correspondência também insere Calfucurá no circuito mais amplo das negociações da fronteira. O cacique informa estar em tratativas com o general Ignacio Rivas, menciona a presença do capitão Solano em seu acampamento e declara-se empenhado em reunir prisioneiros, sinalizando cooperação ativa. Ao mesmo tempo, explicita os limites de sua autoridade política no mundo indígena, ao afirmar que Mariano Rosas “se governa sozinho”, comprometendo-se, contudo, a convocar seu irmão Renquecurá e os demais chefes sob sua influência, em consonância com as exigências do governo.

Por fim, a carta apresenta uma lista detalhada de pedidos materiais, justificados como necessários para o resgate de prisioneiros e para a manutenção de seu grupo. Longe de aparecerem como simples demandas econômicas, esses pedidos são integrados à lógica da negociação política, constituem recursos fundamentais para sustentar a autoridade interna de Calfucurá e para viabilizar, ainda que de forma precária, a preservação da paz em um contexto cada vez mais adverso (Lobos, 2015, p. 501–502)²⁹⁵.

²⁹⁵ Olhar a carta original no Anexo 2.

Na segunda carta enviada a Julián Murga, Calfucurá retoma o contato em tom conciliador, porém firme, procurando evitar um rompimento definitivo das relações. Logo na abertura, reafirma a amizade e sua disposição para cooperar, colocando-se “à disposição para ajudá-lo no que precisar”. O eixo central da mensagem é a entrega de um prisioneiro, resgatado por seu neto Lefihur, apresentada como prova concreta de boa-fé e de compromisso com a pacificação da fronteira.

O cacique atribui à ação um caráter explicitamente humanitário, afirmando que o cativo “seria morto por quem o capturou” e que apenas sobreviveu graças à intervenção de sua família. Ao enfatizar que o prisioneiro possui familiares em Tandil, Calfucurá busca sensibilizar Murga e, ao mesmo tempo, legitimar o pedido de restituição dos bens do resgatado e o reconhecimento material do esforço empreendido para salvá-lo.

Apesar do tom conciliador, a carta não oculta a desconfiança acumulada. Calfucurá afirma ter recebido “muitas cartas contra o senhor”, nas quais Murga é acusado de lucrar com prisioneiros e favores, prática que ele considera incompatível com uma relação política honesta. Ainda assim, o cacique faz questão de frisar que não deseja romper os laços: “Não quero romper com o senhor”, reafirmando sua aposta na negociação como alternativa à guerra aberta.

A correspondência avança então para uma lista detalhada de pedidos materiais e financeiros, novamente destinados a parentes e auxiliares próximos. Longe de se apresentarem como simples exigências, esses pedidos são inseridos em uma lógica explícita de reciprocidade política, sintetizada na afirmação: “Veja que ninguém quer perder, todos queremos ganhar”. Nesse sentido, os recursos solicitados aparecem como condição para sustentar alianças, recompensar intermediários e preservar a autoridade de Calfucurá diante de seu próprio grupo.

Ao mesmo tempo, a carta contém um aviso velado sobre os limites da conciliação. Calfucurá solicita que Murga não volte a intimidá-lo com o uso da força, afirmando que ficaria “muito grato” se não fosse novamente desafiado pelas tropas de Murga e de Caronti. Por fim, o cacique procura dissociar o governo central dos conflitos locais, declarando confiar que o Estado não lhe deseja mal e atribuindo as tensões às rivalidades entre chefes de fronteira. Encerra reiterando o pedido de presentes e suprimentos como último gesto necessário para manter a paz, assinando-se, significativamente, como “seu amigo” (Lobos, 2015, p. 502–503)²⁹⁶.

²⁹⁶ Olhar a carta original no Anexo 2.

Em 14 de outubro de 1872, Julián Murga escreve a Martín de Gainza, desde Bahía Blanca, confirmando a chegada de uma comissão enviada por Calfucurá acompanhada de um prisioneiro. Na carta, Murga reconhece explicitamente o gesto como sinal de boa vontade por parte do cacique, afirmando que Calfucurá “demonstra suas boas intenções”, já comunicadas ao general Rivas, razão pela qual evita “incomodar” o ministro com maiores detalhes. Ao mesmo tempo, informa ter ordenado o pagamento de mil pesos pelo resgate do prisioneiro, mas ressalta a necessidade de atender parcialmente às demandas materiais feitas por Calfucurá e por Lafihur, seu cunhado, integrante da comissão: “é necessário dar parte do que Calfucurá está solicitando para si e para Lafihur” (Lobos, 2015, p. 503)²⁹⁷.

Esse documento demonstra que, mesmo em um contexto de crescente militarização da fronteira e de desgaste da autoridade política indígena, a diplomacia ainda se sustentava por meio de práticas de reciprocidade material. No entanto, diferentemente do período anterior, tais concessões aparecem agora como expedientes planejados e condicionais, subordinados aos objetivos estratégicos do Estado, e não mais como base estável de uma convivência negociada. Assim, a correspondência de Murga sinaliza os limites cada vez mais estreitos da mediação política indígena e antecipa o esvaziamento definitivo da via diplomática como alternativa à conquista militar.

Em 15 de outubro de 1872, Ignacio Rivas dirige-se diretamente a Calfucurá em uma carta marcada por tom acusatório e por forte pressão política, que evidencia o esgotamento da confiança nas vias diplomáticas tradicionais. Rivas questiona a sinceridade do discurso de paz do cacique, afirmando que, apesar da vigência dos tratados e da presença de uma comissão indígena composta por seu genro, filho e filha, as invasões, roubos e capturas continuam ocorrendo na fronteira sem que os responsáveis sejam punidos. Diante disso, sustenta que já não se trata de mera incapacidade de controle, mas de “cumplicidade” ativa de Calfucurá nas ações hostis.

Dois elementos são apresentados como provas dessa falta de boa-fé: a impunidade dos índios considerados “desobedientes” e o silêncio deliberado sobre a existência de prisioneiros mantidos nas proximidades de seus toldos. Com base nessas acusações, Rivas estabelece novas condições para a continuidade das negociações, exigindo a entrega imediata de todos

²⁹⁷ Olhar a carta original no Anexo 1.

os cativos, incluindo Martín e Anegüer com suas famílias, como demonstração mínima de um “sincero desejo de paz”.

Ao mesmo tempo, o comandante rejeita a ideia de que o governo esteja negociando por fragilidade. Afirma que a opção pela paz não decorre de medo ou submissão, mas de uma iniciativa fundamentada em uma carta enviada pelo próprio Calfucurá ao coronel Murga. Em tom ainda mais duro, critica o fato de o cacique exigir elevados resgates por prisioneiros cristãos, mesmo recebendo a devolução de seus índios e o fornecimento de *raciones* enquanto seus homens continuam, segundo ele, “invadindo, roubando, matando, capturando e devastando”.

Apesar do caráter coercitivo da carta, Rivas mantém formalmente aberta a via diplomática, ainda que em termos profundamente assimétricos. Envia um “presente paternal” a Manuel Namuncurá e acena com a possibilidade de ampliar o fornecimento de *raciones*, desde que Calfucurá aceite garantias concretas de pacificação. A principal delas é a aceitação de uma escolta militar permanente, destinada a vigiar e conter os indígenas que não obedeceriam à sua autoridade. Por fim, exige também a entrega do cacique Blanco de Raniqueo, acusado de participação direta nas invasões. Assim, a continuidade da paz passa a estar condicionada não apenas à cooperação indígena, mas à submissão explícita da autoridade de Calfucurá à tutela militar do Estado (Lobos, 2015, 504-505)²⁹⁸.

Nos meses finais de 1872, a correspondência de Ignacio Rivas com o ministro Martín de Gainza revela um rearranjo significativo das negociações com Calfucurá, agora conduzidas sob parâmetros abertamente tutelares. Em 4 de novembro, Rivas informa que o capitão Solano retornou do acampamento do cacique trazendo sete prisioneiros e relatando que Calfucurá, seus filhos e os principais chefes estariam “muito favoráveis à paz”. Segundo esse informe, o próprio cacique não teria participado das invasões recentes, atribuídas a Pisén e a seus companheiros, o que permite a Rivas preservar a distinção entre o líder indígena e os grupos considerados “indisciplinados”. É nesse contexto que Rivas comunica a aceitação, por parte de Calfucurá, da escolta militar proposta anteriormente. A medida, apresentada como condição para a pacificação definitiva, implicava o estabelecimento de uma força permanente do Exército junto ao acampamento indígena. Rivas solicita autorização para instalar o contingente em Carué, de onde partiria uma escolta de cem homens, com revezamento mensal. Justifica a redução em relação ao efetivo inicialmente cogitado, quinhentos soldados,

²⁹⁸ Olhar a carta original no Anexo 3.

pela precariedade do terreno, pela escassez de recursos e pelo risco constante de roubo de cavalos, fatores estes que tornaram “impossível” sustentar uma presença militar maior.

A correspondência também revela uma inflexão decisiva no estatuto político atribuído a Calfucurá. Rivas registra que o cacique solicita um “salário de general” para si, além de remuneração para seus assistentes, proposta que o comandante considera conveniente, desde que o indígena “entre no caminho certo”. Sugere, assim, o pagamento de 1.400 pesos a Calfucurá e de 700 pesos a cada auxiliar, incorporando-o simbolicamente à hierarquia estatal, não como negociador, mas como agente subordinado e remunerado pelo governo (Lobos, 2015, p. 506-507)²⁹⁹.

Essa lógica se confirma na carta de 16 de dezembro, na qual Rivas informa que Calfucurá enviou uma nova comissão, chefiada por Curuil, reiterando sua disposição em firmar os tratados. O cacique menciona apenas o número de tropas a serem estacionadas em Carué, duzentos homens, mas Rivas expressa confiança de que ele aceitará o contingente maior proposto pelo comando militar, assegurando que “tudo será resolvido de acordo com nossos desejos”. A entrega de mais um prisioneiro é apresentada, novamente, como prova de boa-fé e de “boa amizade” (Lobos, 2015, p.507)³⁰⁰.

Esses documentos demonstram que, ao final de 1872, a negociação com Calfucurá já não se dava em termos de reciprocidade política, mas como um processo de subordinação progressiva. A aceitação da escolta, a remuneração regular e a presença permanente de tropas junto aos toldos transformavam o cacique em uma autoridade vigiada, dependente e funcional aos objetivos do Estado, sinalizando os limites estruturais da diplomacia indígena em um contexto de militarização crescente da fronteira.

Em 28 de janeiro de 1873, Juan Calfucurá dirige-se diretamente ao presidente Domingo Faustino Sarmiento, numa carta que pode ser lida como seu mais elaborado e derradeiro esforço para restabelecer uma relação política em nível nacional, contornando os chefes de fronteira e reivindicando reconhecimento como interlocutor legítimo do Estado. Desde as primeiras linhas, o cacique constrói uma autoimagem de lealdade e patriotismo, apresentando-se como aliado histórico dos governos de Buenos Aires: “todos os poderosos senhores que vêm governar nessa grande capital me conhecem como um verdadeiro patriota”.

²⁹⁹ Olhar a carta original no Anexo 1.

³⁰⁰ Olhar a carta original no Anexo 1.

Ao enfatizar que seu nome é conhecido e respeitado na capital, Calfucurá busca reafirmar sua autoridade política e sua longa inserção nos circuitos diplomáticos estatais.

A carta mobiliza também uma argumentação territorial cuidadosamente construída. Calfucurá reivindica suas terras como pertencentes à soberania argentina, situadas “deste lado da cordilheira”, diferenciando-se explicitamente dos chamados “índios chilenos”. Ao fazê-lo, procura inscrever sua liderança dentro do espaço nacional argentino, apresentando-se não como ameaça externa, mas como agente de ordem regional. Essa estratégia se amplia quando evoca a possibilidade de um futuro comum entre Argentina e Chile, sugerindo que ambos os Estados deveriam se defender mutuamente, num argumento que associa estabilidade fronteiriça, cooperação interestatal e sua própria permanência no território.

Embora reconheça a ruptura do tratado de paz, Calfucurá desloca a responsabilidade para os chefes da fronteira, acusados de enganá-lo, privá-lo de recursos e tratar suas comissões com desrespeito. A suspensão das *raciones* e a perda progressiva de terras aparecem como elementos centrais dessa queixa, sobretudo diante das tentativas de assentá-lo à força em áreas restritas, o que o leva a afirmar de maneira categórica: “esta é a única terra que tenho”. Nesse ponto, a carta reafirma um princípio recorrente em sua escrita, os indígenas como legítimos proprietários do território, contrapondo essa reivindicação à ameaça representada pelo avanço de colonos e estrangeiros, que, segundo ele, seriam os únicos beneficiados por uma guerra prolongada.

No plano diplomático, Calfucurá insiste em apresentar-se como promotor da paz. Destaca sua cooperação com o general Ignacio Rivas, o envio de cativos como prova concreta de boa-fé e o papel mediador do oficial Rufino Solano, sugerindo que o processo de pacificação estaria avançado e careceria apenas de formalização: “tudo o que nos resta é assinar os tratados”. Essa formulação reforça a tentativa de reativar a lógica dos acordos escritos, agora ameaçada pela militarização da fronteira.

Ao mesmo tempo, a carta explicita de forma contundente a dimensão material da negociação. Calfucurá apresenta uma extensa lista de demandas, *raciones* regulares de gado, bens diversos para si e para seus filhos, Namuncurá e Reumay, controle formal do recebimento por meio de registros escritos, além de salários, que revelam a transformação da diplomacia indígena em um sistema de compensações administradas pelo Estado. Ao afirmar que “somos nós que trabalhamos e nos esforçamos ao máximo”, o cacique busca legitimar essas exigências como contrapartidas por serviços prestados à paz e à ordem da fronteira.

A carta inclui ainda denúncias específicas contra agentes locais, como Santiago Avendaño, acusado de roubo e assassinato, cuja punição e expulsão de Azul são exigidas

diretamente ao presidente. Esse gesto demonstra a tentativa de Calfucurá de acionar a autoridade central contra os abusos da administração fronteiriça, reafirmando sua expectativa de justiça estatal. Por fim, solicita a libertação de indígenas presos em Martín García, a concessão de presentes e salários a seus capitães e comissões, e detalha minuciosamente os bens esperados, prata, armas, vestuário e bandeiras, reafirmando seu estatuto de liderança política e militar.

Encerrando a carta como “amigo e patriota”, Calfucurá condensa uma estratégia que combina lealdade declarada, reivindicação territorial, denúncia de abusos e negociação material. No entanto, ao fazê-lo já sob a égide da tutela militar e do endurecimento do discurso civilizatório, a carta revela também os limites dessa articulação, a tentativa de preservar a paz e a autoridade indígena ocorre agora em um cenário no qual a reciprocidade política cede espaço a uma lógica de controle, vigilância e subordinação (Lobos. 2015, p.509-512)³⁰¹.

Nesse sentido, a carta à Sarmiento não representa apenas uma tentativa final de recomposição da paz, mas evidencia o esgotamento estrutural da via diplomática. A partir desse momento, a negociação deixa de ser concebida pelo Estado como necessidade estratégica e passa a ser tolerada apenas como expediente transitório, subordinado a um horizonte considerado inevitável, a incorporação plena da fronteira ao corpo da nação por meio da força.

É precisamente essa inflexão que orienta o subitem seguinte. Se, até aqui, o capítulo analisou os esforços de Calfucurá para preservar a paz, o comércio e sua autoridade interna em um cenário de crescente instabilidade, o subitem 4.5 examina os limites dessa articulação política indígena diante do endurecimento do discurso civilizatório e da consolidação da fronteira como espaço de conquista. A progressiva deslegitimação de Calfucurá, combinada à militarização da região e à redefinição do indígena como obstáculo ao progresso, marca a transição definitiva da negociação para a guerra, encerrando um ciclo histórico e inaugurando outro, no qual a violência estatal passa a ser apresentada como instrumento legítimo de construção nacional.

³⁰¹ Olhar a carta original no Anexo 2.

4.5 Do cacique negociador ao inimigo interno: os limites da política indígena.

Toda ordem é política e se baseia em alguma forma de *exclusão*. (Mouffe, 2015, p.17, grifo nosso)

A epígrafe de Chantal Mouffe oferece uma chave interpretativa importante para compreender a inflexão que se consolidou na fronteira sul argentina a partir da década de 1870. Ao evidenciar que toda ordem política pressupõe mecanismos de inclusão e exclusão, ela permite deslocar a análise da simples ruptura dos tratados para o plano mais amplo da produção de antagonismos e da redefinição dos limites do pertencimento político. É nesse registro que se inscreve a trajetória de Juan Calfucurá, cuja figura transita, progressivamente, da condição de negociador legítimo para a de inimigo interno do Estado nacional.

Com apoio nas contribuições da Teoria do Discurso, este subitem examina como essa transformação não resulta apenas de ações militares ou de eventos pontuais de violência, mas de um processo discursivo mais profundo, no qual a fronteira deixa de ser concebida como espaço de mediação e negociação para ser redefinida como território a ser conquistado, pacificado e incorporado. A produção do inimigo interno, nesse sentido, opera como condição de possibilidade para a consolidação de uma nova ordem política, na qual a exclusão indígena passa a ser apresentada como necessária, racional e inevitável.

Retomando as discussões sobre fronteira, é importante destacar que ela não se limita a uma demarcação geográfica. Como assinalam Tomás Movellán e Susana García, a fronteira remete a um projeto político que se materializa por meio do exercício de poderes destinados a defini-la, protegê-la e redefini-la sempre que percebida como ameaçada. Trata-se de um espaço atravessado por múltiplas fronteiras, territoriais, étnicas, de gênero, morais e políticas, que estruturam hierarquias, pertencimentos e exclusões no interior de uma comunidade política (Movellán; García, 2016, p. 21).

Nesse contexto, a progressiva deslegitimação de Calfucurá deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de redefinição dessas fronteiras simbólicas e políticas. À medida que o Estado nacional fortalece seus dispositivos militares, administrativos e discursivos, o cacique deixa de ser reconhecido como parceiro estratégico e passa a ser inscrito no campo da ameaça, da barbárie e da desordem. O deslocamento de Calfucurá para a posição de inimigo interno não é, portanto, um efeito colateral da política de fronteiras, mas um de seus resultados centrais, fundamental para viabilizar a passagem definitiva da negociação à conquista.

Como observa Carmen Bernand, no imaginário crioulo do século XIX, a representação do indígena como bárbaro tende a se impor com mais força do que qualquer possibilidade de integração plena como cidadão (Bernand, 2016, p. 162). Partindo dessa constatação, e compreendendo as fronteiras como espaços simultâneos de interseção cultural e de conflito, este subitem analisa a constituição da relação nós/eles como eixo estruturante da política de fronteiras. Nessa linguagem, o “nós” corresponde aos *criollos*, portadores autodeclarados da civilização, enquanto o “eles” designa os povos indígenas, progressivamente inscritos no campo da alteridade ameaçadora.

À luz da teoria do discurso, tal distinção não é neutra nem meramente descritiva. Como afirma Chantal Mouffe, toda relação nós/eles contém a possibilidade de se transformar em antagonismo, isto é, em uma relação de amigo/inimigo. Essa passagem ocorre quando o “eles” passa a ser percebido como uma ameaça à identidade e à própria existência do “nós” (Mouffe, 2015, p. 15). No caso argentino, os povos indígenas passaram a ser representados como obstáculos à consolidação do Estado nacional, à expansão territorial e à afirmação de um ideal de nação que se pretendia civilizada, branca e alinhada aos modelos europeus e estadunidenses.

Nesse processo, a construção da identidade nacional opera por meio da exclusão. Como destaca Ernesto Laclau, nenhuma identidade se afirma positivamente sem a repressão daquilo que a ameaça (Laclau, 1990, p. 33). Assim, a identidade argentina moderna, concebida como europeia, cristã e progressista, só pôde se consolidar mediante a produção discursiva do indígena como bárbaro, exterior à comunidade política legítima. A fronteira, nesse sentido, deixa de ser apenas um espaço de negociação para se converter em um dispositivo de separação simbólica e material entre civilização e barbárie.

Essa lógica encontra respaldo direto no pensamento de autores centrais da Geração de 37, como Sarmiento e Alberdi, discutidos no subitem 4.2. Em Alberdi, a conhecida máxima “*governar é povoar*” atribui ao povoamento um sentido claramente civilizatório: educar, enriquecer e moralizar o território. Tal concepção pressupunha a deslegitimação das populações indígenas enquanto sujeitos políticos, uma vez que tudo aquilo que não fosse europeu era classificado como barbárie. Como afirmou o próprio Alberdi, “não há outra divisão senão esta: o indígena, isto é, o selvagem; e os europeus, isto é, nós” (Alberdi, 2017, p. 92).

Desse modo, o discurso civilizatório do século XIX não apenas justificou a ocupação dos territórios indígenas, mas também produziu as bases simbólicas para a exclusão política desses povos. Ao serem posicionados como o “eles” incompatível com o projeto nacional, os

indígenas e, em particular, lideranças como Juan Calfucurá, passaram a ser progressivamente deslocados da condição de interlocutores estratégicos para a de inimigos internos, cuja eliminação ou submissão se apresentava como requisito para a realização plena da nação. Portanto, consolida-se no pensamento político argentino do século XIX uma relação estruturada em termos de “nós” X “outros”. Trata-se de uma delimitação que não apenas organiza pertencimentos, mas também define exclusões. Como observa Alberdi, ao delimitar esse “nós”, tornava-se evidente o sentido político assumido pelo desfecho dos processos de independência na América do Sul: o indígena deixava de figurar como possível aliado e passava a ser excluído da comunidade política emergente, não sendo reconhecido como sujeito constitutivo do “nós” sul-americano (Alberdi, 2017, p. 38-39).

Ao mesmo tempo, essa operação discursiva produzia novas distinções internas, relativizando inclusive a oposição rígida entre cidade e campo presente em Sarmiento. Mais do que uma simples polarização espacial, o que se afirmava era uma lógica de pertencimento baseada em critérios raciais, culturais e morais, que redefinía quem podia ou não integrar o projeto nacional. Nesse movimento, emerge o que pode ser compreendido como uma “exterioridade constitutiva”. Para Alberdi, e de forma convergente para Sarmiento, os “americanos” eram, essencialmente, europeus nascidos na América, enquanto os indígenas permaneciam classificados como selvagens e, portanto, incapazes de civilização.

Essa dinâmica corresponde ao que Chantal Mouffe define como o caráter relacional de toda identidade. Para a autora, a constituição de um “nós” implica necessariamente o estabelecimento de uma diferença em relação a um “outro”, diferença esta que frequentemente se organiza de modo hierárquico. Toda identidade, portanto, só se afirma a partir da produção de um exterior que a delimita e a sustenta (Mouffe, 2015, p. 14). No caso argentino, a identidade nacional em formação exigiu a produção discursiva de um “outro” indígena, posicionado como exterior, inferior e incompatível com o ideal de civilização.

É neste enquadramento que se pode compreender a formação do Estado nacional argentino como resultado de uma articulação entre concepções raciais, projetos de modernidade e estratégias de homogeneização identitária. Como argumenta Ana Carrollina Pompeu, as definições sobre raça estavam intrinsecamente ligadas aos processos de construção da nacionalidade, operando como critérios para determinar quem poderia ou não fazer parte da comunidade política. Tais definições não eram neutras, mas expressavam e reforçavam hierarquias impostas pelas elites políticas e intelectuais no momento de elaboração do estatuto da nova nação (Pompeu, 2018, p. 41).

Assim, pensar a constituição da identidade branca na Argentina implica reconhecer que ela se estruturou a partir da produção de uma diferença hierárquica entre indígenas e não indígenas. Como assinala Stuart Hall, a identidade só se torna inteligível por meio da demarcação de um “outro”, que funciona como seu limite externo (Hall, 2014, p. 110). No século XIX argentino, esse “outro” foi identificado no indígena, o bárbaro, o selvagem, cuja existência passou a ser concebida como entrave ao projeto civilizatório e à consolidação do Estado nacional. Foi a partir dessa operação de exclusão que se tornou possível afirmar, de maneira positiva, o ideal de uma nação branca, europeizada e moderna.

Dessa forma, observa-se, a partir do início da década de 1870, uma retração progressiva da política de tratados e consequentemente da entrega regular de *raciones*, ao mesmo tempo em que se intensificam as ofensivas militares e as incursões estatais sobre os chamados “desertos”. A negociação, que por décadas estruturou as relações na fronteira sul, cedia lugar a uma lógica de ocupação territorial e de imposição da soberania estatal. Em janeiro de 1873, poucos meses antes de sua morte, Juan Calfucurá dirige-se ao ministro da Guerra do governo Sarmiento, Martín de Gainza, manifestando preocupação diante do avanço *criollo* sobre territórios indígenas:

Excelência, quanto à população de Cargue, que nos dizem que é por suas ordens, peço que resolva isso, nós que somos os donos desta América, não é justo que nos deixem sem Campo, mas espero que Vossa Excelência se esqueça de Cargue, se deu a ordem, e se não deu, é melhor assim. Não entenderei mais nada disto, seu gentil serviço (Carta de Calfucurá a Martín de Gainza, 30 de janeiro de 1873, Lobos, 2015, p.518-519, grifo nosso)³⁰²

A carta demonstra o deslocamento definitivo da posição política do cacique. Se, ao longo das décadas anteriores, Calfucurá havia se afirmado como mediador e interlocutor legítimo do Estado, agora sua escrita assume um tom defensivo, marcado pela denúncia da perda territorial e pela tentativa de reafirmar uma legitimidade ancestral: “nós que somos os donos desta América”. Trata-se de uma reivindicação que contrasta frontalmente com o imaginário nacional em consolidação, baseado na ideia de deserto, na valorização da imigração europeia e na exclusão do indígena do corpo político da nação.

³⁰² Tradução nossa do original: “Esceletísimo señor tocante a la Poblacion de Cargue que nos dicen que es por sus órdenes en esto pido se resuelvan nosotros que somos dueño[s] de esta America no es justo que nos dejen sin Campo pero espero que Usia se olvide de Cargue si es que an dado orden i si no lo an dado es mejor así no me estiando mas de este su afmo servido”. (Carta de Calfucurá para Martín de Gainza, 30 de janeiro de 1873, Lobos, 2015, p.518-519). Olhar carta na íntegra no Anexo 2.

Nesse sentido, esta carta pode ser lida como um testemunho dos limites estruturais da articulação política indígena diante do endurecimento do discurso civilizatório e da militarização da fronteira. A partir da segunda metade do século XIX, a consolidação de um ideal de sociedade branca e europeizada implicou não apenas a marginalização simbólica dos povos indígenas, mas também sua expropriação territorial sistemática. Esse processo atingiria seu ápice nas chamadas Campanhas do Deserto, conduzidas pelo então ministro da Guerra Julio Argentino Roca no final da década de 1870, resultando na quase completa destruição das autonomias indígenas e na incorporação violenta de seus territórios ao Estado nacional argentino.

Como observa Hilda Sabato, entre meados do século XIX e 1880 a província de Buenos Aires multiplicou por cinco sua superfície territorial, ultrapassando os 300.000 quilômetros quadrados. Tal expansão, contudo, não se deu de forma contínua ou linear, mas por meio de avanços e recuos sucessivos da fronteira com o mundo indígena. Mais importante ainda é reconhecer que esse crescimento ocorreu sobre territórios que não pertenciam originalmente à província: ao sul e ao oeste das áreas sob domínio portenho estendia-se um amplo espaço habitado por diversas sociedades indígenas, as quais disputavam entre si e com a sociedade *criolla* o controle de porções variáveis desse território (Sabato, 2013, p. 20).

A consolidação territorial da província e, posteriormente, do Estado nacional argentino, esteve, portanto, diretamente vinculada à supressão da fronteira indígena. Como sintetiza José Antonio Mateo, a institucionalização de uma província sem fronteira indígena foi alcançada “com o sangue de muitos de seus habitantes” (Mateo, 2013, p. 74). Foi nesse processo de eliminação física, política e simbólica da presença indígena que se estruturou o mito da “nação branca” argentina, elemento central do imaginário nacional daquele país desde os Oitocentos (Minelli, 2001, p. 9).

Esse imaginário produziu efeitos duradouros. Conforme observa Mónica Quijada, quando questionado sobre a composição étnica do país, o “argentino médio” tende a enfatizar uma diversidade baseada quase exclusivamente nas contribuições de imigrantes europeus, italianos, espanhóis, alemães, judeus, ingleses, entre outros, compondo uma narrativa de heterogeneidade que, paradoxalmente, permanece ancorada na branquitude europeia (Quijada, 2000, p. 9). Trata-se de um relato que silencia os povos indígenas, presentes no território desde o período colonial, e que só foram oficialmente reconhecidos nos censos nacionais a partir dos anos 2000 (Quijada, 2004, p. 426).

A persistência desse discurso pode ser observada inclusive no tempo presente. Declarações públicas como a do ex- presidente argentino Alberto Fernández, em 2021, ao afirmar que “os brasileiros vieram da selva, e os argentinos dos barcos da Europa”³⁰³, revelam a longevidade e a força simbólica desse imaginário, demonstrando que a associação entre identidade nacional, europeização e negação do indígena não se restringiu ao século XIX, mas atravessou gerações.

Nesse sentido, a trajetória de Juan Calfucurá, analisada ao longo deste capítulo, permite compreender como a passagem da negociação à conquista não foi apenas um processo militar, mas também discursivo. A transformação do cacique de aliado estratégico em inimigo interno inscreve-se no movimento mais amplo de definição do “nós” nacional argentino por meio da exclusão do indígena enquanto exterior constitutivo. A fronteira, antes espaço de articulação política, comércio e diplomacia, converteu-se, assim, em cenário de conquista e fundamento violento de uma identidade nacional que se pretendia homogênea, branca e civilizada.

O historiador mapuche José Alejandro Marimán Quemenado contribui para ampliar essa reflexão ao demonstrar como os povos indígenas, em particular os mapuche, foram historicamente construídos como um “outro” persistente, antes mesmo da consolidação dos Estados nacionais e muito além dela. Segundo o autor, os mapuche já eram percebidos como alteridade radical nas relações com os *winkas* e com os hispano-europeus e continuaram a sê-lo após sua incorporação forçada aos Estados do Chile e da Argentina. Essa condição não pertence apenas ao passado, mas se projeta no presente, como evidencia o depoimento de Clorinda Cuminao, mulher mapuche e dirigente sindical, ao relatar que “a sociedade chilena não os valoriza e muitas vezes os empregadores os discriminam, tratando-os como índios” (El Gong, 31/01/2003 apud Marimán Quemenado, 2012, p. 92-93).

A observação de Marimán permite compreender que a exclusão do indígena não se limitou às campanhas militares ou às políticas de fronteira do século XIX, mas constituiu um elemento estrutural dos processos de nacionalização no Cone Sul. Nesse sentido, o percurso de Juan Calfucurá, de aliado estratégico e interlocutor político indispensável à obstáculo à civilização e inimigo interno, revela, de forma exemplar, como a construção da identidade nacional argentina operou pela negação do indígena enquanto sujeito político legítimo. A

303

Para saber mais: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/presidente-da-argentina-diz-que-brasileiros-vieram-da-selva/>.

Acesso em: agosto de 2024.

fronteira, inicialmente espaço de negociação, diplomacia e coexistência instável, foi progressivamente ressignificada como território a ser conquistado, ocupado e homogeneizado, consolidando uma ordem nacional fundada na exclusão e na violência como princípios constitutivos.

Retomando a epígrafe que abre este subitem, “toda ordem é política e se baseia em alguma forma de exclusão”, torna-se possível compreender a exclusão não como um desvio ou efeito colateral do processo de construção nacional, mas como um de seus mecanismos constitutivos. Conforme argumenta Chantal Mouffe, “é preciso reconhecer o caráter hegemônico de todos os tipos de ordem social e o fato de que toda sociedade é o resultado de um conjunto de práticas que tentam estabelecer ordem em um conjunto de contingências” (Mouffe, 2015, p. 16). A consolidação de uma ordem política implica, portanto, a definição de pertencimentos legítimos e, simultaneamente, a produção de exterioridades.

Nesse sentido, as fronteiras, tanto espaciais quanto culturais, desempenharam um papel central na legitimação do poder político a partir de meados do século XIX. Como observa Freitas Neto, essas fronteiras contribuíram para silenciar outras narrativas possíveis, apagando formas alternativas de ocupação, conhecimento e sociabilidade que existiam no vasto território classificado como “deserto” (Freitas Neto, 2021, p. 23). A categoria do deserto, longe de designar um espaço vazio, operou como um dispositivo discursivo que autorizava a intervenção estatal e a negação da presença indígena enquanto sujeito histórico.

Dessa forma, o Estado Nacional argentino empenhou-se, desde sua formação, em estabelecer uma ordem que excluía sistematicamente os povos indígenas e africanos de sua história e de seu projeto político. Tal exclusão foi sustentada por um ideário civilizatório que buscava filiar a nova nação a uma narrativa universal do progresso, ancorada nos referenciais europeus do século XIX, nos quais civilização e modernidade apareciam como opostos à barbárie indígena (Freitas Neto, 2021, p. 45). Como destaca o intelectual mapuche Pablo Marimán Quemenado, a criação do Estado-nação implicou a imposição de “um modelo cultural, linguístico e religioso único: o *criollo*” (Marimán Quemenado, 2006, p. 82), relegando as populações indígenas à condição de exterior constitutivo da nacionalidade.

É nesse quadro que a trajetória de Juan Calfucurá deve ser compreendida, não como uma exceção, mas como expressão dos limites estruturais da negociação indígena diante de um projeto nacional que, ao se afirmar, necessitou transformar antigos aliados em inimigos e converter a fronteira de espaço político relacional em território de exclusão e conquista.

A intensificação da violência e a conversão da fronteira sul em espaço de conquista não podem ser compreendidas apenas como respostas circunstanciais a invasões ou quebras de tratados. Como procuramos demonstrar neste capítulo, elas se articularam a um processo mais amplo de redefinição do poder estatal, marcado pela centralização política, pela modernização militar e pelo endurecimento de um discurso civilizatório que buscava, tardiamente, estabilizar os contornos da identidade nacional argentina. Trata-se de um fechamento identitário precário, incompleto e profundamente violento, que não eliminou as ambiguidades herdadas do longo período em que a fronteira funcionou como espaço de mediação e negociação.

Do ponto de vista político e militar, a unificação do Estado após 1862 e sobretudo, a experiência da Guerra do Paraguai produziram uma inflexão decisiva na forma de pensar e administrar a fronteira. A profissionalização do Exército, a incorporação de novas tecnologias bélicas e de comunicação, bem como a emergência de uma nova geração de oficiais, contribuíram para deslocar a negociação de seu lugar central, convertendo-a em expediente provisório e subordinado a um horizonte de ocupação territorial. Nesse contexto, a violência deixa de ser episódica ou reativa e passa a assumir um caráter estruturante da política fronteiriça, como evidenciado de maneira emblemática pela Batalha de San Carlos e pelas campanhas que se seguiram.

É nesse cenário que se opera uma transformação profunda na representação de Juan Calfucurá. De aliado estratégico e interlocutor indispensável do Estado durante as décadas anteriores, ele passa a ser progressivamente figurado como inimigo interno, bandido ou obstáculo à civilização, tanto nos relatórios militares quanto na imprensa. Essa mudança não apenas revela o estreitamento dos limites da negociação política indígena, mas também explicita a forma como o discurso estatal e jornalístico passou a operar a deslegitimação das lideranças indígenas como condição para justificar a conquista da fronteira.

As cartas de Calfucurá, de seus filhos e de seus aliados, analisadas ao longo do capítulo, permitem acompanhar esse deslocamento de maneira particularmente nítida. Se em momentos anteriores as cartas funcionaram como instrumento ativo de negociação, construção de alianças e mediação de conflitos, a partir do final da década de 1860 ela assume um caráter cada vez mais defensivo. As cartas passam a operar como tentativas de preservação mínima da paz, do comércio e da autoridade interna, em um contexto no qual os acordos se tornam instáveis, as *rationes* irregulares e a palavra indígena sistematicamente desacreditada. A insistência em listas de pedidos, na devolução de cativos e na reafirmação da lealdade ao governo revela menos uma posição de força do que o esforço de sustentar

formas de autonomia política diante de um processo que já não reconhecia a negociação como horizonte legítimo.

A Batalha de San Carlos constitui, assim, um ponto de inflexão decisivo. Ela não apenas marca a derrota militar de Calfucurá, mas simboliza a passagem de uma fronteira permeável e relacional para um espaço progressivamente submetido à lógica da conquista. A partir desse momento, a violência deixa de ser justificada como exceção e passa a ser apresentada como solução definitiva para o “problema indígena”, legitimada por um discurso civilizatório que opunha progresso e barbárie, cidade e deserto, civilização e indígena.

Por fim, os limites enfrentados pela articulação política indígena tornam-se evidentes diante da consolidação desse novo quadro. Sob os governos de Mitre e sobretudo, de Sarmiento, a centralização estatal, o endurecimento do discurso civilizatório e a redefinição da fronteira como espaço estratégico inviabilizaram progressivamente as formas de mediação que haviam sustentado décadas de negociação. A conversão definitiva da fronteira em espaço de conquista não significou a resolução dos conflitos, mas uma tentativa de encerramento político e simbólico de uma fronteira historicamente marcada pela ambivalência. Tal fechamento, contudo, permaneceu dependente da violência e incapaz de apagar completamente as tensões, os deslocamentos e as memórias que continuariam a atravessar a relação entre Estado e povos indígenas nas décadas seguintes.

Conclusão

A trajetória política de Juan Calfucurá, analisada a partir de sua correspondência, permite repensar de maneira crítica o processo de formação do Estado nacional argentino no século XIX. Longe de ocupar uma posição marginal ou residual, Calfucurá transita no que Homi Bhabha (1998) denomina “terceiro espaço”, operando na fronteira como mediador, aliado circunstancial, adversário estratégico e interlocutor legítimo do poder estatal. Ele negocia com comandantes de fronteira, ministros e presidentes, reivindica direitos territoriais, exige compensações materiais e mobiliza a violência como recurso político, sem jamais abandonar a linguagem da diplomacia.

Ao longo deste trabalho, demonstrou-se que o Estado nacional e a identidade nacional não devem ser compreendidos como sinônimos. A identidade nacional argentina, tal como discutida nesta dissertação, foi sendo forjada de maneira precária, contingente e profundamente excludente durante o próprio processo de consolidação estatal. Essa identidade não precede o Estado, mas se constrói discursivamente em meio a disputas, negociações e antagonismos, tendo a figura do indígena e, de forma emblemática, Calfucurá, como um de seus principais “outros constitutivos”.

A análise da correspondência de Calfucurá revela, assim, estratégias políticas e discursivas elaboradas. Em suas cartas, o cacique construiu narrativas sobre a fronteira que a apresentam não como um limite fixo, mas como um espaço relacional, atravessado por comércio, alianças, reciprocidades e conflitos. Essas narrativas variam conforme o interlocutor e o contexto político: diante de comandantes de fronteira, predominam os apelos à reciprocidade material e à manutenção da paz; em cartas dirigidas a ministros e presidentes, Calfucurá reivindica reconhecimento político, direitos territoriais e uma posição de aliado patriótico. Essa variação discursiva demonstra a sua capacidade de leitura do campo político e sua tentativa constante de preservar a autoridade interna e a autonomia de seu grupo em um cenário cada vez mais adverso.

As tensões reveladas por essas narrativas tornam-se particularmente visíveis a partir do endurecimento do discurso civilizatório e da centralização estatal durante os governos de Mitre e, sobretudo, de Sarmiento. Nesse contexto, a fronteira deixa progressivamente de ser um espaço de mediação para converter-se em espaço de conquista. A Batalha de San Carlos e as campanhas subsequentes não representam apenas episódios isolados de violência, mas sinalizam a passagem para uma violência estruturante da política de fronteira, na qual a

eliminação da presença indígena passa a ser concebida como condição para o fechamento da identidade nacional.

As cartas de Calfucurá e de seus parentes, nesse período final, transformam-se em instrumentos defensivos, insistem na linguagem da paz quando a negociação já se encontra comprometida, reafirmam direitos territoriais diante de um Estado que os nega e denunciam a ruptura dos tratados por parte das autoridades de fronteira. Esse deslocamento evidencia os limites enfrentados pela articulação política indígena diante de um projeto estatal que, incapaz de integrar a diferença, escolhe excluí-la.

Dessa forma, o percurso de Calfucurá, de aliado estratégico e negociador indispensável a inimigo interno, revela não apenas a militarização da fronteira sul, mas também o caráter profundamente político e excludente da construção da identidade nacional argentina. A fronteira, longe de ser um espaço vazio ou naturalmente destinado à conquista, aparece como um campo de disputas no qual projetos alternativos de organização territorial e convivência foram silenciados pela violência. Ao recolocar as vozes indígenas no centro da análise, este trabalho contribui para desestabilizar narrativas teleológicas sobre a formação do Estado e evidencia que a nação argentina se constituiu não apesar da fronteira, mas através dela, e contra aqueles que a habitavam.

Como aponta Freitas Neto,

todos os sentidos de um discurso devem ser entendidos em seus contextos e a partir de suas condições de emergência. Portanto, é devido à precariedade e à contingência que nenhum discurso poderá garantir que determinadas explicações sejam capazes de se universalizar para todo o sempre. (Freitas Neto, 2021, p. 83).

É justamente nessa instabilidade que se insere a formação do Estado nacional argentino e a construção de sua identidade, entediadas neste trabalho não como um processos lineares, mas como resultados provisórios de disputas políticas e discursivas.

Retomando a aposta apresentada na introdução deste trabalho, a análise da atuação e do legado político do cacique Juan Calfucurá permite identificá-lo como uma força antagônica que desestabiliza a pretensão de fechamento do discurso de uma “Argentina branca”. Ao ocupar a fronteira como espaço político, ao negociar, reivindicar, escrever e guerrear, Calfucurá expõe os limites do projeto civilizatório e demonstra que a identidade nacional não se constrói por consenso, mas por meio da exclusão e da repressão da diferença.

Se, durante o processo de consolidação do Estado nacional, os povos indígenas foram progressivamente deslocados para o lugar de exterior constitutivo da identidade argentina, a leitura de suas vozes e, em especial, de suas correspondências revela que esse lugar nunca foi plenamente fixo ou naturalizado. À luz da Teoria do Discurso, o indígena não aparece apenas como aquilo que foi excluído, mas como aquilo que permanece como ameaça constante ao fechamento hegemônico da identidade nacional.

Assim, o percurso de Calfucurá, longe de ser apenas um capítulo encerrado pela violência das campanhas militares, aponta para a incompletude de todo projeto nacional que se pretende homogêneo. A fronteira, tema central deste trabalho, emerge não como um espaço superado pela conquista, mas como o lugar onde se evidenciam as fissuras do discurso estatal. Nesse sentido, aquilo que foi historicamente relegado ao “exterior” da nação, pode justamente por força da contingência, deixar de sê-lo, reabrindo o campo do político e recolocando em disputa os sentidos da história, da identidade e da própria ideia de nação.

Marichiweu, “dez vezes venceremos”, ecoa neste trabalho, não como promessa de vitória futura, mas como recusa do apagamento histórico. Assim como o “*nosotros que somos dueño[s] de esta América*” enunciado por Calfucurá, o grito mapuche afirma que a conquista jamais foi total, nem no território, nem no discurso. A formação do Estado nacional argentino exigiu o silenciamento dos povos indígenas, mas esse silenciamento nunca foi completo. Ao ocupar a fronteira como espaço de negociação, Calfucurá inscreveu sua atuação no terceiro espaço, onde a identidade nacional se revela precária e contingente. É nesse intervalo, entre negociação e conquista, entre exclusão e resistência, que *Marichiweu* permanece como lembrança incômoda de que toda ordem política é provisória, e toda identidade, disputada.

Referências Bibliográficas

Fontes publicadas:

ALBERDI, Juan Bautista. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina**. Buenos Aires: Biblioteca Clásicos Argentinos, 2017.

LOBOS, Omar. **Juan Calfucurá: correspondencia 1854- 1873**. - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colihue, 2015.

OJEDA, Jorge Pavez. **Cartas Mapuche (siglo XIX)**. Santiago: Co-Libris/ Ocho Libros editores, 2008.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**. Buenos Aires: Elaleph, 1999. Disponível em <http://www.elaleph.com/>

YUNQUE, Álvaro. **Calfucurá: la conquista de las Pampas**. – 1ªed. - Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008. 568p.

Bibliografia:

ACRUCHE, Hevelly Ferreira. **Índios como sujeitos de direito internacional: os parlamentos de índios no Chaco na segunda metade do século XVIII**. In: Acioli, Gustavo; Clementino, Kleber (org.). Um continente, vários mundos: sujeitos, fronteiras e instituições nos espaços coloniais sul-americanos (séculos XVI-XIX). Recife : Ed. UFPE, 2024. (Série Ars Histórica).

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Populações Indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas**. In: Azevedo, Cecília; Raminelli, Ronald. (Org.). História das Américas. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.105-133.

_____, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses Indígenas- Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro**. 2012. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ANNINO, Antonio. **Soberanías en lucha**. In: Annino, Antonio; Leiva, Luis Castro; Guerra, François-Xavier (coord.). De los imperios a las naciones Iberoamericanas. Ibercaja, Espanha 1994. pp. 129-253.

ARRIGORIA, Agustina Victoria. **El poder de los afectos en la política. Hacia una revolución democrática y verde**. trad. soledad Laclau. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2023.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BERNAND, Carmen. **Los indígenas y la construcción del Estado-Nación**. Argentina y México, 1810 - 1920: historia y antropología de un enfrentamiento. - 1a ed. . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016

BOCCARA, Guillaume. **Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo**. Nuevo mundo mundos nuevos, 2005[2001], 01–44.

BONFIM, Marcus. **Pelo fio da narrativa: articulações entre ensino de História e telenovelas**. In: Giovani José da Silva; Fabiano Cabral de Lima; Marcella Albaine Farias da Costa. (Org.). Ensino de História e teledramaturgia. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2024, v 1, p.35-57.

DORATIOTO, Francisco Fernando. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRADKIN, Raúl O.; Gelman, Jorge. Juan Manuel de Rosas. **La construcción de un liderazgo político**. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2015.

FREITAS, Felipe Corral de. **As perspectivas do conflito na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe**. In: Mendonça, Daniel de; Linhares, Bianca de Freitas (Org.). Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Implicações Teórica e analíticas. São Paulo: Intermeios, 2021.

FREITAS NETO, José Alves. **Percorrendo o vazio: intelectuais e a construção da Argentina no século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2021.

GABRIEL, Carmen. **O “outro” como elemento incontornável na produção do conhecimento histórico**. In: PEREIRA, Amilcar; MONTEIRA, Ana Maria. Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas. 1ª ed. Rio de Janeiro: PALLAS, 2013.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?**. In.: SILVA, Tomaz. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª ed, Petrópolis: Vozes, 2014.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **Una Nación para el Desierto Argentino**. - 1º ed. - Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

HUAIQUINAO, Juan Ñanculef. **TAYIÑ MAPUCHE KIMÜN EPISTEMOLOGÍA MAPUCHE - Sabiduría y conocimientos**. Universidad de Chile, Departamento de Antropología, Facultad de Ciencias Sociales. Santiago, 2016.

HUENCHULEO, Jimena Pichinao. **Los parlamentos hispano-Mapuche como escenario de negociación simbólico político durante la colonia**. In: Ta Iñ Fijke Xipa Rakizuameluwün – Historia, colonialismo y resistencia desde el país Mapuche. Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche, 2012, pp.25-42.

JONES, Kristine. **Calfucurá and Namuncunrá: Nation builders of the Pampas**. In: Ewell, Judith & Beezley, William (org). The Humam Tradition in Latin America. Wilmington: s/editora, 1989.

JONG, Ingrid De. **Armando e desarmando uma confederação: a liderança de Calfucurá no período da organização nacional**. Quinto sol, Santa Rosa, n. 13, pág. 11 a 45 de dezembro de 2009 .

LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2005.

_____, Ernesto. **Misticismo, retórica y política**. Fondo de Cultura Económica, México, 2002.

_____, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo** [1990]. Nueva Visión, Buenos Aires, 2000.

_____, (2014b). Depoimento [nov. 2013]. **La última entrevista de Ernesto Laclau con La Nación**. Entrevista concedida a SEHINKMAN, Diego, La Nación, 13-abril.

_____, Ernesto. **Poder e representação**. Tradução Joanildo A. Burity, Estudos Sociais e de Agricultura, 1996.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estratégia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

La ruta del Toki Calfucurá. Instituto nacional de assuntos indígenas, 2020. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/inai/la-ruta-del-toki-calfucura>> . Acesso em: fevereiro de 2025.

LEVAGGI, Abelardo. **Paz en la frontera. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en la Argentina (siglos XVI - XIX)**. Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2001.

LITERAS, Luciano.; BARBUTO, Lorena. **De Líderes y Seguidores. Estrategias Políticas Indígenas en la Frontera**. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 2, p. 255–274, 2019.

MAIA, Carlos Alvarez. **História, ciência e linguagem: o dilema do relativismo-realismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

MARTINS, Marcus L. B. **A (im)possibilidade da avaliação no Ensino de História: uma análise a partir de exercícios de livros didáticos**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2019.

MANDRINI, Raúl J; ORTELLI, Sara. **Una Frontera Permeable: Los indígenas pampeanos y el mundo rioplatense en el siglo XVIII**. In: Gutiérrez, Horacio; Naxara, Márcia; Lopes, Maria (org.). Fronteiras: paisagens, personagens, identidades. Franca; São Paulo: Olho D'Água, 2003. p. 61-94.

MANDRINI, Raúl. **Volver al país de los araucanos**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

MARCELO, Cristiane Maria. **Os dilemas da construção do Estado argentino nas obras de Domingo F. Sarmiento e Juan B. Alberdi**. Trabalho final apresentado à disciplina Independências e Formação dos Estados Nacionais nas Américas. Rio de Janeiro, 2014.

MARIMÁN QUEMENADO, Pablo. et al.. **¡...Escucha, winka...! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro**. Santiago de Chile, LOM Ediciones, 2006.

MARIMÁN QUEMENADO, Pablo. Los mapuche antes de la conquista chileno-argentina. In: **¡...Escucha, winka...! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro**. Santiago de Chile, LOM Ediciones, pp. 53-12, 2006.

MARIMÁN QUEMENADO, José Alejandro. **Autodeterminación Mapuche: Ideas políticas mapuche en el albor del Siglo XXI**. - 1ª ed. - Santiago: LOM ediciones, 2012.

MATEO, José Antonio. **La sociedad: población, estructura social y migraciones**. In: Ternavasio, Marcela. **Historia de la Provincia de Buenos Aires: de la organización federal a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880** - 1ª ed. - Buenos Aires: Edhasa; Gonnet: UNIPe: Editorial Universitaria, 2013.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso**. In: Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau / Org. Daniel de Mendonça, Léo Peixoto Rodrigues, 2. Ed. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MENDONÇA, Daniel de; Linhares, Bianca de Freitas (Org.). **Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Implicações teóricas e analíticas**. - São Paulo: Intermeios, 2021.

MINELLI, Ivía. **A representação do indígena na Argentina. Um diálogo entre historiografia, etno-história e literatura**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2001.

_____, Ivía. **O indígena no discurso cultural argentino do centenário: uma presença remanescente**. ANPUH- Brasil - 30º Simpósio Nacional de História - Recife, 2019.

MONTEIRO, Alexandre Borella. **Argentina: Da Guerra Civil à Ascensão de Mitre [1852-1861]**. ESTUDIOS HISTÓRICOS (RIVERA), 2020.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. [tradução: Fernando Santos], - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOVELLÁN, Tomás A. Mantecón; GARCIA, Susana Truchuelo. **La(s) frontera(s) exteriores e interiores de la Monarquía Hispánica: perspectivas historiográficas**. Historia Crítica, nº 59, 2016.

NACUZZI, Lúcia. **Identidades Impuestas. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998.

_____, Lidia. Introducción. In: Nacuzzi, Lidia e Lucaioli, Carina P. **Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010.

NAHUEL PAN MORENO, Héctor. **Formación colonial del Estado y desposesión en Ngulumapu**. In: Ta Iñ Fijke Xipa Rakizuameluwün – Historia, colonialismo y resistencia desde el país Mapuche. Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche, 2012, pp. 119-152.

OESTE, Laura. **Alteridades e mulheres indígenas em fronteiras da região platina (século XVIII)**. ANPUH- Brasil - 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro/ RJ, 2021.

PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos. Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852– 1885)**. São Paulo: Alameda, 2012.

_____, Gabriel. **O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

POGGI, Rinaldo Alberto. **Releyendo cartas de Calfucura**. Investigaciones y Ensayos. 1997. Número 47. p. 469-493.

POMPEU, Ana Carolina Gutierrez; SEIXLACK, Alessandra Gonzalez. **Juan Calfucurá e os crioulos. Protagonismo indígena no Pampa argentino na primeira metade do século XIX**. Revista Brasileira & Ciências Sociais, v.10, p.8-30, 2018.

_____, Ana Carolina Gutierrez. **Conquistar o deserto: Resistência indígena e violência na fronteira do Pampa e da Patagônia (1850-1855)**. Tese de Doutorado - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. 2018

PRADO, Maria Lígia. **Prefácio à edição brasileira**. In: Sarmiento, D. F. Facundo: civilização e barbárie. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1996, p.19-40.

QUIJADA, Mónica. **Homogeneidad y nación. Con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX**. Madrid: CSICCH, 2000.

_____, Mónica. **Repensando la frontera sur Argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y étnica (siglos XVIII-XIX)**. Revista de Indias, 2002, vol. LXII, núm. 224, págs. 103-142.

_____, Mónica. **De mitos nacionales, definiciones cívicas, y clasificaciones grupales. Los indígenas en la construcción nacional argentina, siglos XIX a XXI**. In: ANSALDI, Waldo (Coord.). Calidoscopio latinoamericano: imágenes históricas para un debate vigente. Buenos Aires: Ariel, 2004.

RATTO, Silvia. **Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873): crónicas de un final anunciado**. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015.

_____, Silvia. **Una experiencia fronteriza exitosa: el negocio pacífico de indios en la provincia de Buenos Aires (1829-1852).** Revista de Indias, [S. l.], v. 63, n. 227, p. 191–222, 2003.

REICHEL, Heloisa Jochims. **A participação dos indígenas na construção do estado argentino (1810-1852).** Projeto História (PUCSP), São Paulo, v.31, p.295-312, 2006.

RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola.** Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SABATO, Hilda. **Ensayo introductorio. Buenos Aires de 1820 a 1880: procesos, actores, conflictos.** In: Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organización federal a la federalización de Buenos Aires : 1821-1880 . - 1a ed. - Buenos Aires : Edhasa; Gonnet: UNIPE: Editorial Universitaria, 2013.

SICA, Gabriela; RATTO, Silvia e JONG, Ingrid. **Experiencias disímiles. Poblaciones indígenas, tierras y articulaciones políticas en el siglo XIX. El caso Argentino.** In: Escobar, Antonio (coordenador). La América Indígena decimonónica desde nueve miradas y perspectivas. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. **ERNESTO LACLAU (1935-2014): A TRAJETÓRIA DE UM LEGADO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS.** Caderno de Estudos Sociais, n. 29, v. 1, jan-jun. 2014.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. **Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do deserto na Argentina.** - 1. ed. - Rio de Janeiro : Via Verita, 2018.

_____, Alessandra Gonzalez de Carvalho; Pompeu, Ana Carolina Gutierrez. **Da “zona de contato” ao “limite antagônico”: disputas entre criollos e indígenas na fronteira austral argentina do século XIX.** In : XXIX Simpósio Nacional de História - História e Democracia - História e Democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - História e Democracia, 2017.

_____, Alessandra Gonzalez de Carvalho. **Pelear hasta vencer los huincas: a conquista do Wallmapu e a resistência mapuche no século XIX.** Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, no 33, pp. 114-139, Jan./Jun., 2022.

_____, Alessandra Gonzalez de Carvalho; CASTRO, Fernando Luis Vale. **Intelectuais indígenas e produção historiográfica: contribuições da Comunidad de Historia Mapuche para a descolonização do pensamento.** Intellèctus Ano XX, n. 2, 2021.

VARGAS, Sebastião. **História, Historiografia e historiadores mapuche: colonialismo e anticolonialismo em Wallmapu.** História Unisinos, Setembro/Dezembro 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Histórias Ameríndias.** Novos Estudos, vol. 36, 1993, 22– 33.

WASSERMAN, Fábio. **La libertad de imprenta y sus límites: prensa y poder político en el Estado de Buenos Aires durante la década de 1850**. Almanack Braziliense. São Paulo, nº10, p. 130-146, nov. 2009.

ZAPATA SILVA, Cláudia. **Intelectuales indígenas en Ecuador, Bolivia y Chile: diferencia, colonialismo y anticolonialismo**. Quito, Ediciones Abya-Yala, 2013, 443 p.

Anexos

Anexo 1 - Cartas trocadas entre diferentes pessoas da elite *criolla*, governadores, comandantes de fronteiras, entre outros.

<u>Carta de Manuel Zañartú ao Ministro do Interior do Chile - 1º fevereiro de 1849</u>
<u>Carta de Juan Manuel de Rosas à Pedro Ortiz - 12 de setembro de 1832</u>
<u>Carta de Juan Manuel de Rosas a Tomás Guido - 20 de setembro de 1834</u>
<u>Carta de Juan Manuel de Rosas ao cacique Cañuquir - 14 de novembro de 1834</u>
<u>Carta de Juan Manuel de Rosas ao comandante Elías Galván - 17 de agosto de 1833</u>
<u>Carta de Pedro Rosas à Antonino Reyes - 30 de abril de 1849</u>
<u>Carta de Martiniano Rodríguez à Juan Manuel de Rosas - 16 de setembro de 1834</u>
<u>Carta de Millalicán à Martiniano Rodríguez - 15 de setembro de 1834</u>
<u>Carta de Manuel Leyba ao Inspetor e comandante de Armas - 8 de abril de 182</u>
<u>Carta de Hilario Lagos ao ministro de guerra Escalada - 10 de maio de 1852</u>
<u>Artigo do periódico <i>El Orden</i> - título Negociações com Calfucurá - 4 de junho de 1856</u>
<u>Diário do Larguí - dia 16 de setembro</u>
<u>Diário de Larguí - dia 24 de setembro</u>
<u>Diário de Larguí - dia 26 de setembro</u>
<u>Comunicação de Antonio Llorente - 17 de outubro de 1856</u>
<u>Carta de Bartolomé Mitre à Escalada - 22 de janeiro de 1857</u>
<u>Carta de Martín Quenón à Justo José de Urquiza - 7 de março de 1857</u>
<u>Carta de Coliqueo à Baigorria - 12 de junho de 1857</u>

<u>Carta de Paunero à Valentín Alsina</u> - 14 de março de 1858
<u>Carta de Valdés Sánchez à Urquiza</u> - 17 de abril de 1858
<u>Carta do Ministro de Guerra respondendo à Rivas</u> - 27 de agosto de 1858
<u>Carta de Iturra à Granada</u> - 4 de dezembro de 1858
<u>Notícias de invasão à Saladillo</u> - 16 de março de 1859
<u>Carta de Quenón à Urquiza</u> - 22 de março de 1859
<u>Carta de Quenón à Urquiza</u> - 9 de maio de 1859
<u>Carta de Orquera à Ministro de Guerra de Bahía Blanca</u> - 20 de maio de 1859
<u>Notícias de Rivas</u> - 5 de junho de 1859
<u>Carta de Pedro Rosas à Urquiza</u> - 24 de junho de 1859
<u>Carta de Baigorria à Urquiza</u> - 16 de julho de 1859
<u>Carta de Rivas à Valentín Alsina</u> - 28 de julho de 1859
<u>Notícias de invasão ao Fortín de Mercedes</u> - 22 de setembro de 1859
<u>Carta de Félix ao comandante Victoria</u> - 9 de novembro de 1859
<u>Carta de Urquiza à Mitre</u> - 9 de junho de 1860
<u>Carta de Olivencia à Pedernera</u>
<u>Carta de Baigorria à Juan Saá</u> - 4 de julho de 1861
<u>Carta de Mitre à Baigorria</u> - 14 de julho de 1861
<u>Carta de Llano à Gelly y Obes</u> - 15 de julho de 1861
<u>Carta anônima a Campos</u> - 5 de agosto de 1861
<u>Carta de Cañuill a Llano</u> - 20 de agosto de 1861
<u>Publicação do <i>La Tribuna</i></u> - 6 de novembro 1861
<u>Carta de Llano à Gelly y Obes</u> - 26 de maio de 1862
<u>Carta do comandante de Bahía Blanca a Gelly y Obes</u> - 1º de novembro de 1862
<u>Carta de Llano à Gelly y Obes</u> - 12 de novembro de 1862
<u>Carta de Paunero à Mitre</u> - 29 de novembro de 1862
<u>Carta de Gelly y Obes à Rivas</u> - 19 e 25 de janeiro de 1863

<u>Carta de Llano à Gelly y Obes - 1º de março de 1863</u>
<u>Carta de Rivas à Mitre - 16 de maio de 1863</u>
<u>Publicação <i>La Tribuna</i> - 06 de junho de 1863</u>
<u>Publicação <i>La Tribuna</i> - 25 de outubro de 1863</u>
<u>Carta da Cornell à Gelly y Obes - 10 de novembro de 1863</u>
<u>Carta de Llano à Gelly y Obes - 26 de dezembro de 1863</u>
<u>Notícia <i>La Tribuna</i> - 16 de janeiro de 1864</u>
<u>Publicação <i>La Nación Argentina</i> - 11 de janeiro de 1865</u>
<u>Notícia <i>La Tribuna</i> - 10 de março de 1865</u>
<u>Publicação <i>El Pueblo</i> - 8 de abril de 1865</u>
<u>Publicação <i>La Nación Argentina</i> - abril de maio de 1865</u>
<u>Notícia <i>La Tribuna</i> - 23 de dezembro de 1865</u>
<u>Publicação <i>La Tribuna</i> - fevereiro e março de 1866</u>
<u>Carta de Renquencurá à Alsina - 23 de agosto de 1866</u>
<u>Carta de Namuncurá à Cornell - 7 de dezembro de 1866</u>
<u>Carta de Cornell ao redator do <i>La Tribuna</i> - 17 de janeiro de 1867</u>
<u>Carta de Alsina aos ministros - 1º de abril de 1867</u>
<u>Publicação <i>La Tribuna</i> - 6 de agosto de 1868</u>
<u>Comunicação de Mariano Ruiz - 20 de setembro de 1868</u>
<u>Carta de Namuncurá á Barros - abril de 1869</u>
<u>Carta de Julián Murga à Gainza - 23 de setembro de 1869</u>
<u>Nota - 9 de janeiro de 1870</u>
<u>Notícias - fevereiro a março de 1870</u>
<u>Publicação <i>La Nación</i> - 23 de junho de 1870</u>
<u>2º/ Publicação <i>La Nación</i> - 23 de junho de 1870</u>
<u>Carta de Rufino Victoria a Gainza - 28 de julho de 1870</u>
<u>Carta de Elías a Gainza - 26 de setembro de 1870</u>

<u>Carta de Cañumil à Elías - 8 de novembro de 1870</u>
<u>Acordo no Fuerte General Paz - dezembro de 1870</u>
<u>Informe de Emílio Mitre - 9 de janeiro de 1871</u>
<u>Informe ao comandante Elías - 5 de maio de 1871</u>
<u>Publicação <i>La Tribuna</i> - 13 de maio de 1871</u>
<u>Carta de Francisco Borges à Gainza - 13 de julho de 1871</u>
<u>Carta de Rivas a Gainza - 9 de agosto de 1871</u>
<u>Carta de Rivas à Gainza - 2 de setembro de 1871</u>
<u>Carta de Cipriano Catriel à Rivas - 20 de setembro de 1871</u>
<u>Carta de Rivas à Gainza - 21 de setembro de 1871</u>
<u>Carta de Rivas à Gainza - 5 de outubro de 1871</u>
<u>Correspondências dos comandantes de fronteira - fevereiro de março de 1872</u>
<u>Carta de Raniqueo a Boerr - 5 de março de 1872</u>
<u>Informe de Juan Boerr - 6 de março de 1872</u>
<u>Comunicado de Arredondo - 6 de março de 1872</u>
<u>Mensageiro de Calfucurá - 7 de março de 1872</u>
<u>Comunicado de Rivas à Gainza - 7 de março de 1872</u>
<u>Telegrama do Subinspetor ao Ministro de Governo - 8 de março de 1872</u>
<u>Rivas ao Inspetor Geral de Armas - 11 de março de 1872</u>
<u>Carta de Rivas à Gainza - 14 de março de 1872</u>
<u>Carta de Gainza à Rivas - 19 de março de 1872</u>
<u>Carta de Rivas à Gainza - 26 de março de 1872</u>
<u>Carta de Julián Murga à Rivas - 7 de abril de 1872</u>
<u>Comunicado de Gainza à Rivas - 19 de abril de 1872</u>
<u>Carta de Murga à Rivas - 14 de maio de 1872</u>
<u>Carta de Arredondo à Gainza - 21 de maio de 1872</u>
<u>Comunicado de Rivas à Gainza - 28 de maio de 1872</u>

<u>Comunicado de Rivas à Gainza - 25 de julho de 1872</u>
<u>Comunicado de Gainza à Rivas - 9 de agosto de 1872</u>
<u>Comunicado de Gainza à Rivas - 19 de agosto de 1872</u>
<u>Comunicado de Gainza à Rivas - 18 de setembro de 1872</u>
<u>Comunicado de Murga à Gainza - 14 de outubro de 1872</u>
<u>Comunicado de Rivas à Gainza- 4 de novembro de 1872</u>
<u>Comunicado de Rivas à Gainza - 16 de dezembro de 1872</u>

Anexo 2 - Cartas enviadas por Calfucurá.

<u>Carta de Calfucurá à Francisco Iturra</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 27 de outubro de 1854</u>
<u>Carta de Calfucurá ao Governador da província de Córdoba, Alejo Carlos Guzmán</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 2ª</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 3ª</u>
<u>Carta de Calfucurá à Pastor Obligado</u>
<u>Carta de Calfucurá ao general Hornos -15 de fevereiro de 1856</u>
<u>Carta de Calfucurá ao seu filho Huichacurá (ou Manuel Pastor) - 24 de março de 1856</u>
<u>Resumo de três cartas à Iturra - 23 de abril de 1856</u>
<u>Carta de Calfucurá à Valdebenito - 16 de julho de 1856</u>
<u>Carta de Calfucurá à Valdebenito - 20 de julho de 1856</u>
<u>Carta de Calfucurá à Baldebenito - 11 de setembro de 1856</u>
<u>Carta de Calfucurá à Iturra - 12 de setembro de 1856</u>
<u>Carta de Calfucurá à Iturra - 12 de setembro de 1856</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 4 de fevereiro de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Iturra - 6 de junho de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá Urquiza - 9 de junho de 1857</u>

<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 9 de junho de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Iturra - 10 de junho de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Iturra - 18 de junho de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Iturra - 21 de junho de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Baigorria - 9 de julho de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Baigorria - 4 de setembro de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Francisco Iturra (filho) - 6 de novembro de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Baigorria - 1º de dezembro de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 1º de dezembro de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 1º de dezembro de 1857</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 18 de janeiro de 1858</u>
<u>Carta de Calfucurá à Manuel Escalada</u>
<u>Carta de Calfucurá à Iturra - 7ª</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 6 de abril de 1858</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - setembro- outubro de 1858</u>
<u>Carta de Calfucurá à Pedernera - 4 de novembro de 1858</u>
<u>Carta de Calfucurá à Martín Quenón - 4 de novembro de 1858</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 4 de novembro de 1858</u>
<u>Carta de Calfucurá à Baigorria - 4 de novembro de 1858</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 13º (3 solicitações)</u>
<u>Carta de Calfucurá à Apolinário Baigorria - 12 de dezembro de 1858</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 12 de março de 1859</u>
<u>Carta de Calfucurá à Quenón - 3 de abril de 1859</u>
<u>Carta de Calfucurá à Pedro Rosas - 25 de junho de 1859</u>
<u>Carta de Calfucurá à Rosas y Belgrano - 25 de junho de 1859</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 6 de novembro de 1859</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 2 de dezembro de 1859</u>

<u>Carta de Calfucurá à Santiago Derqui</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 17º</u>
<u>Carta de Calfucurá à Ignacio Rivas - 20 de novembro de 1860</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 21 de novembro de 1860</u>
<u>Carta de Calfucurá à Quenon - 13 de dezembro de 1860</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 13 de dezembro de 1860</u>
<u>Carta de Calfucurá à Baigorria - 13 de dezembro de 1860</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 9 de março de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 22 de abril de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Rivas - 26 de abril de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Pedro Navarro - 27 de abril de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Juan Cornell - 27 de abril de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Ocampo - 15 de julho de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Ocampo - 15 de julho de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Machado - 20 de julho de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Ocampo - 9 de agosto de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Ocampo - 19 de agosto de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Ocampo - 2º - 19 de agosto de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Ocampo - 6º</u>
<u>Carta de Calfucurá à Llano - 13 de setembro de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Urquiza - 2 de outubro de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Ocampo - 2 de outubro de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Llano- 3 de outubro de 1861</u>
<u>Carta de Calfucurá à Llano - 29 de fevereiro de 1863</u>
<u>Carta de Calfucurá à Mitre - 08 de março de 1863</u>
<u>Carta de Calfucurá à Mitre - continuação da anterior</u>
<u>Carta de Calfucurá à Ancalao - 02 de abril de 1863</u>

<u>Carta de Calfucurá à Rivas - abril de 1863</u>
<u>Carta de Calfucurá à Rivas - junho de 1863</u>
<u>Carta de Calfucurá à Rivas - junho de 1863 / 2º</u>
<u>Carta de Calfucurá à Llano - 1º julho de 1863</u>
<u>Carta de Calfucurá à Llano - 04 de fevereiro de 1864</u>
<u>Carta de Calfucurá à Mitre - 06 de julho de 1864</u>
<u>Carta de Calfucurá à Machado - 21 de fevereiro de 1865</u>
<u>Carta de Calfucurá à Machado - 24 de fevereiro de 1866</u>
<u>Carta de Calfucurá à Machado - 22 de abril de 1866</u>
<u>Carta de Calfucurá à Machado - sem data</u>
<u>Carta de Calfucurá à Alsina - 07 de setembro de 1866</u>
<u>Carta de Calfucurá à Barros - 07 de dezembro de 1866</u>
<u>Carta de Calfucurá à Cornell - 07 de dezembro de 1866</u>
<u>Carta de Calfucurá à Granada - 07 de dezembro de 1866</u>
<u>Carta de Calfucurá à Coliqueo - 07 de dezembro de 1866</u>
<u>Carta de Calfucurá à Barros - 25 de fevereiro de 1867</u>
<u>Carta de Calfucurá à Barros - 28 de fevereiro de 1867</u>
<u>2º - Carta de Calfucurá à Barros - 28 de fevereiro de 1867</u>
<u>Carta de Calfucurá à Barros - 17 de setembro de 1868</u>
<u>Carta de Calfucurá à Barros - 19 de setembro de 1869</u>
<u>Carta de Calfucurá à Elías - 18 de agosto de 1870</u>
<u>Carta de Calfucurá à Pillahuincó - 14 de setembro de 1870</u>
<u>Carta de Calfucurá à Elías - 6 de novembro de 1870</u>
<u>Carta de Calfucurá à Boerr - 5 de março de 1872</u>
<u>Carta de Calfucurá à Felipe Coronti - 27 de julho de 1872</u>
<u>Carta de Calfucurá à Gainza - 22 de julho de 1872</u>
<u>Carta de Calfucurá à Gainza - 27 de julho de 1872</u>

<u>Carta de Calfucurá à Murga - outubro de 1872</u>
<u>2ª/ Carta de Calfucurá à Murga - outubro de 1872</u>
<u>Carta de Calfucurá à Sarmiento - 28 de janeiro de 1873</u>
<u>Carta de Calfucurá à Martín de Gainza</u>

Anexo 3 - Cartas enviadas à Calfucurá.

<u>Carta de general Hornos à Calfucurá</u>
<u>Carta de José María B. Yanquetruz à Calfucurá - 3 de agosto de 1867</u>
<u>Carta de Urquiza à Calfucurá- 4 de novembro de 1857</u>
<u>Carta de Nicolás Granada à Calfucurá - 24 de agosto de 1857</u>
<u>Carta de Baigorria à Calfucurá - 22 de novembro de 1858</u>
<u>Carta de Juan Corenell à Calfucurá - 3 de maio de 1861</u>
<u>Carta de Pedernera à Calfucurá - 12 de junho de 1861</u>
<u>Carta de Machado à Calfucurá - 23 de janeiro de 1866</u>
<u>Carta de Machado à Calfucurá - 24 de janeiro de 1866</u>
<u>Carta de Machado à Calfucurá - 22 de fevereiro de 1866</u>
<u>Carta de Rivas à Calfucurá - 15 de outubro de 1872</u>

LA REGIÓN PAMPEANA DURANTE LA GUERRA DE FRONTERAS (Segunda mitad del Siglo XIX)

Diseño: Norberto Mollo (2014)

REFERENCIAS

- Cordillera
- Sierra
- Medano
- Rio, arroyo
- Laguna, lago
- Caldera
- Localidad
- Paraje
- Fuerte
- Principales caminos de la época
- Razmatizadas principales
- Límites provinciales actuales
- Límites internacionales actuales

ESCALA 0 50 km

243